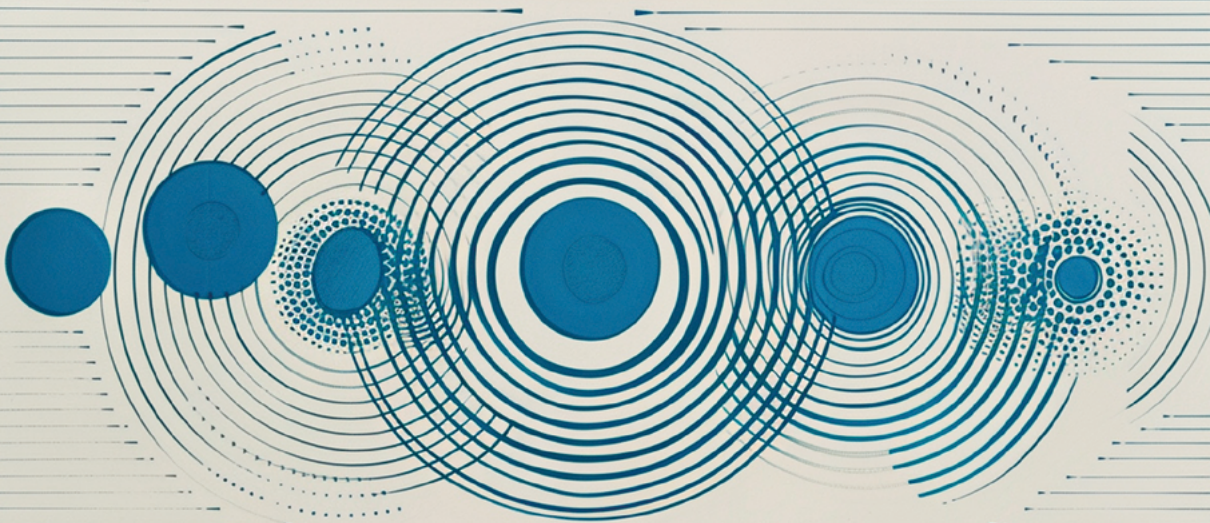


Organizadores

Ivo da Costa do Rosário
Monclar Guimarães Lopes
Amanda Heiderich Marchon
Milena Torres de Aguiar
Ana Cláudia Machado

CONECTIVOS E CONEXÃO DE ORAÇÕES EM PERSPECTIVA



Todos os direitos desta edição reservados a Pontes Editores Ltda.
Proibida a reprodução total ou parcial em qualquer mídia
sem a autorização escrita da Editora.
Os infratores estão sujeitos às penas da lei.
A Editora não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta publicação.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Tuxped Serviços Editoriais (São Paulo — SP)

R789c Rosário, Ivo da Costa do (org.) et al.

Conectivos e conexão de orações em perspectiva /

Organizadores: Ivo da Costa do Rosário, Monclar Guimarães Lopes,
Amanda Heiderich Marchon, Milena Torres de Aguiar e Ana Cláudia
Machado dos Santos.

1. ed. — Campinas, SP : Pontes Editores, 2024;
figs.; tabs.; quadros.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-217-0393-8.

1. Análise do Discurso. 2. Língua Portuguesa. 3. Linguística.

I. Título. II. Assunto. III. Organizadores.

Bibliotecário Pedro Anizio Gomes CRB-8/8846

Índices para catálogo sistemático:

1. Análise do discurso. 401.41

2. Linguística. 410

3. Língua portuguesa. 469

Esta publicação foi financiada pelo Programa CAPES/PROEX,
Auxílio nº 1352/2023 / Processo nº 8881.844682/2023-01

Organizadores

Ivo da Costa do Rosário
Monclar Guimarães Lopes
Amanda Heiderich Marchon
Milena Torres de Aguiar
Ana Cláudia Machado

CONECTIVOS E CONEXÃO DE ORAÇÕES EM PERSPECTIVA



Copyright © 2024 — Dos organizadores representantes dos autores

Coordenação Editorial: Pontes Editores

Revisão: Yumi T. Melo

Editoração: Vinnie Graciano

Capa: Acessa Design

PARECER E REVISÃO POR PARES

Os capítulos que compõem esta obra foram submetidos
para avaliação e revisados por pares.

CONSELHO EDITORIAL:

Angela B. Kleiman

(Unicamp — Campinas)

Clarissa Menezes Jordão

(UFPR — Curitiba)

Edleise Mendes

(UFBA — Salvador)

Eliana Merlin Deganutti de Barros

(UENP — Universidade Estadual do Norte do Paraná)

Eni Puccinelli Orlandi

(Unicamp — Campinas)

Glaís Sales Cordeiro

(Université de Genève — Suisse)

José Carlos Paes de Almeida Filho

(UNB — Brasília)

Maria Luisa Ortiz Alvarez

(UNB — Brasília)

Rogério Tilio

(UFRJ — Rio de Janeiro)

Suzete Silva

(UEL — Londrina)

Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva

(UFMG — Belo Horizonte)

PONTES EDITORES

Rua Dr. Miguel Penteadó, 1038 — Jd. Chapadão

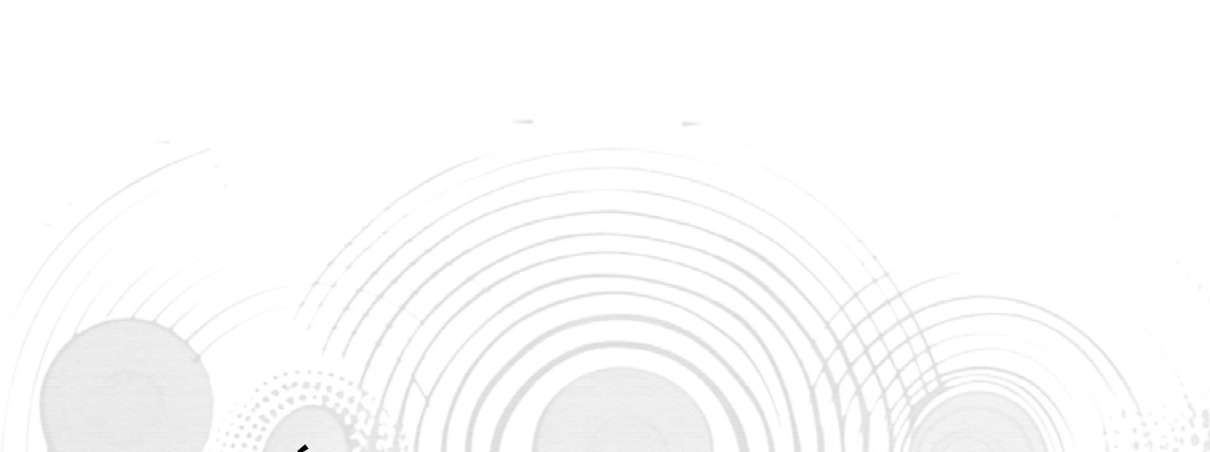
Campinas — SP — 13070-118

Fone 19 3252.6011

ponteseditores@ponteseditores.com.br

www.ponteseditores.com.br

Impresso no Brasil — 2024



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO INTERFACES NO ESTUDO DOS CONECTIVOS E DA CONEXÃO DE ORAÇÕES_____7

Ivo da Costa do Rosário (UFF/CNPq/FAPERJ)

ESCRITA INFANTIL: UMA ABORDAGEM LINGÜÍSTICO- DISCURSIVA DA JUNCTÃO_____19

Lúcia Regiane Lopes-Damasio (UNESP)

Mateus Dias Santana (UNESP)

HIPOTEXE DE FINALIDADE EM PERSPECTIVAS MICRO E MACROTEXTUAIS: UM ESTUDO FUNCIONALISTA_____55

Amanda Heiderich Marchon (UFES)

PADRÕES FUNCIONAIS DAS MICROCONSTRUÇÕES [PORTANTO], [TANTO QUE] E [E AÍ] NO PORTUGUÊS CONTEMPORÂNEO: CONECTORES DA SINTAXE AO DISCURSO_____79

Ana Beatriz Arena (UERJ/FFP)

Ana Cláudia Machado dos Santos (UFF)

Milena Torres de Aguiar (UERJ/FFP)

ANTEPOSIÇÃO E POSPOSIÇÃO DAS ORAÇÕES FINAIS INSTANCIADAS PELO SUBESQUEMA [Prep [det] N de] conect	125
--	------------

Brenda da Silva Souza Costa (UFF)

CONEXÕES TEXTUAIS-DISCURSIVAS: O PAPEL DO OPERADOR ARGUMENTATIVO [VEJA QUE] NA CONSTRUÇÃO DE TEXTOS FORMAIS DE CUNHO OPINATIVO	149
---	------------

Vitória Ribeiro Nascimento (UFF)

CONCEPTUALIZAÇÕES METAFÓRICAS DO SUCESSO EM MEMES	183
--	------------

Mayara Mattos (GESTUM/UFF)

PRÁTICAS DE ESCRITA INICIAL: UMA ABORDAGEM LINGUÍSTICO-DISCURSIVA DA JUNÇÃO EM TEXTOS NARRATIVOS	213
---	------------

Bruna de Paula Silva (UNESP)

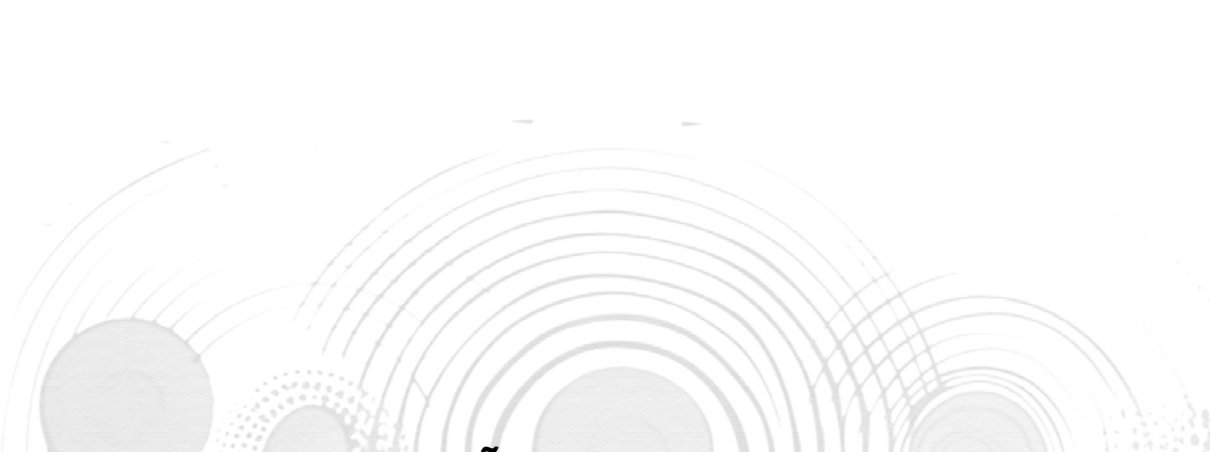
PRÁTICAS DE ESCRITA NO PEJA: O PAPEL DAS TRADIÇÕES DISCURSIVAS ORAIS À LUZ DA HETEROGENEIDADE CONSTITUTIVA	237
---	------------

Giovanna Coelho de Oliveira (UNESP)

POSSIBILIDADES DISCURSIVAS DO “E” EM MANCHETES DO MEIA HORA E DO EXTRA EM MEIO AO CAOS SOCIAL DA PANDEMIA	267
--	------------

Clayton Moreira (UFF)

SOBRE OS AUTORES	293
-------------------------	------------



APRESENTAÇÃO

INTERFACES NO ESTUDO DOS CONECTIVOS E DA CONEXÃO DE ORAÇÕES

Ivo da Costa do Rosário (UFF/CNPq/FAPERJ)

Com muita satisfação, apresentamos à comunidade acadêmica a obra “Conectivos e conexão de orações em perspectiva”. Este livro reúne uma parcela dos trabalhos apresentados durante o IV Seminário do CCO (Grupo de Pesquisa Conectivos e Conexão de Orações),¹ realizado nos dias 29, 30 e 31 de maio de 2023, no Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense (UFF).

O CCO foi fundado em 15 de setembro de 2015. Como está em sua identidade acadêmica, o objetivo do grupo é investigar o papel dos conectivos na gramática do português e os diversos processos de conexão de orações, nas abordagens tanto sincrônica quanto diacrônica. Para isso, os trabalhos produzidos pelo grupo partem de uma visão funcionalista da linguagem (cf. Oliveira; Lopes, 2023; Rosário, 2022a, 2022b, 2023), mas todas as investigações estão

1 Para mais informações, acesse <https://cco.sites.uff.br/>

sempre abertas ao diálogo com outras vertentes teóricas, como esta obra revela.

No grande mosaico dos grandes temas de pesquisa atinentes ao CCO, estão o papel morfossintático e semântico-pragmático dos operadores argumentativos, dos marcadores discursivos e de todos os elementos de conexão *lato sensu*, incluídos as preposições, as conjunções, os advérbios e outras categorias da gramática. O foco do grupo está igualmente nos processos canônicos e não canônicos de integração de orações. Dentre eles, destacam-se a parataxe, a hipotaxe, o encaixamento, a correlação, a justaposição e outros.

No evento realizado em 2023, tivemos a oportunidade de ouvir Catalina Fuentes Rodríguez, da Universidade de Sevilha. A conferencista abriu o evento brindando-nos com o tema “O dinamismo do discurso: conectores, operadores e construções”.² Em conformidade com a visão interdisciplinar do CCO, também tivemos a oportunidade de discutir o tema “Modos de conexão textuais e intertextuais no contexto de produção e recepção de textos que desinformam”, por meio da apresentação de Anna Bentes (UNICAMP). Com isso, foi possível entrelaçar uma visão funcionalista da linguagem à perspectiva da Linguística Textual.

Aliás, a visão interdisciplinar deu o tom do seminário, que também destacou o tema dos mecanismos de junção na escrita escolar, a conexão de orações no português em uso a partir das construções contrastivas não prototípicas, os mecanismos de junção pelo viés da tradição discursiva, o uso de cláusulas insubordinadas e o grande desafio das *fake news* no contexto político brasileiro de então.

De forma direta ou indireta, todos os capítulos deste livro fazem referência a esse conjunto de discussões proficuamente travadas ao longo dos três dias do IV Seminário do CCO. A obra que ora apresentamos revela todos esses aspectos de modo muito didático

2 A conferência da pesquisadora está disponível integralmente em https://bit.ly/catalina_cco

e atualizado, despontando como uma real contribuição aos estudos funcionalistas e suas interfaces.

O livro é iniciado com o trabalho “Escrita infantil: uma abordagem linguístico-discursiva da junção”, por Lúcia Regiane Lopes-Damasio e Mateus Dias Santana. Esse trabalho tem como objetivo observar a relação entre o comportamento dos mecanismos de junção (MJs) e a heterogeneidade da escrita, nas tradições discursivas (TDs) narrativa e argumentativa, mediante traços do oral/falado e letrado/escrito, com base nas associações entre o funcionamento dos MJs e os eixos da gênese da escrita e do código escrito institucionalizado. O estudo fundamenta-se na concepção de escrita constitutivamente heterogênea (Corrêa, 2004), na visão dialógica dos textos, baseada no conceito de TDs (Kabatek, 2006), e na adoção de um modelo funcionalista de junção (Raible, 2001), em que os MJs são tomados como *rastro* da circulação do sujeito pela escrita, em uma abordagem linguístico-discursiva.

O *corpus* que serviu de fonte para a realização deste primeiro capítulo é composto de 26 textos narrativos e 26 argumentativos, analisados de acordo com uma metodologia qualitativa e quantitativa. Os resultados dessa abordagem mostram que a parataxe prevalece nas duas TDs, com os sentidos de adição, causa, tempo posterior e contraste, em espaços de junção que indiciam, com frequência superior, nessas tradições, a circulação dos sujeitos pelo eixo da gênese da escrita, em rastros juntivos caracterizados, com maior repetibilidade, por justaposições e *e*, como gestos que apontam para o contexto de enunciação.

Em seguida, Amanda Heiderich Marchon, à luz do Funcionalismo Clássico em diálogo com a Semântica Argumentativa, procura tecer considerações sobre aspectos estruturais e semântico-discursivos de cláusulas hipotáticas de finalidade. Considerando que as cláusulas hipotáticas de finalidade expressam uma meta a ser atin-

gida, a pesquisadora defende a hipótese de que o emprego dessas estruturas contribui para a organização argumentativa do discurso.

Tomando por base, portanto, estudos funcionalistas sobre articulação de cláusulas (Decat, 1993; Dias, 2001; Hopper; Traugott, 1993), bem como amparada nos conceitos de *doxa* e *polifonia* (Ducrot, 1987), Amanda Marchon analisa 104 artigos de opinião, publicados em 2020, na coluna *Tendências e Debates*, do jornal *Folha de São Paulo*. Nesse material, ela atestou 161 cláusulas hipotáticas de finalidade. As análises apontaram que, além de as cláusulas de finalidade serem mais frequentes em textos que advogam contra a manutenção da ordem social instaurada, elas estão associadas a nuances da modalidade deôntica, expressas nas cláusulas nucleares.

O terceiro capítulo da obra intitula-se “Padrões funcionais das microconstruções [portanto], [tanto que] e [e aí] no português contemporâneo: conectores da sintaxe ao discurso”. Nesse trabalho, Ana Beatriz Arena, Ana Cláudia Machado dos Santos e Milena Torres de Aguiar investigam os padrões funcionais de três elementos de conexão altamente produtivos no Português Brasileiro (PB). Elas identificam as estratégias de articulação dos textos, partindo da ideia de que, para a pesquisa funcionalista, existe uma relação estreita entre as diversas motivações de ordem intra e extralinguísticas que forjam determinadas configurações e moldam modos específicos de dizer. Nesse cenário, elementos de conexão articulam porções textuais, auxiliando a tessitura textual, seja no âmbito sintático em nível global, intermediário ou microtextual (Koch; Elias, 2016), seja no âmbito do discurso, articulando predominantemente argumentatividade e (inter)subjetividade, podendo tais conectores estar inseridos em contextos bastante modalizados.

Sendo assim, à luz da Linguística Funcional Centrada no Uso, em diálogo com a Linguística Textual, o estudo de Arena, Santos e Aguiar apresenta alguns padrões de uso de três microconstruções

que emergem em contextos desde os mais sintáticos até os mais discursivos, como é o caso de [portanto], [tanto que] e [e aí] respectivamente. Valendo-se de uma amostra sincrônica do PB, composta pela modalidade oral e escrita do *Corpus Discurso & Gramática*, pela modalidade escrita ou pela escrita como reprodução de fala do *Corpus do Português*, as pesquisadoras realizam uma análise qualiquantitativa dos dados. Os resultados apontam que a micro-construção [portanto] é um conector que vem se especializando na expressão de resultado, apresentando gradiência entre consequência e conclusão; por sua vez, [tanto que] é um operador discursivo cuja estratégia é acrescentar uma possível comprovação da asserção apresentada na porção textual que o antecede; por fim, [e aí], como um marcador discursivo interacional, atua no plano interpessoal, mantendo a interação falante/ouvinte, em contextos informais em que o falante, com uma entonação interrogativa, incentiva seu ouvinte a fornecer a consequência/conclusão de algo dito anteriormente.

No capítulo 4, Brenda da Silva Souza da Costa aborda o tema “Anteposição e posposição das orações finais instanciadas pelo subesquema [Prep [det] N de]_{connect}”. A partir do arcabouço teórico-metodológico da Linguística Funcional Centrada no Uso, esse capítulo objetiva analisar os efeitos semânticos advindos da posição da oração hipotática de valor final encabeçada pelos conectores *com o objetivo de*, *com o intuito de*, *com o fito de*, *com o propósito de*, *com o fim de* e *com a finalidade de*, na atual sincronia do português brasileiro. A coleta de dados foi realizada no *Corpus do Português*, interface NOW. A autora observa a presença de significativas mudanças semânticas em relação à ocorrência da oração de valor final de forma anteposta, intercalada ou posposta à matriz.

Costa também ressalta que dados pospostos à matriz foram mais frequentes, sendo essa, portanto, a forma não marcada da construção. Em relação aos diferentes efeitos semânticos relacionados à posição da oração final, comprovou-se que o próprio

contexto anterior à cláusula de finalidade anteposta forma uma expectativa, como se apontasse para uma espécie de “problema”, cuja solução se apresenta em seguida, na oração matriz, conforme discutido por Thompson (1985). Isso não ocorre quando a oração final aparece posposta à matriz, pois, nesses casos, há apenas a motivação do estado de coisas descrito na oração matriz.

Em seguida, no capítulo “Conexões textuais-discursivas: o papel do operador argumentativo [veja que] na construção de textos formais de cunho opinativo”, Vitória Ribeiro Nascimento, com foco na Linguística Funcional Centrada do Uso (LFCU), analisa o desenvolvimento de elementos, menos ou mais procedurais, em seus contextos de produção, bem como seu comportamento nas situações comunicativas. Assim, na condição de “reguladores” da intersubjetividade presente na interação entre dois ou mais indivíduos, os elementos de conexão textual-discursiva: (i) surgem como indícios das convicções do falante projetadas em seu interlocutor, quando analisados segundo as propriedades pragmáticas e (ii) desempenham a função de estratégia argumentativa no projeto de texto do autor, analisados consoante as propriedades discursivas.

O objetivo da autora está concentrado em descrever o operador argumentativo “veja que” como um elemento procedural de relação textual-discursiva que busca tornar evidentes os níveis pragmático e discursivo-funcional da língua em uso, a partir dos contextos em que atua como operador argumentativo de especificação. O trabalho apoia-se nos pressupostos teórico-metodológicos da LFCU (Rosário, 2022b), em diálogo com a Linguística Textual (Koch; Elias, 2016). As análises são norteadas pela metodologia qualitativa, com base em dados retirados do *Corpus NOW* (<https://www.corpusdoportugues.org/now/>). Os resultados apontam que “veja que” é um operador argumentativo altamente produtivo em textos de cunho opinativo. Nesses contextos, a estratégia de coesão sequencial consiste em conseguir a adesão do interlocutor por meio de uma manobra de especificação de um determinado

tema que é projetado como rema no discurso que encabeça. Dessa forma, ao mesmo tempo em que suscita maior envolvimento do ouvinte/leitor, permite a progressão do texto.

Em seguida, em “Conceptualizações metafóricas do sucesso em memes”, Mayara Mattos apresenta uma investigação em torno do conceito de “sucesso”, na forma em que ele é conceptualizado e articulado no discurso. Para tanto, são observados os pressupostos da Teoria da Metáfora Conceptual (Lakoff; Johnson, 1980), os estudos sobre metáfora e ideologia (Charteris-Black, 2004), bem como o conceito de esquema imagético (Lakoff, 1987). Quanto à seleção do *corpus*, a análise reúne *memes* extraídos da plataforma *Google Images*, a partir das expressões de busca “sucesso é” e “sucesso é como”.

A pesquisadora buscou, a partir da análise dos *memes*, investigar as possíveis conceptualizações sobre a ideia de sucesso. Para tal, o estudo seguiu as seguintes etapas metodológicas: (i) identificação das instanciações linguísticas metafóricas nos *memes*, com base no “procedimento de identificação de metáforas VU” no discurso (Steen *et al.*, 2010, p. 25); (ii) identificação das possíveis metáforas conceptuais subjacentes às instanciações metafóricas; e (iii) análise dos mapeamentos acionados nas metáforas conceptuais e dos possíveis esquemas imagéticos que as estruturam. Como resultado, Mattos constatou que as metáforas conceptuais mais frequentemente recrutadas para conceptualizar o sucesso nos *memes* analisados são: SUCESSO É PRODUTO DE RECEITA, SUCESSO É DESTINO DE VIAGEM, SUCESSO É TOPO DE ESCADA e SUCESSO É FRUTO DE COLHEITA.

No capítulo 7, Bruna de Paula Silva aborda o tema “Práticas de escrita inicial: uma abordagem linguístico-discursiva da junção em textos narrativos”. Para isso, ela se propõe a descrever e analisar o funcionamento dos mecanismos de junção (MJs), empregados na Tradição Discursiva (TD) narrativa, no modo escrito de enuncia-

ção, em aquisição. No trabalho, nomeia-se de *junktion* técnicas linguísticas usadas para combinar elementos proposicionais (Raible, 2001) e TD como a repetição de um texto, uma forma textual ou uma maneira particular de escrever/falar, cuja repetição estabelece um laço entre atualização e tradição (Kabatek, 2005a, 2005b).

A pesquisadora parte da hipótese geral de que os MJs são elementos sintomáticos de TDs (Kabatek, 2005a, 2005b) e rastros específicos da movimentação do sujeito em seu processo de textualização (Lopes-Damasio, 2020). O universo da investigação é composto de 40 textos produzidos por alunos matriculados nos anos de 2001 a 2004, nas antigas 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental (10 textos de cada série), em escola pública de São José do Rio Preto-SP, submetidos a uma análise qualitativo-quantitativa. Os resultados dessa proposta contemplam, portanto, aspectos concernentes à análise linguística de formas juntivas diversas, em contexto de aquisição da escrita, bem como de aquisição de uma TD.

No capítulo 8, Giovanna Coelho de Oliveira aborda o estudo “Práticas de escrita no PEJA: o papel das tradições discursivas orais à luz da heterogeneidade constitutiva”. O trabalho é um recorte da pesquisa de mestrado da autora. O objetivo do capítulo é discutir como as Tradições Discursivas (TDs) orais (Kabatek, 2005a, 2005b) se colocam na origem do processo em que o texto escrito se torna significativo para um sujeito, o adulto, educando do PEJA/UNESP-ASSIS. O quadro teórico-metodológico adotado pressupõe, por um lado, o atravessamento concomitante do sujeito por múltiplas práticas de oralidade e letramento, a partir do entendimento da escrita como constitutivamente heterogênea (Corrêa, 1997).

Concomitantemente, a pesquisadora propõe relações com o conceito de TD, definido, *grosso modo*, como a repetição e a evocação de uma maneira particular de escrever/falar que adquire valor de signo próprio, em um diálogo crítico com a proposta de Kabatek (2005a, 2005b). A partir de então, apresenta-se a pro-

dução dos educandos do PEJA quanto à apreensão de possíveis marcas linguísticas que caracterizam o modo heterogêneo de constituição da (sua) escrita, para este recorte. Os resultados mostram os rastros do movimento do sujeito pelo que (re)conhece como fixo e lacunar nas TDs.

Por fim, no último capítulo, “Possibilidades discursivas do ‘e’ em manchetes do Meia Hora e do Extra em meio ao caos social da pandemia”, Clayton Moreira, com suporte teórico principal na Análise Semiolinguística do Discurso de Patrick Charaudeau, sobretudo no que diz respeito à argumentação e às suas operações lógicas e múltiplos aspectos semânticos, propõe uma análise das relações lógico-semânticas instanciadas pelo conector *e* em manchetes dos jornais populares *Extra* e *Meia Hora* nos anos de 2020 e 2021. Essas edições retrataram, inúmeras vezes, o contexto da pandemia do coronavírus e o caos social que se instaurou no período por meio de capas desses dois suportes de mídia. O estudo aborda, inicialmente, alguns conceitos básicos da Semiolinguística e o conceito de relações lógicas de Charaudeau para, em seguida, deter-se especialmente sobre a conjunção *e*, pretendendo demonstrar como os sentidos veiculados por esse conector, geralmente restrito à adição, vão além do que é ensinado nas escolas com o auxílio da Gramática Tradicional.

Esse último capítulo do livro apresenta também um pequeno estudo sobre a multiplicidade semântica do *e*, apoiado em Monnerat (2003). Por fim, amparado na teoria de preservação de face de Goffman (1967), levanta a hipótese da utilização dessa estratégia linguística pela instância midiática. A análise mostra, por fim, os jornais sendo pródigos na utilização do *e* em manchetes, porque visam a proteger sua imagem diante do público e manter uma aura de imparcialidade.

Como foi ressaltado no início deste texto de Apresentação, esta obra é diversa e multifacetada. Aborda o vasto campo dos conec-

tivos e da conexão de orações de modo interdisciplinar, por meio de interfaces com tantos outros estudos e teorias relevantes sobre o tema. Desejamos que você aprecie as discussões aqui apresentadas. Boa leitura!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHARTERIS-BLACK, J. *Corpus approaches to critical metaphor analysis*. New York: Palgrave, 2004. 293p.

CORRÊA, M. L. G. *O modo heterogêneo de constituição da escrita*. 1997. 435f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

CORRÊA, M. L. G. *O modo heterogêneo de constituição da escrita*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

DECAT, M. B. N. *Leite com manga morre: da hipotaxe adverbial no português em uso*. 1993. 287 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada ao Ensino da Língua) – Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1993.

DIAS, N. B. *As cláusulas de finalidade*. 2001. 175 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.

GOFFMAN, E. *Interaction ritual: essays on face-to-face behavior*. New York: Doubleday Anchor, 1967.

HOPPER, P. ; TRAUGOTT, E. C. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

KABATEK, J. Tradiciones discursivas y cambio lingüístico. *Lexis* XXIX, [S. l.], v. 29, n. 2, 151-177, 2005a.

KABATEK, J. Sobre a historicidade dos textos. *Linha d'água*, São Paulo, v. 17, p. 157- 170, 2005b.

KABATEK, J. Tradições discursivas e mudança linguística. In: LOBO, T. et al. (org.). *Para a história do português brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2006. Tomo II.

KOCH, I. G. V.; ELIAS, V. M. *Escrever e argumentar*. São Paulo: Contexto, 2016.

LAKOFF, G. *Women, fire and dangerous things*. Chicago: University of Chicago Press, 1987. 632p.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago: University of Chicago Press, 1980. 256p.

LOPES-DAMASIO, L. R. Junção e tradição discursiva na escrita infantil. *Revista (Con)Textos Linguísticos*, Vitória, v. 14, n. 29, p. 136-156, 2020.

MONNERAT, R. Possibilidades discursivas do E – um conector coringa. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v. 4, n. 1, p. 185-203, jul./dez. 2003.

OLIVEIRA, M. R.; LOPES, M. G. (org.). *Funcionalismo Linguístico: interfaces*. Campinas: Pontes Editores, 2023.

RAIBLE, W. Linking clauses. In: HASPELMATH, M. et al. (ed.). *Language typology and language universals: an international handbook*. Berlim: Walter de Gruyter, 2001. p. 590- 617.

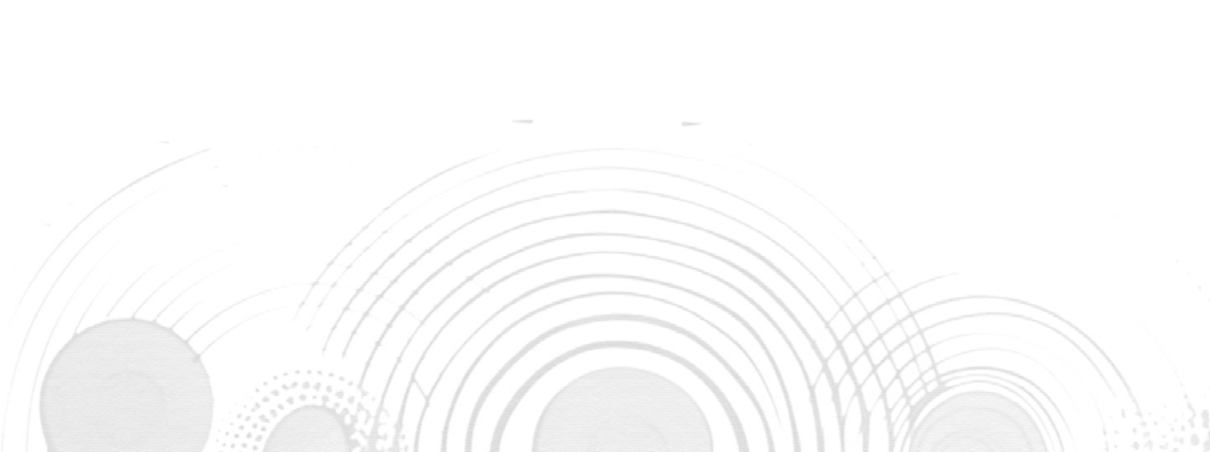
ROSÁRIO, I. C. Revel na Escola: Sintaxe Funcional. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem*, v. 20, p. 1-22, 2022a

ROSÁRIO, I. C. (Org.) *Introdução à Linguística Funcional Centrada no Uso: teoria, método e aplicação*. Niterói: EdUFF, 2022b

ROSÁRIO, I. C. (org.). *Metodologia da Pesquisa Funcionalista*. Porto Velho: EDUFRO, 2023

STEEN, G. et al. *A method for linguistic metaphor identification: from MIP to MIPVU*. Amsterdam; Filadelfia: John Benjamins, 2010. 330p.

THOMPSON, S. Grammar and written discourse: Initial vs. final purpose clauses in English. *Text 5-Interdisciplinary Journal for the Study of Discourse*, p. 55-84, 1985.



ESCRITA INFANTIL: UMA ABORDAGEM LINGÜÍSTICO-DISCURSIVA DA JUNCTÃO

Lúcia Regiane Lopes-Damasio (UNESP)

Mateus Dias Santana (UNESP)

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, para abordar a escrita infantil a partir de uma perspectiva linguístico-discursiva, objetiva-se observar a relação entre o comportamento dos mecanismos de junção (MJs) e a heterogeneidade da escrita, nas tradições discursivas (TDs) narrativa e argumentativa, mediante traços do oral/falado e letrado/escrito. Para isso, serão tomadas como base as associações entre o funcionamento dos MJs e os eixos da gênese da escrita e do código escrito institucionalizado, tomados aqui, na perspectiva de Corrêa (2004), como espaços de observação da heterogeneidade da escrita.

Busca-se responder à seguinte pergunta de pesquisa: quais as relações entre as TDs narrativa e argumentativa e questões referentes à fala/oralidade e escrita/letramento, enquanto fatos linguísticos e práticas sociais? Para isso, direciona-se pela seguinte hipótese: a circulação do escrevente por dois dos eixos que orien-

tam o modo heterogêneo de constituição da escrita — o da gênese da escrita e o do código escrito institucionalizado — pode indicar, em intrínseca relação aos MJs empregados, um diálogo entre as TDs¹ analisadas e questões referentes à fala/oralidade e escrita/letramento.

Sob esse viés, este trabalho encontra-se organizado em três seções, além desta Introdução e das Considerações finais: na primeira seção, são apresentados seus pressupostos teórico-metodológicos; na segunda, os resultados da análise dos MJs nas TDs narrativa e argumentativa, de acordo com o objetivo aqui apresentado; e, por fim, na terceira, uma breve discussão dos resultados, no espaço teórico-metodológico construído para a observação dos dados.

PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

A fundamentação teórica deste trabalho nasce da aceitação, na linha de Chacon (2021), de que produção e atribuição de sentidos se dão na articulação entre elementos da língua e práticas sociais — orais e letradas —, tomadas como planos essenciais da linguagem. Assim, a abordagem dos atos de fala e escrita, configurada linguístico-discursivamente, apresenta duas consequências: (i) de que fala e escrita são reconhecidas como atos enunciativos cuja materialidade linguística resulta da inserção do falante em determinada(s) prática(s) de oralidade e letramento, respectivamente, como prática(s) discursiva(s). Está posto, portanto, que fala e oralidade não são tomadas como sinônimas, como também não o são escrita e letramento;² e (ii) a aceitação, conforme Chacon (2021), de que a constituição, como falante e escrevente, do sujeito, pela lingua-

1 As TDs (cf. apresentação teórica, na seção seguinte) serão tomadas como recurso teórico-metodológico para a observação do eixo 3 (Corrêa, 2004), da dialogia entre o já falado/ouvido e escrito/lido.

2 Enquanto fala e escrita correspondem a atos enunciativos concretos, em que emergem produtos linguísticos (sob a forma de enunciados) de uma prática de oralidade e de uma prática de letramento, respectivamente, oralidade e letramento correspondem à diversidade dessas práticas discursivas que regulam a produção e a circulação dos enunciados falados e escritos (Chacon, 2021).

gem, se dá por seu atravessamento simultâneo por diferentes práticas de oralidade e letramento e de que, portanto, o produto linguístico dessas práticas, nos enunciados falados e escritos (com especial atenção, neste trabalho, para os escritos), jamais é puro, ou seja, fala e escrita seriam constitutivamente heterogêneas (Corrêa, 2004), tal como será explicitado ainda nesta fundamentação. Como em outros trabalhos, com seus recortes específicos (cf., por exemplo, Lopes-Damasio, 2020, 2019a, 2019b, para o tratamento da junção; Capristano; Sousa-Machado, 2016; Chacon, 2021, 2013; Fiel; Tenani, 2018; Tenani, 2017, para o tratamento da segmentação de palavras; Chacon *et al.*, 2016; Vaz; Chacon, 2020, para o tratamento da ortografia; e, por fim, Soncin; Rodrigues, 2018; Soncin; Tenani, 2017, para o tratamento da pontuação), o desafio é construir uma via de compreensão do papel das práticas discursivas orais e letradas nas relações entre o sujeito e sua escrita, sob o viés aberto pela tarefa de suspensão da transparência da linguagem, numa abordagem que tem sido definida, na literatura citada, como uma interpretação discursiva de fatos linguísticos, aqui, delimitados no plano sintático-semântico.

Em seus estudos sobre o modo heterogêneo de constituição da escrita, Corrêa (2004) inicia uma reflexão que dialoga com a proposição de Marcuschi (1995) sobre oralidade/letramento e fala/escrita, que, segundo este autor, são fenômenos de fala e escrita tomados na relação entre fatos linguísticos (fala/escrita) e práticas sociais (oralidade/letramento). Consequentemente, assumem-se o falado e o escrito como práticas sociais vinculadas ao letramento e à oralidade e, portanto, o encontro entre as “práticas sociais” e os “fatos linguísticos”. Por meio disso, Corrêa (2004, p. 87-88) defende a ideia de um modo heterogêneo de constituição da escrita que é:

[...] pois, uma particularização, para o domínio da escrita, do encontro das práticas orais/faladas e letradas/escritas, considerada, ao mesmo tempo, a dia-

logia com o já falado/ouvido e com o já escrito/lido. Esse encontro, que está presente nas duas modalidades, embora registrado localmente, regulado pelas instituições; tipicamente particular, é, no entanto, historicizado.

Partindo dessa concepção, Corrêa (2004) propõe três eixos que orientam a circulação do escrevente pelo (seu) imaginário sobre a escrita: o primeiro se refere à suposta gênese da escrita, em que o escrevente, ao tentar apropriar-se dela, procura representar termo a termo a fala/oralidade; o segundo refere-se ao código escrito e caracteriza-se como apropriação da escrita em seu estatuto institucionalizado, inverso à concepção da escrita em sua suposta gênese, em que o escrevente reproduz o que imagina ser um modo autônomo de representar a fala/oralidade; o terceiro diz respeito à relação que o texto mantém com o já falado e já ouvido, além de com o já escrito e já lido, através da qual o escrevente coloca-se em contato com a produção escrita em geral.

Segundo Corrêa (2004), os três movimentos sobre o imaginário da escrita, ou, conforme descritos, os três eixos de circulação imaginária do escrevente, selecionados como lugares para a análise da relação sujeito/linguagem, apontam que o modo heterogêneo de constituição da escrita é, a partir dessa relação, a materialização textual do processo de escrita do escrevente.³ Além disso, destaca-se que “a heterogeneidade da escrita permite, por exemplo, avaliar aspectos da *fala* [...] não como uma intervenção danosa da fala na escrita, mas, sim, como constitutiva e determinante dela” (Capristano, 2013, p. 674, grifo da autora).

3 Corrêa (2013) assume que o caráter processual e histórico da escrita é marcado no termo *modo*, enquanto *modalidade* só permite entender a escrita como código alfabético, em uma perspectiva estática. Com esse intuito, compreende-se, segundo o autor, que o uso do termo *modo* seja necessário para explicitar a semântica dos modos de atualização da língua heterogeneamente constituídos, diante da escrita, e, concomitantemente, para abandonar todo entendimento dicotômico por vezes associado ao termo *modalidade* na literatura.

A circulação do escrevente pelos dois primeiros eixos deixa-se ver por meio de marcas linguísticas, prosódicas, sintáticas e lexicais — com destaque, neste artigo, para as de natureza sintática — e é dirigida pelo terceiro eixo, enquanto presença do dialogismo em toda a linguagem. A partir desse caráter de réplica da linguagem, associa-se, neste trabalho (cf. Lopes-Damasio, 2019a, 2019b, dentre outros), o conceito de TD.

Segundo Kabatek (2006), esse conceito surge nos estudos da Linguística Histórica Românica, realizados pela Filologia Pragmática alemã, na década 80, e respalda-se na teoria coseriana (Coseriu, 1979), em que a linguagem não é vista como *produto*, mas como *atividade*, na recuperação de um diálogo com o pensamento aristotélico de Humboldt, de modo que se assume que a linguagem não possui um caráter acabado, mas de atividade humana universal, estabelecida por normas historicamente determinadas.⁴

Para a construção do conceito de TD, a abordagem coseriana de língua histórica e concreta prevê três níveis linguísticos: o primeiro, *universal*, diz respeito à capacidade que os seres humanos têm de falar; o segundo, *histórico*, corresponde à língua com suas especificidades (idiomas históricos); e o terceiro, o *atual* ou *individual*, à sua materialização, em enunciados e textos. Para sustentar as relações teóricas com o entendimento de escrita constitutivamente heterogênea, conforme Corrêa (1997), algumas ressalvas têm sido feitas em relação aos níveis da linguagem, propostos por Coseriu: a primeira trata do nível *histórico* e do necessário reconhecimento de que só há história no nível *atual* e, portanto, de que ela só existe porque o ato linguístico não é individual; e a segunda trata do nível *atual* e do reconhecimento de que esse nível subjaz

4 Em outra perspectiva, Corrêa (2008, 1997, dentre outros) também olha para a escrita como *processo* e não como *produto*, uma vez que o caráter heterogêneo da escrita não se restringe ao *material signifiante*, mas engloba outras dimensões que constituem o processo de sua produção. Nessa direção, o autor assume que o sujeito-escrevente e seu texto se constituem, no processo de textualização, a partir do modo escrito de enunciação. A conceituação de texto e de processo de textualização sustenta-se, pois, na consideração da linguagem como *acontecimento*, não acabado senão na relação entre falante/ouvinte, autor/leitor.

à noção de sujeito da linguagem como *individuação* e não como indivíduo⁵ (Lopes-Damasio, 2019a).

Para Koch (2008), as TDs podem ter finalidades fundamentais, como, por exemplo, um “bom dia”, que se materializa como ato de fala, e também finalidades complexas, próprias de determinadas culturas, como as mediadas pela escrita. Nessa direção, Kabatek (2006, p. 512) apresenta a seguinte definição:

Entendemos por Tradição Discursiva (TD) a repetição de um texto ou de uma forma textual ou de uma maneira particular de escrever ou de falar que adquire valor de signo próprio (portanto é significável). Pode-se formar em relação a qualquer finalidade de expressão ou qualquer elemento de conteúdo, cuja repetição estabelece uma relação entre atualização e tradição; qualquer relação que se pode estabelecer semioticamente entre dois elementos de tradição (atos de enunciação ou elementos referenciais) que evocam uma determinada forma textual ou determinados elementos linguísticos empregados.

Conforme essa definição, de acordo com a economia da atuação humana (Kabatek, 2004), as TDs são tomadas como fato linguístico universal: falar/escrever não é somente falar/escrever algo, seguindo as regras de uma língua (seu sistema e norma), mas é falar/escrever algo conforme uma dada tradição textual (Kabatek, 2006). Destarte, uma TD pode se constituir a partir de qualquer elemento significável, formal ou de conteúdo, que constrói uma ligação entre

5 O sujeito, visto como individuação dialógica, constitui-se em sua relação com a linguagem, considerada como espaço de interação e atividade. Com efeito, essa concepção de sujeito refere-se àquela de Corrêa (2004), que não assume o sujeito da linguagem como indivíduo, uma vez que não é a singularidade factual, circunscrita a si mesma, que enuncia, e, ao mesmo tempo, não rejeita integralmente a noção de sujeito assujeitado. Trata-se, pois, de assumir a presença do outro como constitutiva do sujeito e marcada pelas ideias de heterogeneidade e de representação, as quais, no sentido em que são utilizadas, dão pistas, ao mesmo tempo, da divisão enunciativa do sujeito e das formas discursivas que o identificam a grupos (Corrêa, 1997).

atualização e tradições textuais, implicando na relação de um texto com outro, em determinado período histórico, via repetição — total, parcial, ou apenas formal. Definida como evocação, “a relação de tradição de uma TD tem então duas faces, a TD propriamente dita e a constelação discursiva que a evoca” (Kabatek, 2006, p. 511).

Nessa linha, uma TD pode ser considerada uma forma textual ou uma combinação de elementos, em conformidade com as composicionalidades paradigmática e sintagmática que configuram o texto (Kabatek, 2006). A composicionalidade paradigmática trata da referência simultânea a diversas TDs em um único texto. A sintagmática, da propriedade capaz de diferenciar, na linearidade de uma TD complexa, outras TDs que a compõem, ou seja, é a maneira como, na materialidade do texto, a composicionalidade paradigmática se manifesta (Lopes-Damasio, 2020).

Sob esse viés, Kabatek (2006) realiza estudos diacrônicos que focalizam processos de mudança linguística, enquanto Longhin-Thomazi (2011a, 2011b) e Lopes-Damasio (2019a, 2019b, dentre outros) adotam o conceito em estudos sincrônicos de aquisição da escrita, a partir da adoção da concepção coseriana de língua, histórica e concreta, que engloba a história mesmo no recorte sincrônico (Coseriu, 1979).

Para a realização de seus estudos, Kabatek (2006, p. 517) parte da proposta de Raible (2001) que aborda o conceito de *junction* (junção) e permite a sistematização de diferentes técnicas linguísticas usadas para *juntar/combinar* elementos proposicionais. Segundo o autor, os juntores são analisados através da conjugação de dois eixos, com diferentes graus de complexidade: o eixo sintático (vertical) e o semântico (horizontal). No sintático, distribuem-se os juntores mais agregadores até os mais integradores. No semântico, apresentam-se as relações semânticas expressas pelos juntores, numa “escala de complexidade crescente” (Kortmann, 1997; Longhin-Thomazi, 2011a, 2011b; Lopes-Damasio, 2019a, 2019b).

Essa abordagem se baseia em um modelo no qual a relação entre as orações pauta-se na não discretude dos processos e sentidos da junção, conforme seu funcionamento nos textos.

No que concerne ao grau de interdependência sintática (eixo vertical), o sistema de taxa se desdobra em parataxe e hipotaxe, de acordo com aspectos gramaticais das unidades envolvidas: se as orações são livres e constituem, cada uma, um todo funcional, a construção é paratática e assume uma ordem fixa; se uma oração domina a outra e, por isso, é dominante/nuclear, enquanto a outra é dependente/modificadora, a construção é hipotática.⁶ Para o crescente de complexidade das relações semânticas (eixo horizontal), recupera-se a unidirecionalidade da mudança semântica, de acordo com uma relação de derivação entre as categorias *espaciais* e *modais* em direção a *tempo* e *causa*, *condição*, *contraste* e *concessão* (CCCC); e entre *tempo* e CCCC, conforme identifica Kortmann (1997). A título de ilustração, seguem os exemplos extraídos do *corpus* deste trabalho:

(01) Um dia eu estava no quarto **e** minha mãe me pediu para pegar o a(l)ho [07/3Narr].

(02) Eu sonho em ser uma grande jogadora de vôlei de praia, **Ø** formar um time com minha amiga Juliana [03/03Narr].

(03) [...] **quando** eu tinha 15 anos eu fui para São Paulo [12/03Narr].

(04) Estou aqui hoje **para** pedir o meu presente de natal (rasura)* antecipado [17/6Narr].

Em (01) e (02), os MJs *e* e *justaposição* ilustram a parataxe, em termos de [-dependência] e [-encaixamento]. Nos dois contex-

6 A parataxe refere-se à coordenação, citação (por exemplo, os casos de discursos diretos e indiretos livres) e aposição; e a hipotaxe, às orações relativas não restritivas, orações de fala reportada (por exemplo, o discurso indireto) e orações interligadas por relações circunstanciais.

tos, apresenta-se o sentido de adição, sendo que, em (1), a partir dele é possível inferir aquele mais abstrato de tempo simultâneo, conforme mostra a paráfrase: “Um dia eu estava no quarto [quando/no momento em que] minha mãe me pediu para pegar o a(l)ho”. Em (03) e (04), os MJs *quando* e *para* ilustram o funcionamento hipotático, agora em termos de [+dependência] e [-encaixamento], com os sentidos de tempo anterior e finalidade, respectivamente.

Além desse critério bidimensional, para o tratamento linguístico da junção, será seguida, neste trabalho, a perspectiva adotada em Lopes-Damasio (2020, 2019a, 2019b), para o seu tratamento discursivo. Assim, as relações marcadas, nos textos, pelos juntores, serão utilizadas como argumento indicativo da circulação do escrevente pelo (seu) imaginário sobre a escrita. Para tanto, acrescenta-se o conceito de *espaço de junção*, que, de acordo com Lopes-Damasio (2020), possibilita analisar as técnicas de junção sem perder de vista o ponto em que ocorrem, mediante um tratamento analítico de natureza linguístico-discursiva.⁷ A relação entre MJs e *espaço de junção* liga-se a:

[...] uma observação do contexto linguístico, em que se vincula a ocorrência de uma TD à dimensão sintática da língua, sem, com isso, deixar de se tratar, ainda, de uma observação do contexto enunciativo, no qual a sintaxe assume feições de dimensão de contato entre a virtualidade do sistema e a sua realização, permitindo, dessa forma, a observação das junções como memória de realizações já feitas e não apenas como

⁷ A concepção de *espaço de junção* está fundamentada, portanto, na *especificidade* proposta por Veyne (1971, p. 48 *apud* Corrêa, 2007, p. 206), que considera o particular e o geral da singularidade histórica. Assim, as *junções* e os *espaços de junção* são vistos como recursos textuais de verticalização no tempo, numa operação que sinaliza retroativamente certas regularidades linguísticas, construindo uma atualidade de sentido e antecipando, prospectivamente, outras possibilidades de ocorrência. Nesse funcionamento discursivo, que se sobrepõe ao estritamente linguístico, os sentidos (e não os significados pré-estabelecidos, estabilizados e categorizados) emergem nos encadeamentos, em espaços de junção, como resultado da relação sujeito-outro-língua (Lopes-Damasio, 2020).

recursos formais da língua (Lopes-Damasio, 2020, p. 142-143).

A construção desse lugar para a observação da junção conjuga, portanto, aspectos linguísticos a discursivos, de modo que reconhece, na escrita, *rastros* que mostram o movimento do sujeito para a construção dos sentidos no processo de textualização. Assim, também neste trabalho, os MJs serão tomados como *rastros* da circulação do sujeito pelo modo escrito de enunciar, identificados diante do funcionamento de técnicas juntivas, em espaços de junção, nos textos. Essa forma de olhar para a junção privilegia a observação linguístico-discursiva da movimentação do sujeito, uma vez que os MJs são tomados como aspectos sintomáticos da TD em que o texto se encontra e que, ao mesmo tempo, ajudam a compor, enquanto matéria e produto da linguagem.

Nesse sentido, os MJs são sintomas da escrita-processo, e não categorias linguísticas previamente estabelecidas. Como *rastros*, são identificados por meio da pressuposição de que as características textuais de diferentes TDs podem estabelecer o uso de determinada forma de junção, por sua predominância, variação/alternância ou exclusão, e fora de qualquer espectro de generalizações prévias ao próprio texto, enquanto processo de construção de sentidos.⁸

Foram analisados 52 textos escritos por alunos do 7º ano, extraídos do Banco de Dados de Produções Escritas do EF II.⁹ Desses textos, 26 caracterizam-se como TD narrativa e 26 como argumentativa (cf. Santana, 2022).

8 Portanto, a consideração dos MJs, tomados como *rastros* da circulação do sujeito pelo modo escrito de enunciar, assumida no presente trabalho, está vinculada, conforme Corrêa (2004), à forma de compreensão dos fatos linguísticos (individualização dos *rastros*) e à forma pela qual se entende o sujeito da linguagem (individualização do *sujeito*) a partir do reconhecimento, em pistas linguísticas locais, de um modo de constituição desse sujeito no modo como se constitui a sua escrita.

9 Constituído a partir do Projeto de Extensão Universitária da UNESP, sob a coordenação de Tenani e Longhin-Thomazi (disponível gratuitamente em: <http://www.gbd.ibilce.unesp.br/redacoes>).

Para a produção dos textos narrativos, foram aplicadas as propostas (1) “Rompimento amoroso” e (2) “Vivência de mal-entendido”. Na proposta (1), apresentou-se uma tirinha e solicitou-se aos alunos, com base em seu próprio conhecimento (outros textos lidos, novelas, filmes etc.), que escrevessem uma narrativa sobre a mesma temática. Na proposta (2), apresentaram-se alguns textos aos alunos e um fator em comum entre eles: diálogos entre as personagens sobre um mal entendido que acontecera com elas. Diante disso, a proposta solicitou aos alunos que escrevessem um texto, contando história(s) pessoal(is), de mesma natureza, apresentando as pessoas envolvidas e se esses mal-entendidos foram solucionados.

Para a produção dos textos argumentativos, foram aplicadas as propostas (3) “Carta argumentativa” e (4) “Uma grande conquista”. Na proposta (3), solicitou-se aos alunos que escrevessem uma carta a seus pais, tentando convencê-los a comprar o seu presente de Natal. Na carta, era preciso inserir a propaganda do presente, ser criativo e convincente. Por fim, a proposta (4) apresentou uma foto e trechos de notícias sobre a vitória de César Cielo, nas Olimpíadas de Pequim (2008), e pediu aos alunos que discutissem sobre a emoção do nadador, a fim de que, em seguida, pudessem produzir um texto¹⁰ sobre alguma meta que sonhavam alcançar, apresentando as dificuldades que teriam que superar e a emoção ao realizarem esse sonho.

Quanto ao método de análise, foram conjugadas as abordagens quantitativa e qualitativa. Partindo dos resultados da descrição do funcionamento dos MJs em textos das duas TDs focalizadas, de acordo com a abordagem bidimensional (tático-semântica), buscou-se observar a relação entre o comportamento dos MJs e a

10 Os textos referentes a essa proposta foram caracterizados como TD argumentativa, uma vez que se identificou uma imagem de argumentação alinhada à ideia de convencimento/persuasão, dado que, neles, ao mesmo tempo em que os escreventes apresentavam seus sonhos, também os justificavam, em função do objetivo maior de convencer o outro acerca da legitimidade desses sonhos.

heterogeneidade da escrita, mediante traços do oral/falado e letrado/escrito. Para tanto, os distintos funcionamentos dos MJs foram tomados como rastros da circulação dos sujeitos por dois eixos propostos por Corrêa (2004): o eixo 1 – da gênese da escrita; e o eixo 2 – do código escrito institucionalizado. O eixo 3, também proposto pelo autor, entendido como aquele da dialogia com o já falado/ouvido e escrito/lido assumiu, aqui, suas relações com o conceito de TD, enquanto espaço da réplica, no diálogo — entre o atual e o histórico — que constitui, de modo mais geral, o espaço de textualidade das tradições investigadas.

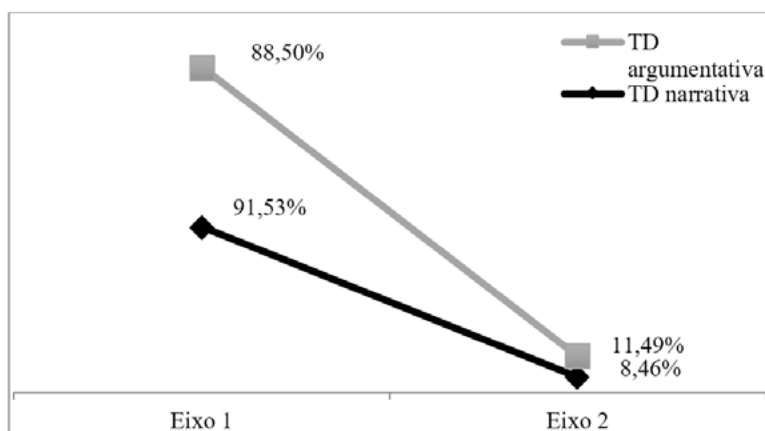
RESULTADOS

Relações entre MJs e heterogeneidade da escrita

Para alcançar o objetivo proposto, nesta subseção, focalizam-se os MJs, como rastros da circulação dos sujeitos por dois eixos propostos por Corrêa (2004) — o primeiro, da gênese da escrita; e o segundo, do código escrito institucionalizado.

O Gráfico 1 mostra o quantitativo dos eixos 1 e 2, nas duas TDs analisadas:

Gráfico 1 – MJs e os eixos 1 e 2



Fonte: Elaboração própria.

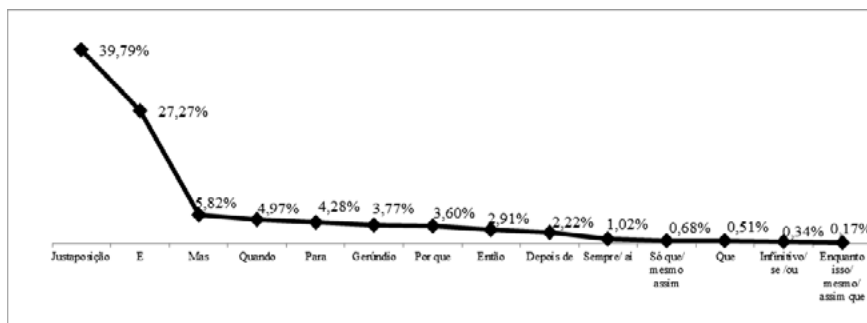
Nos textos das duas TDs, observa-se a circulação dos sujeitos pelos eixos 1 e 2, com frequência superior para o eixo 1 (91,53%-TD narração/88,50%-TD argumentação). Assim, tanto na TD narrativa, quanto na argumentativa, os rastros juntivos mostram uma maior relação com o eixo da gênese da escrita, em uma escrita que se constitui na circulação do sujeito por aquilo que imagina ser o modo escrito de enunciar, numa representação termo a termo da fala. Por sua vez, as ocorrências dos MJs associadas ao eixo 2 (8,46%-TD narração/11,49%-TD argumentação) são interpretadas como rastros de uma imagem de escrita institucionalizada. A presença de rastros de ambos os eixos, nas TDs analisadas, mostra, portanto, que, tanto em uma, quanto em outra TD, o heterogêneo se marca nos espaços de junção.

De modo geral, a diferença entre os resultados da análise dos espaços de junção e da forma como esses espaços são ocupados nos textos, no tocante aos eixos 1 e 2, em questão, tomados como eixos que permitem observar a circulação do sujeito por sua imagem de escrita, em cada TD, não permite afirmações que distingam uma TD da outra, mas, pelo contrário, sustenta uma aproximação, tal como apresentada anteriormente. A despeito dessa afirmação mais genérica, as considerações, que serão apresentadas na sequência, organizam-se de acordo com a tentativa de mostrar ao leitor o funcionamento dos MJs, em cada TD, quando se trata desses eixos, entendidos como eixos que constituem tais tradições e que, portanto, permitem observar e constatar o heterogêneo no dado de escrita nelas materializado.

Os MJs e a gênese da escrita

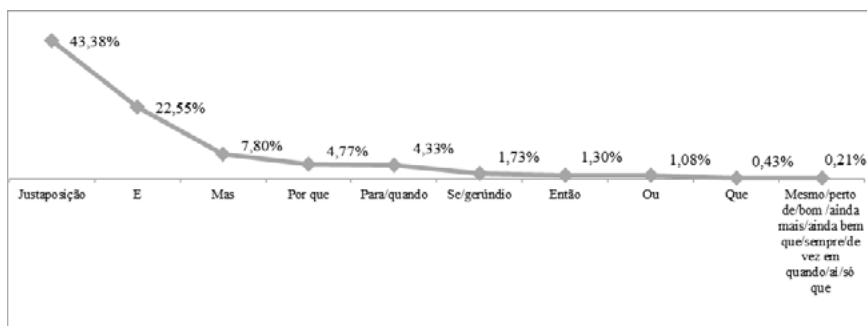
Os Gráficos 2 e 3 dão visibilidade aos MJs que, em seus usos, em cada TD, permitem relações com o eixo 1 da heterogeneidade da escrita.

Gráfico 2 – MJs e Eixo 1 – da gênese da escrita – na TD narrativa



Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 3 – MJs e Eixo 1 – da gênese da escrita – na TD argumentativa



Fonte: Elaboração própria.

Tanto nas tradições do narrar quanto do argumentar, a circulação dos sujeitos pelo eixo 1 deixa-se ver por rastros juntivos caracterizados, com maior repetibilidade, a partir da *justaposição* e de *e*. Esses MJs, nos espaços de junção que se caracterizam em textos das duas TD, atuam como *gestos* que apontam para o contexto de enunciação. De acordo com Lopes-Damasio (2019a), o gesto enunciativo trata da dependência dos enunciados ao contexto de enunciação, como se o sujeito que escreve e o seu leitor compartilhassem a mesma situação enunciativa. Nessa perspectiva, os usos das *justaposições* e de *e* configuram “um gesto da criança/

escrevente que indicia o fato de que ela conta com esse conhecimento partilhado com seu outro/destinatário/leitor, no momento da enunciação” (Lopes-Damasio, 2019a, p. 101). Em outras palavras, o sujeito junta as orações, colocando-as uma ao lado da outra, ou usando o *e*, e com esses *rastros*, nos espaços de junção, aponta (como num *gesto*) para diferentes sentidos, recorrentemente mais abstratos, que vão além do sentido de adição, como se estivessem [tais sentidos] explícitos na situação de enunciação, quando devem, entretanto, ser recuperados/construídos pelo leitor/ouvinte, com base em inferências, numa rede de trânsitos semânticos, atrelada a aspectos linguístico-discursivos.

Inicialmente, em (1) e (2), exemplifica-se o trânsito semântico realizado em contexto linguístico de *justaposição*, de acordo com o que se entende como seu funcionamento enquanto *gesto enunciativo*, tomado aqui como marca de ancoragem no eixo 1:

(01) Mario e Maria eram dois apaixonados, mas por-
rem suas famílias eram rivais uma da outra por cau-
sa de uma dívida que a família de Mario tinha com a
de Maria. Ø Um dia Mario estava pensativo e com medo,
porque Maria queria fugir com ele para bem longe.
[04/7A/1Nar].

(02) Neste Natal eu quero muito ganhar um computa-
dor porque você já sabe que Ø eu tinha 09 anos. Toda
vez que você chegava em casa eu falava mamãe, Ø ma-
mãe. Neste Natal eu quero ganhar um computador.
[18/7A/1Arg].

Em (01), extraído da TD narrativa, a *justaposição*, com senti-
do mais concreto de *adição*, na parataxe, permite inferir o sentido
mais abstrato de *tempo posterior*: na narração da história de Mario
e Maria, os seus familiares são apresentados como rivais, devido
a uma dívida. A narração continua com a apresentação do fato
de que, em um certo dia, Mário estava pensativo e com medo,

porque Maria queria fugir para bem longe com ele. Dessa forma, há uma sequência temporal entre a descrição e os fatos apresentados, com o correlato linguístico do sintagma nominal “Um dia”. Em (02), extraído da TD argumentativa, a *justaposição* é parafraseável por *quando*, com sentido de *tempo anterior*, marcado no espaço textual em que o sujeito relembra a sua mãe de que, quando era mais novo (quando tinha 9 anos), pedia para ganhar um computador de presente. Portanto, as duas ocorrências de *justaposição* estão atuando como gesto enunciativo, já que seus sentidos são inferidos do/no contexto linguístico e pragmático-discursivo.

As ocorrências em (03), (04), (05) e (06) ilustram o mesmo tipo de trânsito semântico, agora no domínio das relações CCCC:

(03) Dici o pai E o Junvencio Viu o Batilhão correndo
atrás Dele Ø ele se escondeu atrás Da árvore tremendo
De Medo. [06/7A/1Narr].

(04) Nesse natal queria ganhar um computador, para
fazer trabalhos escolares Øfazer outras coisas. Ø O
computador vai me ajudar muito. [07/7A/1Arg].

Em (03), a *justaposição*, com sentido mais concreto de *adição*, na parataxe, permite inferir, no contexto, o sentido de *causa*, atuando na TD narrativa. A resposta dada pelo “pai” é responsável pela avaliação, exposta no trecho, dentro de um esquema causa-efeito (porque Junvencio Viu o Batilhão [batalhão] correndo atrás Dele (causa) ele se escondeu atrás Da árvore tremendo De Medo (efeito)). Em (04), a *justaposição* novamente apresenta o sentido mais concreto de *adição*, na parataxe, e permite inferir o sentido mais abstrato de *causa*, agora dentro do esquema conclusivo, atuando na TD argumentativa: [vou] fazer trabalhos escolares Ø fazer outras coisas (causa) [Portanto, por esses motivos] o computador vai me ajudar muito (efeito). Em ambas as ocorrências, a sequencialidade

de fatos narrados e a relação entre os argumentos, com o uso de *justaposição*, habilita a leitura causa-efeito entre eles.

(05) eu sai do quarto Ø fui para a cosinha e peguei o arroz ai ela falou: Ø–Não menina Ø é para pegar o (arroz) alho para carne. [07/7A/2Narr].

(06) Meu grande sonho é ser modelo fotografica, Ø sei que é muito difícil, pois tenho dificuldades pela frente. [04/7A/2Arg].

Em (05), extraído da TD narrativa, a *justaposição*, com sentido mais concreto de *adição*, na parataxe, permite inferir o sentido mais abstrato de *contraste*, conforme a paráfrase: “Não menina [não é para pegar arroz] mas é para pegar alho para carne”. A marca linguística que sinaliza o contraste é a negativa (em “Não menina”), a partir da qual se infere o conteúdo explicitado na paráfrase. Em (06), extraído da TD argumentativa, a *justaposição*, com sentido mais concreto de *adição*, na parataxe, permite inferir o sentido mais abstrato de *concessão*: o sonho é manifestado a despeito do reconhecimento do sujeito acerca das dificuldades que estão relacionadas a esse sonho (Meu grande sonho é ser modelo fotográfica apesar de que sei que é muito difícil).

Com baixa frequência, destaca-se o funcionamento do MJ *assim que*, extraído da TD narrativa,¹¹ também como gesto que aponta para o contexto enunciativo:

(07) **Assim que** ela tomou um chute pelo seu traseiro, ela acabou caindo no meio da rua. [13/7A/1Narr].

Em (07), *assim que*, com sentido de *tempo simultâneo*, relaciona duas situações, conforme a paráfrase: “[No momento em que] ela tomou um chute pelo seu traseiro (situação 1), ela acabou caindo no meio da rua (situação 2)”. O MJ está intrinsecamente asso-

11 O texto é iniciado com o enunciado em (07).

ciado à proposta de produção textual, apontando para ela (como *gesto enunciativo*), uma vez que seu uso mostra uma narração já iniciada no espaço dessa proposta, em que se observam três quadrinhos da tirinha “Rompimento amoroso” e o comando que pede ao escrevente para dar continuidade à narrativa. Com o uso de *assim que*, esse contexto é retomado, mediante a ligação entre o segundo quadrinho da tirinha “Papai, os jagunços, o delegado, o batalhão da guarda, o regime da cavalaria [...]” e o terceiro quadrinho, em que a personagem cai do cavalo. Portanto, a narrativa inicia-se *in medias res*, conforme se nota no enunciado em (07).

Nas ocorrências de *justaposição* e *e* — frequentes nos textos analisados —, assim como nas de *assim que*, em (07) — a exemplo daquelas pouco frequentes nesses textos —, os MJs atuam como *gesto* que aponta para o contexto enunciativo e para a inferência dos sentidos mais abstratos (adição > tempo; adição > causa; adição > contraste; e adição > concessão), nos espaços de junção que ocupam. Ao apontar, no espaço gráfico, para a situação concreta de sua enunciação, o sujeito deixa *rastros*, no produto escrito, de suas experiências com as tradições mais informais da oralidade, especialmente o diálogo (Lopes-Damasio, 2019a, p. 101-102). Esse movimento, para a construção dos sentidos no processo de textualização, é tomado como uma primeira relação possível entre o funcionamento dos MJs destacados e o eixo 1, da gênese da escrita.

A prototipicidade dos MJs, nas práticas discursivas, também é tomada aqui, atrelada à consideração do espaço de junção específico em que é observada, como relação entre o funcionamento dos MJs e o eixo 1. Nos textos analisados, foram observados MJs prototípicos nas relações de sentido de alternância (*ou*), tempo simultâneo (*quando*), tempo contingente (*quando*), tempo anterior (*desde*), tempo posterior (*quando*), modo (*gerúndio*), causa (*porque*), contraste (*mas*), condição (*se*), finalidade (*para*) e concessão (*mesmo*).

Devido à sua prototipicidade, são tomados aqui como rastros linguísticos da gênese da escrita, uma vez que estão presentes em práticas discursivas orais, especialmente (mas não exclusivamente) as informais, que se materializam na fala, com destaque, para o diálogo. O fato de que são MJs frequentes em práticas orais informais leva a tomá-los, neste trabalho, como marca de ancoragem no eixo 1. Na sequência, serão apresentadas, de (08) a (10) e de (11) a (12), ocorrências que exemplificam esses usos prototípicos, que, embora com baixa frequência, nos textos analisados, indiciam, nas TDs narrativa e argumentativa, respectivamente, relações com o eixo da gênese da escrita:

(08) –julia você sabe onde esta ele Ø respondeu julia Ø eu seu na onde ele fica Ø nos pode fazer uma armadilha pa-ra ele. **em canto isso** o juvenicio esta andando de cavalo na beira da estrada. [09/7A/1Narr].

(09) Ela foi pra cozinha **lavar** a louça do almoço e eu fui no computador mexer no msn e no orkut. [14/7A/2Narr].

(10) [...] Juvencio com medo do pai de Josi derrubou-a do cavalo e saiu correndo. **Só que** depois de um tempo percebeu que não podia viver sem ela. [08/7A/1Narr].

(11) E também não é muito caro o presente que eu quero?, Ø é só um nef stampas, Ø não é muito caro e **ainda mais** ele é muito daora, Ø vem com 60 dardos de brinde. [20/7A/1Arg].

(12) Meu sonho é ser um ator pornô e ter um bilau de 38 cm, porque **de vez em quando** eu penso como é ser um ator pôrno. [38/7A/2Arg].

Extraídos de textos da TD narrativa, *em canto isso*, em (08), é um MJ *temporal* hipotático prototípico, que mostra duas situações simultâneas: “nos pode fazer uma armadilha para ele” (situação 1) “enquanto o juvenicio esta andando de carvalho na beira da estrada” (situação 2). Ao lado de sua prototipicidade, sua ortografia não con-

vencional também atesta a ancoragem desse uso na suposta gênese da escrita.

O infinitivo *lavar*, em (09), funciona como MJ *final* hipotático prototípico. Os rastros da identificação dessa técnica com o eixo 1 mostram-se não apenas na prototipicidade dessa forma de junção, mas também no indício de uma imagem da escrita como representação termo a termo da fala presente na maneira informal de uso da preposição, conforme ortografada (“pra”) no contexto em questão.

Só que, em (10), na parataxe, *contrasta* “Juvêncio ter derrubado Josi do cavalo e saído correndo” e “não poder viver sem ela” (abandonar x amar). De acordo com Longhin-Thomazi (2003, p. 140, grifo da autora), *só que* é resultado “de um processo de criação linguística bastante antigo, e ainda muito produtivo, que consiste em combinar a partícula *que* com palavras de diferentes categorias, para a formação de perífrases conjuncionais”. Nesse caso, o fato de o MJ ser resultado de um processo de mudança permite relacionar seus contextos de ocorrência, primeiramente, a práticas discursivas orais e informais.

Extraídos de textos da TD argumentativa, *ainda mais*, em (11), com sentido de *adição*, na hipotaxe, além de acrescentar novas informações e fazer o texto progredir, insere mais um contra-argumento em uma lista de contra-argumentos associados às qualidades do presente (“ele é muito daora, Ø vem com 60 dardos de brinde”). A relação entre esse uso e o eixo 1 está pautada no reconhecimento desse MJ como rastro da gênese da escrita, no sentido de que se mostra, no texto, como marca de práticas orais e informais, em que está em jogo a inserção de argumentos para o convencimento do outro.

Por fim, *de vez em quando*, em (12), com sentido de *tempo contingente*, na hipotaxe, marca a habitualidade temporal e caracteriza

a circulação do escrevente por práticas discursivas orais e informais, relacionadas a esse sentido.

Por sua vez, a não prototipicidade do funcionamento dos MJs, aqui considerada especialmente em seus aspectos semânticos, também será tomada como argumento a favor da relação entre MJs e o eixo 1. Esses MJs se mostraram recorrentes nos textos das TDs investigadas, enquanto rastros do trânsito do escrevente por práticas discursivas orais e informais. É o caso de *então*, em (13) e (14), e *aí*:

(13) Ø Eu estava escrevendo um texto e errei, **então** pedi o corretivo emprestado para o Beço (Rafael). [01/7A/2Narr].

(14) O natal já está chegando, **então** vou lhe pedir o meu presente, Ø serão apenas 3 ta!. [31/7A/1Arg].

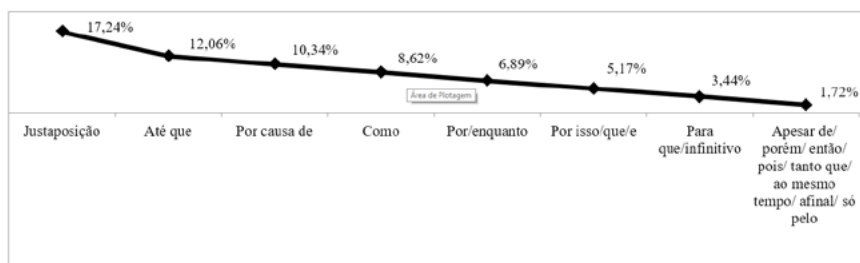
Em (13), atuando na TD narrativa, e, em (14), na argumentativa, *então*, na parataxe, é resultado de um processo de mudança associado à alta frequência de seus usos para marcar *sequencialidade temporal* em contextos que permitem inferir o sentido *causal*. Essa frequência justifica a mudança semântica aqui apontada, consequência de sua alta ocorrência em práticas discursivas orais e informais, e, neste trabalho, a associação de seu uso ao eixo da gênese da escrita. Por sua vez, à medida que o processo de mudança se efetua, os usos com sentido mais abstrato desse MJ podem aparecer também em práticas discursivas orais e formais, o que, no entanto, não deve apagar o fato de que a movimentação dos sentidos inicia-se naquelas práticas, tais como o diálogo, a conversação espontânea etc. Nessas ocorrências, observa-se a relação de causa-efeito, em (13): “Eu estava escrevendo um texto e errei, (causa) [por esse motivo] pedi o corretivo emprestado para o Beço (Rafael) (efeito)”; e, em (14): “o Natal está chegando (causa) [por esse motivo] eu vou lhe pedir o meu presente (efeito)”. Desse modo, o uso de *então*, na TD narrativa, funciona como uma explicação dos fatos

narrados, que justifica uma situação em que o sujeito precisou pedir o corretivo emprestado, enquanto, na TD argumentativa, instaura um movimento conclusivo em consonância com o reconhecimento de um argumento tomado como premissa: a época do Natal é a época para ganhar presentes.

Os MJs e o código escrito institucionalizado

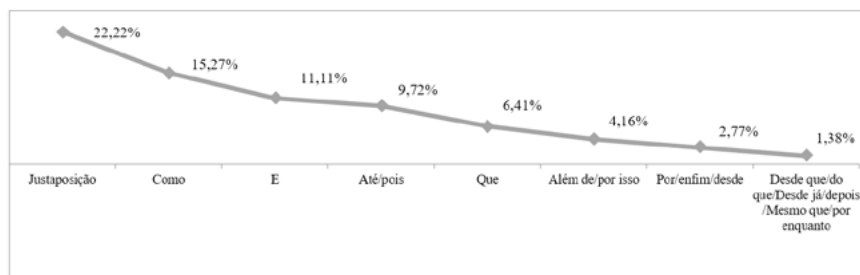
Os Gráficos 4 e 5 dão visibilidade aos MJs que, em seus usos, em cada TD, permitem relações com o eixo 2 da heterogeneidade da escrita.

Gráfico 4 – MJs e Eixo 2 – do código escrito institucionalizado – na TD narrativa



Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 5 – MJs e Eixo 2 – do código escrito institucionalizado – na TD argumentativa



Fonte: Elaboração própria.

Como ancoragem no eixo 2 (8,46%–TD narrativa/11,49%–TD argumentativa), os MJs configuram rastros que se caracterizam de formas específicas, em cada TD, de acordo com arranjos sintático-semânticos mais variáveis, porque: (i) na TD narrativa, mostram-se nos modos de dizer/escrever dos sujeitos, em que se apresentam cenas narradas entre as personagens, o uso do discurso indireto e a relação de causalidade construída por meio do arranjo sintático que recupera a sequencialidade dos fatos; e (ii) na TD argumentativa, mostram-se nos modos de dizer/escrever dos sujeitos, em que se apresentam o acréscimo de novas informações, numa listagem, e uma imagem de argumentação, associada ao convencimento, à persuasão do seu leitor.

De início, exemplificam-se, em (15) e (16), extraídos da TD narrativa, e, em (17) e (18), da argumentativa, contextos em que a *justaposição* é usada com sentido de *adição*, na parataxe, numa relação forma-sentido (paralelismo sintático + sentido de adição) dentro de listagem fechada convencional, tomada como uma primeira relação possível entre o funcionamento dos MJs destacados e o eixo 2:

(15) enquanto fugiam pela velha cidade pai de Maria foi chamando cavalaria, Ø polícia, Ø delegado, Ø o guarda, Ø o jagunço e tudo mais. [17/7A/1Narr].

(16) Uma vez, estava eu, Ø o Heitor, Ø o Rafael e o Marco na sala de aula. [19/7A/3Narr].

(17) A camera é tão linda, Ø tem todas as tecnologias Ø MP4, Ø Mp3, Ø pen drive, além de tirar fotos ela também filma! E ela não é muito cara!. [02/7A/1Arg].

(18) [...] e o meu nome (entras-)abrisse a abertura da novela das “8” da “Rede Globo de televisão”, Ø há, quan—do acontecer , Ø sei lá, Ø é algo inimaginável pra mim, Ø talvez: determinação, Øsatisfação e felicidade... [02/7A/2Arg].

De acordo com Halliday (1985), o que se vê, nessas ocorrências, corresponde ao movimento de *extensão*, na *expansão* paratática, que amplia o conteúdo apresentado, acrescentando-lhe uma nova informação. A relação entre a *justaposição* e o eixo 2, embora se trate da acepção mais concreta de *adição*, está associada à forma como os enunciados são acrescentados, obedecendo a um *paralelismo sintático*, bastante regular, que caracteriza uma listagem fechada, cujo último elemento é inserido por *e*, de forma convencional. Diante dessa proposta analítica, é importante destacar que, em trabalhos como Longhin-Thomazi (2011a), Taura (2019) e Lopes-Damasio (2019a, 2019b), a *justaposição*, com sentido de adição, é relacionada ao eixo 1, porque esse MJ é comum nos textos infantis, tendo em vista que se caracteriza como marca das tradições da oralidade, especialmente de uma oralidade informal, que recupera gêneros primários, como o diálogo cotidiano familiar. Assim, a justaposição aditiva é assumida como um rastro da circulação do escrevente pela escrita, em sua suposta gênese, isto é, como representação direta da fala, em práticas de oralidade (cf. Taura, 2019, p. 133). Nessa mesma direção, também aqui, os usos de *justaposição* foram apresentados como rastros do eixo 1 e especialmente vinculados à definição de *gestos enunciativos*, em contextos de trânsito semântico, e a seus usos prototipicamente aditivos, na parataxe. No entanto, no *corpus* do presente trabalho, o espaço de junção, considerado em seus aspectos também formais (paralelismo sintático em estrutura convencional de listagem fechada), permite que a mesma técnica juntiva, com o mesmo sentido aditivo, seja considerada também como rastro do eixo 2.

Observa-se que, na TD narrativa, o acréscimo de novas informações, numa listagem, caracteriza o momento em que o pai de Maria chama várias pessoas da autoridade para encontrar Juvêncio e Maria (em [15]) e o momento em que o narrador apresenta o nome dos seus colegas de classe, logo no início da narrativa

(em [16]). Já na TD argumentativa, o acréscimo de novas informações, numa listagem, caracteriza a apresentação das qualidades da câmera fotográfica (em [17]) e das emoções do escrevente ao realizar o seu sonho (em [18]), em ambos os casos de acordo com a imagem de argumentação do sujeito, associada ao convencimento, à persuasão do seu leitor. Assim, o que se lista, nas TDs narrativa e argumentativa, configura-se de acordo com a especificidade dos projetos de dizer/escrever, com a imagem e com a circulação dos escreventes por essas tradições, numa mesma relação forma-sentido que se repete.

A maior dependência tático-semântica também é tomada aqui, atrelada à consideração do espaço de junção específico em que é observada, como relação entre o funcionamento dos MJs e o eixo 2. Nas ocorrências de (19) a (21), apresentam-se alguns exemplos de MJs, na hipotaxe, extraídos das TDs narrativa e argumentativa, em que se explicita essa maior dependência tático-semântica, como critério que caracteriza a circulação desses usos por práticas discursivas letradas e formais:

(19) Quando Mario veio para (rasura)* fugir com Maria ele estava com **tanto** medo do pai dela **que** ele disse para Maria que não amava ela **que** encontrou outra pessoa. [04/7A/1Narr].

(20) No dia seguinte Taynara passou á fazer mais e mais perguntas e foi muito vaiado mais nunca Ø nunca perdeu seu espíritos de dúvidas e nunca deixo de ser inteligente, **equanto** os outros, ficavam sim saber a vida toda, Ø sem tirar suas dúvidas. [29/7A/2Narr].

(21) Um dia vai chegar a minha hora e eu vou poder ajudar os animais, **enquanto** tem pessoas judiando eu estarei cui-dando. [22/7A/2Arg].

Em (19), extraído da TD narrativa, *tanto...que...que...* apresenta-se, num espaço de integração tático-semântica, com sentido de *causa*: “ele estava com tanto medo do pai dela (causa) que ele disse para Maria que não amava ela (efeito) que encontrou outra pessoa (efeito)”, em que o MJ apresenta as cenas narradas entre as personagens, o discurso indireto e a relação de causalidade construída por meio do arranjo sintático que recupera a sequencialidade dos fatos. O MJ *enquanto*, com sentido mais concreto de *tempo simultâneo*, permite inferir o sentido mais abstrato de *contraste*; em (20), parafraseável por “[...] nunca perdeu seu espíritos de dúvidas e nunca deixo de ser inteligente, [mas] os outros, ficavam sem saber a vida toda, Ø sem tirar suas dúvidas”, em que o contraste é marcado entre “ser burra por um segundo” x “ser burra a vida toda”; e, em (21), por “enquanto tem pessoas judiando” (situação 1) “eu estarei cuidando” (situação 2), com contraste entre “judiar” x “cuidar”. Nessas ocorrências, destaca-se, pois, a maior dependência sintática e semântica entre os enunciados articulados pelos MJs, como característica que ancora sua relação com o eixo 2.

De (22) a (27), exemplificam-se usos de MJs que indiciam, nas TDs narrativa e argumentativa, relações com o eixo do código escrito institucionalizado, por circularem em práticas discursivas letradas e formais, em espaços de junção também caracterizados pela (inter)dependência sintática e semântica:

(22) Então resolveu largar dele e falou tudo o que pensava, mas ele **apesar de** fazer tudo o que fez com ela, Ø ele amava ela de verdade. [03/7A/1Narr].

(23) **ao levantarmos** uma menina da mesa ao lado levantou aos gritos. [03.1/7A/2Narr].

(24) porque Maria queria fugir com ele para bem longe **para que** eles pudessem se amar em paz mas Mario estava com medo de que o pai de Maria os achasse-os e matasse ele. [04/7A/1Narr].

(25) Os modelos são todos inspirado na Amazônia, Ø em especial a floresta e os rios. Se vocês me derem, **além de** eu ficar feliz voês estarão contribuindo com a natureza. [15/7A/1Arg].

(26) Querida Mamãe, o que eu quero de presente de natal é uma camera digital e um notbook, por que eu quero muito esses presentes, Ø estou te pedindo parar comprar isso pra mim, por que eu quero muito mais muito mesmo esses presentes, Ø quase todas as minhas amigas tem e eu também quero ter, **mesmo que** seja os unicos presentes que eu ganhar. [23/7A/1Arg].

(27) [...] ainda bem que para sonhar não precisamos pagar impostos, Ø com o Brasil desse jeito cada um de nós brasileiros tenhamos que ter oportunidade e viver, vamos passar por dificuldades mas nossas emoções seriam maior **do que** esperamos. [36/7A/2Arg].

Na TD narrativa, em (22), observa-se a *concessão* com o uso de *apesar de*, de acordo com a paráfrase “[embora] ele tivesse feito tudo o que fez com ela, ele ainda a amava de verdade”; em (23), observa-se o emprego de *ao + inf* com acepção de *tempo posterior*: ([depois que] levantamos, uma menina da mesa ao lado levantou aos gritos); e, em (24), o uso de *para que* indicando a *finalidade* do desejo da fuga de Maria, em contexto convencional, marcado pelo verbo no pretérito imperfeito do subjuntivo (para que eles “pudessem”). Na TD argumentativa, em (25), apresentam-se todas as qualidades da sapatilha e complementa-se com o uso de *além de*, com sentido de *adição* na hipotaxe (além de eu ficar feliz, vocês estarão contribuindo com a natureza), buscando, assim, o convencimento do outro/leitor; em (26), observa-se o uso de *mesmo que*, parafraseável por “embora”, com sentido de *concessão*, na hipotaxe, introduzindo um argumento, de acordo com a imagem de argumentação enquanto convencimento do outro/leitor, em contexto linguístico em que ocorre a flexão do verbo “ser” no subjuntivo, reforçando, pois, a re-

lação com o eixo do código escrito institucionalizado; por fim, em (27), o emprego de *do que*, com sentido de *modo*, em um arranjo de maior dependência entre as orações, dentro de um esquema *comparativo*, materializa rastros desse alçamento ao que se imagina ser o código escrito institucionalizado, embora em contexto de escrita não convencional.

A partir da descrição apresentada nesta seção, passa-se à discussão dos resultados, em que se propõe uma organização e uma abordagem específica no espaço teórico-metodológico de observação dos dados.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados apresentados mostram que os sujeitos circulam pelos dois eixos — o eixo 1, da gênese da escrita, e o eixo 2, do código escrito institucionalizado —, tendo uma frequência superior, nas duas TDs, para o eixo 1. Esse resultado permite a caracterização de uma escrita que se constitui, na circulação do sujeito, a partir de seu imaginário sobre o modo escrito de enunciar, numa representação termo a termo da fala. Por sua vez, os MJs relacionados ao eixo 2, ainda que menos recorrentes, nos textos analisados, configuram-se como rastros da circulação do sujeito, em seu imaginário sobre o modo escrito de enunciar, numa representação do código escrito institucionalizado. Os resultados, portanto, configuram um retrato da heterogeneidade constitutiva da escrita, isto é, mostram que o heterogêneo se marca nos espaços de junção nas duas TDs. Desse modo, não é possível diferenciá-los, em cada uma das TDs, mediante afirmações que distanciem uma da outra, dado que, pelo contrário, respaldam-se na aproximação da maneira como os espaços de junção são ocupados nos textos e indiciam a representação da escrita.

Nas TDs narrativa e argumentativa, a circulação dos sujeitos pelo eixo 1 apresentou rastros juntivos marcados, com maior

repetibilidade, nos usos de *justaposição* e *e*, atuando como gestos que apontam para o contexto de enunciação. Além disso, os MJs prototípicos das relações de sentido de alternância, tempo simultâneo, tempo contingente, modo, causa, finalidade, condição e concessão, também foram tomados como rastro linguístico da gênese da escrita. Esses MJs, apontados como prototípicos, nos espaços de junção que preenchem, estão presentes nas práticas discursivas orais informais e formais. No entanto, como são MJs recorrentes em práticas discursivas orais informais, neste trabalho, são tomados como marca de ancoragem pelo eixo 1. Por outro lado, MJs não prototípicos, como *então* e *aí*, descritos em seus trânsitos semânticos, também foram tomados como rastros do eixo 1, porque são frequentes em textos que se materializam na fala, em práticas discursivas orais, especialmente aquelas menos formais.¹²

Quando circulam pelo eixo 2, os MJs configuram rastros que se caracterizam de maneiras específicas em cada TD, conforme arranjos sintático-semânticos mais variáveis, uma vez que: (i) na TD narrativa, apresentam-se nos modos de dizer/escrever que mostram cenas entre as personagens, o uso dos discursos direto e indireto, e a relação de causalidade construída por meio do arranjo sintático que recupera a sequencialidade dos fatos; e (ii) na TD argumentativa, mostram-se nos modos de dizer/escrever que apresentam o acréscimo de novas informações, em listagens e numa sequencialidade de fatos que é tomada como argumento para o convencimento do outro/leitor, em conformidade com a imagem de argumentação associada ao convencimento/à persuasão.

Considerando-se o fator da repetibilidade dos usos, nas duas TDs analisadas, MJs em arranjos discursivos distintos, mas em contexto tático-semântico de maior (inter)dependência entre as orações, foram tomados como rastros, no texto escrito, da circulação

12 Devido a essa frequência, configuram-se como itens que experimentam processos de mudança linguística por GR (gramaticalização por redução).

do sujeito pelo eixo 2. Por outro lado, também MJs que apresentaram baixa frequência de uso, nos textos do *corpus* investigado, foram tomados como rastros da imagem de escrita institucionalizada, por circularem por práticas discursivas letradas e formais, mediadas pela escrita, em espaços de junção que se caracterizam pela (inter)dependência sintática e semântica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, que teve como objetivo buscar rastros da relação entre o comportamento da junção e a heterogeneidade da escrita, mediante traços do oral/falado e do letrado/escrito, a partir de relações entre o funcionamento dos MJs e os eixos da gênese da escrita e do código escrito institucionalizado, na perspectiva de Corrêa (2004), buscou-se responder à seguinte pergunta de pesquisa: quais as relações entre as TDs analisadas e questões referentes à fala/oralidade e escrita/letramento, enquanto fatos linguísticos e práticas sociais? Direcionada pela hipótese de que a circulação do escrevente por dois dos eixos que determinam o modo heterogêneo de constituição da escrita (o da gênese da escrita e o do código escrito institucionalizado) pode indiciar, em intrínseca relação aos MJs empregados, um diálogo entre as TDs analisadas — tomadas em relação ao eixo 3, da dialogia entre o já falado/escrito e ouvido/lido (Corrêa, 2004) — e questões referentes à fala/oralidade e escrita/letramento, a descrição dos dados, sua análise e discussão confirmaram que, em ambas as tradições (narrativa e argumentativa), os rastros da heterogeneidade se deixam ver também no funcionamento dos MJs, em espaços de junção que se configuram como aspectos linguístico-discursivos que, na superfície do texto, indiciam a heterogeneidade constitutiva da escrita, enquanto aspectos voltados à fala/oralidade e escrita/letramento e em intrínseca associação à composicionalidade das TDs.

Os MJs ancoram-se no eixo 1 quando: (i) funcionam como gesto enunciativo; (ii) funcionam prototipicamente, em termos de suas relações táticas e semânticas; e (iii) funcionam não prototipicamente, caracterizando trânsitos semânticos em contexto de mudança linguística. Os três funcionamentos estão frequentemente (embora não exclusivamente) associados aos contextos de menor dependência tático-semântica, mais recorrentemente constatados em práticas discursivas orais e informais, embora não sejam exclusivos dessas práticas, se se considera a complexidade das práticas discursivas fora da dicotomização comum às suas bases semióticas, podendo, a partir delas, ocupar espaços também em práticas discursivas orais formais e práticas letradas informais.

Por sua vez, os MJs ancoram-se no eixo 2 quando: (i) funcionam em relação forma-sentido (especificamente descrita em termos de: paralelismo sintático + sentido de adição), dentro da listagem fechada convencional; e (ii) funcionam em espaços configurados por maior dependência tático-semântica. Esses dois funcionamentos estão intrinsecamente associados às práticas discursivas letradas e formais, embora também não sejam exclusivos dessas práticas (ver, por exemplo, sua ocorrência em práticas discursivas orais formais).

Ao lançar luz sobre a complexidade do fenômeno caracterizado pelas relações linguístico-discursivas, este estudo deixa ver, por um lado, que não há, nesse tipo de abordagem, espaço para generalizações e relações diretas, como, por exemplo, aquelas que poderiam associar *parataxe* a sentidos *mais concretos* e à *gênese da escrita*, e, em contrapartida, aquelas que poderiam associar *hipotaxe* a sentidos *mais abstratos* e ao *código escrito institucionalizado*. Deixa ver, por outro lado, que, apesar de as generalizações não serem diretas, elas apontam, no domínio da complexidade, para algumas tendências, dentre as quais se destacam: (i) os usos de MJs, considerados em espaços de junção, podem ser tomados como ras-

tros da heterogeneidade constitutiva da escrita, dado que ora indiciam a gênese da escrita, ora o código escrito institucionalizado; e (ii) os usos de MJs prototípicos e não prototípicos — quer quanto aos seus sentidos, quer quanto à convencionalidade de seus usos —, na parataxe e na hipotaxe, indiciam ora a gênese da escrita, ora o código escrito institucionalizado. As tendências em (i) e (ii) estão fundamentadas na circulação do sujeito pelo que imagina ser a prática discursiva do narrar e do argumentar, enquanto processo de textualização de tradições de dizer/escrever que se mesclam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BYBEE, J. Mechanisms of Change Grammaticalization: the role of frequency. In: JOSEF, B.; JANDA, R. (ed.). *The Handbook of historical linguistics*. Oxford: Blackwell Publishing, 2003. p. 602-623.

CAPRISTANO, C. C. Um entre outros: a emergência da rasura na aquisição da escrita. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v. 13, n. 3, p. 667-694, set./dez. 2013.

CAPRISTANO, C. C.; SOUSA-MACHADO, T. H. Rasuras ligadas à segmentação de palavras na aquisição da escrita. *Educação em revista*, Belo Horizonte, v. 32, p. 337-364, 2016.

CHACON, L. Flutuação na segmentação de palavras: relações entre constituintes prosódicos e convenções ortográficas na escrita infantil. *Filologia e Linguística Portuguesa*, São Paulo, v. 15, p. 369-383, 2013.

CHACON, L. A relação fala/escrita em dados não-convencionais de escrita infantil. *Cadernos de Linguística*, Campinas, v. 2, n. 1, p. 01-17, 2021.

CHACON, L.; VAZ, S.; PASCHOAL, L.; PEZZARINI, I. O. Classes fonológicas e ortografia infantil. *Revista do GELNE*, Natal, v. 18, p. 105-125, 2016.

CORRÊA, M. L. G. *O modo heterogêneo de constituição da escrita*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

CORRÊA, M. L. G. Pressupostos teóricos para o ensino da escrita: entre a adequação e o acontecimento. *Filologia e Linguística Portuguesa*, São Paulo, n. 9, p. 201-211, 2007.

CORRÊA, M. L. G. Arranjos referenciais de tempo em textos de pré-universitários: letramento e oralidade. *Gragoatá*, Niterói, n. 25, p. 75-93, jul./dez, 2008.

CORRÊA, M. L. G. Bases teóricas para o ensino da escrita. *Linguagem em (Dis)curso*. Tubarão, v. 13, n. 3, p. 481-513, 2013.

COSERIU, E. *Sincronia, diacronia e história: o problema da mudança linguística*. Rio de Janeiro: Presença, 1979.

FIEL, R.; TENANI, L. E. Prosodização de clíticos em Português Brasileiro: pistas a partir de hipossegmentações. *Filologia e Linguística Portuguesa*, São Paulo, v. 20, p. 27-45, 2018.

HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. Londres: Edward Arnold, 1985.

KABATEK, J. Tradiciones discursivas jurídicas y elaboración lingüística en la España medieval. *Cahiers de linguistique et de civilisation hispaniques médiévales*, Lyon, n. 27, p. 249-261, 2004.

KABATEK, J. Sobre a historicidade dos textos. *Linha d'água*, São Paulo, n. 17, p. 157-170, 2005.

KABATEK, J. Tradições discursivas e mudança linguística. In: LOBO, T. et al. (org.). *Para a história do português brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2006. Tomo II.

KOCH, P. Tradiciones discursivas y cambio lingüístico, In: KABATEK, J. (ed.). *Sintaxis histórica del español y cambio lingüístico*. Madrid: Iberoamericana, 2008. p. 53-87.

KORTMANN, B. *Adverbial Subordination: a typology and History of Adverbial Subordinators Based on European Languages*. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 1997.

LONGHIN-THOMAZI, S. R. A perífrase conjuncional só que: invariância e variantes. *ALFA: Revista de Linguística*, São Paulo, v. 47, n. 2, 2003.

LONGHIN-THOMAZI, S. R. Junção e(m) aquisição: aspectos morfosintáticos e cognitivos. *Gragoatá*, Niterói, n. 30, p. 221-238, 2011a.

LONGHIN-THOMAZI, S. R. Aquisição de tradições discursivas: marcas de uma escrita heterogeneamente constituída. *ALFA: Revista de Linguística*, São Paulo, v. 55, n. 1, p. 225-248, 2011b.

LOPES-DAMASIO, L. R. A justaposição oracional em dados de aquisição da escrita. *Todas as Letras–Revista de Língua e Literatura*, [S. l.] v. 21, n. 2, p. 88-104, 2019a.

LOPES-DAMASIO, L. R. O movimento linguístico-discursivo na aquisição da escrita: uma abordagem dos mecanismos de junção aditivos na construção de sentidos no texto. *Filologia e Linguística Portuguesa*, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 147-170, 2019b.

LOPES-DAMASIO, L. R. Junção e tradição discursiva na escrita infantil. *Revista (Con)textos linguísticos*, Vitória, v. 14, n. 29, p. 136-156, 2020.

LOPES-DAMASIO, L. R. Para argumentar, basta começar: mecanismos de junção e tradição discursiva em aquisição. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 64, n. 00, p. e022005, 2022.

MACHADO, T. H. S.; CAPRISTANO, C. C.; JUNG, N. M. Letramento acadêmico: dimensões mostradas e escondidas em rasuras em contexto digital. *Linguagem & Ensino*, Pelotas, v. 22, n. 3, p. 933-956, 2019.

MARCUSCHI, L. A. Oralidade e escrita. In: COLÓQUIO FRANCO-BRASILEIRO SOBRE LINGUAGEM E EDUCAÇÃO, 1., 1995. *Anais [...]* Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1995.

RAIBLE, W. Linking clauses. In: HASPELMATH, M. et al. (ed.). *Language typology and language universals: an international handbook*. Berlim: Walter de Gruyter, 2001. p. 590- 617.

SANTANA, M. D. *Uma abordagem linguístico-discursiva da junção na escrita infantil*. 2022. 194 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2022.

SONCIN, G. Alongamento em fronteira de frase entoacional no Português do Brasil. *GRADUS – Revista Brasileira de Fonologia de Laboratório*, Curitiba, v. 3, n. 1, p. 64-80, 2018.

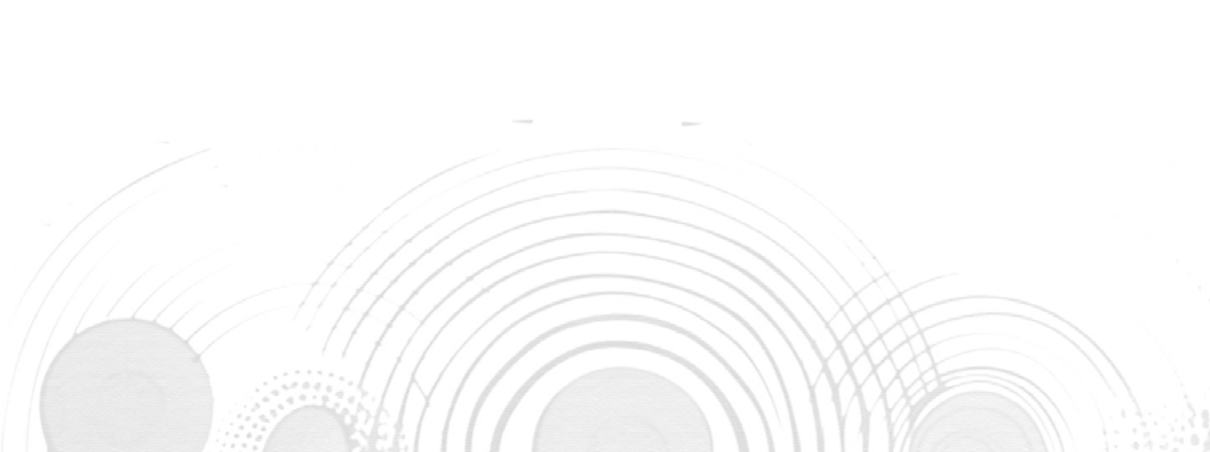
SONCIN, G. C. N.; RODRIGUES, A. A interação sintaxe-prosódia em usos de vírgula em esquema duplo: apontamentos para o ensino de pontuação. *Domínios de lingu@gem*, Uberlândia, v. 12, n. 3, p. 1571-1606, 2018.

SONCIN, G. C. N.; TENANI, L. E. Evidence of the role of prosody in argumentative writing: Comma use in texts written by Brazilian students aged 11-14. *Writing & Pedagogy*, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 77-101, 2017.

TAURA, L. G. *Tradição discursiva, variedade linguística e ensino: uma abordagem da heterogeneidade da escrita*. 2019. 153 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2019.

TENANI, L. E. Estruturas morfossintática e prosódica dos enunciados: fatores para hipersegmentações. *Domínios de Lingu@gem*, Uberlândia, v. 11, n. 3, p. 600-626, 2017.

VAZ, S.; CHACON, L. Coocorrência de traços fonológicos em substituições ortográficas de fonemas soantes. *CoDAS*, [S. l.], v. 32, n. 2, p. 1-5, 2020.



HIPO TAXE DE FINALIDADE EM PERSPECTIVAS MICRO E MACROTEXTUAIS: UM ESTUDO FUNCIONALISTA

Amanda Heiderich Marchon (UFES)

PALAVRAS INICIAIS

Esta investigação é parte do projeto de pós-doutoramento desenvolvido na Universidade Federal Fluminense, sob supervisão da Profa. Dra. Nilza Barrozo Dias, entre os anos de 2020 e 2021, sobre o emprego das cláusulas hipotáticas que expressam a noção de efeito (intencional ou não) em artigos de opinião. Mais especificamente, neste texto, à luz do Funcionalismo Clássico em diálogo com a Semântica Argumentativa, procuramos tecer considerações sobre aspectos estruturais e semântico-discursivos de cláusulas hipotáticas de finalidade, como observamos no dado 01 a seguir, em que a cláusula destacada expressa o objetivo que se deseja alcançar com o falseamento das declarações:

(01) Antes da pandemia, ganhava força uma repulsa aos especialistas: quanto mais alguém conheça sobre

um assunto, mais ele está envolvido em interesses relativos a esse tema e, portanto, não apenas é tendencioso, mas também falseia tudo o que diz **para sustentar seus interesses**. O especialista é alguém que não é comum e, mais, está contra o interesse comum e o senso comum. (*Folha de São Paulo*, 25 de abril 2020, grifos nossos).

Considerando que a finalidade é parte de uma relação em que as noções de causa e efeito são consideradas complementares, Azeredo (2012, p. 323) afirma que “do ponto de vista extremamente lógico, dois fatos se articulam pela relação de causalidade se a realização de um deles depende ou decorre da realização do outro”. Nesse sentido, em sua *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*, o autor explica que a noção de *causa* é codificada por cláusulas de *causa* e de *condição*; a noção de *efeito*, por cláusulas de *consequência* e de *finalidade*. Especificamente, a presença de *intencionalidade* diferencia o efeito visado (finalidade) do efeito contingencial (consequência), como ilustram, respectivamente, exemplos apresentados pelo próprio autor: “Estão trabalhando em dobro, *para* compensar os dias parados”; “Estava *tão* cansado, *que* dormiu de sapato e tudo” (Azeredo, 2012, p. 328-329, grifos do autor). No primeiro exemplo, *compensar os dias trabalhados* instancia o *efeito visado* decorrente da ação *trabalhar dobrado*, ao passo que, no segundo exemplo, *dormir de sapato e tudo* não se caracteriza como um *efeito planejado* consequente de *estar cansado*. Esse entendimento, associado às investigações de Marchon (2017, 2021) sobre o tema, sugere que as estruturas de finalidade apresentam maior grau de argumentatividade quando comparadas às estruturas de consequência, o que sinaliza que o emprego daquelas pode ser entendido como uma estratégia argumentativa.

Assumindo que as cláusulas hipotáticas de finalidade expressam uma meta a ser atingida, defendemos a hipótese de que o em-

prego dessa estrutura contribui para a construção argumentativa do discurso. Sob essa perspectiva, com base em estudos funcionalistas sobre articulação de cláusulas (Decat, 1993; Dias 2001; Hopper; Traugott, 1993), bem como amparados nos conceitos de *doxa* e *polifonia* (Ducrot, 1987), analisamos 104 artigos de opinião, publicados em 2020, na coluna *Tendências e Debates*, do jornal *Folha de São Paulo*, nos quais foram atestadas 161 cláusulas hipotáticas de finalidade.¹ De acordo com informações encontradas no *site* do periódico, a coluna *Tendências e Debates*, publicada aos sábados, apresenta uma pergunta sobre determinado assunto que suscitou polêmicas ao longo da semana nos noticiários. Os articulistas convidados — que não mantêm vínculo profissional com o jornal —, ao responderem *sim* ou *não* a esse questionamento, defendem posicionamentos opostos em relação ao tema em discussão, aproximando-se ou afastando-se dos valores sociais vigentes.

Para desenvolver esta investigação, além desta breve introdução e das referências bibliográficas ao final, apresentamos mais três seções. Iniciamos o trabalho com a descrição de aspectos formais e funcionais das cláusulas de finalidade, à luz do Funcionalismo Clássico, seguida da análise dos dados em perspectiva microtextual, com base em três fatores, a saber: (i) forma da cláusula hipotática (finita ou não finita); (ii) conector da cláusula hipotática; (iii) posição da cláusula hipotática em relação à cláusula nuclear. Na seção seguinte, discutimos os conceitos de *doxa* e *polifonia*, ancorados na Semântica Argumentativa, para analisarmos o emprego das cláusulas de finalidade em perspectiva macrotextual, observando, pois, outros dois fatores: (iv) frequência da estrutura investigada em artigos de opinião coincidentes e não coincidentes com a *doxa*; (v) modalidade deôntica expressa na cláusula matriz. Por fim,

1 As cláusulas reduzidas de gerúndio não foram consideradas nesta análise, uma vez que, nos dados coletados, a ideia de finalidade aparece, frequentemente, associada a outra relação semântica, como a relação de modo, por exemplo.

apresentamos as considerações finais e sinalizamos lacunas de pesquisa que podem ser exploradas sobre o tema.

HIPOTAXE DE FINALIDADE EM PERSPECTIVA MICROTTEXTUAL

Nesta pesquisa, conforme proposta de Hopper e Traugott (1993), consideramos que a tradicional dicotomia *subordinação versus coordenação* não reflete a realidade dos fatos linguísticos, uma vez que a subordinação envolve estruturas que não apresentam comportamento homogêneo. Sob esse prisma, as cláusulas complexas podem ser distribuídas ao longo de um *continuum* com três pontos distintos de uma escala pautada, simultaneamente, nos graus de encaixamento (sintático) e de dependência (semântica): *parataxe* (menor grau de vinculação), *hipotaxe* (grau intermediário de vinculação)² e *subordinação* (maior grau de vinculação). Situamos, pois, a cláusula de finalidade como *hipotática circunstancial* por realçar a informação contida na cláusula núcleo (Decat, 1993; Halliday; Matthiessen, 2014), indicando a meta a ser atingida, conforme descreve Dias (2001).

Embora a literatura tradicional e os estudos funcionalistas descrevam de forma distinta o fenômeno da articulação de cláusulas, é ponto pacífico entre gramáticos e linguistas que a cláusula hipotática de finalidade, em termos de efeitos de sentido, codifica *o objetivo que se deseja alcançar a partir da realização da ação expressa pela cláusula nuclear*, a exemplo do dado 02, em que verificamos que o propósito da flexibilização das metas fiscais durante o enfrentamento da pandemia de Covid-19 é atenuar os efeitos da crise socioeconômica:

2 [...] a hipotaxe expressa um grau intermediário de dependência, em que a cláusula dependente não exerce função de termo constituinte da cláusula nuclear, embora se sustente pela relação de interdependência entre uma cláusula marginal ou satélite e sua cláusula-núcleo, de modo que a primeira age sobre o sentido da segunda — são as chamadas orações adjetivas explicativas e orações adverbiais pela gramática tradicional. (Marchon, 2021, p. 407).

(02) [...] é preciso que o governo suspenda tributos federais e amplie a proteção social dos trabalhadores durante o estado de calamidade. Em todo o mundo, os governos estão flexibilizando suas metas fiscais **para mitigar os efeitos da crise**. A Alemanha, por exemplo, está investindo 36% do PIB (Produto Interno Bruto) nas ações de enfrentamento da pandemia. O Reino Unido, 17%. Já o governo brasileiro está gastando aquém deste patamar. (*Folha de São Paulo*, 11 de abril de 2020, grifos nossos).

O que não é consensual entre os estudiosos, todavia, é o campo semântico em que as cláusulas de finalidade devem figurar: alguns as enquadram em uma relação ampla de causa/propósito, como o fazem Halliday e Matthiessen (2014, p. 477, grifos dos autores), por meio do raciocínio “*por causa da intenção Q então a ação P*”;³ outros as especificam como expressão da relação resultado/consequência, a exemplo de Garcia (2007, p. 81), que aproxima as ideias de finalidade, consequência e conclusão, ressaltando que “a consequência desejada ou preconcebida é o fim (propósito, objetivo)”.

A partir desses enquadramentos, entendemos que existe a compreensão de que a finalidade é parte de uma relação mais complexa, em que as noções de *causa* e *efeito* são consideradas complementares, como discutimos brevemente na introdução deste capítulo, com base em Azeredo (2012). Esse autor especifica que a *intencionalidade* diferencia o efeito visado (finalidade) do efeito não visado (consequência), posicionamento coincidente com o de Garcia (2007), citado anteriormente. A noção de intencionalidade também é desenvolvida por Dias (2001), que, baseando-se na Teoria da Metáfora, conforme proposta por Lakoff e Johnson (1980), considera que as cláusulas de finalidade escaneiam um des-

3 *because intention Q so action P.*

locamento no *esquema imagético⁴ do movimento (origem-meta)*: o enunciador estabelece um propósito, cujo alcance demanda o deslocamento de uma origem a uma meta, como ilustra o dado 03:

(03) Na sanha legiferante de sapear uma lei que opere o milagre de varrer as fake news das terras brasileiras, os (as) parlamentares podem agravar a doença da desinformação que já está inoculada na democracia. [...] Querem que as empresas armazenem o RG e o CPF de cada usuário, além do endereço certinho, **para entregar às autoridades quando elas requisitarem**. Querem que as empresas saibam, entre os bilhões de postagens diárias, quais carregam discursos interessados ou maliciosos e quais são meramente informativos. (*Folha de São Paulo*, 07 de junho de 2020, grifos nossos).

Nesse trecho, o movimento escaneado pela cláusula de finalidade tem como origem o armazenamento dos dados do usuário, e, como meta, a entrega dessas informações às autoridades, conforme ilustra Figura 1 a seguir:

Figura 1 – Deslocamento no mundo das intenções



Fonte: Elaboração própria.

4 Segundo Johnson (1987, p. 29-30, tradução nossa), os Esquemas-I são estruturas dinâmicas “por meio das quais organizamos nossa experiência de maneira que possamos compreendê-la”. Formadas por meio da percepção sensório-motora de nossas experiências mais primitivas — e, basicamente, espaciais —, essas estruturas são acionadas para que possamos compreender domínios mais abstratos com base em domínios mais concretos.

Souza (2019), com base em pressupostos teóricos da Linguística Cognitiva, diferentemente de Dias (2001), propõe que, em construções de finalidade, a ideia de movimento parte de um ponto de inatividade, a origem, e passa por pontos intermediários até atingir uma meta. A autora especifica que a ideia de finalidade é mais bem descrita por meio do *esquema imagético de trajetória e ligação entre os pontos da trajetória (origem-trajetória-meta)*, em que os pontos intermediários seriam ações que condicionariam a realização de uma meta em potencial — “objetivos são emulados nas metas, logo, atingir um objetivo é entendido como percorrer uma trajetória, passando por pontos intermediários, até chegar ao destino” (Duque, 2015, p. 34). A Figura 2 ilustra esse esquema:

Figura 2 – Esquema imagético da trajetória



Fonte: Elaboração própria, com base em Souza (2019, p. 62).

Nesse esquema, emerge com mais nitidez a relação de causalidade entre os eventos, uma vez o ponto intermediário estabelece uma condição, uma etapa do caminho percorrido para que a meta seja atingida — “a ligação entre pontos intermediários estabelece as noções de contiguidade e causalidade presentes em eventos complexos” (Duque, 2015, p. 34). Souza (2019) explica que a construção com cláusula de finalidade codifica um *frame*⁵ constituído pelo seguinte esquema: *X atua para alcançar Z*. Essa representação, denominada pela autora de *Frame de Finalidade*, evoca um even-

5 De acordo com Goffman (1986), *frame* é o conjunto de princípios de organização que governam acontecimentos sociais e nosso envolvimento subjetivo neles.

to que se encontra em um ponto do futuro (descrito em Z), em relação à atuação de X. O caráter virtual desse evento não garante acesso à realidade esperada pelo enunciador, embora ele a projete com base na perspectiva do que entende como potencialmente passível de ocorrência.

Apesar dos posicionamentos diversos que elencamos nesta seção, os estudiosos parecem concordar que seja característica da cláusula de finalidade apresentar um caráter *prospectivo* e *virtual*, uma vez que o estado de coisas expresso pela cláusula hipotática de finalidade está condicionado à prévia realização da ação expressa pela cláusula núcleo.

Antes, porém, de finalizarmos esta seção, cumpre apresentar a ressalva de García (1994), em sua *Gramática Del Español*: embora o autor reconheça o caráter volitivo das cláusulas de finalidade, ele destaca que esse traço não pode ser o único empregado para a caracterização dessa estrutura, uma vez que essa construção pode tanto indicar o cumprimento de uma vontade, conforme o dado 03 analisado anteriormente, quanto o cumprimento de um plano que se dá por pressuposto, como ilustra o dado 04 a seguir:

(04) No Instagram (Regina Duarte) foi econômica, como se fizesse uma lista de supermercado. Anotou os itens metodicamente: “15 de março, Gen Heleno/Cap Bolsonaro [assim, juntinho]. O Brasil é nosso, não dos políticos de sempre”. E, para terminar, “Nas Ruas”. Mesmo depois de o mandatário desmentir tudo, dizer que o vídeo era de 2015 etc., etc., etc.. Ainda está lá, **para quem quiser ver a receita do bolo**. (*Folha de São Paulo*, 07 de março de 2020, grifos nossos).

O dado 04 é parte do artigo de opinião assinado pela cantora Zélia Duncan, em que ela defende a tese de que a atriz Regina Duarte, enquanto Secretária de Cultura do governo Bolsonaro,

não seria capaz de ampliar o diálogo do governo com a classe artística. Dentre os argumentos mobilizados para sustentar seu posicionamento, a cantora cita o convite postado pela atriz, no *Instagram*, para um movimento em defesa do governo. A cláusula “*para quem quiser ver a receita do bolo*” não pode ser considerada, propriamente, o objetivo de Regina Duarte ter mantido sua postagem no *Instagram*, mas o fato de não a ter apagado gera, por pressuposto, a possibilidade de que qualquer pessoa que acesse a página da atriz possa ver tal convocatória, com o propósito de esse acesso confirmar ou não o posicionamento político da então Secretária de Cultura do Brasil.

De acordo com as informações apresentadas nesta seção, compreendemos que, no bojo do esquema imagético que representa a relação de finalidade, está a noção de futuridade: o estado de coisas expresso pela cláusula de finalidade está em um tempo posterior ao tempo da cláusula nuclear (Neves, 2018). Sobre esse tempo posterior, Magalhães (2016, p. 35, grifo do autor), ao citar Hernanz (1999), explica que a defectividade temporal do infinitivo característico das cláusulas de finalidade “é neutralizada pela ação da preposição *para*, que transmite à subordinada não só informação de posteridade como também de alguma incerteza, resultando daí que, quando construídas na forma finita, estas orações usem o modo conjuntivo [subjuntivo] e não o indicativo”. O dado 05 ilustra essa explicação, apresentando duas cláusulas de finalidade: a primeira apresenta-se sob a forma não finita; a segunda, sob a forma finita com a forma verbal “*deem*” no modo subjuntivo.

(05) As duas primeiras são as formas usuais de financiamento das despesas públicas, enquanto a terceira não está autorizada pela atual legislação e nem pela PEC do orçamento de guerra. Aumentar impostos **para financiar despesas adicionais** não parece ser uma solução de curto prazo, embora seja essencial a médio

prazo elevar a tributação apenas sobre os mais ricos **para que deem sua contribuição ao país neste cenário**. Por sua vez, vender títulos junto ao mercado aumenta nossa dívida e a conta a pagar no futuro junto a todos que financiam o governo. (*Folha de São Paulo*, 09 de maio de 2020, grifos nossos).

No *corpus* analisado, observamos que as cláusulas finitas são pouco frequentes, perfazendo apenas 12,42% dos dados, ou seja, 20 cláusulas somente. Considerando a complexidade da forma (conjugação do verbo no modo subjuntivo e emprego de conector mais pesado com a presença do item *que*) e, conseqüentemente, a sua complexidade de processamento cognitivo, entendemos ser a forma finita, nos termos de Givón (1995), a estrutura marcada para a expressão da finalidade, comparada à alta frequência (87,58%) e à menor complexidade estrutural e cognitiva das cláusulas hipotáticas de finalidade formadas por verbo no infinitivo. Esses números sugerem que, nos artigos de opinião analisados, o enunciador constrói seu discurso de forma a escamotear que a realização de eventos futuros se situa no âmbito da incerteza. Soma-se a isso o fato de a forma verbal das cláusulas não finitas, encontradas em alta frequência no *corpus*, não expressarem gramaticalmente a dúvida impressa no modo subjuntivo, modo verbal das cláusulas de finalidade finitas — “a ideia de finalidade ou propósito se inicia com o cumprimento de uma condição, ou um requisito, na oração matriz, objetivando um fim que se manifestará na estrutura de finalidade. Contudo, este fim está por se materializar, constitui-se uma projeção ou uma possibilidade” (Azevedo, 2000, p. 06).

No que diz respeito aos itens gramaticais que introduzem as cláusulas investigadas no discurso, o conector *para* (seguido ou não do item *que*) é o expressivamente mais recorrente. A esse respeito, destacamos que a ideia de deslocamento é a ele inerente. Mais precisamente, ao conector *para*, está associado o valor semân-

tico de destinação e fim. Como explica Martelotta (2001), um movimento físico em direção a um espaço determinado pode ser estendido para noções mais abstratas e desenvolver valores de caráter mais gramatical, como os de conectivos de finalidade. A mesma explicação se aplica ao conector *a fim de*, encontrado em número reduzido no *corpus* (apenas 3 ocorrências), mas presente nas listas de conectores de finalidade de algumas gramáticas e materiais didáticos:

(06) Para os servidores incumbidos das funções exclusivas do Estado faz sentido a estabilidade, **a fim de assegurar sua independência em relação aos governos e aos ciclos políticos**. Ainda assim, a estabilidade deveria estar vinculada ao interesse coletivo e não aos interesses das corporações. (*Folha de São Paulo*, 29 de fevereiro de 2020, grifos nossos).

Além dos conectores *para (que)* e *a fim de (que)*, foram encontrados, no *corpus* analisado, três outros itens gramaticais que, conforme Costa (2022), também podem introduzir cláusulas hipotáticas de finalidade, quais sejam: *com a finalidade de* (5 ocorrências), *com o objetivo de* (5 ocorrências) e *com o fim de* (1 ocorrência). Sobre o surgimento de novos conectores, Rosário (2015, p.36) afirma que “construções gramaticais emergem para suprir nossas necessidades discursivas e passam a suprir lacunas nos paradigmas gramaticais e no universo dos conceitos mais abstratos”. Os dados a seguir ilustram esses usos com conectores não canônicos:

(07) Além das incertezas econômicas e da tristeza causada pelas milhares de mortes, a doença acelerou providências e discussões que as sociedades evitavam ou conduziam a passos lentos.

Uma delas é sobre a compilação de dados coletivos para a formulação de políticas públicas, como ocorre nos convênios firmados entre administrações es-

taduais e empresas telefônicas, **com a finalidade de medir a adesão dos cidadãos ao isolamento social** – medida necessária para conter a disseminação do vírus e a amplitude da tragédia. (*Folha de São Paulo*, 02 de maio de 2020, grifos nossos).

(08) A retomada do futebol no nosso país aconteceu após inúmeras discussões entre médicos, tanto os que participam do dia a dia do futebol quanto infectologistas e profissionais de outras especialidades, **com o objetivo de minimizar ao máximo os riscos de que qualquer trabalhador envolvido em sua operação pudesse ser acometido pela doença**. (*Folha de São Paulo*, 22 de agosto de 2020, grifos nossos).

(09) O distanciamento temporal entre o exercício da função e a candidatura política é necessário, justamente, para não colocar em xeque a credibilidade do sistema de Justiça. Conforme aponta a Constituição, as hipóteses de inelegibilidade não existem somente para proteger a probidade e a moralidade para fins de exercício do mandato, mas, sobretudo, **com o fim de preservar a normalidade e a legitimidade das eleições contra o abuso do exercício do cargo**. (*Folha de São Paulo*, 08 de agosto de 2020, grifos nossos).

Como podemos observar, todos os dados até aqui apresentados expressam a noção de futuridade, já que o evento descrito pela cláusula de finalidade ocorre em um tempo posterior à ocorrência do evento expresso pela cláusula nuclear. Esse caráter prospectivo das cláusulas de finalidade é refletido iconicamente na ordenação das estruturas no nexos clausal, sendo, pois, a posposição à cláusula nuclear o posicionamento mais frequente — 87,57% dos dados, isto é, 141 cláusulas de finalidade são pospostas. Dito de outra forma, como essa estrutura hipotática expressa um efeito visado da ação realizada na cláusula nu-

clear, o princípio da iconicidade⁶ explica a preferência pela ordem linear cláusula nuclear-cláusula hipotática, pois a causa precede o efeito — “a ordem temporal em que eventos ocorrem será espelhada no relato linguístico dos eventos” (Givón, 2001, p. 34-35, tradução nossa).⁷

A esse respeito, Thompson (1985) defende que, no inglês, cláusulas de finalidade antepostas e cláusulas de finalidade postpostas à cláusula nuclear apresentam aspectos morfológicos idênticos, entretanto, por apresentarem características semântico-discursivas muito distintas, podem ser consideradas duas estruturas distintas: *initial purpose clause* e *final purpose clause*. Para a autora, a estrutura de finalidade em posição final expressa a motivação da realização da ação veiculada na cláusula nuclear, exercendo, portanto, um papel semântico de delimitar a informação descrita na cláusula-núcleo, como pode ser observado nos dados apresentados até aqui. Diferentemente, a cláusula de finalidade em posição inicial nomeia o problema e cria expectativas sobre a solução; o material subsequente (cláusula nuclear) cumpre essas expectativas e apresenta a solução, como ilustra o dado 10 a seguir:

(10) Pesquisas mostram que o alto consumo de alimentos processados, ricos em açúcar, gordura e sódio, contribuem para esse quadro. Mais do que a necessidade de mudanças no estilo de vida, é preciso modificar o ambiente alimentar para o enfrentamento de doenças crônicas.

Para lidar com esse cenário, a Organização Mundial de Saúde, a Opas (Organização Pan-Americana da Saúde), o Inca (Instituto Nacional de Câncer) e diversos organismos nacionais e internacionais reco-

6 Os estudos ancorados nos pressupostos funcionalistas defendem que há uma correlação natural e motivada entre forma e função, ou seja, entre o código linguístico e o conteúdo. Esse princípio foi descrito por Givón (2001) sob o rótulo de *iconicidade*, desdobra-se em quatro grupos de subprincípios, a saber: *entonação*, *proximidade*, *ordenação* e *quantidade*.

7 “The temporal order in which events occurred will be mirrored in the linguistic report of the events.”

mendam aumentar tributos sobre produtos não saudáveis, em especial as bebidas açucaradas. (*Folha de São Paulo*, 04 de janeiro de 2020, grifos nossos).

O dado sob análise é um fragmento do artigo de opinião cuja tese é a de que bebidas açucaradas devem ser sobretaxadas a fim de que seu preço elevado leve à inibição do consumo. No trecho apresentado, a cláusula de finalidade estabelece o contexto de referência em que o sentido da cláusula nuclear pode ser interpretado e, simultaneamente, a estrutura hipotática funciona como um elo na cadeia discursiva, superando os limites da sentença e operando na organização do discurso. Sob esse prisma, entendemos que a cláusula de finalidade em posição anteposta ajuda a orientar a atenção do interlocutor, sinalizando as relações entre as porções precedentes e subsequentes do discurso, função que Chafe (1988) chama de *guidepost*.

Apresentadas as análises acerca de aspectos formais e funcionais das cláusulas hipotáticas de finalidade no âmbito do período, passamos a discutir, embora mais brevemente, questões relacionadas ao emprego dessas estruturas na perspectiva da construção da argumentação, na próxima seção.

HIPO TAXE DE FINALIDADE EM PERSPECTIVA MACROTEXTUAL

A argumentação, desde muito cedo na história, desperta o interesse de estudiosos da filosofia e da ciência da linguagem. De forma geral, desde a retórica da Grécia antiga até as pesquisas linguísticas da atualidade, a arte de argumentar é entendida como a prática linguístico-discursiva que visa a alterar o pensamento, a crença ou o comportamento do interlocutor. Considerando que, “do princípio ao fim, a análise da argumentação versa sobre o que é presumidamente admitido pelos ouvintes” (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2005, p. 73), o processo argumentativo não pode prescindir

dos valores sociais que guiam aqueles a quem se destina a argumentação, conforme destaca Amossy (2005, p. 123):

a importância atribuída ao auditório acarreta naturalmente a insistência no conjunto de valores, de evidências, de crenças, fora dos quais todo diálogo se revelaria impossível; em outras palavras, conduz a uma doxa comum. É mediante um trabalho sobre a doxa que o orador tenta fazer seu interlocutor partilhar seus pontos de vista.

Nesse sentido, entendemos que a *doxa* representa os posicionamentos que os discursos apontam ser os predominantes — ou, pelo menos, de textos que apresentam teses contrárias acerca da manutenção desses valores socialmente instituídos. Como a doxa, entretanto, é situada social e historicamente, sendo passível de variação a depender da cultura de um povo ou até entre grupos de uma mesma sociedade em uma mesma época, nosso procedimento teórico-metodológico contempla a mobilização do conceito de *polifonia*, que, nos termos de Ducrot (1987, p. 172), diz respeito às diversas vozes evocadas na construção do discurso, vozes essas que podem ser concordantes ou não com o posicionamento defendido pelo enunciador. Dessa forma, por meio da identificação das marcas polifônicas comuns nos pares de textos analisados, buscamos identificar os valores expressos pelo discurso da sociedade brasileira em 2020, ano de publicação dos artigos de opinião que analisamos.

Para fins de exemplificação, analisemos, brevemente, dois excertos dos textos que respondem ao seguinte questionamento da *Folha de São Paulo*: *O monitoramento do uso de dados de celulares por governos viola direitos de privacidade?* Tanto o articulista que responde o *sim* quanto o articulista que apresenta o *não* como

resposta, para sustentarem suas teses, acionam a *voz* dos legisladores que elaboraram a Constituição Federal:

(11) SIM: MEDIDA INCONSTITUCIONAL

A Constituição protege a privacidade, inclui a inviolabilidade das comunicações telefônicas na lista de direitos fundamentais e elenca as exceções à regra: apenas para fins de investigação criminal e de instrução processual penal, desde que com prévia autorização judicial. Dado que o acessório segue o principal, sem autorização prévia expressa do cidadão, o aparelho e seus sinais também não podem ser vigiados. (*Folha de São Paulo*, 05 de maio de 2020, grifos nossos).

(12) NÃO: LEGAL E BEM-VINDO

A Constituição Federal protege, no inciso 10 do artigo 5º, a intimidade e a privacidade dos indivíduos. No inciso 12 do mesmo artigo, a Carta torna invioláveis as comunicações de dados e telefônicas, salvo mediante ordem judicial, para fins de investigação criminal ou de instrução processual penal. (*Folha de São Paulo*, 05 de maio de 2020, grifos nossos).

Os articulistas — ambos, aliás, juízes federais — apresentam interpretações distintas acerca da relação entre o texto legal e a possibilidade de monitoramento de dados móveis num contexto em que a inibição da circulação de pessoas em decorrência da pandemia de Covid-19 se fazia necessária. Como ambos se reportam à proteção legal da privacidade dos cidadãos, o jogo de vozes instaurado faz emergir a doxa que defende a inviolabilidade desse direito. O artigo que apresenta o *não* como resposta ao questionamento da instância midiática, portanto, não é coincidente com a *vox populi*. Ressaltamos que somente com base em índices polifônicos foi possível determinarmos quais artigos de opinião mostram-se coinci-

dentes ou não com o que a sociedade, por meio de seu discurso, considera aceitável.

De acordo com Marchon (2017), posicionar-se contra o que está instituído pelo senso comum demanda grandes empreendimentos argumentativos que versam não só sobre a natureza dos argumentos mobilizados, mas também sobre o acionamento de estratégias linguístico-discursivas para expressá-los. Seguindo essa linha de raciocínio, observamos que, das 161 cláusulas de finalidade analisadas nesta investigação, 98 figuram em artigos de opinião cujas teses não coincidem com a doxa vigente, ao passo que 63 cláusulas estão presentes em textos que coincidem com a doxa instaurada — em valores percentuais, 60,87% e 39,13%, respectivamente. Nesse sentido, entendemos que a frequência mais alta de dados em textos que visam à mudança de paradigmas sociais está relacionada ao matiz argumentativo das cláusulas investigadas e ao seu caráter de futuridade.

A análise das regularidades dos dados nos fez observar que, em artigos de opinião que refutam a *vox populi*, a associação entre a modalidade deôntica (expressa na cláusula nuclear) e a ideia de finalidade (expressa na cláusula hipotática), em um mesmo nexos clausal, representa eficiente estratégia linguístico-discursiva para a construção da argumentação. Apresentamos o dado 13 a seguir para exemplificar essa estratégia:

(13) Não para se alinhar à agenda americana, e sim para realizar as genuínas aspirações de nosso povo, a eleição de Biden representa oportunidade de mudar, mais que ameaça. O próprio governo Bolsonaro, se tivesse um mínimo de bom senso, deveria aproveitar a ocasião, **para repensar a política externa e as orientações em meio ambiente e direitos humanos**. (*Folha de São Paulo*, 14/11/2020, grifos nossos).

O trecho sublinhado representa a cláusula nuclear; o trecho em negrito, a cláusula hipotática de finalidade. Como observamos, o modalizador *deveria*, no trecho sublinhado, confere o tom de *necessidade/obrigação* de Bolsonaro aproveitar a eleição de Biden com o objetivo de repensar políticas relacionadas ao meio ambiente e aos direitos humanos.

De forma simplificada, a modalidade diz respeito ao modo pelo qual o conteúdo proposicional de um enunciado reflete o julgamento do enunciador. Nesse sentido, de acordo com Castilho (2010, p. 363), a modalidade epistêmica enquadra a proposição do ângulo de seu valor de verdade, ao passo que a modalidade deôntica o faz do ângulo da obrigatoriedade de sua ocorrência:

Os modalizadores deônticos predicam o conteúdo sentencial, que passa a ser entendido como um estado de coisas que precisa ocorrer obrigatoriamente. Não é mais o valor de verdade da sentença que está em jogo, como nas classes anteriores [epistêmicas]. Esses modalizadores [deônticos] correspondem à função desiderativa da linguagem, donde a noção de futuridade que os acompanha.

O termo deôntico tem origem na palavra grega *déon* (o que é obrigatório) e se refere à lógica da *obrigação*, da *ordem* e da *permissão*. Segundo Lyons (1977), a modalidade deôntica se refere à necessidade ou à possibilidade de que atos sejam praticados por agentes moralmente responsáveis, como ilustra o dado a seguir:

(14) Se o Congresso quer proteger a nação contra mentiras industrializadas, deve criar programas públicos para fomentar, estimular e financiar a imprensa livre. Só mais informação pode vencer a desinformação. No mais, não custa avisar: em países autoritários, como Hungria e Filipinas, leis criadas a pretexto de combater fake news são agora usadas

para intimidar jornalistas. (*Folha de São Paulo*, 07 de junho de 2020, grifos nossos).

No dado sob análise, a cláusula nuclear é marcada por um verbo modalizador deôntico (*deve*) que indica obrigação de o Congresso criar programas públicos — obrigação essa decorrente de imposição externa e social intrínseca ao Poder Legislativo que leva o agente (*Congresso*) a completar a ação (*criar*). As três cláusulas de finalidade que se articulam à cláusula nuclear indicam as metas a serem alcançadas por meio dessa criação: *fomentar, estimular, financiar a imprensa livre*. Esse dado nos permite ainda observar que a ideia de futuridade perpassa todas as cláusulas do nexos clausal.

Em termos quantitativos, encontramos 42 construções de associação da modalidade deôntica à hipotaxe de finalidade. Desse total, 28 dados (66,67%) estão em artigos de opinião em que os enunciadores se manifestam contrariamente ao que a sociedade, por meio de seu discurso, julga ser o mais adequado, ao passo que apenas a metade desse valor (14 dados, em números absolutos, ou seja, 33,33%) é encontrada em textos coincidentes com a doxa estabelecida. A esse respeito, destacamos que tanto o evento descrito na cláusula nuclear quanto o evento descrito na cláusula hipotática de finalidade refletem o caráter de prospecção das ações, o que se coaduna com o projeto argumentativo dos textos que buscam alterar o padrão de comportamento social num futuro próximo.

O processo argumentativo, de acordo com teorias do texto e do discurso, centra-se na busca pelo *verossímil*, em lugar do *verdadeiro* — o verossímil depende das representações socioculturais compartilhadas pelos membros de um determinado grupo, em nome da experiência ou do conhecimento. Sob esse prisma, acreditamos que o enunciador constrói seu discurso de forma a aproximar a *realidade potencial* (ainda não vivenciada por estar no futuro) da *realidade conhecida* (já vivenciada), mitigando, conscientemente ou não,

a ideia de que a realização de eventos vindouros se situa no âmbito da incerteza, o que potencializa a argumentação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, discutimos alguns aspectos formais e semântico-discursivos da hipotaxe e finalidade na construção da argumentação. No que tange ao sentido, percebemos que as estruturas analisadas instanciam a meta que o enunciador almeja atingir por meio da execução da ação descrita na cláusula nuclear, aspecto que revela não apenas uma dimensão causal, mas também confere a essas construções de finalidade um caráter intrinsecamente prospectivo. Para fins organizacionais, optamos por dividir as análises em duas partes: a primeira parte focaliza a estrutura investigada no âmbito do período (nível microtextual); a segunda parte a examina no âmbito do discurso (nível macrotextual).

No que se refere ao nível microtextual, ou seja, ao âmbito do período, observamos que as cláusulas de finalidade estudadas aparecem, majoritariamente, na forma finita, com verbos no infinitivo, sendo introduzidas no discurso pelo conector “para”. Em termos de ordenação, apresentam-se, expressivamente, em posição posposta à cláusula nuclear, refletindo, iconicamente, na estrutura linguística, a ordem dos acontecimentos, uma vez que o efeito sucede a causa.

Ademais, a análise dos dados revelou que as estruturas estudadas são mais frequentes em artigos de opinião que contestam a ordem social estabelecida e que, por consequência, exigem maior empreendimento argumentativo do enunciador na construção de seu discurso. Adicionalmente, identificamos que a propensão marcante para a associação dessas cláusulas com modalizadores deônticos está relacionada com a nuance de futuridade que esses recursos linguísticos apresentam. Embora tenhamos explorado relativamente pouco a relação entre a modalidade deôntica e a hipo-

taxe de finalidade, entendemos que a exploração detalhada dessas construções, suas variações e implicações argumentativas, contribuirá substancialmente para uma compreensão mais abrangente e refinada das estratégias argumentativas e, evidentemente, para a descrição do português em uso.

Na esteira das lacunas identificadas nesta investigação, também chamamos a atenção para a escassez de estudos que apresentem instrumental teórico-metodológico para análise aprofundada das cláusulas que se apresentam sob a forma de gerúndio, cláusulas essas que, frequentemente, apresentam sobreposição de leituras. Encontramos diversas construções com gerúndio, mas, pela oscilação de sentido, optamos por não explorá-las neste trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMOSSY, R. (org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. Tradução de Dilson Ferreira da Cruz et al. São Paulo: Contexto, 2005.
- AZEREDO, J. C. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2012.
- AZEVEDO, J. L. F. *A expressão da finalidade no português*. 2000. 2019 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.
- CASTILHO, A. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.
- CHAFE, W. Linking intonation units in spoken English. In: HAIMAN, J. M.; THOMPSON, S. A. (ed.). *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam: Jhon Benjamins Publishing, 1988.
- COSTA, B. S. S. Conectores de finalidade no português: da norma gramatical ao uso linguístico. *ReVEL*, Belo Horizonte, v. 20, n. 39, p. 23-47, 2022.
- DECAT, M. B. N. *Leite com manga morre: da hipotaxe adverbial no português em uso*. 1993. 287 f. Tese (Doutorado em Linguística

Aplicada ao Ensino da Língua) – Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1993.

DIAS, N. B. *As cláusulas de finalidade*. 2001. 175 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.

DUQUE, P. H. Discurso e cognição: uma abordagem baseada em frames. *Revista da Anpoll*, Florianópolis, n. 39, p. 25-48, jul./ago. 2015.

GARCÍA, Á. L. *Gramática del Español: la oración compuesta*. Madrid: Arco Libro, 1994.

GARCIA, O. M. *Comunicação em prosa moderna: aprender a escrever, aprendendo a pensar*. 26. ed. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2007.

GIVÓN, T. *Functionalism and grammar*. Philadelphia: J. Benjamins, 1995.

GIVÓN, Talmy. *Syntax: an introduction*. Amsterdam: J. Benjamins, 2001.

GOFFMAN, E. *Frame analysis: an essay on the organization of experience*. Boston: Northeastern University Press, 1986.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. *An introduction to functional grammar*. 4.ed. Oxon: Routledge, 2014.

HOPPER, P. ; TRAUGOTT, E. C. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

JOHNSON, M. *The Body in the Mind: The Bodily Basis of Meaning, Imagination and Reason*. Chicago: Chicago University Press, 1987. 271 p.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metáforas da vida cotidiana*. Tradução de Vera Maluf. Campinas: Mercado de Letras, 1980.

LYONS, J. *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977. v. 2.

MAGALHÃES, A. M. O. *A preposição PARA e as subordinadas infinitivas completivas, relativas infinitivas e adverbiais finais – contrastes*. 2016. 99 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2016.

MARCHON, A. H. *As teias da argumentação: um estudo de interface sintático-discursivo da hipotaxe circunstancial*. 2017. 168 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

MARCHON, A. H. Cláusulas finais e cláusulas consecutivas: um estudo dos aspectos discursivos na construção da argumentação. *Confluência – Revista do Instituto de Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, n. 60, p. 400-429, jan.-jun. 2021.

MARTELOTTA, M. E. Vinculação em cláusulas adverbiais: uma análise das cláusulas finais. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 5, n. 9, p. 54-66, out. 2001.

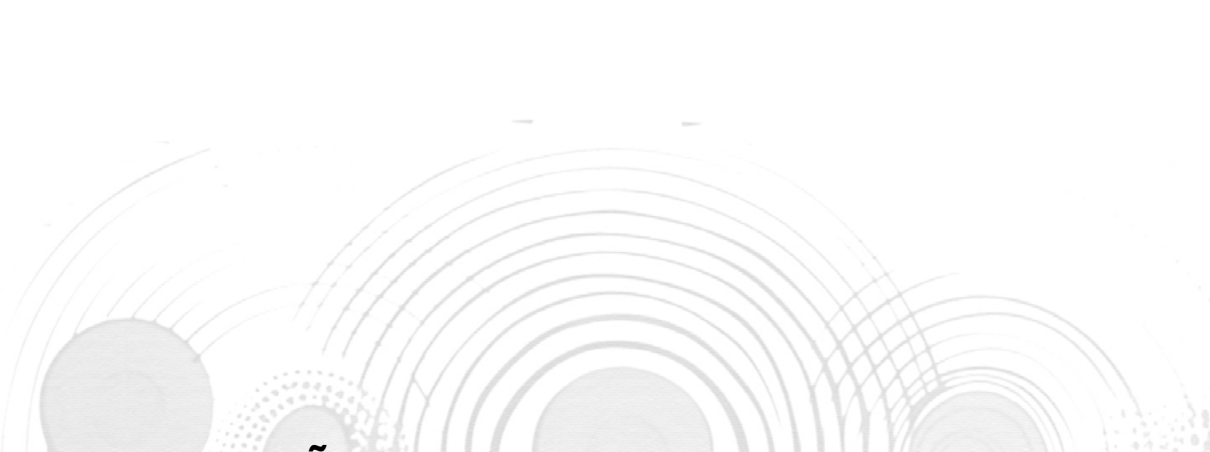
NEVES, M. H. M. *A gramática do português revelada em textos*. São Paulo: Editora UNESP, 2018.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ROSÁRIO, I. C. Gramática, gramaticalização, construções e integração oracional: algumas reflexões. In: OLIVEIRA, M. R.; ROSÁRIO, I. C. *Linguística Centrada no Uso: teoria e método*. Rio de Janeiro: Lamparina e Faperj, 2015

SOUZA, M. C. *Frame de finalidade: a projeção de eventos futuros no âmbito da realidade potencial*. 2019. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) – Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

THOMPSON, S. A. Grammar and written discourse: initial vs. final purpose clause in English. *Text-Interdisciplinary Journal for the Study of Discourse*, n. 5, p. 55-84, 1985.



PADRÕES FUNCIONAIS DAS MICROCONSTRUÇÕES [PORTANTO], [TANTO QUE] E [E AÍ] NO PORTUGUÊS CONTEMPORÂNEO: CONECTORES DA SINTAXE AO DISCURSO

Ana Beatriz Arena (UERJ/FFP)

Ana Cláudia Machado dos Santos (UFF)

Milena Torres de Aguiar (UERJ/FFP)

INTRODUÇÃO

Este capítulo visa a apresentar três padrões de uso de microconstruções,¹ analisando-as sob a perspectiva da Linguística Funcional Centrada no Uso, doravante também LFCU, em diálogo com a Linguística Textual, doravante também LT.

Ao selecionarmos as microconstruções [portanto], [tanto que] e [e aí], estudando-as a partir do diálogo entre as duas vertentes teóricas, partimos da ideia de que se comportam como elementos procedurais da gramática atuantes na articulação dos textos, auxi-

1 Este termo será conceituado na seção de *Fundamentação Teórica*. Por ora, basta reconhecer que se trata de um nível de construção *type* cuja especificidade fonológica é definida como substantiva, já que totalmente preenchida.

liando a tessitura textual, seja no âmbito sintático, seja no âmbito do discurso. Quanto ao aspecto discursivo, em nossos estudos, tornou-se evidente que esses elementos são multifuncionais, pois, além de atuarem na coesão do texto explícito na superfície textual, a partir do qual são capturadas inferências de ordem pragmática, também podem estar envolvidos na situação discursiva em si.

Outro ponto de partida para a análise dos três elementos em conjunto é a perspectiva do deslizamento entre a sintaxe e o discurso, relacionando-o à possível articulação de tais conectores em nível microtextual, intermediário e global, conforme preceituam Koch e Elias (2016, p. 121-123). Assim, no nível microtextual, observamos os contextos em que [portanto], [tanto que] e [e aí] atuam “encadeando orações e termos de orações”. No nível intermediário, encadeiam “parágrafos ou períodos” e, no nível global, “explicitam as articulações das sequências e partes maiores do texto.” Assumimos que estamos tomando sintaxe por microsyntaxe e macrosyntaxe quando estivermos tratando do nível de articulação microtextual para a primeira e intermediário e global para a segunda.

Em relação à microconstrução [portanto], verificamos sua atuação em distintos níveis de articulação, incluindo sintagmas, orações, períodos, parágrafos, chegando ao nível global do texto. Essa microconstrução representa bem o deslizamento funcional entre sintaxe e discurso em função de sua alta frequência em contextos distintos. O exemplo (01) ilustra um dos usos de [portanto]:

(01) A caminhada costuma ser um meio para que a vida saudável se incorpore à vida das pessoas. Esse era o objetivo do casal Christine de Souza, 29, e Guilherme Tormena, 27. “Estamos em busca da vida saudável. Vamos nessa e em outras caminhadas, mas o nosso objetivo é chegar na corrida”, afirma Christine. Ela é professora no Sesc. Além de participar junto

com o companheiro, incentivou os alunos a se inscreverem. Guilherme afirma que a caminhada é importante para alcançar uma vida mais saudável, ainda mais no caso dele, que é motorista, *portanto*, não se movimenta muito no cotidiano. (*Corpus do Português NOW*. Disponível em: <https://omunicipio.com.br/caminhada-reuniu-dezenas-de-participantes-em-brusque/>).

Neste exemplo, [portanto] emerge de um contexto em que predominam sequências expositivas, isto é, em que o enunciador explica ou descreve, de forma objetiva, alguns eventos, conceitos ou ideias. A articulação promovida pelo conector se dá no nível microtextual, entre duas orações, cujos conteúdos são factuais, isto é, refletem situações do mundo real, de modo que a porção textual introduzida pelo [portanto] é a consequência da causa expressa na porção antecedente.

Em [tanto que], há uma particularidade no encadeamento: embora a articulação possa ser feita em um nível microtextual, uma vez que pode se encontrar em um mesmo período, articulando orações, em termos pragmático-discursivos, sua retomada à porção textual extrapola o período, como podemos observar em (02):

(02) O Sérgio Moro não vê problema em um juiz empenhar, e ainda por cima a priori, seu apoio a alguém que poderá vir a ser julgado por ele, mas o Fux vê problemas nesse tipo de conduta judicial. E o Moro poderia vir a ser julgado pelo Fux, pois a divulgação da conversa de a família do Lula pelo Sérgio Moro foi ilegal, **tanto que** o próprio Moro pediu respeitadas desculpas ao Teori Zavascki, nada obstante, por trás de as cortinas, tenha dito não se arrepender da publicação, pois, segundo ele, aquela foi a coisa certa a fazer. (*Corpus do Português NOW*. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/noticia/nao-foi-derrota-foi->

-vitoria-adiada-diz-damous-sobre-julgamento-do-hc-de-lula/).

No exemplo (02), a função discursiva de [tanto que] como operador discursivo de comprovação² (Koch; Elias, 2016, p. 136-137), estudada na LFCU como propriedade discursivo-funcional, abarca todo o trecho desde o início. A prova cabal introduzida pelo operador [tanto que] costuma mobilizar a situação descrita pelo enunciado no contexto linguístico imediato, manifestado no espaço físico circunscrito do fenômeno analisado em média a três linhas antes e três linhas depois, como sugerem Traugott e Trousdale (2013). Isso porque a argumentação vem sendo desenvolvida ao longo do texto em uma escala que é culminada nessa comprovação. Não é possível, portanto, considerar apenas a oração que sintaticamente é articulada.

Já a microconstrução [e aí], como marcador discursivo interacional,³ atua em contextos multifuncionais cujo caráter intersubjetivo, que estamos relacionando às propriedades pragmáticas, se destaca em função da interpelação realizada na situação comunicativa, como vemos em:

(03) I: [...] meu pai [...] parou na frente do ônibus e pediu pra ele soltar... pra ele... chamar algum polícia.. [...] aí... o cara “não... não... o senhor vai comigo...” [...] aí o meu pai “não e... e... os policiais/ os ladrões estão tudo armado aí dentro do ônibus... eu vou me arriscar? nada...” [...] ... aí ele “não... não o senhor tem que ir comigo...” [...] aí começou a falar lá pra caramba... meu pai deu-lhe um tapa nele... ele fo... ele foi pra fora do... do carro... caiu do chão...
E: e... e... seu pai... eh... bateu nele?

2 Discutiremos mais detalhadamente esse conceito na seção *[Tanto que]: um conector textual-discursivo*.

3 Discutiremos mais detalhadamente esse conceito na seção *[E aí]: um conector discursivo*.

I: bateu... deu um tapa nele... abriu a porta e... ele caiu lá no chão... ficou lá...

E: **e aí** depois? seu pai foi embora?

I: foi embora... arrancou com o carro... e aí ele ficou lá no chão... (*Corpus D&G*, Rio de Janeiro, Narrativa Recontada Oral).

Como podemos observar no exemplo (03), consideramos [e aí] como um marcador procedural do discurso, uma vez que, na proposta da LFCU, a pragmática, o discurso e, assim, as modalidades oral, escrita e escrita como reprodução de fala, bem como os graus de (in)formalidade, fazem parte da gramática da língua. Notamos que [e aí] articula porções textuais discursivas anteriores e subsequentes a ele, encabeçando uma solicitação para que o interlocutor conclua seu raciocínio, seu turno.

Para finalizar essas palavras iniciais, outra motivação do estudo em conjunto das microconstruções [portanto], [tanto que] e [e aí] como conectores da sintaxe ao discurso se ateve à noção de causalidade implicada, conforme a proposta de Sweetser (1990) sobre a existência de três domínios da causalidade: domínio do conteúdo, domínio epistêmico e domínio dos atos de fala, que se apresentam pragmaticamente. Os usos de [portanto] deslizam pragmaticamente da consequência à conclusão, sendo possível, conforme sugere a autora, relacionar consequência a domínio do conteúdo e conclusão a domínio epistêmico; além disso, essa microconstrução pode introduzir novos atos de fala sem deixar de expressar consequência ou conclusão. [Tanto que], por sua vez, funciona como uma comprovação numa relação de consequência implicada discursivamente. Está, assim, no domínio da causalidade articulada, conforme preceitua Sweetser (1990), atuando no domínio do conteúdo (ou dos fatos). Já com o uso do marcador discursivo [e aí], um elemento procedural mais voltado ao discurso, o falante pode solicitar que o interlocutor finalize sua história, fornecendo o resultado/a con-

seqüência do que mencionou na porção textual anterior, atuando, assim, no domínio do conteúdo; ou pode pedir que o interlocutor conclua seu raciocínio, sua opinião, estando, desse modo, no domínio epistêmico, de acordo com Sweetser (1990).

Este capítulo está dividido em mais quatro seções, além desta introdução. Na primeira, apresentamos a fundamentação teórica comum aos nossos objetos de pesquisa. Em virtude de apresentarmos as funções discursivas das microconstruções separadamente, fazendo as articulações teóricas e metodológicas necessárias devido às particularidades de cada uma delas, optamos por complementar a fundamentação com estudos e abordagens mais específicos nas seções individuais. Na segunda, apresentamos a microconstrução [portanto]; na terceira, a microconstrução [tanto que] e, na quarta, a microconstrução [e aí]. Por último, fazemos as considerações finais.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Conforme exposto na *Introdução* deste capítulo, a partir dos pressupostos teóricos da Linguística Funcional Centrada no Uso em diálogo com a Linguística Textual, realizamos uma análise sincrônica quali-quantitativa das microconstruções [portanto], [tanto que] e [e aí], coletadas no *Corpus NOW* do *Corpus do Português* e nos cinco tipos de textos orais e seus correspondentes escritos do *Corpus Discurso & Gramática*,⁴ a saber: Narrativa de Experiência Pessoal e Recontada, Descrição de Lugar, Relato de Procedimento e de Opinião. Do *Corpus NOW*, valemo-nos dos dados de modalidade escrita ou de escrita como reprodução de fala.

Nesta seção, vamos apresentar, de forma breve, parte da teoria abarcada por essas correntes de estudo e que não será exposta nas seções correspondentes aos três objetos de pesquisa.

4 No *Corpus Discurso & Gramática*, só foram coletados dados da microconstrução [e aí].

De acordo com a LFCU, corrente de estudo que compatibiliza pressupostos funcionalistas e cognitivistas, a gramática da língua é compreendida como o resultado da cristalização ou regularização de estratégias discursivas rotineiras, que surgem de pressões cognitivas e de uso.

Assim, a abordagem da LFCU é o resultado do que vem sendo desenvolvido por representantes da Linguística Funcional, como Talmy Givón, Paul Hopper, Sandra Thompson, Wallace Chafe, Joan Bybee, Elizabeth Traugott, entre outros, e representantes da Linguística Cognitiva, como George Lakoff, Ronald Langacker, Gilles Fauconnier, Adele Goldberg, John Taylor, William Croft, entre outros.

Essa teoria admite que a base da contínua e gradual mudança das línguas reside na forma como os processos cognitivos se aplicam ao uso. Já que a mudança é gradual, as categorias e itens linguísticos são variáveis, constituindo um gradiente, e a estrutura linguística é vista como emergente, pois está se moldando em contextos de uso específicos.

Croft (2001) afirma que não há categorias linguísticas universais, devendo todas elas ser concebidas como específicas para cada língua. Para o autor, a única unidade teórica admitida é o conceito de construção linguística. De acordo com o estudioso, construções são unidades simbólicas concebidas pelo elo de correspondência entre forma e função (convencional). A forma integra propriedades sintáticas, morfológicas e fonológicas. Já a função engloba as propriedades semânticas, pragmáticas e discursivo-funcionais.⁵

5 Semelhante ao modelo de Croft (2001) é o pressuposto de Traugott e Trousdale (2013), para quem a unidade básica da gramática é a construção. Segundo os autores, as construções podem ser representadas pelo seguinte modelo: $[[F] \leftrightarrow [S]]$, em que F indica Forma e corresponde à sintaxe, morfologia e fonologia; e S representa o Significado e corresponde ao discurso, à semântica e à pragmática. A flecha de duas cabeças explicita o elo entre forma e significado, e os colchetes externos sinalizam que o pareamento forma-significado é uma unidade convencionalizada.

Baseando-se principalmente nesse modelo de Croft (2001), Traugott (2008) aponta que, para apreendermos as similaridades e diferenças entre construções e compreendermos o processo de mudança de cada construção isolada, devemos levar em conta a existência de alguns níveis esquemáticos, estando os mais altos, a *macro*, a *meso* e a *microconstrução*, relacionados à frequência *type* — o número de itens diferentes que ocorrem nos *slots* (espaços) esquemáticos das construções —, e o mais baixo, o *construto*, ligado à frequência *token* — o número de vezes que uma determinada sequência ocorre em um texto ou *corpus*. Vejamos:

a) a *macroconstrução* é um grande esquema altamente abstrato, primitivo e possivelmente universal; compreende as construções mais genéricas da rede e abarca as estruturas complexas com possibilidades diversas de preenchimento. Investigamos nesta pesquisa os esquemas [Conect_{Result}], [X que]_{CTD} e [X ADV]_{MD}; ⁶

b) as *mesoconstruções* envolvem o conjunto observável de similaridades sintáticas e semânticas de microconstruções específicas. Estão em nível intermediário entre macro e microconstruções. O esquema [Conect_{Result}] conta com sete mesoconstruções, sendo a [Prep(de)X] aquela que abrange a microconstrução [portanto]; [X que]_{CTD} engloba mesoconstruções que, no *slot* X, podem ser preenchidas por verbos e advérbios; e [X ADV]_{MD} abarca mesoconstruções que podem ser preenchidas, no lugar do X, por verbos, preposições, conjunções — como é o caso da conjunção *e* — e no lugar do ADV por locativos diversos — como é o caso do locativo *aí*;

c) as *microconstruções* dizem respeito às construções individuais. Os esquemas [Prep(de)X], [X que]_{CTD} e [X ADV]_{MD} têm suas realizações na interação entre os falantes, concretizando-se em microconstruções como [portanto], [tanto que] e [e aí];

6 As siglas correspondem respectivamente a conectores de resultado; conectores textual-discursivos e marcadores discursivos.

d) os *construtos* são as ocorrências (*tokens*) das microconstruções empiricamente comprovadas; instâncias de uso em uma ocasião especial, proferidas por um falante particular com um propósito comunicativo; é, portanto, o lócus da mudança e inovação, como observamos nos dados trazidos de nossa pesquisa para esse capítulo.

Traugott (2008) aponta que as mudanças emergem dos construtos. Trata-se de estratégia baseada em analogização e neanálise. Assim, em certos contextos de interação, a ambiguidade que pode surgir no uso de alguma microconstrução induz os falantes a interpretá-la de diferentes maneiras, criando novas relações entre as palavras da língua e a construção. Esse processo implica mudança categorial, e, segundo Langacker (1977), uma reformulação sintático-semântica. Com a analogização, tem-se o passo a passo e (parcial) alinhamento de uma microconstrução com outra, resultando em sua incorporação em mesoconstruções e, eventualmente, conduzindo à reconfiguração das macroconstruções. A analogia é baseada em um exemplar, pois através de uma microconstrução considerada exemplar — por reunir mais características de uma determinada categoria — as outras surgem no uso e passam a fazer parte do esquema.

De acordo com Bybee (2010), o primeiro mecanismo que permite a formação e uso de construções é o *chunking*. Segundo a autora, “um *chunk* é uma unidade de organização da memória, formada por trazer junto um conjunto de *chunks* já formado na memória e fixá-lo junto em uma unidade maior” (Bybee, 2010, p. 7, grifos da autora). Para Bybee (2010), a principal experiência que aciona o *chunking* é a repetição. Se dois ou mais *chunks* menores ocorrem juntos com algum grau de frequência, um *chunk* maior contendo os menores é formado. Processamos *chunks*, blocos, e não toda a enunciação de uma só vez.

Segundo Croft (2007), há dois princípios por trás da gramática de construções: um pareamento de estrutura e sentido complexos e uma associação desses pareamentos em uma rede. Goldberg (1995) afirma que construções formam uma rede e exibem *links* por relações de *herança* que motivam muitas das propriedades de construções particulares.

Traugott e Trousdale (2013) pontuam que entre as construções devem ser levados em conta: o tamanho, o grau de especificidade fonológica e o tipo de conceito. Logo, quanto ao tamanho, as construções podem ser atômicas (monomorfêmicas); complexas (unidades compostas por *chunks* analisáveis); ou intermediárias (parcialmente analisáveis). Quanto à especificidade fonológica, construções podem ser substantivas (inteiramente especificadas fonologicamente); esquemáticas (são uma abstração, como um *Nome*) ou intermediárias (parcialmente partes substantivas e parcialmente esquemáticas). Já quanto ao tipo de conceito, diz respeito a se uma construção é de conteúdo (lexical; usada referencialmente) ou procedural (gramatical; sinaliza relações linguísticas). As microconstruções [portanto], [tanto que] e [e aí] aqui analisadas são complexas, substantivas e procedurais.

Além dos pressupostos da LFCU, também nos apoiamos na Linguística Textual. De acordo com Koch (1977), dentre os autores que mais influenciaram o desenvolvimento da LT mundialmente, citamos Harweg, Weinrich, Wunderlich, Schmidt, Gülich, Beaugrande e Dressler, Van Dijk, Charolles; e, no Brasil, Marcuschi, Koch, Travaglia, Favero e Bastos. Segundo Marcuschi (1983), o texto é o resultado das operações que regulam as unidades morfológicas, as sentenças e os sentidos durante o emprego do sistema linguístico numa situação de comunicação. Assim, a Linguística Textual pode ser compreendida como o “estudo das operações linguísticas e cognitivas reguladoras e controladoras da produção, construção, funcionamento e recepção de textos escritos ou orais” (Marcuschi,

1983, p. 30). Desse aparato teórico, interessa-nos mais diretamente a teoria dos gêneros e tipos textuais, conforme Marcuschi (2005).

Marcuschi (2005) parte do pressuposto de que a comunicação verbal só é possível por algum gênero textual. Os gêneros caracterizam-se muito mais por suas funções comunicativas, cognitivas e institucionais do que por suas particularidades linguísticas, sendo inúmeros. Já os tipos textuais, ou sequências tipológicas, configuram-se como esquemas em interação dentro de um gênero, no qual se realizam mediante pressões de ordem discursiva. Definidas pela natureza linguística de sua composição — aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas —, em geral abrangem cerca de meia dúzia de categorias conhecidas como narração, argumentação, exposição, descrição, injunção (Marcuschi, 2005, p. 22). Essas noções são fundamentais para a abordagem que propomos para nossos objetos de estudo e serão retomadas ao longo da análise de dados.

Ainda no bojo da LT, baseamo-nos em Neis (1981), o qual, citando Van Dijk (1972), defende que, se o falante pode produzir e interpretar um número infinito de discursos diferentes, sua competência é necessariamente textual. Logo, “é função da gramática textual formular as regras e restrições para a concatenação das frases (ao nível de microestrutura) bem como para a organização do todo, em vista da coerência global (ao nível da macroestrutura)” (Neis, 1981, p. 32).

A partir das próximas seções, passamos à análise dos dados de [portanto], [tanto que] e [e aí], nessa mesma ordem.

[PORTANTO]: UM CONECTOR DA MICRO À MACROSSINTAXE

A microconstrução [portanto] faz parte de uma rede de conectores que vem se especializando na expressão de resultado, deslizando da consequência à conclusão. Em face do seu amplo reconhe-

cimento como “conjunção conclusiva”, [portanto] apresenta alta frequência de uso na conexão de orações, períodos e parágrafos. Apesar de ser tratada de forma bastante restrita na literatura mais tradicional de cunho normativo, a microconstrução tem se firmado como estratégia coesiva argumentativa, que opera da micro à macro-sintaxe, articulando porções textuais de diferentes extensões e, desse modo, auxiliando na construção da tessitura textual.

Defendi (2013), ao analisar a etimologia de [portanto], afirma que esse elemento é formado pela preposição *por* e pelo advérbio *tanto*, o qual traz a ideia de “por tanta quantidade” expressa anteriormente. Metaforicamente,⁷ essa ideia de “por tanta quantidade” foi vinculada a “por tanto que foi dito”, e assim ligou-se à retroação textual, passando a expressar também noções consequencial e conclusiva. Dessa forma, [portanto] faz o leitor recuar no texto para resgatar uma informação, ou então sinaliza o final de um raciocínio lógico apresentado anteriormente. Com esses traços, há fortes indícios de que a microconstrução [portanto] promove continuidade e progressão textual.

Há décadas, pesquisas funcionalistas têm ressaltado que motivações intra e extralinguísticas podem levar à variação e mudança linguísticas. No caso da microconstrução em tela, temos observado diferentes padrões de uso e, para descrevê-los com maior precisão, consideramos produtivo estabelecer um diálogo entre princípios da LFCU e da LT. Assim, recorreremos a Traugott e Trousdale (2013) e ao modelo de Croft (2001), identificando as propriedades da forma (morfossintáticas) e da função (semânticas, pragmáticas e discursivo-funcionais), tendo em vista os gêneros e os tipos textuais (Marcuschi, 2005) nos quais o conector emerge. Para refinar o reconhecimento das propriedades da forma, utilizamos a tipologia de Koch e Elias (2016) sobre níveis de articulação — microtextual, intermediário ou global. Para as propriedades

7 Segundo Traugott (2010), a *metáfora* é um processo cognitivo que ocorre quando dois conceitos distintos são igualados por uma similaridade de percepção de sentidos, e a forma utilizada em referência ao conceito mais concreto passa a ser usada para se referir também ao conceito mais abstrato.

da função, recorremos à proposta de Sweetser (1990) sobre a existência de três domínios da causalidade: domínio do conteúdo, domínio epistêmico e domínio dos atos de fala. Por fim, ainda no reconhecimento das propriedades da função, consideramos a noção de modalização e, para isso, baseamo-nos em Neves (2010), especialmente no que diz respeito às modalidades epistêmica e deôntica.

Assim, com base nesses pressupostos teórico-metodológicos, analisamos 50 dados representativos de diferentes gêneros textuais do domínio jornalístico (notícias, artigos de opinião, entrevistas, reportagens, entre outros), na modalidade escrita, todos coletados na interface *NOW* do *Corpus do Português*. A partir da observação dos dados, definimos quatro fatores de análise: 1. Nível de articulação; 2. Tipologia textual; 3. Domínio da causalidade; 4. Modalidade, que passamos a apresentar a seguir.

1. Nível de articulação

A articulação empreendida por um conector diz muito não só sobre suas funções sintáticas, mas também macrossintáticas, para além do nível (sub)oracional. Koch e Elias (2016, p. 121) destacam a importância da “articulação entre orações, períodos, parágrafos e sequências maiores, porque todas essas partes contribuem para que o texto seja compreendido como uma unidade de sentido”. Uma vez que a microconstrução [portanto] é um conector que promove encadeamento de segmentos textuais de diferentes extensões, entendemos que se enquadra naquilo que as autoras chamam de articulador textual, ou operador discursivo.

Desse modo, tendo como base os níveis de articulação identificados por Koch e Elias (2016), levantamos a frequência de [portanto] em cada um: no nível microtextual, o conector teve frequência de 28%; no intermediário, de 70%, e no nível global, de apenas 2%. Discutimos esse achado no dado (04) a seguir:

(04) Por outro lado, quando determinadas localidades apresentam peculiaridades, como concentrar núcleos de pessoas com características artísticas, esportivas ou religiosas, outras com inclinações similares tendem a procurar esses lugares, consolidando, assim, essas particularidades. Isso pode significar que os lugares para onde uma pessoa pretende se mudar podem refletir quem ela é e quem ela pode se tornar.

Os estudos mostram, ainda, que a ambiência tem um papel extremamente relevante na formação das pessoas. *Portanto*, não só os aspectos sociais e estruturais que compõem uma cidade podem ter uma grande influência no comportamento na personalidade de seus habitantes, mas também as condições climáticas, por exemplo. (*Corpus do Português NOW*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/claudiobernardes/2019/07/sera-que-as-cidades-tem-personalidade-e-podem-influenciar-pessoas.shtml>).

A alta frequência da microconstrução [portanto] no nível intermediário, em gêneros do domínio jornalístico, como exemplificado em (04), aponta para um tipo de articulação que ultrapassa os limites da sintaxe, isto é, os limites do período; todavia, não chega a ser inexpressiva sua frequência no nível microtextual. Esse padrão de uso nos leva a categorizá-lo como um conector que opera da micro à macrossintaxe, isto é, participa da coesão textual, podendo encerrar desde pequenos segmentos do texto até o texto inteiro, introduzindo o parágrafo final, no nível que Koch e Elias (2016) categorizam como global.

O dado (04) é uma matéria jornalística com traços de reportagem e, nas sequências que antecedem o período introduzido pelo conector, há predomínio da tipologia expositiva, isto é, o enunciador expõe seu conhecimento enciclopédico a respeito de alguns estudos. Nesse contexto, a microconstrução [portanto] articula, no nível intermediário, dois períodos, e, na porção textual introduzida

pelo [portanto], embora ainda expositiva, há teor argumentativo também, pois observamos a perspectiva do enunciador sobre o que esses estudos vêm demonstrando: os aspectos sociais e estruturais das cidades “podem ter uma grande influência [...]” sobre as pessoas. Essa modalização epistêmica, própria do domínio jornalístico, indica um não comprometimento cabal do jornalista com os resultados dos estudos, mas, ao mesmo tempo, deixa transparecer como ele avalia a relação ambiência-formação das pessoas: “grande influência”. Em suma, o enunciador não está defendendo uma tese, mas também não se abstém totalmente de avaliar os fatos expostos.

Ao empregar o conector conclusivo, o enunciador indica ao leitor que está encerrando aquela parte da sua exposição e, fazendo isso, sintetiza e reforça o que foi exposto anteriormente, não só no período que o antecede, mas também no parágrafo anterior. Em dados como este, de articulação intermediária, a microconstrução [portanto] opera no nível da macrossintaxe, recuperando, inclusive, informações mais distantes no texto, a fim de, ainda que sutilmente, avaliar um fato ou uma ideia.

2. Tipologia textual

As sequências tipológicas, ou tipos textuais, configuram-se como o lócus da codificação linguística do [portanto], nas quais ocorrem pressões metonímicas que contribuem para a emergência de diferentes padrões de uso desse conector. Por exemplo, em gêneros de tipologia predominantemente narrativa, a microconstrução pode apresentar traços sintático-semânticos que não estão presentes em gêneros de tipologia predominantemente argumentativa. Para esta análise, seguimos a orientação de Marcuschi (2005) e verificamos que, das cinco tipologias que o autor reconhece — narrativa, descritiva, expositiva, injuntiva e argumentativa —, somente a segunda não se mostrou ambiente linguístico propício para o uso de [portanto] nos gêneros do domínio jornalístico, ao passo

que a argumentativa foi o tipo textual predominante nesses gêneros. Quanto à frequência distribuída pelas tipologias reconhecidas, a microconstrução [portanto] ocorreu 6% em sequências narrativas; 12% em sequências injuntivas; na tipologia expositiva, a frequência foi de 28% e, na argumentativa, deu-se a maior frequência de uso de [portanto]: 54%.

Como se pode verificar, a microconstrução de resultado [portanto] ocorre na tipologia argumentativa em mais da metade dos casos, embora seu uso na tipologia expositiva não seja desprezível. Esse achado pode estar relacionado às motivações pragmáticas e discursivo-funcionais típicas do ato de argumentar, pois o usuário da língua recorre à tipologia argumentativa para expressar suas crenças e seus pontos de vista a respeito de um tema. Logo, trata-se de uma tipologia em que há alto teor de (inter)subjetividade, tendo em vista que o enunciador, além de defender sua tese, objetiva também afetar o seu interlocutor, ganhando sua adesão. É o que podemos observar no dado (05):

(05) Israel é um Estado formado artificialmente pelo imperialismo com a finalidade de fortalecer as posições do imperialismo no Oriente Médio. Para tanto, Israel, auxiliado pelos Estados Unidos, principalmente, ampliou o seu território através de guerras imperialistas, isolando o povo palestino a cerca de um décimo do seu território original. É dessa situação, inclusive, em que se originam as imagens chocantes de uma população armada apenas de pedras, sendo atacada por exércitos com armamento pesado. É claro, *portanto*, a importância de repudiar Israel, defendendo a política de piquete levada pelo BDS. (*Corpus do Português NOW*. Disponível em: <https://www.causaoperaria.org.br/roger-waters-pede-a-milton-nascimento-cancelar-show-em-israel/>).

Vale destacar que a conclusão introduzida pelo [portanto] se dá após duas sequências expositivas, as quais apresentam o conhecimento do enunciador sobre fatos da realidade extralinguística; entretanto, não se trata de uma exposição isenta de teor argumentativo. Os fatos selecionados e as escolhas lexicais referentes a eles — *imperialismo, guerras imperialistas, imagens chocantes* — preparam o leitor para o desfecho do movimento argumentativo: é importante repudiar Israel. Mas não basta ao enunciador apresentar sua posição sobre o tema, ele a evidencia por meio de um modalizador epistêmico — *É claro*. A modalização, deôntica ou epistêmica, é um recurso muito frequente nos encerramentos de defesas de ponto de vista e acaba por configurar-se como ambiente pragmático propício para o uso de uma microconstrução de resultado, como é o caso do [portanto].

3. Domínio da causalidade

Este fator de análise baseia-se nos pressupostos de Sweetser (1990), que, ao analisar a conjunção causal “porque” (*because*, em inglês), reconhece que esta pode ser interpretada como pertencente a (pelo menos) um de três domínios da causalidade: conteúdo (causalidade do mundo real, de eventos externos à língua), epistêmico (relacionado a uma conclusão pautada no conhecimento do falante), ou atos de fala (relacionado a um estado de coisas que causa ou impede a ação do falante). Segundo a autora, as ambiguidades — por ela denominadas *ambiguidades pragmáticas* — são, talvez, mais claras nessa classe de conjunção, de modo que a escolha de uma interpretação “correta” não depende da forma, mas de uma escolha pragmaticamente motivada em ver as orações conjuntas como representativas de unidades de conteúdo, entidades lógicas ou atos de fala.

A microconstrução de resultado [portanto] opera no domínio da causalidade, e seus usos deslizam pragmaticamente da consequen-

ência à conclusão, sendo possível, conforme sugere a autora, relacionar consequência a domínio do conteúdo, e conclusão a domínio epistêmico. O conector [portanto] vem se especializando no domínio epistêmico, ocorrendo em 62% dos casos, distribuindo seus outros usos, de forma bem equilibrada, entre o domínio do conteúdo, com 20%, e o dos atos de fala (18%). É o que passamos a demonstrar a seguir, nos dados (06), (07) e (08):

(06) Se as pessoas não se assustam, se riem ou percebem que estão sendo gravadas, a pegadinha não vai ao ar.

Os móveis da pegadinha precisavam ser iguais aos do filme, datados das décadas de 1960 ou 1970. *Portanto*, muitos deles foram comprados em antiquários, como a televisão e o piano, muito semelhantes aos de Annabelle 3. (*Corpus do Português NOW*. Disponível em: <https://tvefamosos.uol.com.br/noticias/redacao/2019/06/30/boneca-original-e-caca-a-moveis-como-annabelle-virou-pegadinha-no-sbt.htm>).

Nas duas porções textuais articuladas pelo conector, predomina a tipologia narrativa: o falante relata um evento que, de fato, aconteceu. Assim, por razões que apenas as propriedades da forma são incapazes de evidenciar, neste dado interpretamos que [portanto] relaciona conteúdos, visto que, nos dois períodos, são expressas informações do mundo real. O fragmento apresenta baixo teor de subjetividade, e o conector introduz objetivamente uma consequência — muitos dos móveis foram comprados em antiquários e eram muito semelhantes aos do filme — da causa descrita no período que antecede seu uso: “os móveis da pegadinha precisavam ser iguais aos do filme”.

(07) Os vazamentos escancarados pelo portal The Intercept mostraram as conspirações e combinações de processos e sentenças entre o juiz Sérgio

Moro, procuradores do Ministério Público e integrantes do Judiciário atuando para perseguir adversários políticos (sobretudo Lula e quadros do PT).

No entanto, sua importância não está apenas na comprovação de tudo que o DCO vem denunciando há anos, mas em serem um resultado de toda a mobilização contra os golpistas desde 2015. O poder, *portanto*, não está na denúncia em si, em esperar que vazamentos derrubem automaticamente o governo de Bolsonaro. (*Corpus do Português NOW*. Disponível em: <https://www.causaoperaria.org.br/todos-a-curitiba-dia-16-de-agosto-inscreva-se-para-ir/>).

No dado (07), mais uma vez, a microconstrução [*portanto*] articula períodos, e novamente, o traço da forma por si só não é suficiente para que a interpretação seja a mesma que empreendemos para o dado (06). Agora, [*portanto*] articula porções textuais no âmbito do domínio epistêmico, pois, no período que introduz, está expressa a conclusão do falante. Destaque-se que essa conclusão é construída a partir de todo um movimento argumentativo, que se anuncia marcadamente, no início do parágrafo, pelo operador “No entanto”. O uso de [*portanto*] como estratégia argumentativa conclusiva emerge desse contexto, que tem como forças pragmático-discursivas o gênero textual — um artigo de opinião —, a tipologia predominantemente argumentativa, não só nos períodos articulados pela microconstrução mas também no parágrafo anterior, e também, vale mencionar, o veículo em que foi publicado — um diário declaradamente vinculado a um partido político.

Sendo assim, mais do que subjetividade, a microconstrução [*portanto*] absorve a intersubjetividade do gênero textual, um texto-convite, convocando militantes a se inscreverem para participar de uma caravana a Curitiba, a fim de exigir a liberdade do Presidente Lula, que se encontrava preso na ocasião. Como nos exemplos dados

por Sweetser (1990), é muito difícil, neste dado, forçar uma leitura do [portanto] como um conector de conteúdo apenas. Com tantas orientações argumentativas e tamanha intersubjetividade, que já se apresenta na tipologia injuntiva presente no título da matéria: “Todos a Curitiba, dia 16 de agosto, inscreva-se para ir”, a microconstrução [portanto] pertence ao domínio epistêmico.

(08) O jogo envolvendo Shandong Luneng x Beijing Sinobo Guoan será realizado neste domingo (30). A disputa vai ser válida pela 15ª rodada do Campeonato Chinês de 2019. [...]

A partida será transmitida no canal ESPN Brasil. Não foram informados quais profissionais estarão trabalhando na transmissão do duelo. Através do WatchESPN você poderá assistir o jogo de hoje ao vivo pela internet. *Portanto*, acesse o site pelo seu notebook, celular, tablet ou outro dispositivo. Além disso, poderá assistir o jogo através do aplicativo oficial. (*Corpus do Português NOW*. Disponível em: <https://www.futebolstats.com.br/como-assistir-shandong-luneng-x-beijing-sinobo-guoan-futebol-ao-vivo-campeonato-chines-70985/>).

No dado (08), a microconstrução [portanto] articula dois períodos, ultrapassando, como vimos anteriormente, os limites recobertos pela sintaxe. Esse comportamento possivelmente está relacionado ao ambiente pragmático-discursivo em que [portanto] está imerso. Existe uma injunção gradiente em todo o fragmento. Ao longo do primeiro parágrafo e nos dois primeiros períodos do segundo, são dadas orientações sem que o enunciador se dirija ao leitor, configurando-se numa injunção mais subliminar, menos marcada na superfície do texto. No terceiro período, que antecede o uso do conector, o enunciador já se dirige diretamente ao leitor — “você” —, mas ainda modaliza sua fala por meio da locução “poderá assistir”, alertando o leitor para uma possibilidade e tentando

ganhar sua adesão por meio da persuasão. Por fim, no período introduzido pelo [portanto], o enunciador atinge o ápice da injunção, muda seu discurso e sai da “mera” sugestão de uma possibilidade, que ele crê que seja boa para o interlocutor, passando para um ato diretivo (Wilson, 2008), que consiste em levar pessoas a fazer coisas, no caso, por meio de um comando, quase ordem, quando diz objetivamente o que o leitor precisa fazer para assistir à programação do canal: “acesse o site pelo seu notebook [...]”.

Pelo que os dados têm indicado, ao introduzir um ato de fala, [portanto] continua expressando consequência ou conclusão. De acordo com Sweetser (1990), mesmo quando o contexto é suficientemente claro, é possível fazer leituras ambíguas dos conectores que operam no domínio da causalidade, como é o caso de [portanto]. São as ambiguidades pragmáticas. No caso em análise, são elencadas várias orientações para que ações sejam executadas no mundo real — são fatos que poderão acontecer se o leitor seguir as instruções. Poderíamos fazer a seguinte leitura dos dois períodos articulados pelo conector: “como você poderá assistir ao jogo de hoje pela internet, então acesse o site pelo seu notebook, celular [...]”. Estabelece-se uma relação lógico-semântica entre as duas porções textuais, de modo que, na segunda, evidencia-se uma consequência — virtual — da causa expressa na primeira. Logo, neste dado, vemos a microconstrução [portanto] introduzindo um ato de fala injuntivo — “acesse” —, em que o falante imprime uma orientação bastante incisiva, e, embora não se trate de sequência tipológica argumentativa, esse uso configura-se numa forte estratégia argumentativa, pela forma como todo o discurso foi construído.

Por fim, podemos observar ainda que [portanto] promove, ao mesmo tempo, continuidade e progressão textual. Há continuidade porque, para que o comando produza efeito no leitor, é preciso manter na mente deste tudo o que foi dito antes no texto, e a persistência do traço adverbial de *tanto* é responsável por esse movi-

mento. Há progressão porque o injuntivo introduz uma orientação nova ao leitor, algo que não havia sido dito antes, é como ele deve agir a partir da informação dada no período anterior.

4. *Modalidade*

Conforme nos alerta Neves (2010, p. 151), “os estudos sobre modalidade são de notável diversidade”, de modo que o investigador da modalização dos enunciados precisa lidar com o problema da conceituação da categoria, que não é pacífica. Não é nosso foco neste capítulo nos debruçarmos sobre essa questão tão profunda e cara aos estudos linguísticos, a qual merece estudo específico, por isso nossa análise toma como base tão somente dois tipos de relação modal: a epistêmica e a deôntica, as quais já foram mencionadas ou sugeridas nas análises anteriores. Neste último fator de análise, reconhecemos e descrevemos suas funções de forma mais detalhada, mas sabemos que qualquer uso da microconstrução [portanto], especialmente nos domínios do conteúdo, epistêmico ou dos atos de fala (Sweetser, 1990), já traz em si algum grau de modalização, mesmo sem marca modalizadora aparente, afinal ambas as modalidades “afetam o mundo do dizer (o crer e o ordenar)” (Neves, 2010, p. 163).

Para o reconhecimento, definimos os critérios com base em Neves (2010), para quem a modalidade pode ser expressa por diferentes meios linguísticos, como, por exemplo: (i) um verbo auxiliar modal; (ii) um verbo de significação plena, indicador de opinião, crença ou saber; (iii) um advérbio, associado ou não a um verbo modal; (iv) um adjetivo em posição predicativa; (v) um substantivo modalizador; (vi) pelas categorias gramaticais do verbo da predicação: tempo, aspecto e modo. Além desses, a autora cita alguns expedientes puramente sintáticos que podem ser usados na modalização de enunciados: (i) a unipessoalização, que minimiza a participação do falante, como “é preciso”, por exemplo; (ii)

intercalações ou apêndice de orações em primeira pessoa, como “acredito”, “penso”. Naturalmente, estas são apenas algumas formas de se identificar modalidade, pois, como já dito anteriormente, esta é noção bastante diversa tanto para os estudiosos quanto em si mesma, em face dos seus diferentes graus reconhecidos.

Iniciamos a análise apresentando a frequência de uso do [portanto] em períodos nos quais identificamos modalidade epistêmica e deôntica marcadas por algum/alguns elementos linguísticos, assim como os casos não marcados: em períodos marcados pela modalidade epistêmica, a microconstrução mostrou-se mais frequente, ocorrendo em 42% dos casos; a segunda maior frequência, 31%, foi em períodos nos quais não encontramos marca modalizadora; já a modalidade deôntica, ocorreu em 27% dos períodos introduzidos por [portanto].

Como se pode ver, a modalidade epistêmica predomina nos gêneros textuais do domínio jornalístico. Uma possível interpretação para esse achado pode ser o fato de que, em tese, a linguagem jornalística deve estar a serviço da informação, expressando o quanto o enunciador — o jornalista — tem conhecimento sobre o conteúdo da matéria que produz. Em nossos dados, a modalidade deôntica ocorre nos casos em que o enunciador é ou uma autoridade entrevistada pelo jornalista, ou um colunista que assina um artigo de opinião, ou se trata de uma citação direta. Os dois exemplos a seguir ilustram cada uma das modalidades identificadas.

Modalidade deôntica

(09) Lembro que é dever do Poder Público a tutela animal, segundo a CF/88 art.225 1º / VII, assim como a Lei Federal 9605/98, artigo 32. *Portanto*, o senhor prefeito Bernardo Rossi precisa urgentemente resolver o problema, evitando atropelamento delas e a proliferação descontrolada. (*Corpus do Português*)

NOW. Disponível em: <https://www.diariodepetropolis.com.br/integra/gilberto-pinheiro-167790>).

Este dado é um fragmento de um artigo de opinião, gênero do domínio jornalístico, no qual, por ser assinado, o colunista (não necessariamente um jornalista) tem mais liberdade não só para expressar seu ponto de vista como também para apontar uma “obrigação moral, interna, ditada pela consciência”, ou “obrigação material, externa, ditada pela imposição das circunstâncias externas” (Neves, 2010, p. 174). Nesse contexto, vemos a microconstrução [portanto] fazendo parte de uma predicação em que o enunciador denuncia um problema nas ruas de Petrópolis, que impõe uma atitude de terceiros, no caso, o prefeito da cidade. O autor modaliza sua fala por meio de dois marcadores deônticos, a locução verbal “precisa resolver”, que expressa uma ação necessária, uma obrigação, e o advérbio “urgentemente”, que expressa uma atitude do falante em relação à proposição e incide sobre a ação verbal, aumentando o grau de obrigatoriedade da tomada de atitude por parte do governante.

Modalidade epistêmica

(10) Os alunos da Humboldt moram em uma cidade pequena e socialmente liberal no norte da Califórnia, que se orgulha de suas credenciais ambientais.

E eles também são muito conscientes em relação ao meio ambiente. *Portanto*, é de se esperar que o comentário de um colega que menospreza as emissões de carbono não caia bem. (*Corpus do Português NOW*. Disponível em: <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/viva-voce/noticia/2019/06/30/como-as-amizades-podem-influenciar-seus-habitos-para-o-bem-e-para-o-mal.ghtml>).

No dado (10), [portanto] introduz um período em que a modalidade epistêmica é marcada por uma unipessoalização, mini-

mizando a participação do enunciador, que, no caso, é o jornalista responsável pela matéria. O verbo “esperar” apresenta-se metaforizado na expressão de um desejo, e sua forma passiva, “se esperar”, também contribui para distanciar o enunciador do conteúdo da sua enunciação. Outra marca de modalização epistêmica no fragmento exemplificado é o modo subjuntivo aplicado à forma verbal “caia”. *Cair* não é um verbo modal, mas o subjuntivo é uma categoria gramatical modalizadora, que aponta para uma possibilidade, isto é, o enunciador *crê* que *possivelmente*, em algum tempo *ainda por vir*, as atitudes de quem menospreza as emissões de gás carbônico serão repudiadas.

Como se vê, a modalidade epistêmica basicamente envolve uma atitude do falante relativamente ao conteúdo da proposição, podendo ser ele mesmo a fonte do conhecimento ou não. No dado em questão, não há marca indicativa da fonte da informação, o que nos leva a inferir que essa fonte seja o próprio enunciador, ou seja, o jornalista.

Ainda que a microconstrução [portanto] não seja uma marca linguística de modalização, sua presença recorrente em porções textuais marcadamente modalizadas, em diferentes graus da modalização epistêmica ou deôntica, aponta para mais um dos seus padrões de uso e só confirma que fatores pragmático-discursivos são cruciais na formação de conectores especializados na expressão de resultado.

Concluímos esta análise ressaltando que, no que diz respeito ao diálogo entre a LFCU e a LT, os fatores de análise confirmaram que a microconstrução [portanto] configura-se como um pareamento forma-função e nos levaram à identificação de alguns padrões de uso desse conector. Quanto à forma, considerando-se os níveis de articulação de Koch e Elias (2016), trata-se de um elemento não só sintático, mas macrossintático, que atua na conexão de porções textuais de diferentes extensões, desde termos da ora-

ção até vários parágrafos, senão o texto completo, como costumamos ver no parágrafo conclusivo de redações escolares. No plano da função, [portanto] semanticamente expressa valor de resultado, deslizando de consequência a conclusão, ocorrendo majoritariamente em gêneros nos quais predomina a tipologia argumentativa. Essa gradiência pôde ser flagrada pela identificação das propriedades pragmáticas e discursivo-funcionais, especialmente no domínio da causalidade — conteúdo, epistêmico e atos de fala — e em vários contextos marcados pelas modalidades epistêmica e deôntica.

Ressaltamos que a identificação das propriedades da forma e da função torna-se muito mais completa quando a análise leva em conta princípios da Linguística Textual, especialmente no que diz respeito aos gêneros e tipos textuais. No caso da microconstrução de resultado [portanto], verificamos que seus padrões de uso estão estreitamente ligados aos contextos situacional e linguístico em que a microconstrução emerge. Sendo assim, podemos dizer que [portanto] é um conector multifuncional, que opera em diferentes níveis de articulação textual, introduzindo uma consequência factual ou uma conclusão do falante, configurando-se como uma estratégia argumentativa conclusiva muito presente nos textos do domínio jornalístico.

[TANTO QUE]: UM CONECTOR TEXTUAL-DISCURSIVO

No percurso da microssintaxe à macrossintaxe, [tanto que] atua como um conector que estamos chamando de textual-discursivo por funcionar em um tipo de coesão sequencial que auxilia tanto na progressão do texto como na orientação argumentativa do discurso. Esse padrão de uso é típico dos operadores argumentativos do tipo articulador discursivo-argumentativo, nos termos de Koch e Elias (2016). No português contemporâneo, essa microconstrução está totalmente integrada à porção textual que encabeça prin-

principalmente em contextos orais e escritos em que há maior grau de informalidade.

A fim de caracterizar [tanto que], apresentamos a definição de operador argumentativo, doravante também OA, de Koch e Elias (2016, p. 64, grifos das autoras) com a qual coadunamos:

Os **operadores** ou **marcadores argumentativos** são, pois, elementos linguísticos que permitem orientar enunciados para determinadas conclusões. São, por isso, responsáveis pela **orientação argumentativa** dos enunciados que introduzem, o que vem a comprovar que a **argumentatividade** está inserida na própria língua.

No âmbito da operação do discurso, [tanto que] se insere na categoria dos articuladores que relacionam dois ou mais enunciados distintos, sendo cada um resultante de um ato de fala particular. É, portanto, uma unidade linguística, com alto grau de integração, asseguradora da progressão textual, a fim de manter em foco o objeto de discurso. Promove uma conexão textual-discursiva em razão de auxiliar na coesão sequencial quando encadeia o ato de fala/enunciado anterior, tomado como tema, ao novo ato de fala/enunciado que funciona como rema, fazendo o movimento de retropropulsão (Tavares, 2003), típico dos conectores, de forma a auxiliar na tessitura do texto, promovendo a progressão textual e imprimindo no novo enunciado uma orientação argumentativa de constatação, nos termos de Koch e Elias (2016). O conector se alinha à escala argumentativa proposta por Koch e Elias (2016), uma vez que representa uma gradação de força crescente no sentido de uma mesma conclusão, similar a uma escala argumentativa evidenciada pelo sentido de intensidade carregado pelo *tanto*.

Mais especificamente, analisamos que a estratégia/função de coesão sequencial se inicia numa escala de argumentos de for-

ça crescente estabelecida no discurso ou porção textual anterior, doravante também D1. Na sequência, [tanto que] introduz a prova cabal que os comprova, orientando a compreensão da argumentação estabelecida no discurso ou porção textual posterior, doravante também D2. Por se situar no topo da escala de argumentos, introduzindo o argumento mais importante que funciona como comprovação, é encontrado em sequências tipológicas argumentativas, mesmo que só as encabece. Há preponderância em contextos mais informais e em gêneros discursivos de cunho opinativo.

Como exemplificamos em (11), [tanto que] é constituído de características de *operador argumentativo*, já que permite orientar enunciados para determinadas conclusões, articulando as duas porções textuais com as quais se envolve por meio de elementos linguísticos ou implicações semânticas que alguns elementos fazem:

(11) A notícia de que o governo já tem um programa para substituir o Mais Médicos soa como música a os ouvidos os prefeitos, inclusive Nene. Isso porque os municípios sozinhos não conseguem profissionais para atuar em regiões mais afastadas e têm pouco dinheiro em caixa. # O governo Jair Bolsonaro sempre teve um viés crítico ao Mais Médicos -criado por Dilma Rousseff. Acusava-o de trazer cubanos para o país e de ser uma forma de financiar a ditadura de os irmãos Castro. # A atual gestão modificou o programa e mandou os cubanos embora. Ficaram apenas brasileiros e estrangeiros que revalidaram o diploma de medicina. # Ainda que criticado, na prática, o programa é importante para as prefeituras catarinenses, *tanto que* Nene Colombi afirma que uma das solicitações feitas ao Ministério de a Saúde é que estenda o Mais Médicos até que o novo projeto esteja em funcionamento. # Na reunião no Ministério da Saúde, a comitiva da Fecam solicitou a imediata prorrogação dos mais de 400 contratos do Mais Médicos ainda vi-

gentes. O ministério ficou de analisar o pedido. (*Corpus do Português NOW*. Disponível em: <https://omunicipio.com.br/ministro-da-saude-promete-alternativa-ao-mais-medicos-para-nao-prejudicar-municipios/>).

A reportagem trata do funcionamento do programa Mais Médicos que, segundo o texto jornalístico, será substituído. O trecho destaca a importância do programa devido à falta de profissionais da saúde em regiões afastadas, assim como pela falta de verba. Entretanto, de acordo com Jair Bolsonaro, citado no artigo, o programa contribui com a ditadura cubana e, por isso, foi altamente criticado e modificado por ele.

O trecho em que o conector [tanto que] se encontra é encabeçado pela conjunção concessiva “ainda que”, que denota a divergência entre as críticas ao projeto e a sua importância para as cidades pequenas. Essa estratégia sobreleva o poder argumentativo de [tanto que] como operador argumentativo para introduzir prova(s) acerca das informações (argumentações) apresentadas em D1.

Nesse sentido, D2, encabeçado pelo OA de constatação (Koch; Elias, 2016), funciona como uma comprovação numa relação de consequência implicada discursivamente. Estamos diante do domínio da causalidade articulada, conforme preceitua Sweetser (1990), atuando no domínio dos fatos, como em (11), na medida em que [tanto que] marcará a consequência cabal, daí ser uma prova, a partir da exposição de argumentos baseados em situações. Dessa forma, há uma constatação da informação anterior, que é o fato de Nene Colombi ter solicitado a extensão do Mais Médicos, enquanto o novo programa não é iniciado. A escolha do OA também representa, em relação às informações trazidas em D1, uma ênfase, dentro da escala argumentativa, uma gradação de força crescente no sentido de uma mesma conclusão (Koch; Elias, 2016, p. 62), uma vez que é intensificado pela porção concessiva com “ainda que”. Ou seja, ao apresentar a prova cabal do que vinha sendo in-

formado, revela-se uma constatação com um nível de intensidade maior. Não é por acaso que o elemento *tanto* que referencialmente é tomado como advérbio de intensidade compõe esse OA, contribuindo com o traço de intensidade que persiste no conector.

A seguir apresentamos um exemplo de uma coluna de resenhas de novelas e séries em que o OA [tanto que] se apresenta na fala reportada da atriz entrevistada:

(12) Em *Ambição*, Arlete vivia Belinha, primeira grande vilã da teledramaturgia brasileira. Irmã da mocinha Guida (Lolita Rodrigues), ela era uma moça pobre que sonhava em ser muito rica. Já Guida, que não ligava para bens materiais, encontrou o amor com um homem de posses. Belinha não aceitou isso e fez de tudo para prejudicar a irmã e a família toda. Sobrava para sua intérprete enfrentar a ira do público. “Ela fazia qualquer coisa pra ganhar. Queimava o vestido da irmã para ela não ir ao baile, atropelou o próprio pai... *Tanto que* uma mulher me agarrou no supermercado para me bater. Eu não estava esperando, embora eu recebesse muitas cartas de pessoas me amaldiçoando”, lembrou a atriz na série documental. (*Corpus do Português NOW*. Disponível em: <https://noticias-datv.uol.com.br/noticia/novelas/primeira-vila-das-novelas-apanhou-adoeceu-e-caiu-na-rua-energia-ruim-27724>).

A notícia conta a história de Belinha, uma atriz brasileira que deu vida a uma grande vilã de novela, o que gerou consequências violentas do público com a atriz. Na fala de Arlete Sales, ela explicita diversas atitudes maldosas de sua personagem e, então, inicia uma frase com [tanto que] para abordar a agressão que ela sofreu no supermercado. No trecho, o OA de comprovação antecede uma consequência, a qual também serve de prova para a tese: a personagem é tão maldosa que a atriz até sofreu agressão pelos

telespectadores. Desse modo, o OA atua na introdução de uma comprovação, o argumento mais forte dentro da escala argumentativa para a defesa da tese.

Sob a perspectiva da LFCU, as subpartes cristalizadas atuam no nível microconstrucional, nos termos de Traugott e Trousdale (2013), uma vez que é um *type* individual de forma e conteúdo substantivo e específico, forjado em contextos específicos e que veicula conteúdos distintos das subpartes que o compõem. Portanto, o arranjo se encontra mais integrado, não podendo existir qualquer elemento entre *tanto* e *que*, formando um *chunk*.

Nesse sentido, nos contextos como (11), a subparte *tanto* não atua mais como advérbio de intensidade, perdendo a mobilidade, bem como não se liga a verbo, adjetivo ou advérbio. O elemento *que* funciona como um clítico, compondo a forma adverbial, prestando-se à integração da porção textual que o conector introduz e se posicionando na posição típica de conectores, encabeçando orações, períodos ou parágrafos, atuando, por sua vez, na macrosintaxe. Ainda com relação à atuação na macrossintaxe, [tanto que] estabelece um tipo de coesão sequencial que conjuga orientação argumentativa e coerência textual. Nesse sentido, nosso objeto de estudo situa-se em contextos mais abstratos, ligados às relações textuais procedurais (inter)subjetivas, formando, assim, novos signos na rede Xque de conectores textual-discursivos.

O recrutamento do advérbio *tanto* para compor uma subparte desse conector complexo deixa clara a motivação extralinguística em função de seu traço de sentido de “intensidade”. Isso motiva a introdução de um argumento do tipo “prova” que, por sua vez, comprova a argumentação posta em D1. Essa escala crescente na argumentação é coroada por *tanto*, ratificando a intensidade do argumento — A PROVA CABAL. A subparte *que* estabelece a configuração de um conector da rede Xque. Em função dos dados analisados até aqui, estamos verificando se esse elemento procedural

se formou via analogização à rede X que_{CTD}, alvo do nosso projeto, e qual seria o (ou se existiria um) exemplar dessa rede.

Tratando ainda a partir do horizonte da LFCU, em termos de propriedades semânticas, o traço de intensidade que persiste em *tanto* e que acreditamos ter sido a motivação para a formação desse conector se transfere metaforicamente para a atuação de grau mais elevado na escala de argumentação. O elemento *que* transfere metaforicamente o traço de integração ao discurso que o sucede, sentido típico de integração/conexão. O *chunk* de forma também se dá no sentido em função do nível de integração máximo, pois [tanto que] é acessado holisticamente e compreendido como um elemento de coesão sequencial, projetando o interlocutor para o que foi explicitado anteriormente e o que vai ser encaminhado posteriormente, de forma que ele possa fazer a conexão das ideias.

Em termos de propriedades pragmáticas, [tanto que] mobiliza contextos argumentativos em que há uma interação focada na comprovação de fatos que vinham sendo expostos. Por atuar no topo da escala argumentativa, numa gradação de força crescente no sentido de uma mesma conclusão, é comum em D1 haver degraus dessa escala com trechos mais enfáticos, seja no estabelecimento de concessão, oposição, conjunção, seja com a seleção de elementos lexicais que promovam uma escala de argumentos. Assim, há claramente a focalização do conteúdo mais relevante que [tanto que] introduz e consequente perspectivização da argumentação pretendida. Nessa manobra coesiva, torna-se evidente a subjetividade ligada às perspectivas do produtor, sob a forma explícita de sua intencionalidade, tanto na seleção das informações anteriores quanto na argumentação introduzida pelo conector, bem como se evidencia a intersubjetividade ligada à projeção do ponto de vista estabelecido, sob a forma de pretendida aceitabilidade, calculada a partir do interlocutor alvo.

[E AÍ]: UM CONECTOR DO DISCURSO

Chegando ao ponto mais à direita do *continuum* de padrões de uso dos conectores por nós proposto, apresentamos [e aí], o mais discursivo dentre os três elementos de conexão. No português contemporâneo, [e aí] atua em contextos orais e escritos de informalidade como uma microconstrução menos presa à estrutura oracional, exibindo um caráter mais pragmático como um marcador discursivo, conforme o denominamos, baseados em Risso *et al.* (2002, 2015), estudiosos filiados à Linguística Textual.

De acordo com tais autores, os marcadores discursivos (MD) são unidades linguísticas independentes que atuam na articulação e no gerenciamento dos processos de construção textual, no contexto de uso da língua. De forma geral, os MD constituem um amplo grupo de elementos aos quais se pode atribuir a condição de uma categoria pragmática bem consolidada no funcionamento da linguagem. “Por seu intermédio, a instância da enunciação marca presença forte no enunciado, ao mesmo tempo em que se manifestam importantes aspectos que definem sua relação com a construção textual-interativa” (Risso *et al.*, 2002, p. 21).

Segundo Risso *et al.* (2015), os marcadores discursivos podem desempenhar no ato comunicativo dois papéis com funções distintas: de marcador interacional — voltado para a orientação da interação — ou de marcador sequenciador — voltado para a articulação do discurso.

Sob a perspectiva da Linguística Funcional Centrada no Uso, partimos da hipótese de que, ao usarmos, em contextos específicos, o advérbio *aí* ao lado do conectivo *e*, formamos um *chunk* (Bybee, 2010), em que cada item se distancia da sua função original e, juntos, geram um novo pareamento de forma-sentido (Croft, 2001), uma nova construção na língua, à qual é atribuído o papel de MD, conforme podemos atestar em:

(13) I: [...] ele era mais novo do que eu () não queria deixar... a gente namorar... mas não adiantava nada... a gente namorava escondido assim mesmo... ela entrava... ficava um ambiente assim meio/ encarnando... ficava me encarnando... entendeu? ((riso)) ficava me encarnando porque ele era mais novo... muito fofoqueiro também... entendeu? tem mais alguma coisa? E: ah... *e aí?* tá... estão namorando... *e aí?* agora conta tudo ((risos)). (*Corpus D&G*, Rio de Janeiro, Narrativa de Experiência Pessoal Oral).

Em (13), observamos o diálogo entre informante e entrevistador. Ao contar sobre seu relacionamento, a informante deixa o entrevistador curioso a respeito do desfecho da história, o que o leva a usar a microconstrução [e aí] para pedir que ela continue com o turno de fala, dando seguimento à interação e fornecendo, então, o resultado do ocorrido.

Desse modo, notamos que, na função de marcador discursivo interacional [e aí], *e* não atua mais como conjunção aditiva ligando termos, orações e períodos com sentido de adição; *aí* não funciona como advérbio de lugar, apontando para algum lugar do espaço físico e apresentando a mobilidade típica da classe dos advérbios. Nesta função de MD interacional, [e aí] atua como um conector em sentido lato, pois, ocupando a posição inicial no período e no turno, o falante focaliza, como estratégia coesiva, o trecho de texto anterior para prospectar a sua fala naquela conversação.

Assim, além de exibir uma nítida orientação do falante para que o interlocutor assumo o turno de fala, [e aí] interacional também é usado para dar seguimento à interação; logo, apresenta traços do uso deste elemento como marcador discursivo sequenciador, função de [e aí] que podemos atestar em:

(14) I: [...] a minha mãe estava na rua... aí... ela veio andando na ca/ na... pela... pela... pela rua... quando che-

gou perto de casa... ela... caiu no chão... e aí... meu pai
 pegou ela... levou ela até em casa... no colo... (*Corpus
 D&G*, Rio de Janeiro, Narrativa Recontada Oral).

Em (14), [e aí] articula o discurso como um marcador sequenciador tópico, o qual, segundo Risso *et al.* (2015, p. 374), é “o responsável pela organização tópica, estabelecendo aberturas, encaminhamentos, retomadas e fechos de tópicos em posições intra ou inter tópicas”.

Observamos neste dado que, por meio de [e aí], o falante entrelaça a causa (ela... caiu no chão) e a consequência (meu pai pegou ela... levou ela até em casa... no colo...) do que é exposto. Assim, cabe ao marcador sequenciador [e aí] promover tais elos textuais, atuando na conexão *lato sensu*, mas não na mesma posição que [e aí] interacional ocupa.

De forma comparativa, em (14), o marcador discursivo sequenciador [e aí] articula segmentos do discurso como nexos coesivos, em que o segmento anterior ao MD apresenta a causa e o seguinte traz a consequência/resultado. Em (13), nosso foco neste capítulo, o marcador discursivo interacional [e aí] atua no plano interpessoal, mantendo a interação falante/ouvinte, e, em segundo plano, exibe resquícios de seu papel como sequenciador de causalidade ao solicitar que o interlocutor finalize sua história, fornecendo o resultado do que mencionou anteriormente. Nesse sentido, afirmamos que estamos no domínio da causalidade articulada, de acordo com Sweetser (1990), já que a porção de texto subsequente a [e aí] traz o resultado/a consequência do fato exposto anteriormente.

Além de atuar no domínio do conteúdo, encontramos, em nossos dados, usos de [e aí] em que o falante solicita que seu interlocutor conclua seu raciocínio, dando ou finalizando sua opinião sobre determinado assunto:

- (15) E: você então... pegou outra diretora ou só ela?
 I: só ela... teve até... reeleição pra diretora... a... professora Lenita se candidatou... mas não venceu não...
 E: a de música?
 I: é... de música... ela... se candidatou... mas todo mundo estava ainda com a dona Lourdes... querendo [votar nela...]
 E: [só elas duas] se candidataram?
 I: só elas... só tinha duas candidatas...
 E: mas *e aí?* o que que você acha dos... professores?
 I: os professores... eu acho muito legal... professor/ (*Corpus D&G*, Rio de Janeiro, Relato de Opinião Oral).

O gênero textual em que a microconstrução [e aí] está inserida é determinante para compreendermos o domínio da causalidade: se é uma sequência narrativa, como em (13), o pedido é para que o interlocutor forneça o resultado, a consequência dos fatos narrados. Se a sequência é argumentativa, como em (15), há uma solicitação para que esse interlocutor informe a conclusão de suas ideias, com opinião e argumentatividade, em um domínio mais epistêmico.

Contextos de uso do marcador discursivo interacional [e aí]

Segundo Risso *et al* (2015, p. 375), a partir do entendimento de texto “como unidade globalizadora, sociocomunicativa, que ganha existência dentro de um processo interacional”, qualquer mecanismo com estatuto textual, a exemplo dos MD, cumpre sempre, em maior ou menor grau, uma função orientadora da interação.

Dessa forma, Risso *et al.* (2015) distinguem o marcador interacional em *fragilmente orientador*, *secundariamente orientador* e *basicamente orientador*. Os usos da microconstrução [e aí] como interacional apontam para sua função como *basicamente orientador*, pois ocorre “quando há uma nítida orientação por parte do fa-

lante em direção ao ouvinte, ou deste ao falante.” (Risso *et al.*, 2015, p.375).

Analisando nossos dados, verificamos que [e aí] em seu uso como MD basicamente interacional atua como um simples cumprimento (*E aí*, João, beleza? [*Corpus do Português*, UOL]) ou como um questionador, e é este último uso que descrevemos neste texto por sua aparente semântica de causalidade.

[E aí] questionador recebe esse nome porque está sempre acompanhado de uma interrogativa, a fim de incentivar o interlocutor a ser mais preciso, concluindo seu turno, como vimos em (13). No dado (16) a seguir, é possível fazer esta constatação com mais clareza, pois há vários usos de [e aí]:

(16) I: ...alguém chegou e deu um toque nele... pra ele todo dia passar naquele lugar onde tinham roubado o carro dele... [...] passar todo dia em frente à delegacia... perguntar como é que estava o carro e tal... ba ba bá... como é que andava o processo... *e aí* ele passa/ passeava todo dia naqueles lugares benditos... passava na delegacia “*e aí*... como é que está a história?” “pô:... a gente não está sabendo de nada...” não sei o quê... e o bendito do carro sumiu... entendeu? ninguém mais sabia fal/ ouvia falar do carro... aí um dia... por um acaso... assim... depois de... sei lá... de uns dois meses... ele passou em frente à delegacia... e viu o carro dele... aí entrou na delegacia e perguntou “ah... *e aí*? Quer dizer que vocês acharam meu carro?” “não... a gente não achou o seu carro não” “ué... mas como?” e tal “mas... pô... vocês falaram que iam achar...” e tal... ele se fez de desentendido... né? [...] aí ele “pô... então beleza... então quer dizer que eu posso pegar o meu carro que está aí em frente e levar embora?” “pode... pode... pode pegar o carro...”

E: mas eu não... não entendi... *e aí*? ele pegou o carro [e foi andando?]

I: [aí ele pegou o carro] e levou embora... foi uma história louquíssima assim... foi uma história totalmente sem pé e nem cabeça mesmo... (*Corpus D&G*, Rio de Janeiro, Narrativa Recontada Oral).

Em (16), há quatro usos de [e aí]: o primeiro como sequenciador de causalidade e os três últimos como interacional questionador. No uso como sequenciador, observamos que [e aí] entrelaça a causa (alguém deu um toque nele para ele todo dia passar em frente à delegacia e perguntar como é que estava o processo do carro) e a consequência (ele passava todos os dias na delegacia e perguntava). Nos demais, ao usar [e aí], o falante questiona o interlocutor sobre o resultado, ou seja, o desfecho da história: “e aí... como é que está a história?”; “e aí? Quer dizer que vocês acharam meu carro?”; “e aí? ele pegou o carro [e foi andando?]”

Portanto, observamos o caráter de causalidade presente nos contextos de uso de [e aí] interacional, um conector em sentido *lato* ao encabeçar uma porção textual discursiva evidenciando a consequência/conclusão da porção anterior.

Traços definidores de [e aí] interacional questionador

Baseados em Risso *et al.* (2015) que, com o objetivo de determinar a natureza e as propriedades dos MD, elencaram seus traços básicos identificadores por meio de dez variáveis, analisamos a microconstrução [e aí] e constatamos, por seus traços, que nos contextos de uso já descritos, trata-se de um marcador discursivo na língua.

Logo, os traços definidores de [e aí] interacional são:

- Variável 1 (padrão de recorrência) – baixa frequência: [e aí] interacional apresenta-se em contextos mais específicos, como vimos na seção anterior, fazendo com que seu uso seja mais restrito;

- Variável 2 (articulação de segmentos do discurso) – sequenciador tópico: [e aí] interacional não desempenha o papel de sequenciador da frase, mas do tópico, pois ele apresenta o resultado do que foi mencionado anteriormente, o desfecho do tópico discursivo;
- Variável 3 (orientação da interação) – basicamente orientador: [e aí] interacional apresenta nítida orientação do falante para o ouvinte;
- Variável 4 (relação com o conteúdo proposicional) – exterior ao conteúdo: esta variável tem o intuito de verificar se o MD adiciona informações conteudistas aos segmentos que toma por escopo; entretanto, Risso *et al.* (2015) salientam que, embora a unidade possa não contribuir diretamente para o conteúdo referencial, ela deve contribuir para a modalização desse conteúdo, assim como para o movimento organizacional do discurso, e é o que notamos em [e aí] interacional, pois esse marcador apenas introduz a proposição com o questionamento do falante sem somar informação conteudística a esse questionamento;
- Variável 5 (transparência semântica) – parcialmente transparente: [e aí] interacional ainda apresenta resquícios de seu uso primário, pois há um *e* que não liga termos, orações ou períodos, mas está fazendo uma conexão com a situação apresentada anteriormente; e um *aí* que não faz um apontamento dêitico espacial, mas faz uma remissão dêitica anafórica ao que foi exposto anteriormente a fim de prospectar o tópico discursivo;
- Variável 6 (apresentação formal) – forma única: [e aí] interacional questionador apresenta uma só forma estrutural;
- Variável 7 (relação sintática com a estrutura oracional) – sintaticamente independente: [e aí] interacional não atua na sintaxe do segmento que toma por escopo, não desempenha uma função essencial, integrante ou acessória em relação a outros termos

e pode, inclusive, ser retirado que não irá prejudicar a estrutura sintática;

- Variável 8 (demarcação prosódica) – com pauta demarcativa: [e aí] interacional tem pauta demarcativa identificada pela acentuada variação melódica percebida através dos sinais de pontuação que o acompanham, como alongamentos (::), reticências (...) e ponto de interrogação (?);
- Variável 9 (autonomia comunicativa) – comunicativamente não autônomo: [e aí] interacional não possui autonomia para constituir enunciado por si próprio, dependendo de outros elementos do discurso que acrescentem informações depois dele e garantindo, assim, maior clareza em seu questionamento;
- Variável 10 (massa fônica) – com até três sílabas tônicas: [e aí] se configura como um MD de até três sílabas tônicas.

De acordo com Risso *et al.* (2015), alguns traços aparecem mais constantemente que outros e, por esse motivo, foram nomeados de núcleo-piloto definidor dos marcadores discursivos. Observamos que [e aí] interacional preenche os cinco traços elencados pelos autores: é exterior ao conteúdo proposicional; tem independência sintática; é comunicativamente não autônomo, sequenciador tópico e basicamente orientador. Sendo assim, afirmamos que estamos diante de uma microconstrução que atua como marcador discursivo nas interações cotidianas em nossa língua.

As propriedades de forma e função da microconstrução marcadora discursiva interacional [e aí]

Compreendemos [e aí] como uma nova microconstrução na língua, resultante do *chunk* entre a conjunção aditiva *e* e o advérbio dêitico espacial *aí*. Conforme já exposto, de acordo com Croft (2001), construção é o pareamento entre forma e sentido, em que a forma compreende as propriedades sintáticas, morfológicas

e fonológicas, e o sentido compreende as propriedades semânticas, pragmáticas e discursivo-funcionais.

No âmbito da forma, a respeito da *sintaxe*, a microconstrução [e aí] se apresenta em uma estrutura não descrita pelas gramáticas. Como já expusemos, a conjunção aditiva *e* não liga termos de mesma hierarquia sintática; *aí*, por sua vez, não faz apontamentos no espaço, ou seja, não atua como um dêitico espacial, sua função primária. O que há é um *chunk*, que se dá a partir do pareamento de cada um desses elementos linguísticos, os quais se distanciam de suas funções originárias para atuar e exercer uma nova função na língua, a de marcador discursivo. [E aí] atua, de forma geral, no início do período, sendo seguido por um sinal de interrogação. Esse pareamento tem reflexos na *morfologia* e na *fonologia*. Há uma cristalização da forma — a conjunção *e* e o advérbio *aí* não variam de posição —, o que temos é um bloco, em que não é possível inserir outro elemento entre seus constituintes e que atua como um conector em sentido *lato*, evidenciado pelos falantes ao pronunciarem a microconstrução [e aí] como um único vocábulo fonológico, cujo acento tônico recai na última sílaba do todo, conferindo novos traços prosódicos de entonação e ritmo. Em termos fonológicos, o falante atribui à construção uma entonação interrogativa quando é um questionador.

No âmbito da função, no tocante à *semântica*, observamos que [e aí] interacional questionador sinaliza uma pergunta ao interlocutor e é usado em contextos *pragmáticos*, em que o falante quer que o outro finalize seu tópico, por vezes, trazendo o resultado/a consequência dos fatos narrados; por vezes, trazendo a conclusão de suas ideias. O contexto *discursivo-funcional* que proporciona o uso da microconstrução [e aí] são as sequências narrativas, injuntivas e argumentativas de informalidade, ou seja, ambientes de interação em que os falantes abordam assuntos do cotidiano. A microconstrução é mais usada na modalidade falada do que

na escrita. Os contextos de escrita, por sua vez, são aqueles mais informais, como blogs e redes sociais.

Portanto, dos três elementos investigados, [e aí] é o mais discursivo, porque é um conector que engloba a situação comunicativa, o discurso na sua efetiva realização, funcionando como um elemento interacional ao provocar uma resposta do interlocutor e articulando porções de texto no nível da causalidade (Sweetser, 1990) em um movimento retropropulsor (Tavares, 2003), já que estabelece uma relação coesiva entre enunciados, colaborando para a progressão textual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, propusemos a análise de três microconstruções que vêm se especializando na articulação de porções textuais de diferentes extensões, operando na microssintaxe, na macrossintaxe e no discurso: [portanto], [tanto que] e [e aí], respectivamente. Nosso intuito principal foi apresentar um *continuum* entre três conectores, recorrentemente recrutados para a expressão de consequência e conclusão, *stricto* e *lato sensu*, no domínio da causalidade.

A microconstrução [portanto], das três, é a mais multifuncional, especialmente no que diz respeito aos níveis de articulação, podendo conectar termos da oração (nesse caso, menos frequentemente), períodos e parágrafos de um texto. Encontra-se no extremo mais à esquerda do *continuum* por nós proposto e, por ser canonicamente reconhecida como “conjunção conclusiva”, possivelmente é aquela de que o usuário primeiro se lembra para expressar o fechamento de uma ideia. É frequente em textos argumentativos, nos quais predomina a modalidade epistêmica, configurando-se como uma microconstrução que vem se especializando na expressão de crenças baseadas no conhecimento do enunciador. Por isso, defendemos que se trata de uma potente estratégia coesiva argumentativa.

A microconstrução [tanto que], por sua vez, não conecta termos da oração, mas promove alto grau de integração entre as porções textuais que articula, contribuindo para a progressão textual. Encontra-se numa posição intermediária do *continuum*, compartilhando muitas funcionalidades com [portanto]. Tem-se especializado na manutenção do foco do objeto do discurso, promovendo conexão textual-discursiva, encadeando dois atos de fala, o anterior e aquele que introduz, num movimento retropropulsor. Ao promover progressão textual, [tanto que] imprime, no novo enunciado, uma orientação argumentativa de constatação, e, numa escala argumentativa, evidenciada pelo sentido de intensidade que persiste no componente *tanto*, representa uma gradação de força crescente orientada para uma mesma conclusão.

Por fim, apresentamos a microconstrução [e aí], que, por não ser um conector *stricto sensu*, não é um elemento sintático, mas discursivo. Dos três objetos de estudo, é o que se encontra mais à direita do *continuum*. Embora não compartilhe com [portanto] e [tanto que] funções prototípicas dos conectores, defendemos que esta-beleça conexão entre partes do texto no nível do discurso. Esse comportamento de [e aí] se deve à sua recorrência em textos orais e escritos de maior informalidade, estando menos preso à estrutura oracional, atuando mais pragmaticamente como um marcador discursivo. Nos dados analisados, vimos que [e aí] não só expressa orientação do falante para que o interlocutor assuma o turno de fala, como também é empregado para dar seguimento à interação, sendo, assim, identificado como um marcador discursivo interacional com traços de marcador discursivo sequenciador. Ainda que não seja um conector em sentido estrito, como [portanto] e [tanto que], a microconstrução [e aí] contribui para a continuidade e progressão textual, numa sequenciação retropropulsora, na qual observamos o caráter de causalidade, visto que, ao encabeçar uma porção

textual, evidencia o resultado/consequência/conclusão da porção anterior.

Entendemos que este estudo, que congrega três microconstruções distintas, investigadas sob a ótica de duas linhas teóricas em diálogo, a LFCU e a LT, ainda tem um longo percurso pela frente, mas esperamos que, com estes achados iniciais, ele possa contribuir para a pesquisa linguística sobre conexão e conectores, em geral, e particularmente para aqueles que vêm se especializando na expressão de resultado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANSCOMBRE, J.-C.; DUCROT, O. *La argumentación en la lengua*. Madrid: Gredos, 1994.

AUSTIN, J. L. *How to do things with words*. Oxford: Oxford University Press, 1962.

BYBEE J. L. Chunking and degrees of autonomy. In: BYBEE J. L. *Language, Usage, and Cognition*. Cambridge: CUP, 2010. p. 33-56.

CORPUS DISCURSO & GRAMÁTICA. 2024. Disponível em: www.discursoegramatica.lettras.ufrj.br/.

CORPUS DO PORTUGUÊS. 2024. Disponível em: <http://www.corpusdoportugues.org/>.

CROFT, W. *Radical Construction Grammar*. Syntactic Theory in Typological Perspective. New York: Oxford University Press, 2001.

CROFT, W. Construction grammar. In: GEERAERTS, D.; CUYCKENS, H. (ed.). *The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics*. Oxford: Oxford University Press, 2007, p. 463-508.

DIJK, T. A. *Some Aspects of Text Grammar*. Paris: The Hague, Mouton, 1972.

DEFENDI, C. L. *“PORTANTO, CONCLUI-SE QUE”*: processos de conclusão em textos argumentativos. 2013. 285 f. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

GOLDBERG, A. E. *Constructions: a Construction Grammar Approach to Argument Structure*. London: The University of Chicago Press, 1995.

KOCH, I. G. V. Textual Linguistics: retrospective and prospects. *ALFA: Revista de Linguística*, São Paulo, v. 41, p. 67-78, 1977.

KOCH, I. G. V.; ELIAS, V. M. *Escrever e argumentar*. São Paulo: Contexto, 2016.

LANGACKER, R. W. *Syntactic reanalysis*. In: LI, C. N. (ed.). *Mechanisms of Syntactic Change*. Austin: University of Texas Press, 1977.

MARCUSCHI, L. A. *Linguística de Texto: o que é e como se faz*. Recife: Editora UFPE, 1983. (Série Debates 1).

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (org.). *Gêneros Textuais e Ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. p. 19-36.

MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, Análise de Gêneros e Compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

NEIS, I. A. Por uma Gramática Textual. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, n. 44, 1981.

NEVES, M. H. de M. *Texto e Gramática*. São Paulo: Contexto, 2010.

RISSO, M. S.; SILVA, G. M. de O. e; URBANO, H. Marcadores discursivos: traços definidores. In: KOCH, I. V. (org.). *Gramática do português falado*. 2. ed. São Paulo: Unicamp, 2002. v. VI. p. 21-57.

RISSO, M. S.; SILVA, G. M. de O. e; URBANO, H. Marcadores discursivos. In: JUBRAN, C. S. (org.). *Gramática do português culto falado no Brasil: a construção do texto falado*. São Paulo: Contexto, 2015. v. 1. p. 371-481.

SWEETSER, E. *From Etymology to Pragmatics: metaphorical and cultural aspects of semantic structure*. New York: Cambridge University Press, 1990.

TAVARES, M. A. *A gramaticalização de 'e', 'aí', 'daí' e 'então': estratificação/variação e mudança no domínio funcional da seqüenciação retroativo-propulsora de informações—um estudo*

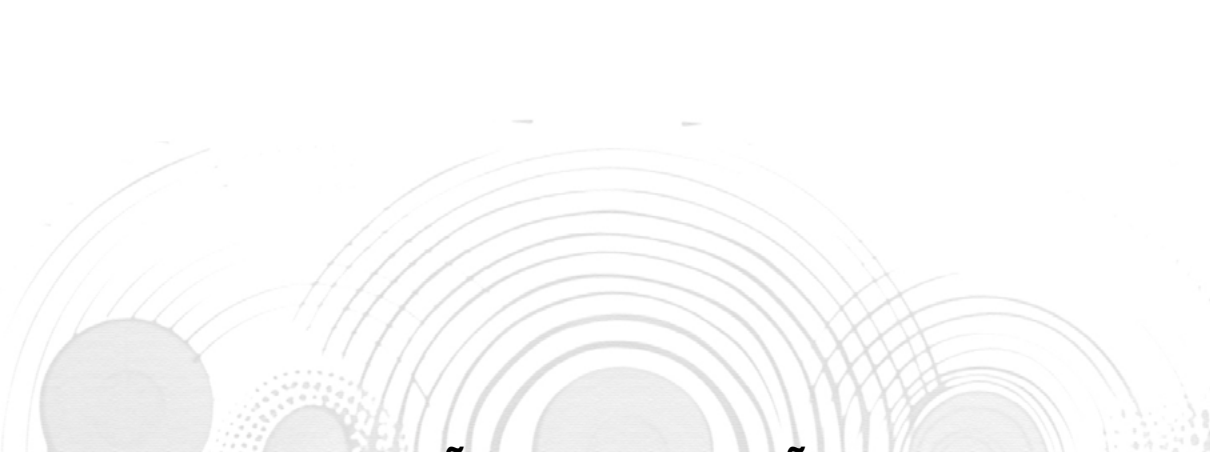
sociofuncionalista. 2003. 286 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2003.

TRAUGOTT, E. C. Grammaticalization, constructions and incremental development of language: suggestions from the development of Degree Modifiers in English. In: ECKARDT, R.; JÄGER, G. VEENSTRA, T. (ed.). *Variation, Selection, Development* – Probing the Evolutionary Model of Language Change. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 2008.

TRAUGOTT, E. C. Revisiting subjection and intersubjection. In: DAVIDSE, K.; VANDELANOTTE, L.; CUYCKENS, H. (ed.). *Subjection, Intersubjection and Grammaticalization*. (Topics in English Linguistics.) Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 2010. p. 29-70.

TRAUGOTT, E. C.; TROUSDALE, G. *Constructionalization and Constructional Change*. Oxford University Press: Oxford, 2013.

WILSON, V. Motivações pragmáticas. In: MARTELOTTA, M. (Org.). *Manual de Linguística*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 87-110.



ANTEPOSIÇÃO E POSPOSIÇÃO DAS ORAÇÕES FINAIS INSTANCIADAS PELO SUBESQUEMA [Prep [det] N de]_{conect}

Brenda da Silva Souza Costa (UFF)

INTRODUÇÃO

No âmbito do Grupo de Pesquisa Conectivos e Conexão de Orações¹ (CCO-UFF), este estudo é um recorte de nossa pesquisa de doutorado em andamento, a qual se propõe a investigar as microconstruções conectoras finais instanciadas pelo subesquema [Prep (det) N de]_{conect} (cf. Rosário; Souza, 2021; Souza, 2022). Tal subesquema, em um nível mais abstrato, está submetido ao esquema [X de]_{conect}, que licencia também o subesquema [Adv de]_{conect} (cf. Novo, 2020; Rosário; Machado, 2022; Rosário; Novo, 2018, entre outros).

Assim, com base no subesquema [Prep (det) N de]_{conect}, ancorados em uma perspectiva construcional (cf. Bybee, 2016[2010]; Croft, 2001; Goldberg, 1995; Traugott; Trousdale, 2021[2013]), flagramos a realização de diversas microconstruções conectoras finais, a saber, *com o objetivo de*, *com o intuito de*, *com o fito de*, *com o*

1 Disponível em: <http://cco.sites.uff.br/>.

propósito de, com o fim de e com a finalidade de, as quais se apresentam com nuances semânticas diferentes a depender da posição da oração hipotática que encabeçam.

A seguir, vejamos um dado que ilustra o uso de uma das micro-construções de valor final:

(01) O deputado estadual Ulysses Moraes (DC), que também integra o Movimento Brasil Livre, saiu em defesa do ministro da Justiça Sérgio Moro neste domingo (30), durante manifestação pró-governo Jair Bolsonaro (PSL). Conforme o parlamentar, as mensagens vazadas nos últimos dias não provam nada. Ele ainda afirma que os conteúdos foram divulgados de maneira desonesta **com o objetivo de acabar com a Operação Lava Jato**. (Disponível em: <https://www.obomdanoticia.com.br/politica/em-ato-pr-bolsonaro-polticos-saem-em-defesa-de-moro/18139>).

O dado (01) ilustra o que chamamos de microconstrução final instanciada pelo subesquema [Prep (det) N de]conect. Em (01), observamos que os quatro elementos componentes (preposição “com” + determinante “o” + substantivo “objetivo” + preposição “de”) perdem parte de sua composicionalidade (cf. Traugott; Trousdale, 2021[2013]) para formar o conector *com o objetivo de*, que veicula a ideia de finalidade, encabeçando a oração hipotática posposta à oração matriz. No caso de (01), trata-se da finalidade da divulgação dos conteúdos vazados, segundo o deputado Ulysses Moraes.

Dessa forma, a partir do escopo teórico e metodológico da Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU), objetivamos analisar os efeitos semânticos relativos à posição anteposta, intercalada ou posposta das orações hipotáticas de finalidade instanciadas pelos conectores mencionados, na presente sincronia do português.

Para tanto, utilizamos o *Corpus do Português* para a coleta dos dados, na interface *NOW*.²

Após esta breve introdução, este trabalho se organizará da seguinte forma: na próxima seção, apresentamos alguns dos pressupostos teórico-metodológicos que embasam nossas análises; na seção seguinte, apresentamos alguns estudos funcionalistas sobre a posição da oração hipotática e seus diferentes efeitos de sentido; em seguida, apresentamos os resultados da análise dos dados coletados; posteriormente, algumas considerações finais; por fim, listamos as referências bibliográficas.

PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Na Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU), mais recente vertente funcionalista, a qual dialoga constantemente com a Gramática de Construções (GC), a língua é concebida como um grande inventário de construções de diferentes tipos e dimensões (Traugott; Trousdale, 2021[2013]). Justamente por conta desse contato com a GC e com a Linguística Cognitiva, a primazia da análise da função cede espaço ao equacionamento de uma análise mais equilibrada, que conjuga aspectos cognitivos a questões interacionais. Sendo assim, em sua atual fase, o funcionalismo não mais se concentra apenas no polo funcional, mas em uma perspectiva global do fenômeno linguístico, que equaciona o polo da função ao polo da forma (cf. Croft, 2001).

Contrariando a visão gerativista, que concebe o conhecimento linguístico em módulos, a visão funcionalista da linguagem possui, então, uma orientação holística: sintaxe, morfologia, fonologia, pragmática e semântica não são módulos estanques, mas todo esse conhecimento atua conjuntamente e deve ser considerado também de forma global na análise linguística.

2 Disponível em: <https://www.corpusdoportugues.org/now/>.

Na LFCU, a sintaxe é considerada uma estrutura maleável, isto é, adaptável, plástica, uma vez que está constantemente sendo modificada por consequência de fatos semântico-pragmáticos (Rosário; Oliveira, 2016). Por isso, as mudanças linguísticas podem ser explicadas em função das novas necessidades comunicativas dos falantes em seus contextos de uso (cf. Rosário, 2022, p. 36). A criação de uma nova construção, isto é, de um novo par forma-significado (cf. Goldberg, 1995; Traugott; Trousdale, 2021[2013]), por exemplo, ilustra esse processo, uma vez que demonstra que, no inventário de construções disponíveis, os falantes não encontraram um exemplar que abarcasse a especificidade daquilo que desejavam exprimir. Ao longo do tempo, a comunidade linguística vai, então, convencionalizando um novo uso, isto é, ocorre o processo de construcionalização, a criação de uma nova construção (cf. Traugott; Trousdale, 2021[2013]).

Essa grande “colcha de retalhos” (Neves, 1997) que é o Funcionalismo, ao mesmo tempo em que é diversa, dado o diálogo com áreas diversas e dadas as diferentes vertentes funcionalistas, possui também sua unidade. Todas as teorias desse “guarda-chuva” funcionalista concordam que o uso impacta o sistema, ou seja, os aspectos sociointeracionais são cruciais para a mudança linguística.

Sobre isso, vejamos o que diz Rosário (2022, p. 39):

O paradigma funcional [...] enfatiza os aspectos sociointeracionais da linguagem, já que as pesquisas são baseadas no uso. A investigação é centrada em dados extraídos de língua real, ou seja, em *corpora* de língua falada e escrita organizados a partir de situações de interação social. Se a sintaxe é o foco do Formalismo, podemos dizer que a pragmática é quem governa a gramática na perspectiva funcionalista *stricto sensu*.

Em síntese, toda pesquisa funcionalista é centrada na análise de dados de língua em uso, ou seja, os dados são extraídos de *corpora* de língua falada e escrita retirados de situações de real interação social. Em nosso caso, o *corpus* selecionado para a coleta de dados foi o *Corpus do Português*, em sua interface *NOW*, a qual é composta por textos jornalísticos da atual sincronia, mais especificamente de 2012 a 2019, contabilizando mais de 1 bilhão de palavras. Para nossa pesquisa, foram coletados os primeiros 100 dados oracionais de cada conector estudado. Posteriormente, esses dados foram analisados quanto à posição anteposta, intercalada ou posposta da oração hipotática em relação à oração matriz.

Na seção a seguir, trazemos a base teórica funcionalista que norteia nossa análise sobre a questão da posição da oração e seus diferentes efeitos de sentido.

A POSIÇÃO DA ORAÇÃO HIPOTÁTICA FINAL SOB A ÓTICA FUNCIONALISTA

A respeito das motivações para a análise da posição da oração, salientamos que nos baseamos em diversos estudos funcionalistas a respeito desse tema. De acordo com Neves (2006, p. 246), nada no texto é gratuito e, portanto, qualquer diferença entre dois textos tem significação. Sendo assim, nosso interesse pela temática surge justamente das observações das possíveis mudanças semânticas advindas das diferentes possibilidades de posição da oração hipotática final.

Diversos estudiosos que se interessaram pelo tema das orações hipotáticas ou adverbiais demonstraram, em seus estudos, que elas servem de pista, de guia no fluxo da informação (Chafe, 1984). Nessa esteira, a ordem é um fator de obtenção de diferentes efeitos semânticos e pragmáticos (Decat, 2001; Neves, 2006, p. 234).

Segundo Givón (1990, 1993, 1995), as orações adverbiais antepostas, dentre as quais se incluem as finais, exercem função de reorientação temática, geralmente marcando rupturas temáticas no discurso. Além disso, para o autor, há uma função coesiva importante relativa à anteposição da oração adverbial, de modo que tal oração demonstra elos anafóricos e catafóricos com o contexto em que se insere. Inclusive, anaforicamente, a oração anteposta pode fazer referência a informações temáticas que estejam em qualquer lugar da cadeia temática, parágrafo ou período anterior, como uma espécie de ponte de coerência (cf. Givón, 1993, p. 301).

Segundo Dik (1997), essas mudanças semânticas advindas da anteposição da oração adverbial, especificamente no caso das finais, estão diretamente relacionadas à iconicidade.³ Para o autor, “as cláusulas devem ser ordenadas preferencialmente de acordo com as relações conceituais ou temporais que se estabelecem entre os fatos ou estados de coisas que designam” (Dik, 1997, p. 134). Assim, nas orações hipotáticas de finalidade, a ordem esperada é o aparecimento da oração principal primeiro, em seguida vindo a oração hipotática. Na visão do linguista, como o conceito de propósito é posterior ao “estado de coisas”, primeiro deve vir a oração matriz, depois o fim a que se quer alcançar.

Nessa mesma esteira, Neves (2006) também discute a relação entre a posição da oração adverbial e a iconicidade. Para a autora, quando a oração adverbial é anteposta à matriz, ela atua como um elemento “dado”, exercendo uma função de reorientação discursiva. Além disso, para a linguista, a anteposição da oração hipotática também pode estar relacionada à ideia de tópico e comentário. De acordo com Neves (2006, p. 234), uma “característica dos tópicos é ocorrer no início da frase [...] e isso configura uma relação

3 Segundo Furtado da Cunha, Costa e Cezario (2015, p. 22), a iconicidade se refere à correlação natural entre forma e função. De algum modo, a estrutura da língua reflete a estrutura da experiência.

icônica: primeiro se enuncia a informação que é mais ‘velha’, e depois o que é ‘novo’”. Logo, para a autora, se a oração adverbial ocupa a informação de tópico, ela tende a vir em primeiro lugar na cadeia sequencial.

Outro estudo interessante para a análise da posição é a investigação de Marchon (2017) a respeito da relação entre argumentação e “hipotaxe circunstancial”, na qual inclui as cláusulas finais. Segundo a autora, “a anteposição ou a intercalação de um argumento o coloca em destaque, o que contribui para a tessitura da teia argumentativa” (Marchon, 2017, p. 124). Dessa maneira, há ainda que se considerar a anteposição da oração hipotática como uma estratégia de persuasão, em que o usuário possui um interesse específico.

Dias (2001) é outra autora que também se debruça sobre o estudo da finalidade e, por consequência, sobre fatores semântico-pragmáticos relativos à posição. A pesquisadora, inspirada nas análises de Thompson (1985), defende que as cláusulas de finalidade antepostas e pospostas compartilham a mesma forma, mas exibem um comportamento sensivelmente diferente na sua organização discursiva. No caso da oração final anteposta, Dias (2001) afirma que ela aponta para um “problema”, formando uma expectativa, de forma que a “solução” será apresentada na cláusula núcleo (oração matriz). Já com relação às cláusulas pospostas, Dias (2001, p. 51) ressalta que elas “expressam a finalidade do estado de coisas descrito na cláusula núcleo e apresentam uma função definida no discurso, ao dar uma motivação orientacional para uma série de ações”.

Thompson (1985, p. 61, tradução nossa), em análise específica sobre as nuances discursivas advindas das distintas posições das orações finais, defende que:

[...] uma cláusula de propósito inicial fornece uma estrutura dentro da qual a cláusula principal pode ser in-

terpretada, e que ela faz isso por meio de seu papel como um elo em uma CADEIA DE EXPECTATIVA—uma cadeia que está ligada da seguinte forma:

1. O ambiente, incluindo o próprio texto, bem como o conhecimento que o leitor traz para ele, cria um conjunto de expectativas.
2. Dentro desse conjunto de expectativas, surge um problema. Espera-se que os leitores sejam capazes de se identificar com este problema, seja porque eles podem se identificar com os objetivos dos participantes da história, ou porque eles têm suas próprias metas.
3. A cláusula de propósito nomeia esse problema e aumenta as expectativas sobre sua solução.
4. O material seguinte atende a essas expectativas ao fornecer a solução.⁴

Com base no exposto, podemos perceber que as cláusulas de propósito iniciais, segundo Thompson (1985), possuem um papel importante de formar uma “cadeia de expectativa”, relativas à ideia de problema-solução. Já no que tange às orações finais postostas à matriz, a autora aponta que seu papel é muito mais restrito e local, porque sua função, na verdade, é a de declarar a finalidade de uma ação nomeada na cláusula núcleo — seu único escopo.

4 “[...] an initial purpose clause provides a framework within which the main clause can be interpreted, and that it does this by means of its role as a link in an EXPECTATION CHAIN—a chain that is linked as follows:

1. The environment, including the text itself, as well as the knowledge which the reader brings to it, creates a set of *expectations*.
2. Within this set of expectations a *problem* arises. Readers are expected to be able to identify with this problem, either because they can identify with the goals of the story participants, or because they have their own goals.
3. The purpose clause names this problem and raises further expectations about its *solution*.
4. The following material fulfills these expectations by providing the solution” (Thompson, 1985, p. 61).

Assim, tendo em vista as visões teóricas supracitadas, discutimos, na seção a seguir, os resultados da análise do fator *posição* nas orações hipotáticas finais encabeçadas pelos conectores *com o objetivo de*, *com o intuito de*, *com o fito de*, *com o propósito de*, *com o fim de* e *com a finalidade de*.

ANÁLISE DE DADOS

Nesta seção, discutimos os efeitos semânticos advindos da anteposição, da intercalação e da posposição das orações finais introduzidas pelas microconstruções conectoras instanciadas pelo subesquema [Prep (det) N de]conect.

De início, apresentamos a Tabela 1 a seguir, a qual sintetiza os resultados da análise do fator *posição* nas orações finais em estudo:

Tabela 1–Distribuição da frequência de acordo com a posição do conector que introduz a oração final

CONECTOR	ANTEPOSTO	INTERCALADO	POSPOSTO	TOTAL
COM O OBJETIVO DE	08	-	92	100
COM O INTUITO DE	02	02	96	100
COM O PROPÓSITO DE	09	-	91	100
COM O FITO DE	09	-	91	100
COM A FINALIDADE DE	02	02	96	100
COM O FIM DE	04	-	96	100
TOTAL:	34	4	562	600

Fonte: Elaboração própria.

A interpretação da Tabela 1 revela que as orações finais pospostas à matriz são muito mais frequentes, totalizando 562 de 600 dados, configurando, portanto, a forma não marcada da construção.⁵ Já as orações hipotáticas finais antepostas e intercaladas

5 De acordo com Givón (1995, p. 28) um dos critérios para distinguir categorias marcadas de não marcadas é a distribuição de frequência. Para o autor, uma categoria marcada (figura) tende a ser menos frequente e, por isso, mais saliente cognitivamente do que a categoria não marcada correspondente (fundo).

introduzidas pelas microconstruções conectoras em estudo representam a forma marcada, uma vez que são menos frequentes, e, sendo mais raras, como temos discutido aqui, apresentam nuances semânticas diferentes da forma não marcada. No que diz respeito à oração final intercalada, salientamos que, por conta da baixa frequência, não foi possível chegar a generalizações tão detalhadas quanto no caso das orações antepostas e pospostas. No entanto, a posição intercalada também será analisada nesta seção com base nos dados que encontramos.

A seguir, vejamos alguns dados e suas respectivas análises.

(02) Nomeadamente, disse, em um plano de profissionalização para “criar melhores condições para os três r’s: recrutamento, retenção e reinserção em a vida civil”, para os militares que em o final de a carreira deixam o Exército. # Segundo João Gomes Cravinho está também em marcha um “plano de igualdade **“com o propósito de” atrair mais mulheres” para as Forças Armadas.** # A melhoria de as condições de habitabilidade de os quartéis e aumentos salariais são outros de os “fatores de atratividade” referidos por o ministro. # Não menos importante, salientou João Cravinho, é “a questão salarial”. (Disponível em: <https://ptjournal.com/ministro-da-defesa-considera-aumento-de-efetivos-nas-forcas-armadas-um-desafio-444150>).

Com base na relação de iconicidade presente nas orações hipotáticas de valor final, conforme discutido por Dik (1997) e Neves (2006), a ordem natural seria a posposição, uma vez que a ideia de propósito é posterior ao “estado de coisas” descrito na oração matriz. Como se pode observar, isso se aplica ao dado (02), pois a oração hipotática final está trazendo, sequencialmente, a finalidade do que se enuncia na oração matriz. Nessa perspectiva, constatamos que a oração final posposta expressa a finalidade do es-

tado de coisas descrito na cláusula núcleo (estabelecer um plano de igualdade), isto é, nesta ordem não marcada, a construção visa apresentar a função de tal plano, ao dar uma motivação para a ação proposta na matriz.

A seguir, em (03), vejamos mais um dado que ilustra os mesmos pontos destacados na análise de (02):

(03) Ele confirmou que o assassinato foi tramado depois que Jaciene teve acesso a um vídeo íntimo envolvendo a própria filha e o namorado. Outra filha de a mulher, Larissa Marques, de 22 anos, teria participado de a trama e ajudado a queimar o corpo de a vítima. Ela também está presa. # Silva contou que Jaciene atraiu o PM a a sua casa, em a noite de segunda-feira (03/06/2019), **com o propósito de matá-lo**. Quando o cabo adormeceu, a mulher e a filha foram a a casa de o pedreiro para buscar-lo. # Ele usou luvas para não deixar impressões digitais e desferiu cinco golpes de marreta em a cabeça de a vítima. O corpo foi levado a um canavial em o carro de a vítima, que foi incendiado. O pedreiro e as duas mulheres deixaram o local em o carro de Larissa. O instrumento usado em o crime foi apreendido em sua casa. (Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/policia-br/policia-prende-pedreiro-acusado-de-matar-pm-a-mando-de-namorada>).

Em (03), observamos que a iconicidade também se evidencia, uma vez que é logicamente esperado que primeiro se atraia a vítima até o lugar do crime, para depois, enfim, assassiná-la. Como se vê, a oração matriz traz primeiramente a informação do que foi feito pela ré Jaciene para efetivar seu plano de matar o PM, de modo que, posteriormente, na oração hipotática final, é que há, de fato, a ação criminosa executada por ela. Assim como em (02), a oração final

posposta indica a finalidade do estado de coisas descrito na oração matriz.

Segundo Givón (1993), diferentemente das orações finais antepostas, as orações pospostas geralmente cumprem a função principal de expressar a motivação da ação descrita na oração principal, que a precede. Assim, as relações de coerência se dão de forma diferente, já que, quando ocorre a anteposição, os elos de sentido são muito mais globais.

Em (04), analisamos mais uma oração final posposta, desta vez introduzida pelo conector *com o fim de*:

(04) A delegada de a Polícia Federal, Fabiana Martins Machado, ressaltou que as evidências apontaram que o candidato agiu de forma proposital, mudando a cor de a pele e até de os olhos. # “ A percepção que nós temos é de que ele usou uma tinta para pintar a cor de a pele, para deixar a cor de a pele escura. Ele usou a lente de contato de cor escura para ocultar a real cor de os olhos. Ele quis se fazer passar por negro. Encaminhou uma fotografia adulterada, **com o fim de ludibriar** e com isso lograr a sua aprovação em a cotada destinada a negros”, disse a o Fantástico. # Em entrevista a o Fantástico, Lucas Soares Fontes negou as acusações de fraude para ser aprovado em o concurso público de o INSS. (Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2019/06/10/servidor-e-exonerado-do-inss-em-juiz-de-fora-por-fraudar-sistema-de-cotas-em-concurso-publico.ghhtml>).

Assim como Givón (1993), Thompson (1985) também já havia destacado que a oração final posposta possui um papel restrito e local, apenas declarando o propósito, a finalidade da ação descrita na cláusula núcleo. Em (04), a motivação para o encaminhamento

da fotografia (conteúdo da oração matriz), por parte de Lucas Soares Fontes, vem logo em seguida, na oração final introduzida por *com o fim de*: ludibriar, isto é, enganar, fazendo-se passar por negro. Fica evidente, portanto, que esta ordem das informações, além de ser a mais lógica, mais comum, não traz relevantes nuances semânticos e coesivos tal como nas orações antepostas, como discutimos nos próximos dados.

Dias (2001, p. 78, grifo da autora) defende que “a cláusula hipotática anteposta funciona como tópico, por constituir uma informação dada e por proporcionar o *domínio de referência (frame)* para o qual a cláusula núcleo indicará a solução”. Essa análise da oração final anteposta como reveladora do tópico da sentença também se pode constatar no dado (05) a seguir, com o conector final *com o objetivo de*:

(05) A cantora Joelma resolveu esclarecer de vez os rumores de que teria sofrido um grave acidente de carro. Muitos fãs ficaram preocupados após os boatos envolvendo o nome de a cantora começou a circular em a internet supostamente por ter ficado em estado grave. # **Com o objetivo de tranquilizar a todos e explicar o real acontecido**, Joelma usou seu próprio perfil oficial em o Instagram para tranquilizar os admiradores e dizer que tudo não passou de a disseminação de diversas notícias falsas e não havia acontecido acidente nenhum, muito menos o seu óbito. (Disponível em: <https://www.otvfoco.com.br/joelma-morreu-verdade-sobre-grave-acidente-e-revelada-e-estado-de-saude-da-cantora-e-exposto/>).

Em (05), a oração hipotática de finalidade aparece anteposta à matriz e representa, de fato, o tópico ou o tema da sentença. Percebemos que o interesse é justamente desfazer os boatos mencionados na porção textual imediatamente anterior, já que o que

se coloca em relevo, na primeira posição, é o fato de que a cantora quis “tranquilizar a todos e explicar o real acontecido”. O símbolo de jogo da velha (#) indica, aliás, que a sentença final é a que inicia o novo parágrafo. Esse novo parágrafo, então, começa claramente ancorado na informação dada no anterior, mantendo o assunto principal como primeira informação declarada.

Com base em Chafe (1984), constatamos que as orações finais antepostas funcionam como um guia que conduz a atenção do leitor, uma espécie de *guidepost*. Em (06), a seguir, isso fica bastante evidente. Vejamos:

(06) A vítima era uma jovem de 16 anos. # Na ocasião, João de Deus foi absolvido em primeira instância por falta de provas. O caso, então, foi para segunda instância. # No recurso, a promotora relatou o que havia ocorrido: “ **Com o fito de** satisfazer sua lascívia, o denunciado acariciou os seios, barriga, nádegas e virilha de a vítima. Não satisfeito, o denunciado segurou a mão de a vítima, por cima de a roupa, sobre seu órgão genital e começou a movimentá-la para cima e para baixo em movimentos constantes, enquanto afirmava que ela estava recebendo’ o espírito’ e que iria ser curada “. (Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/como-trabalha-a-forca-tarefa-que-investiga-denuncias-de-abuso-sexual-contra-joao-dedeus,1b203affa7028fcf-849d92c63737990hrk65cky.html>).

De acordo com Chafe (1984, p. 445), o falante, ao dispor essas construções adverbiais de forma anteposta, como em (06), prepara molduras, *frames*, cria espaços mentais para a enunciação da oração nuclear, em seguida. Nesse caso, na oração final “*com o fito de* satisfazer sua lascívia”, observamos que o termo “lascívia” é responsá-

vel por preparar uma moldura negativa, relacionada ao despudor, ao desejo incontrolável.

Outro ponto importante a ser destacado sobre esse dado (06) é que ele está inserido em um contexto jurídico, mais especificamente na fala de uma promotora que está atuando na acusação de um suspeito de abuso sexual, o líder espiritual João de Deus. Essa fala possui, portanto, um conteúdo altamente argumentativo e a anteposição não é gratuita. Para Marchon (2017, p. 124), a anteposição de um argumento o deixa em destaque, contribuindo diretamente para a tessitura da teia argumentativa. Nesse sentido, observamos que a oração final está ali colaborando para a construção dos sentidos persuasivos intencionados pela promotora, criando o *frame* negativo necessário para convencer sua audiência de que havia um crime sexual em jogo.

Cabe analisar, ainda, o que diz Thompson (1985) acerca do efeito da anteposição de uma oração final. Para a autora, diferentemente das pospostas, as cláusulas finais antepostas apresentam um “problema” e criam expectativas sobre a solução. Assim, o material subsequente, isto é, o conteúdo da cláusula matriz, ficará responsável por atender tais expectativas e apresentar a “solução”.

Vejamos como isso se dá em (07):

(07) Somente nos prédios que compõem a quadra em que está localizada a Praça da Matriz, há história suficiente para chamar a região central de Porto Alegre de Centro Histórico. Entretanto, muitas das pessoas nascidas na Capital e que circulam diariamente pelo bairro não sabe ou têm pouco conhecimento desse patrimônio que as cerca. **Com o objetivo de aproximar os cidadãos dessa parte tão importante da cidade**, no sábado passado foi realizada mais uma edição do projeto Caminhos da Matriz.

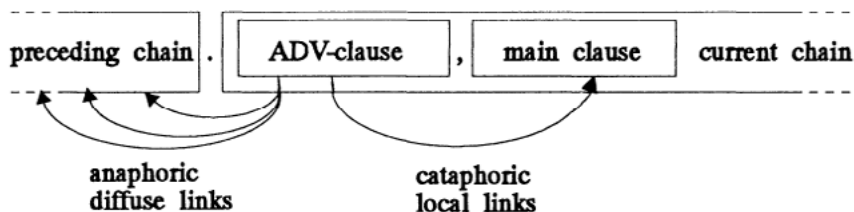
A iniciativa é realizada há dez anos pelo Memorial do Ministério Público com o intuito de conectar a população ao patrimônio histórico e cultural. Às 14h de sábado, dezenas de pessoas se reuniram no Monumento a Júlio de Castilhos e realizaram um passeio durante a tarde pelos memoriais do MP e do Judiciário do Rio Grande do Sul, além da Biblioteca Pública do Estado. (Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/geral/projeto-caminhos-da-matriz-conta-hist%C3%B3ria-do-patrim%C3%B4nio-da-regi%C3%A3o-central-de-porto-alegre-1.348503>).

Com base em Thompson (1985), em (07), identificamos que a oração final anteposta, introduzida pela microconstrução conectora *com o objetivo de*, aponta para um “problema”: os cidadãos de Porto Alegre conhecem pouco a parte histórica da cidade, formando uma expectativa, de forma que a “solução” é apresentada na cláusula núcleo: uma iniciativa realizada para garantir essa aproximação. Assim, a cadeia de expectativa criada na oração final é amenizada com o que é proposto em seguida, com a realização do projeto Caminhos da Matriz.

O elo de coerência entre o problema exposto nos períodos anteriores (*falta de conhecimento*) e a solução (*o que o projeto Caminhos da Matriz oferece*) se dá justamente pela posição anteposta da oração adverbial final, deixando claro o que precisa ser feito para resolver a questão citada.

Contudo, além dessa mais aparente relação anafórica entre a oração hipotática final e o tema anterior, cabe salientar ainda a relação catafórica que existe entre a oração final anteposta e a oração principal à qual se liga. Givón (1993) nomeia essas relações de “função de *grounding*”. A figura a seguir ilustra tal função:

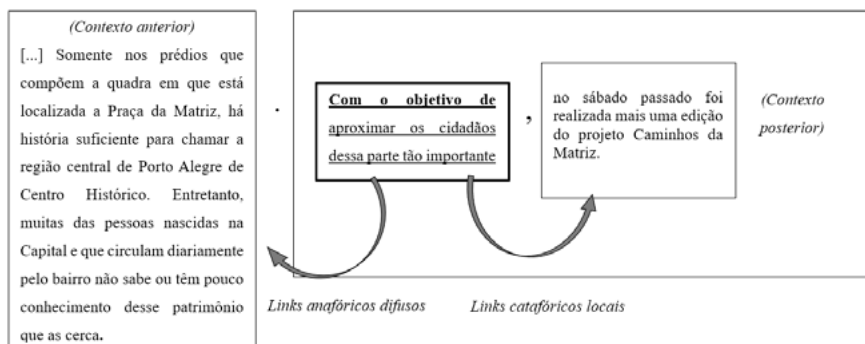
Figura 1–Coherence and grounding function of pre-posed ADV-clauses



Fonte: Givón (1993, p. 315).

Com base na figura anterior, podemos postular a seguinte adaptação com base no dado (07):

Figura 2–Links anafóricos e catafóricos da oração adverbial anteposta



Fonte: Elaboração própria.

A Figura 1 ilustra as relações de coerência estabelecidas pela cláusula adverbial anteposta. A Figura 2 aplica essas relações, mostrando que, nas duas direções, anafórica (em relação ao contexto anterior) e catafórica (em relação à oração principal), a oração adverbial final anteposta atua como uma ponte de coerência discursiva.

Vale ressaltar ainda que, observando a totalidade do dado (07), percebemos que há duas orações finais introduzidas pelos conectores de finalidade em estudo, a que comentamos anteriormen-

te, introduzida por *com o objetivo de*, e outra no parágrafo seguinte, encabeçada por *com o intuito de*. No primeiro caso, a oração final anteposta introduz um novo tópico (como o projeto induz a aproximação da população) e, no segundo caso, a oração final posposta traz um elemento já dado no discurso, descrevendo a motivação para a iniciativa do Memorial do Ministério Público. Na verdade, no período que contém a oração final encabeçada por *com o intuito de*, a informação que se destaca mais é justamente sobre quem realiza a ação já descrita anteriormente, na porção textual precedente. O dado (07) ilustra, portanto, como diferentes efeitos semânticos e coesivos se manifestam a partir do emprego da oração final de forma posposta ou anteposta, como temos discutido.

Após analisar as diferenças entre as posições posposta e anteposta, é necessário também analisar os dados de orações finais intercaladas que coletamos em nosso *corpus*.

Segundo Marchon (2017), não só as orações antepostas, mas as orações hipotáticas intercaladas, incluindo as finais, também possuem um propósito argumentativo. Observamos como isso ocorre em (08) a seguir:

(08) Do ponto de vista das Normas Gerais de Graduação, não há uma previsão para que pessoas, sem vínculo como alunos da Universidade, realizem atividades acadêmicas, tais como frequentar aulas e apresentar trabalhos. No entanto, é de conhecimento comum que muitos de nossos discentes são pais e têm que conciliar as diferentes demandas. # A UFU, inclusive, no intuito de auxiliar alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica e que tenham filhos de até 06 anos de idade, disponibiliza a bolsa creche. Porém, obviamente há limitações não só orçamentárias, mas também da própria regulamentação (por exemplo a idade de a criança.). (Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noti->

cia/2019/06/25/sem-ter-com-quem-deixar-a-filha-menina-de-oito-anos-frequenta-universidade-em-mg-e-e-incluida-na-lista-de-chamada.ghml).

No dado (08), a oração intercalada está realçando a finalidade de ajudar pelo menos os alunos da faculdade em situação de vulnerabilidade social. É possível notar que a oração final serve como um guia, uma pista para o leitor: não se pode ajudar a todos, mas há que se ressaltar que a UFU está ajudando pelo menos seus alunos com a bolsa creche. Há, portanto, uma clara função argumentativa no emprego dessa oração intercalada.

A seguir, vejamos mais um dado com a oração final na posição intercalada, isto é, inserida, entre vírgulas, na oração matriz.

(09) As empresas Agrale S.A. e Marcopolo S.A. (divisão Volare), **no intuito de** resguardar a segurança e a tranquilidade de seus clientes, CONVOCAM os proprietários dos veículos abaixo identificados, a atender à campanha de chamamento. (Disponível em: <https://www.cidademarketing.com.br/marketing/2019/07/01/agrale-e-marcopolo-realizam-recall-de-caminhoes-onibus-e-micro-onibus-por-falha-na-mangueira-do-freio-dianteiro/>).

Em (09), observamos que a oração final intercalada encabeçada por *no intuito de* integra um anúncio feito pelas empresas Agrale e Marcopolo, objetivando convocar os proprietários de veículos específicos para uma campanha de *recall*. Nesse caso, a oração hipotática de finalidade, ao ser inserida na posição intercalada, claramente chama a atenção do leitor. Identificamos que, no contexto de algo grave, como falhas que tornam necessário um chamamento público, como o que se está fazendo, é necessário, a todo custo, amenizar a grandiosidade do problema. Assim, a oração final aparece para justamente orientar a atenção do leitor para “a segu-

rança e a tranquilidade” dos clientes, atenuando o problema em si. Estamos diante, claramente, de uma estratégia persuasiva, como apontou Marchon (2017).

Os dados (10) e (11) a seguir são os últimos exemplares de nosso *corpus* em que a oração final está intercalada:

(10) A reabertura de oficinas para recuperar o material circulante, de modo a evitar novas supressões de linhas, que deixou o interior sem comboio, pode ser um acto de contrição. Um misto de troika, que fechou oficinas de manutenção, e de cativações acentuou a degradação de este transporte publico. O investimento de nove milhões de euros até a o final de o ano, aprovado por o Governo, com a finalidade de de dotar o país de um serviço de qualidade, poder ser outro acto de contrição e só peca por ser tardio. Mas não vale a pena pedir desculpa por a degradação de os últimos 20 anos. As desculpas não se pedem, evitam-se. E, em este caso, ninguém as evitou. Assinar o Público é participar em a construção de um país melhor # O PÚBLICO nunca foi tão lido. Todos os meses passam por o nosso online mais de 6. 5 milhões de visitantes (Disponível em: <https://www.publico.pt/2019/06/30/economia/editorial/alfa-degradacao-apressada-comboio-1878200>).

(11) Essa proposta de uso misto nunca saiu totalmente de cartaz em a cidade, mas em os últimos anos vêm chamando a atenção de as incorporadoras, que preparam lançamentos. # Em parte, elas são estimuladas por o Plano Diretor de 2014 e também por a demanda de as regiões, por conta de a mobilidade em uma cidade de o tamanho de São Paulo. O Plano Diretor de 2014, com a finalidade de estimular a descentralização de a capital, deu vantagens a as incorporadoras que destinassem 20% de os edifícios para uso não-residencial. # Em áreas próximas

de o metrô, por exemplo, elas não pagam a outorga onerosa (custo para poder construir além de o coeficiente permitido por lei) de a parte usada para comércio e serviços em as construções mistas. “ A mobilidade é uma de as razões para o Plano Diretor incentivar o uso misto. (Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/blogs/radar-imobiliario/predios-de-uso-misto-ganham-destaque-na-era-da-mobilidade/>).

Ao analisarmos os dados (10) e (11), percebemos que a mesma função de guia da atenção do leitor, proposta por Chafe (1984), para o exame das orações adverbiais antepostas se aplica às intercaladas em análise. Tanto em (10) quanto em (11) o que se vê é a aplicação de uma estratégia de foco, de dar relevo às informações presentes nas orações finais. Em (10), podemos interpretar que a ideia era ressaltar que o investimento de 9 milhões de euros se deu com a pretensão de dotar o país de um serviço de qualidade, apesar de até, possivelmente, ser tarde demais para tal ação, segundo o produtor do texto. Já em (11), a descentralização do capital é que fica como informação focalizada a respeito do Plano Diretor de 2014.

Logo, constatamos que, apesar de mais raras, com apenas quatro ocorrências em 600 dados coletados desta atual sincronia no *Corpus do Português*, as orações finais intercaladas também se revelam como estratégias discursivas interessantes para a obtenção de diferentes efeitos de sentido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como procuramos demonstrar, o uso linguístico do português contemporâneo possibilita a articulação de orações de valor de final por meio de uma ampla gama de possibilidades.

As microconstruções *com o fito de*, *com o/no intuito de*, *com o objetivo de*, *com a finalidade de* e *com o propósito de*, instanciadas

pelo subesquema [Prep (det) N de]conect, podem ocorrer, ao encabeçarem a oração hipotática final, de forma anteposta, posposta ou em, raros casos, de forma intercalada em relação à oração matriz.

Conforme já apontaram autores como Givón (1993) e Chafe (1984), essa não é uma peculiaridade apenas das orações finais, mas das orações hipotáticas, de modo geral. Especificamente neste trabalho, com foco na articulação oracional da finalidade pelas microconstruções conectoras citadas, comprovamos que, de fato, de acordo com a posição, diferentes efeitos semânticos são obtidos.

Ao observar dados reais da atual sincronia, verificamos que a posição posposta é a não marcada, por ser muito mais frequente, além de trazer uma espécie de orientação ou motivação para a informação que aparece na oração matriz. Já a posição anteposta favorece um maior realce à informação, geralmente introduzindo um novo tópico ou ainda dialogando coesivamente com a porção textual anterior. No que diz respeito à posição intercalada, observamos que ela apresenta realces persuasivo-argumentativos e também atua como um recurso focalizador, tal como se dá nas orações finais antepostas.

Em síntese, os dados investigados, sob a ótica da abordagem funcional centrada no uso, apresentaram mudanças semânticas relevantes em relação à mudança de posição da oração final (anteposta, intercalada ou posposta à matriz), revelando que não se trata de meros destaques dados pelos usuários, mas de mudanças significativas relacionadas até mesmo à coesão textual, como vimos na *Análise de dados*.

Salientamos, contudo, que as análises empreendidas precisam ser ampliadas para outras sincronias e também a partir de um posterior desdobramento da coleta dos dados da sincronia atual, a fim de verificar as motivações e comprovar o que já foi verificado até o momento com base nos dados coletados no *Corpus do Português*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BYBEE, J. *Língua, uso e cognição*. Tradução de Maria Angélica Furtado da Cunha. São Paulo: Cortez, 2016[2010].

CHAFE, W. How People Use Adverbial Clauses. *Berkeley Linguistics Society*, Berkeley, n. 10, p. 437-449, 1984.

CROFT, W. *Radical construction grammar: syntactic theory in typological perspective*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

CUNHA, M. A. F.; COSTA, M. A.; CEZARIO, M. M. C. Pressupostos teóricos fundamentais. In: CUNHA, M. A. F.; OLIVEIRA, M. R.; MARTELOTTA, M. E. (Orgs). *Linguística Funcional: teoria e prática*. São Paulo: Parábola, 2015.

DECAT, M. B. N. *Aspectos da gramática do português: uma abordagem funcionalista*. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

DIAS, N. B. *As cláusulas de finalidade*. 2001. 175 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

DIK, S. *The theory of Functional Grammar*. Part 2: Complex and derived constructions. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 1997.

GIVÓN, T. *Syntax: a functional-typological introduction*. Philadelphia: John Benjamins, 1990. v. II.

GIVÓN, T. Inter-clausal connections and discourse coherence. In: GIVÓN, T. *English Grammar: a function-based introduction*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1993. p. 285-342. v. 2.

GIVÓN, T. *Functionalism and grammar*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1995.

GOLDBERG, A. *Constructions: a construction grammar approach to argument structure*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

MARCHON, A. H. *As teias da argumentação: um estudo sintático-discursiva da hipotaxe circunstancial*. 2017. 202 f. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.

NEVES, M. H. M. *A Gramática Funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

NEVES, M. H. M. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2006.

NOVO, I. R. *Análise funcional das microconstruções conectoras substitutivas em lugar de, em vez de e ao invés de: um estudo pancrônico*. 2020. 218f. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) – Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

ROSÁRIO, I. C. Diversidade em linguística: polos formalista e funcionalista. In: ROSÁRIO, I. C. (org.). *Introdução à linguística funcional centrada no uso: teoria, método e aplicação*. Niterói: EdUFF, 2022.

ROSÁRIO, I. C.; MACHADO, M. M. Do espaço-tempo ao contraste, à condição e à finalidade: uma análise funcional do conector hipotático antes de. *PROLÍNGUA*, João Pessoa, v. 17, n. 1, p. 46-61, 2022.

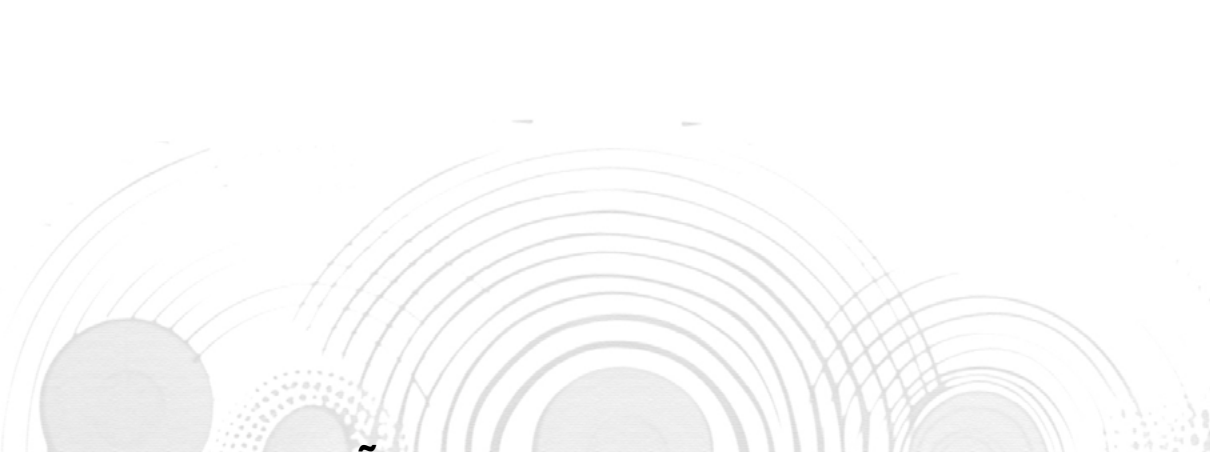
ROSÁRIO, I. C.; NOVO, I. R. Análise funcional dos conectores EM VEZ DE e AO INVÉS DE no Português Brasileiro contemporâneo. *Revista Linguística*, [S. l.], v. 14, p. 130-148, 2018.

ROSÁRIO, I. C.; SOUZA, B. S. Análise dos conectores “com o objetivo de” e “com o intuito de” à luz da Linguística Funcional Centrada no Uso. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 30, n. 2, p. 1032-1055, 2022.

SOUZA, B. S. Conectores de finalidade no Português: da norma gramatical ao uso linguístico. *ReVEL – Revista Virtual de Estudos da Linguagem*, [S. l.], v. 20, p. 23-47, 2022.

THOMPSON, S. Grammar and written discourse: Initial vs. final purpose clauses in English. *Text 5–Interdisciplinary Journal for the Study of Discourse*, p. 55-84, 1985.

TRAUGOTT, E. C; TROUSDALE, G. *Construcionalização e mudanças construcionais*. Tradução de Taísa Peres de Oliveira e Angélica Furtado da Cunha. Petrópolis: Vozes, 2021[2013].



CONEXÕES TEXTUAIS-DISCURSIVAS: O PAPEL DO OPERADOR ARGUMENTATIVO [VEJA QUE] NA CONSTRUÇÃO DE TEXTOS FORMAIS DE CUNHO OPINATIVO

Vitória Ribeiro Nascimento (UFF)

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa faz parte do projeto intitulado “Conectores textual-discursivos da rede X-que em gêneros de cunho opinativo: descrição e prática de análise linguística”, desenvolvido no âmbito do grupo de pesquisa Conectivos e Conexão de Orações (CCO). Tendo como foco a análise do elemento procedural [veja que] enquanto operador argumentativo, isto é, atuando como um conector textual-discursivo, será apresentada, através de exemplos retirados do *Corpus do Português*, interface NOW, a sua atuação na construção de textos com estilo mais formal de cunho opinativo. Nesse sentido, esta análise está fundamentada pela Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU) — “abordagem linguística que visa à descrição da gramática das línguas naturais a partir dos usos [...] extraídos de textos reais [...] porque concebe-

mos a gramática como uma estrutura emergente” (Lopes, 2022, p. 201-202) — e pela Linguística Textual — estudo do “funcionamento [da língua] nos processos comunicativos de uma sociedade concreta” (Koch, 2004, p. 13), ou seja, a análise dos princípios de construção textual do sentido. Sendo a pesquisa de base sincrônica, ou seja, focada na gradiência do elemento, foi realizada uma análise qualitativa (interpretativa) dos dados coletados.

Atendo-se ao fato de que o objeto de estudo desta pesquisa é o elemento procedural [veja que], um conector textual-discursivo do tipo operador argumentativo (OA) de especificação,¹ segue um exemplo de sua atuação.

(01) Na avaliação de Alves, da UFRRJ, as milícias representam hoje um perigo maior do que o tráfico de drogas. # “O poder deles é incomparável, têm um portfólio de negócios em sua base e estão dentro do Estado. Eles elegem políticos, o tráfico não. **[Veja que]**, para a investigação sobre a morte da Marielle chegar a alguma coisa, foram necessários nove meses. Não sei se isso terá algum resultado, mas mostra o poder que as milícias têm hoje.” (Disponível em: <https://www.corpusdoportugues.org>. “O que são e como agem as milícias acusadas de matar Marielle Franco” publicado no *BBC News Brasil* em 15/12/2018).

Para entender o funcionamento de [veja que], é necessário diferenciar as formas verbais *ver* e *olhar*. Ainda que sejam verbos de orientação visual, eles são processos diferentes. “Em *ver* [...] o grau de instantaneidade é menor, em razão de sua associação ao ato de conhecer. O verbo *ver*, nesse sentido, é compreendido como o processamento da informação extraída de *olhar*” (Teixeira, 2015, p. 223, grifo da autora). Dessa forma, [veja que] tem um sentido de processamento mais custoso da informação extraída

1 Estes conceitos serão melhor definidos na seção de fundamentação teórica.

de *olhar*. Tal constatação é de grande valia tendo em vista que nos dados percebemos que a estratégia estabelecida pela microconstrução tem um caráter mais complexo seja em função da extensão de texto a que o elemento faz referência seja em razão da agudeza das informações estabelecidas na interação. No exemplo (01), identificamos essa agudeza na medida em que a conexão está sendo realizada também a partir de implícitos e inferências capturadas nos acontecimentos referentes ao ocorrido com a ex-vereadora. Nesse sentido, o interlocutor precisa buscar informações para além daquelas trazidas pelo texto em si.

O [veja que], na qualidade de elemento procedural da rede X-que_{CTD}, atua como um operador argumentativo, elemento de conexão que tem por “função indicar ou mostrar a força argumentativa dos enunciados, a direção ou o sentido para o qual apontam” (Koch; Elias, 2016, p. 61). Em (01), observamos que a orientação argumentativa impressa na porção textual que o elemento encabeça (D2) denota uma especificação do tema que foi retomado na porção textual que o antecede (D1). Nessa perspectiva, além de atuar na macrossintaxe, ou seja, na conexão e ordenação das porções textuais para além dos períodos do texto, incluindo focalização/perspectivização, direciona o leitor para o ponto de vista do autor do texto, por meio de uma estratégia de coesão sequencial particular no sentido de conseguir a adesão do interlocutor.

Segundo Koch (2004, p. 32) a coesão é a “forma como os elementos linguísticos presentes na superfície textual se interligam, se interconectam, por meio de recursos também linguísticos, de modo a formar um “tecido” (tessitura), uma unidade de nível superior à da frase”. Nesse sentido, [veja que] atua como um elemento de coesão sequencial multifuncional, pois, além de promover a conexão das partes do texto e sua consequente progressão, é altamente intersubjetivo a fim de envolver o interlocutor na argumentação, indicando intencionalidade e aceitabilidade fatores de textualida-

de presentes nos textos. Nesse sentido, enquanto a aceitabilidade se dirige à receptividade do leitor ao texto, a intencionalidade está centrada nas intenções do autor. Exatamente por essa trama se realizar em contextos de uso específicos, outro fator importante para associar ao estudo de [veja que] é a situacionalidade que está presente na relação entre “o evento textual [e] a situação (social, cultural, ambiente etc.) em que ele ocorre” (cf. Beaugrande, 1997, p. 15 *apud* Marcuschi, 2008, p. 128).

Vale destacar que [veja que] também opera como um marcador de evidencialidade e modalidade epistêmica. Enquanto a evidencialidade indica a natureza das evidências para uma determinada afirmação feita pelo interlocutor, a modalidade epistêmica busca explicitar o conhecimento/crença do autor e, conseqüentemente, seu grau de comprometimento com o texto. A manobra textual-discursiva realizada pelo elemento procedural [veja que], enfatizado pela semântica da forma verbal *veja* cristalizada no imperativo afirmativo, corrobora com a exortação realizada em D1 a fim de que o interlocutor perceba as evidências que estão sendo colocadas pelo autor em D2. Assim, esse interlocutor pode se preparar para compreender a especificação introduzida por [veja que] realizada a partir das crenças, visões, conhecimento desse produtor textual.

Portanto, essa combinação de funções apontadas, como pode ser observada em (01) e como veremos mais detidamente nas análises, representa a multifuncionalidade existente na estratégia textual-discursiva dessa microconstrução.

A fim de atestar o uso inovador do conector [veja que] e seguindo os postulados de Traugott e Trousdale (2013) sobre a relação direta entre as mudanças pelas quais as construções passam e seus fatores da arquitetura, foi realizada uma análise desses fatores e da descrição das propriedades de forma e sentido, conforme Croft (2001). Ademais, a partir do conceito de construcionalidade postulado por Rosário e Lopes (2019), o [veja que] fica entendido

como um elemento de conexão resultante da gradiência sincrônica da gramática. Com base nos autores, busca-se atestar o surgimento do conector [veja que] a partir de uma perspectiva sincrônica e, por conseguinte, comprovar seu novo uso através de dados do português atual. Por fim, faz-se necessário destacar que a mudança linguística ocorrida em [veja que] do uso mais referencial para o [veja que] mais abstrato envolvendo conexão de partes de texto ainda está sendo examinada na pesquisa em andamento, sendo esse último uso analisado enquanto elemento de conexão textual-discursiva constituído por duas subpartes: (i) “X”, uma forma verbal de percepção visual e (ii) “que”, elemento de origem conjuncional, mais específica.

Este capítulo está dividido em cinco seções, incluindo essa introdução, além das referências bibliográficas. Na seção, “Pressupostos Teórico-metodológicos”, optamos por apresentar aqueles que subsidiam nossas análises em conjunto com as informações de base metodológica. Na seção seguinte, “Análise de dados”, são apresentados os dados retirados do *Corpus NOW* e suas respectivas análises segundo os pressupostos teóricos-metodológicos destacados na seção anterior. Por fim, nas “Considerações finais”, retomamos a importância do uso do [veja que] na construção de textos formais de cunho opinativo e apresentamos algumas considerações acerca do estudo que estamos empreendendo.

PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Nesta seção, serão expostos os pressupostos teórico-metodológicos que serviram de base para a realização da análise dos dados retirados do *Corpus NOW*.

Assim, a fim de justificar a atuação do [veja que] enquanto microconstrução da rede X-que_{CTD}, descrevemos a construcionalidade de nosso objeto de pesquisa de acordo com os estudos de Rosário e Lopes (2019) bem como o subesquema X-que_{Conector} ao qual o [veja

que] pertence. Faz-se necessário utilizar os preceitos da Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU) (Rosário, 2022), pois só é possível mostrar a gradiência (mais concreto/referencial para mais abstrato) de um elemento através do seu uso pelos falantes em seus respectivos contextos. Além disso, como estamos pesquisando [veja que] sincronicamente, interessa-nos tratá-lo a partir da perspectiva da *construcionalidade*.

A microconstrução [veja que] é caracterizada como um pareamento de forma e significado (Croft, 2001) e, conforme preceituam Traugott e Trousdale (2013), como “membros type específicos de esquemas mais abstratos” (Traugott; Trousdale, 2013, p. 14). Nesse sentido, [veja que] é uma microconstrução complexa, específica e procedural. Complexa em função de ser constituída de duas subpartes, “veja” e “que”, específica em termos de especificidade fonológica, uma vez que todos os *slots* estão preenchidos, e procedural, pois se trata de uma microconstrução que atua no âmbito da gramática, tendo sentido abstrato, posto que sinaliza relações linguísticas, perspectivas e orientações dêiticas.

Bybee (2016 *apud* Rosário, 2022) compreende essa complexidade elencada por Traugott e Trousdale (2013) como um processo de *chunking* que resulta em um *chunk*. Segundo a autora, esse é um “processo pelo qual sequências de unidades que são usadas juntas se combinam para formar unidades mais complexas. [...] Sequências repetidas de palavras (ou morfemas) são embaladas juntas na cognição de modo que a sequência possa ser acessada como uma unidade simples” (Bybee, 2016 *apud* Rosário, 2022, p. 154). Dessa forma, apesar de ser constituída de duas subpartes, [veja que] é acessado como um todo, como uma unidade simples.

Uma vez que se faz necessário atestar o uso de [veja que] como microconstrução da rede X-que_{CTD} a partir dos usos flagrados na sincronia, utilizamos o conceito de *construcionalidade* de Rosário

e Lopes (2019, p. 98), cujo artigo defende que “resultados de processos diacrônicos podem ser mensurados sincronicamente”, contanto que, no decorrer do estudo sincrônico, as construções A e B ainda sejam utilizadas no discurso corrente. Essa ocorrência simultânea, ilustrada a seguir no Quadro 1 produzido por Rosário e Lopes (2019, p. 92-93), pode gerar: “(i) duas construções A e B [que] apresentam horizontalmente algum grau de parentesco, ou (ii) uma construção menos esquemática [que] pode ser associada verticalmente a uma ou mais construções de natureza mais esquemática”.

Quadro 1 – Relações e tipos de construcionalidade

Relações Horizontais	Construção A ↔ Construção B	
Relações Verticais	Tipo 1	Construção A (mais esquemática) ↓ Construção B (menos esquemática)
	Tipo 2	Construção B (mais esquemática) ↑ Construção A (menos esquemática)
	Tipo 3	Construção A (mais esquemática) Construção B (mais esquemática) ↘ ↙ Construção C (menos esquemática)

Fonte: Rosário; Lopes (2019).

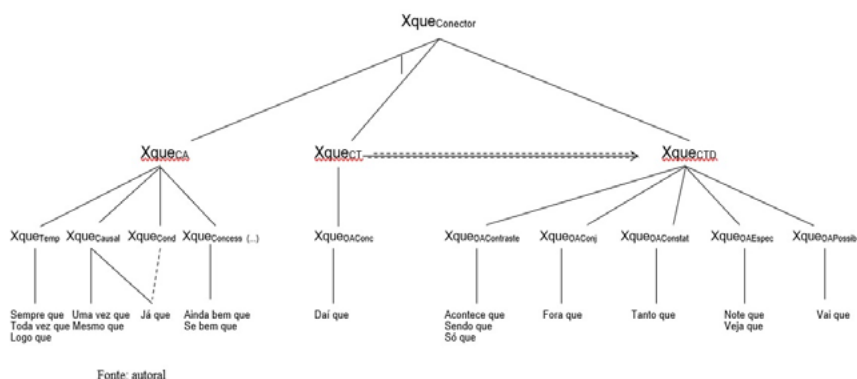
Assim sendo, consoante as pesquisas baseadas no projeto no qual este estudo se insere, a relação de construcionalidade da rede X-que_{CTD}, a partir de [veja que], ocorre verticalmente do tipo 1 na associação com a rede X-que_{Conector} visto que essa associação ocorre da ligação *top-down* a um nível superordenado entre o [veja que] menos esquemático e mais concreto — e a rede X-que_{Conector} — mais esquemático e menos concreto.

Ainda no sentido de atestar o novo uso de [veja que], explora-se a atuação dos fatores de esquematicidade, produtividade e composicionalidade, em conformidade com Traugott e Trousdale (2013), porém com a perspectiva de Rosário e Lopes (2019) a partir do conceito de construcionalidade, para quem tais fatores são perfeitamente operacionalizáveis no recorte sincrônico. Tal consideração se deve ao fato de que o aumento da esquematicidade e da produtividade e a diminuição da composicionalidade, mesmo que sejam por pressuposição, podem ser mensurados sincronicamente.

A esquematicidade, via de regra, é “uma propriedade de caracterização que crucialmente envolve abstração. Um esquema é uma generalização taxonômica de categorias, sejam linguísticas ou não” (Traugott; Trousdale, 2013, p. 13). Nesse sentido, a esquematicidade pode ser realizada de duas maneiras: (i) grau de convencionalidade e (ii) grau de especificidade. Em relação ao primeiro — grau de convencionalidade —, quanto maior for a convencionalidade, maior é a esquematicidade da microconstrução. Neste sentido, a microconstrução [veja que] já se encontra entrincheirada assim como é aceita na comunidade linguística, estando seu uso consolidado para o tipo de estratégia textual-discursiva que estabelece. Já o segundo — grau de especificidade — é indiretamente proporcional ao grau de esquematicidade. Isto é, quanto maior a especificidade, menor é a esquematicidade, portanto há menos *slots*, que são cada vez mais restritos. [Veja que], por exemplo, é menos esquemático e, conseqüentemente, menos abstrata, pois tem seus

dois *slots* preenchidos [X-que (abstrato) > *veja que* (concreto/específico)]. Está inserido entre as microconstruções que atuam na macrofunção de especificação, representada pela notação X-que^{OAespecif} relacionada ao subesquema X-que_{CTD} que, por sua vez, se encontra subordinado ao subesquema X-que_{Conector}, conforme figura da rede a seguir, elaborada por Santos (2023).

Figura 1 – Rede X-que_{Conector}



Fonte: Santos (2023).

Nesse sentido, ao se tratar do fator esquematicidade, cabe proceder a sua análise sob a perspectiva da gradiência, conforme orienta a teoria. A primeira maneira de realização da esquematicidade em termos de gradiência é o grau de convencionalidade, tendo em vista que esse uso já não comporta análise no nível do período composto por subordinação. Vejamos as diferenças entre o uso como parte do período composto e o uso como elemento procedural de conexão textual-discursiva.

(02) Dê asas à imaginação, junte palavras aleatórias.
 # Outra opção recomendável é juntar palavras aleatórias, que não façam grande sentido juntas. Ou seja, em vez de usar uma frase de um filme, de um livro ou o seu provérbio favorito, olhe à sua volta e [veja]

[*que* objetos podem dar uma frase]. Por exemplo: “Plantei uma mochila dentro de um ananás” em vez de “ó Evaristo tens cá disto?” (Disponível em: <https://www.corpusdoportugues.org>. *Corpus NOW*, “Usa a sua data de nascimento como password? Leia isto” publicado no *Observador* em 19/06/2018).

(03) ConJur — A dificuldade para as importações não é um estímulo à produção interna? # Felipe Breda — A indústria precisa de insumos importados para seus produtos finais. Nosso comércio exterior é calcado nas commodities. Ou seja, nossa indústria não tem importado insumos para agregar produtos finais manufaturados, dependendo muito do mercado interno. Segundo a Organização Mundial do Comércio, esse tipo de conduta é prova da ausência de desenvolvimento de nossas negociações internacionais. Esquecemos que quem importa insumos o faz para agregar ao produto final. [*Veja que*] em nosso país temos dois procedimentos fiscalizatórios em comércio exterior que funcionam como breque às importações. São os procedimentos da Instrução Normativa 228/2002 e da IN 1.169/2011, da Receita Federal. Os procedimentos são louváveis, pois atuam contra empresas de fachada e operações fraudulentas. O problema está na duração de seus prazos, que podem chegar até seis meses, atingindo toda e qualquer empresa. (Disponível em: <https://www.corpusdoportugues.org>. *Corpus NOW*, entrevista com Felipe Breda em 13/06/2013 publicada no Consultor Jurídico).

Em (02), há uma relação de subordinação entre as partes “veja” e “que”. Já em (03), a microconstrução [*veja que*], além de atuar como um elemento que auxilia tanto na coesão sequencial quanto na progressão textual, contribui para evidenciar a especificação que [*veja que*] vai introduzir.

Quanto a segunda maneira de realização do fator esquematicidade — o grau de especificidade — o [veja que], enquanto elemento procedural da macrossintaxe no nível de microconstrução, atua como uma construção menos esquemática e, por isso, mais preenchida que o X-que. Assim, esse elemento, pertencente ao subesquema X-que_{OAespec'}, ratifica o uso mais concreto/específico da rede X-que_{Conector}.

A produtividade é outro importante fator de arquitetura das construções para atestar o uso de [veja que] como conector. Segundo Traugott e Trousdale (2013), o fator de produtividade é gradiente e refere-se a sua extensibilidade. Isto é, a gradiência está relacionada a dois qualificadores: (i) à extensibilidade, que representa o quanto uma construção é usada/empregada pelos falantes e (ii) à restrição de uso da construção, cujo objetivo é, a fim de convencer os interlocutores, tornar as trocas comunicativas coerentes e evitar os usos inadequados e incomuns da construção. Assim, quanto mais produtiva for uma construção, maior é a possibilidade dela aparecer em diferentes interações comunicativas.

Vale destacar que a produtividade está ligada às frequências *token* e *type* da construção. A primeira — *token* — é mais abrangente e a segunda — *type* — é mais específica. Isto é, quanto mais um elemento é usado, maior é a frequência *token*. Entretanto, ela não é, obrigatoriamente, proporcional à frequência *type*, pois o *token* é a soma dos diferentes *types* de uma construção. No caso do arranjo [veja que], por exemplo, os dados levantados apresentaram dois *types* diferentes: (i) [veja que] enquanto elemento verbal da oração principal [veja] e elemento conjuncional que integra a oração subordinada [que] e (ii) [veja que] enquanto operador argumentativo atuando como elemento de conexão intra e interperíodos para indicar a argumentação do trecho que conecta.

O fator de composicionalidade se relaciona com a transparência. Ou seja, quanto mais abstrato for um elemento, menor é a composicionalidade. Traugott e Trousdale (2013, p. 19) apontam que “se o constructo é semanticamente composicional, então tão logo o falante produza uma sequência sintaticamente convencional o ouvinte entende o sentido de cada item individual”, dessa maneira, “o ouvinte será capaz de decodificar o sentido do todo”. No entanto, quando o constructo não for composicional, “haverá uma incompatibilidade entre o significado dos itens individuais e o significado do todo” (Traugott; Trousdale, 2013, p. 19). No caso de [veja que] como OA de especificação, a microconstrução é um *chunk* por mais que ainda preserve a independência formal das subpartes.

A seguir são apresentadas as propriedades da microconstrução [veja que] a partir de Croft (2001). Para tanto, desenvolvemos um quadro com fatores de análise baseado em conceitos da LFCU e da LT, os quais foram relacionados a cada propriedade. Portanto, esse quadro, além de apresentar as propriedades da microconstrução [veja que], aponta o que estamos utilizando metodologicamente como fatores que subsidiam as nossas análises. Por conta disso, optamos por apresentar os pressupostos teórico-metodológicos em conjunto nesta seção. Dessa forma, na sequência, apresentamos os conceitos que foram utilizados no quadro.

Quadro 2 – Propriedades da microconstrução: estabelecendo fatores de análise para identificar o par forma-significado

DIMENSÕES	PROPRIEDADES	FATORES DE ANÁLISE – <i>VEJA QUE</i>	
FORMA	SINTÁTICAS	Estrutura de microconstrução: mais entrincheirada, pois não pode existir qualquer elemento entre [veja] e [que], formando um <i>chunk</i> , constituindo um tipo de microconstrução substantiva e específica. A forma verbal não seleciona argumentos, visto que é independente da referência temporal, de modo e de número-pessoa. O elemento “que” funciona como um clítico, integrando a forma verbal. Posição típica de conectores, encabeçando orações, períodos ou parágrafos. Atua no estabelecimento da coesão sequencial, da orientação argumentativa e coerência do texto, atuando no nível intermediário, em que assinala os encadeamentos entre parágrafos ou períodos (Koch e Elias, 2016, p. 121-122).	
	MORFOLÓGICAS	Há cristalização da forma: verbo “ver” na 3ª. pessoa do singular do imperativo afirmativo indicando uma ordem ou um pedido. Além disso, o elemento “que” funciona como uma forma presa, não havendo possibilidade de variar de posição com o verbo ou com outro elemento; não há contrações: os elementos preservam independência formal.	
	FONOLÓGICAS	Não há redução de material fônico; sugere formação de grupo de força V+que: traços prosódicos particulares (entoação) típico de elementos de coesão.	

SENTIDO	SEMÂNTICAS	[Veja que] é acessado e interpretado holisticamente e compreendido como um elemento de coesão sequencial. A semântica da subparte verbal “veja” exorta o interlocutor a processar de maneira mais custosa as informações focalizadas em D1 em função da complexidade do conteúdo ou de sua ampla extensão. O <i>chunk</i> [veja que] indica distanciamento, enquanto estratégia de isenção e imparcialidade do autor, e revela o grau de engajamento do enunciador em relação ao conteúdo proposicional veiculado; apresenta traços semânticos específicos que contribuem para a construção do discurso argumentativo. Além disso, a subparte “veja” possui um traço de ordem/pedido, relacionado à sua cristalização na forma verbal imperativa, promovendo exortação e assimetria entre o produtor e interlocutor. Por sua vez, o elemento “que” transfere metaforicamente o traço de integração ao discurso subsequente, indicando uma relação de conexão e integração entre as ideias.
	PRAGMÁTICAS	Possui uma função pragmática específica, atuando em contextos argumentativos cujo foco é o convencimento do leitor da veracidade do ponto de vista trazido pelo produtor a partir de fatos ou de informações expostas na porção textual anterior (D1). Ao selecionar esse conector, o autor busca reforçar a informação anterior, direcionando a atenção do leitor para sua importância no contexto argumentativo, em um processo de focalização/perspectivação que contribui para instaurar a intersubjetividade na interação. As informações apresentadas após esse operador são utilizadas como uma estratégia argumentativa para convencer o leitor da validade ou da relevância do que está sendo apresentado e refletem as opiniões e visões do autor, veiculando a argumentatividade, um aspecto subjetivo da comunicação. Como elemento multifuncional, a estratégia também articula marcação de evidencialidade cuja fonte de informação é o próprio autor a partir de seus conhecimentos, as suas crenças, as suas convicções e as suas experiências, funcionando como um evidencial com modalidade epistêmica.

SENTIDO	DISCURSIVO-FUNCIONAIS O conector textual-discursivo [veja que] funciona como operador argumentativo de especificação evidenciando as relações discursivo-argumentativas em um processo de coesão sequencial, auxiliando no processo de referência. Atua como uma unidade linguística altamente integrada, que assegura a progressão textual e mantém o foco no objeto de discurso. A fim de especificar o conteúdo focalizado em D1, tomado como tema, esse conector tem o propósito de elaborar em D2 uma especificação a partir de uma nova perspectiva permeada pelo ponto de vista do autor (modalidade epistêmica). O uso do [veja que] é encontrado preferencialmente em sequências tipológicas argumentativas. É mais presente em textos mais formais e em gêneros discursivos de cunho opinativo, onde há maior necessidade de persuasão e convencimento.
---------	--

Fonte: Elaboração própria.

Para compreendermos como a articulação das partes do texto é realizada por [veja que], propomo-nos a um diálogo com a Linguística Textual cujos estudos, de forma geral, são focados nos textos materializados em gêneros textuais e em como a trama do texto se estabelece.

Baseando-se nos estudos de Koch e Elias (2016, p. 64) sobre os operadores argumentativos e sua relevância na “orientação argumentativa dos enunciados que introduzem, o que vem a comprovar que a argumentatividade está inscrita na própria língua”, ressaltamos que operadores argumentativos como [veja que] constituem-se de “marcas responsáveis pelo encadeamento de segmentos textuais de qualquer extensão” e estabelecem “importante papel no estabelecimento da coesão, da orientação argumentativa e da coerência do texto” (Koch; Elias, 2016, p. 121). Além disso, [veja que] atua no nível intermediário, em que assinala “os encadeamentos entre parágrafos ou períodos” (Koch; Elias, 2016, p. 122), sinalizando “relações discursivo-argumentativas” (Koch; Elias, 2016, p. 123). Por meio do diálogo entre a LFCU e a LT, estamos associando

esse nível intermediário de atuação às propriedades sintáticas de [veja que].

Levando em conta a tipologia estabelecida por Koch e Elias (2016), estamos tratando [veja que] como um articulador discursivo-argumentativo, uma vez que determina “relações entre dois ou mais enunciados distintos, encadeando-se o segundo sobre o primeiro que é tomado como tema” (Koch; Elias, 2016, p. 132). Ainda como articulador discursivo-argumentativo promove encadeamento de enunciados diferentes “resultantes, cada um, de ato de fala particular”, tendo em vista que “poderiam ser apresentados sob a forma de dois períodos ou até proferidos por locutores distintos” (Koch; Elias, 2016, p. 132). Nesse sentido, a orientação estabelecida por [veja que] no discurso que introduz (D2) determina a direção dos argumentos que estão sendo estabelecidos. Estamos considerando que essa estratégia coesiva segue o movimento retropropulsor nos termos de Tavares (2010) no âmbito da coesão sequencial.

Koch e Elias (2016, p. 132-140) apresentam os tipos de relação discursivo-argumentativas que podem ser articuladas por esses elementos de conexão. Da série estabelecida pelas autoras, destacamos que [veja que] pode ser relacionado a do tipo “especificação/exemplificação”, na medida em que a articulação estabelecida se dá em razão de “o segundo enunciado particularizar e/ou exemplificar uma declaração mais geral apresentada no primeiro”. [Veja que] especifica a declaração mais geral de uma forma bem particular, pois tal declaração engloba um processamento mais custoso. Consideramos “custoso” sob duas formas: a primeira se expressa por meio de uma ampla extensão de texto e a segunda, por uma extensão menor de texto, porém com uma complexidade maior, podendo existir muitos implícitos e subentendidos ou conteúdos inferíveis a partir do conhecimento compartilhado entre os interlocutores. Estamos compreendendo essa particularidade a partir

do traço de sentido de “ver” que aponta para uma operação mais processual a partir do sentido capturado por “olhar”, conforme expusemos na introdução deste capítulo.

Nesta pesquisa, os contextos para análise do [veja que] são os textos cujo nível de linguagem é mais formal. Destaca-se que os textos formais, neste projeto, foram entendidos segundo os conceitos de Koch (2015) e Marcuschi (2008), entre outros. Koch (2015) entende o texto como uma atividade interativa, isto é, que necessita de um produtor e de um receptor/leitor, e complexa, posto que nessa interação estão relacionados os fatores de constitucionalidade do texto para a produção do sentido. Marcuschi (2008, p. 94), por sua vez, aponta que o texto não “é apenas um sistema formal e sim uma realização linguística a que chamamos de evento comunicativo e que preenche condições não meramente formais”. Sendo classificados como níveis de linguagem que se relacionam ao contexto em que o texto é produzido, os fatores de formalidade e informalidade estão associados ao contexto de uso, que, por seu turno, se relaciona a determinados gêneros “que não são entidades formais, mas sim entidades comunicativas em que predominam os aspectos relativos a funções, propósitos, ações e conteúdos” (Marcuschi, 2008, p. 159).

Nesse sentido, é possível que um mesmo gênero textual tenha diferentes níveis de formalidade dependendo do contexto. Koch (2015, p. 27) aponta que esse contexto abrange “não só o contexto, como a situação de interação imediata, a situação mediada (entorno socio-político-cultural) e também o contexto sociocognitivo dos interlocutores”. Outro ponto a ser enfatizado é a diferença entre textos argumentativos e textos opinativos. Em relação ao primeiro, Koch e Elias (2016, p. 24) baseadas nos estudos de Charaudeau (2008) defendem que a “argumentação [...] é o resultado textual de uma combinação entre diferentes componentes, que exige do sujeito que argumenta construir, de um ponto de vista racional,

uma explicação, [...] num quadro espacial e temporal de uma situação com finalidade persuasiva”. Já em relação ao texto opinativo, Haido (1996 *apud* Araujo; Freitas, 2012) defende que ele é formado por opiniões, crenças, pontos de vista, que são amparados por fatos e argumentos. Por conta disso, uma vez que também estamos estudando textos que em tese não são arrolados como argumentativos, mas que contém argumentação e opinião estabelecidas por meio de estruturação sintática mais elaborada (uso de períodos complexos em relações mais abstratas, deslocamentos de termos, uso de adjetivos em posições não usuais etc.), escolhas lexicais particulares, recortes tendenciosos de textos em fala reportada etc., optamos por nominá-los como *textos de cunho opinativo*.

Koch (2004, p. 59) aponta que, ainda que o processo de referenciação não ocorre exatamente nos mesmos termos, toda progressão realizada por meio da coesão referencial tem sua base na referenciação. Isto é, “a determinação referencial se dá como um processamento da referência na relação com os demais elementos do cotexto (ou mesmo do contexto), mas não necessariamente como retomada referencial (correferenciação)”. No caso do elemento [veja que], seguindo a proposta de que “os processos de referenciação são escolhas do sujeito em função de um querer-dizer” (Koch, 2004, p. 61), essa referenciação ocorre pela retropropulsão (Tavares, 2010), ou seja, os segmentos textuais se relacionam a partir da articulação tema-rema, em que a primeira — informação temática —, presente na porção textual que antecede o [veja que] (D1), é normalmente dada, enquanto a segunda — informação remática — que o conector introduz (D2), compreende um novo dado. Assim, “o uso de um ou outro tipo de articulação tema-rema tem a ver com o tipo de texto, com a modalidade (oral ou escrita), com os propósitos e atitudes do produtor” (Koch, 2015, p. 152). Além disso, baseada nos estudos de Danes (1974), Koch (2015) apresenta os tipos de articulação tema-rema: (i) progressão com tema cons-

tante, (ii) progressão linear, (iii) progressão com tema derivado, (iv) progressão por subdivisão do rema e (v) progressão com salto temático.

Retomando os exemplos (01), (02) e (03), temos que (01) exemplifica a progressão com tema constante, pois, em D1, o autor aborda a influência das milícias tanto no tráfico quanto no governo e, em D2, ele continua a discorrer sobre a interferência que essa influência causou nas investigações do caso de assassinato de Marielle Franco, dessa vez especificando-as a partir de seu ponto de vista. Em (02), os itens *veja* e *que* não formam progressão temática, pois encontram-se em orações distintas em uma relação de subordinação, portanto não atuam como articuladores. Por fim, em (03), o elemento [veja que] auxilia na progressão por subdivisão do rema. Em D1, o autor apresenta o tema “a dependência de insumos importados para a confecção dos produtos finais e como essa conduta representa o pouco desenvolvimento das relações internacionais”. Em D2, o autor apresenta os dois procedimentos fiscalizatórios de comércio externo especificando-os a partir de seus conhecimentos, seu ponto de vista.

Outra diferença entre (02) e (03) importante de ser destacada e que se relaciona à propriedade semântica da microconstrução [veja que] é o sentido do verbo *ver*. No exemplo em (02), *ver* refere-se à ação, em seu sentido literal de enxergar através do sentido da visão. No exemplo (03), o verbo *ver* “se refere a uma atividade mental, que, de acordo com Souza (2006, p. 461), são verbos que expressam as formas como os humanos experienciam o mundo, estando suas crenças, valores e desejos atravessados aos sentidos desses verbos” (Machado; Conceição; Silva, 2021, p. 38). Em outros termos, é um elemento atravessado pela percepção/focalização bem como pela evidencialidade a fim de tratar/especificar o tema/assunto apresentado em D1 a partir de suas perspectivas pessoais que são a sua fonte de autoridade em D2.

Os conceitos de evidencialidade e modalidade epistêmica, juntamente com os de focalização e intersubjetividade, estão sendo analisados como propriedades pragmáticas da microconstrução [veja que]. Essa decisão reside no fato de tais funcionalidades existirem em razão das relações que se estabelecem na díade comunicativa. Operando nas articulações discursivo-argumentativas, [veja que] também funciona como um marcador de evidencialidade por meio da modalidade epistêmica. Nesse sentido, a focalização do trecho a ser tratado em D2 se torna uma fonte de evidência para o estabelecimento de uma especificação que será perspectivizada por meio de uma postura/modalidade epistêmica. O produtor do texto se coloca em uma posição de fonte da informação que, por sua vez, tem um caráter intersubjetivo. Isso porque, se o recorte da informação se faz em função de uma dada perspectivização, de outra parte, a modalidade como essa especificação vai ser tratada, no caso a epistêmica, é moldada pela intenção clara do autor desejar convencer o interlocutor. Vislumbramos aqui também uma associação com os fatores de textualidade, intencionalidade e aceitabilidade, inerentes à própria situação de interação e a situacionalidade, uma vez que os contextos em que a interação é produzida moldam a maneira como ela é construída.

Coadunamos com Barroso (2007, p. 1909) para quem a *modalidade epistêmica* é um conceito que se relaciona com a forma como os produtores textuais expressam suas crenças nas informações apresentadas no texto que geralmente são tratadas a partir de *marcadores de evidencialidade*. Assim, tais marcadores no discurso refletem uma relação subjetiva do falante com a informação veiculada, “envolvendo atitude e comprometimento do sujeito com o dito e com a origem da informação; nesse sentido, postura epistemológica vai afetar o status da informação, no tocante à credibilidade”.

Como operador argumentativo, o [veja que] não apenas promove a coesão sequencial, mas também desempenha um papel

significativo na focalização na medida em que direciona a atenção do interlocutor para um determinado trecho do texto, consequentemente, tal funcionalidade torna-o um recurso de construção da intersubjetividade. A focalização está relacionada à ênfase dada a determinados elementos do discurso, deixando-os salientes cognitivamente, enquanto a intersubjetividade relaciona o estabelecimento de perspectivas pessoais do autor no texto, projetando-as ao interlocutor.

Em termos de *pressupostos metodológicos*, para este estudo, nos atemos a uma perspectiva qualitativa dos dados em função do estágio inicial da nossa pesquisa e trabalhamos com um *corpus* sincrônico, utilizando o banco de dados do site *Corpus do Português NOW*. Esse *corpus* linguístico *online* é um extenso banco constituído de textos em língua portuguesa, organizado pelo linguista norte-americano Mark Davies, com suporte financeiro proveniente do National Endowment for the Humanities. O *Corpus do Português* reúne quatro grandes *corpora*, a saber: o *corpus* Gênero/Histórico (século XIII – século XX), o *corpus* Web/Dialetos (2013 – 2014), o *corpus* NOW (2012 – 2019) e o *corpus* WordAndPhrase. A amostra analisada neste estudo foi obtida a partir do *corpus* NOW (*News on the Web* – em português, Notícias na Rede), que atualmente conta com mais de 1,1 bilhão de palavras de textos publicados em portais de notícias na rede, de quatro países de língua portuguesa — Brasil, Portugal, Angola e Moçambique —, produzidos entre 2012 e 2019.

Por fim, em termos de decisões metodológicas, no caso do operador argumentativo [veja que], ainda é necessário realizar uma análise mais detalhada/refinada dos dados do *corpus*, pois, no decorrer da pesquisa, dentre os 1415 dados apresentados no *Corpus* NOW, além do uso como verbo principal da oração matriz e conjunção integrante da oração objetiva direta no português do Brasil, foram identificados casos em que: (i) o [veja] aparece como substantivo, nomeando uma revista, junto do elemento [que];

(ii) o [veja que] não é proveniente do português brasileiro; e (iii) o [veja que] aparece em um contexto de mudança, ou seja, não está sendo utilizado em um contexto mais referencial, atuando em um período composto, mas também não pode ser classificado como um conector. O tratamento metodológico para esses casos será melhor discutido nas etapas seguintes da pesquisa.

ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção, serão apresentados os dados de [veja que] retirados do *Corpus NOW* e suas respectivas análises segundo os pressupostos teóricos-metodológicos destacados na seção anterior.

Em um determinado contexto, foi observada a relação de hierarquia entre os elementos *veja* e *que* quando pertencentes a períodos compostos. Já em outro contexto, o [veja que] é analisado segundo sua multifuncionalidade em função de atuar como um elemento de conexão em que as subpartes se encontram intimamente relacionadas, cristalizadas em um *chunk*. Nesse caso, podemos atestar que [veja que] é um novo elemento da rede X-que_{CTD}.

A seguir, são apresentados mais alguns dados extraídos do *Corpus NOW* para ilustrar as diferenças entre o “veja que” em seu uso como elementos de uma oração matriz e sua subordinada e o [veja que] atuando como microconstrução, elemento procedural da gramática, mais especificamente da macrossintaxe textual.

(04) Acontece que, quando você permite que muitos apps acessem a sua localização, isso acaba tornando mais vulnerável a sua privacidade. Outro problema, é claro, é a bateria, que sofre bastante com isso. Além da localização, as configurações de privacidade permitem (que [você **veja**] [**que** aplicativos têm acesso a contatos, calendário, lembretes, fotos, compartilhamento Bluetooth e microfone]. (Disponível em: <https://www.corpusdoportugues.org>. *Corpus NOW*,

“5 configurações do iOS que precisam de uma faxina constante” publicado no *Tecmundo* em 29/11/2013). (05) O Brasil é considerado um dos países mais ativos em redes sociais do mundo. Isso torna o país mais vulnerável? # O Brasil é muito polarizado. Qualquer país com esse perfil se torna mais vulnerável porque, nesse contexto, as pessoas tendem a não ser críticas com relação a informações que endossem seu ponto de vista ou ataquem o outro lado. Como você disse, os brasileiros gastam muito tempo nas redes sociais e no WhatsApp, e checam as informações com menos frequência. Além disso, como o Brasil é um país muito grande, há diferentes níveis de alfabetização digital e nem todos aprenderam as lições sobre em quais fontes confiar. # A democracia de vocês é muito jovem. **[Veja que]** a democracia dos Estados Unidos, apesar de ser uma das mais antigas do mundo, é muito vulnerável aos conteúdos deliberadamente falsos. Minha preocupação é que o fato de a democracia brasileira ser relativamente jovem potencializa a vulnerabilidade à circulação de rumores. Nós vimos isso durante a greve dos caminhoneiros. Há muitos paralelos com Ruanda, onde o rádio foi muito poderoso. Minha preocupação é do papel do WhatsApp no Brasil, se as informações compartilhadas lá não forem checadas, haverá pessoas acreditando em informações que podem colocar em risco a estabilidade de o país. (Disponível em: <https://www.corpusdoportugues.org>. *Corpus NOW*, “WhatsApp pode ameaçar estabilidade no Brasil, diz pesquisadora de Harvard” em 01/07/2018 publicado no Exame).

Comparando os usos de [veja que] em (01), (02), (03), (04) e (05) podemos identificar que em (02) e (04) temos elementos integrados à estrutura do período, conectando orações por meio de um verbo principal na oração matriz e da conjunção integrante introduzindo a oração subordinada substantiva objetiva direta.

Dessa forma, os elementos [veja] e [que] compõem uma relação de subordinação. As orações principais, respectivamente, ([veja]), que, neste caso, também é absoluta, e (que você [veja]) são finalizadas pelo elemento [veja], verbo transitivo direto, veiculando a ideia de ordem/pedido. Já as orações subordinadas substantivas objetivas diretas ([que objetos podem dar uma frase]) e ([que aplicativos têm acesso a contatos, calendário, lembretes, fotos, compartilhamento Bluetooth e microfone]) são encabeçadas pelo elemento [que], introduzindo o objeto direto do verbo *ver*. Assim sendo, entende-se que usos convencionais em estruturas de período retratam combinações mais básicas, uma vez que articulam sentidos referenciais e funções próprias de usos mais recorrentes no âmbito da conexão de orações.

Em (01), (03) e (05), percebe-se que [veja que] atua como um único elemento e que o autor, a partir do fator de intencionalidade do texto, ou seja, de seus objetivos, busca convencer o leitor de seu ponto de vista, da relevância das informações apresentadas diante do contexto, fator de situacionalidade, em que o texto se insere. Nesse sentido, a maneira como o autor elabora a estratégia argumentativa se pauta no fator aceitabilidade, uma vez que está baseada na receptividade do leitor, no potencial que os argumentos do produtor do texto têm para conquistar a adesão ao seu ponto de vista.

Portanto, [veja que], enquanto um tipo de microconstrução substantiva e específica, está voltado para a coesão textual-discursiva, introduzindo uma argumentação em prol do convencimento do leitor além de conectar as porções textuais. Dessa forma, o seu uso nos textos formais de cunho opinativo é fundamental para o direcionamento do interlocutor para D2 em que há o argumento de especificação do conteúdo presente em D1. Tais exemplos atestam ainda que não pode existir qualquer elemento entre [veja] e [que], pois, formam um *chunk*. Nesse sentido, não podem ser ana-

lisados como elementos autônomos, ou seja, trata-se de um novo uso como elemento procedural da gramática pertencente à rede X-que_{CTD}.

Comparando-se os exemplos de (01) a (05) podemos compreender como os fatores de esquematicidade, produtividade e composicionalidade, em conformidade com Traugott e Trousdale (2013), podem atestar o novo uso de [veja que] mesmo na sincronia. Segundo Rosário e Lopes (2019, p. 98), o aumento da esquematicidade e da produtividade e a diminuição da composicionalidade, mesmo que sejam por pressuposição “resultados de processos diacrônicos, podem ser mensurados sincronicamente” se e somente se as construções A e B ainda são empregadas na sincronia em estudo. Como destacamos nesses exemplos, as subpartes [veja] e [que] são encontradas tanto em períodos complexos em que [veja] atua como verbo principal de uma oração matriz e [que] como conjunção integrante introduzindo o objeto direto oracional, quanto como operador argumentativo de especificação, um conector textual-discursivo da rede X-que_{CTD}, apresentando-se como um par forma-sentido como [veja que]. Assim, a partir desse postulado, os três fatores em conjunto comprovam o novo uso de [veja que] como conector textual-discursivo do tipo OA de especificação e, portanto, um articulador discursivo-argumentativo, nos termos de Koch e Elias (2016).

Com o objetivo de demonstrar minuciosamente a aplicação dos conceitos que incorporamos ao Quadro 2 dos fatores de análise, exploramos o exemplo a seguir em que [veja que] articula sua estratégia de coesão, coerência e argumentação.

(06) Em relação ao funcionalismo público municipal.
Como a oposição percebe o tratamento do Executivo?
Existe uma predisposição desse governo de considerar que a administração pública é deficiente, ultrapassada e que a gestão da iniciativa privada é supe-

rior. Esse pensamento faz parte da tática de sucatear o serviço público, desvalorizando os servidores para preparar o terreno para as privatizações. # Ao mesmo tempo, a gestão Doria não demonstra respeito pelos servidores. [*Veja que*] ontem os profissionais do Mais Médicos protestaram contra atrasos nos seus salários. Mas a pergunta do momento é qual será o destino dos servidores das áreas que estão sendo privatizadas como a do Serviço Funerário, da SPTuris etc. # Hoje, soubemos que será encaminhado à Câmara ainda este ano pelo prefeito Doria, o projeto de reforma previdenciária municipal que terá duas medidas: o aumento da contribuição para os novos servidores e um sistema de Previdência complementar. De 11% a alíquota do funcionalismo vai subir para 14%. (Disponível em: <https://www.corpusdoportugues.org>. *Corpus NOW*, entrevista com Juliana Cardoso em 11/11/2017 publicada no Rede Brasil Atual).

Em (06), as subpartes (forma verbal [veja] e elemento [que]), ainda que possam ser identificadas individualmente em termos morfofonológicos por manterem sua individualidade, não o são em termos de propriedades sintáticas e, também, não o são nas propriedades da dimensão semântica da construção. Tal fato pode ser comprovado por meio de sua atuação em posição típica de conector, encabeçando períodos, e do sentido de suas subpartes não resultarem o sentido do todo. Ainda em termos de propriedades sintáticas, observamos o nível intermediário (Koch; Elias, 2016) de articulação que realiza ao conectar períodos. Ou seja, há um novo signo linguístico, um novo nó na rede X-que_{CTD}. Assim, faz-se necessário tratar das subpartes conjuntamente, como uma combinação, levando em consideração, também, e, principalmente, o contexto em que estão inseridas.

Com relação à propriedade pragmática, destaca-se o contexto argumentativo, observando que [veja que] encabeça a sequência ti-

pológica argumentativa. Além disso, o trecho está contido em uma entrevista em um momento específico de explicação em que o autor quer convencer o interlocutor acerca do seu ponto de vista, portanto é o contexto preferencial para o recrutamento desse conector textual-discursivo.

Como podemos observar, o texto é mais formal, pois, conforme elencado por Marcuschi (2008), sua formalidade está relacionada ao seu contexto de uso, independentemente de seu gênero. Assim, levando-se em consideração que o texto foi publicado em um jornal *online*, e que a matéria aborda um assunto importante e grave, no sentido de poder afetar direta ou indiretamente os paulistas, o texto foi produzido em um nível mais formal.

Outro ponto que possibilitou julgar a entrevista como formal foi o seguinte trecho — “Esse pensamento faz parte da tática de sucatear o serviço público, desvalorizando os servidores para preparar o terreno para as privatizações. # Ao mesmo tempo, a gestão Doria não demonstra respeito pelos servidores. # [Veja que] ontem os profissionais do Mais Médicos protestaram contra atrasos nos seus salários. Mas a pergunta do momento é qual será o destino dos servidores das áreas que estão sendo privatizadas como a do Serviço Funerário, da SPTuris etc.” — em que [veja que] com a forma verbal cristalizada na terceira pessoa do imperativo afirmativo exorta/convida o leitor a absorver a informação apresentada pelo autor, estabelecendo uma assimetria entre o produtor do texto e seus interlocutores, revelando um distanciamento que gera um efeito de sentido de formalidade.

A estratégia do OA está pautada na situacionalidade para orientar a leitura de (06) em relação à situação política e trabalhista denunciada, de forma a tornar o texto relevante para toda a população da cidade de São Paulo, posto que até os profissionais do Mais Médicos, profissionais imprescindíveis no cuidado com a população, “protestaram contra atrasos nos seus salários”.

Ademais, [veja que] atua em contextos argumentativos cujo foco é o convencimento do leitor da veracidade do ponto de vista trazido pelo produtor do texto a partir de fatos ou de informações expostas na porção textual anterior (D1) — “Existe uma predisposição desse governo de considerar que a administração pública é deficiente, ultrapassada e que a gestão da iniciativa privada é superior. Esse pensamento faz parte da tática de sucatear o serviço público, desvalorizando os servidores para preparar o terreno para as privatizações. # Ao mesmo tempo, a gestão Doria não demonstra respeito pelos servidores”. Assim, a partir de uma progressão textual, o autor toma como tema o conteúdo de D1 e especifica-o através de D2 “[veja que] ontem os profissionais do Mais Médicos protestaram contra atrasos nos seus salários. Mas a pergunta do momento é qual será o destino dos servidores das áreas que estão sendo privatizadas como a do Serviço Funerário, da SPTuris etc. # Hoje, sabemos que será encaminhado à Câmara ainda este ano pelo prefeito Doria, o projeto de reforma previdenciária municipal que terá duas medidas: o aumento da contribuição para os novos servidores e um sistema de Previdência complementar. De 11% a alíquota do funcionalismo vai subir para 14%”.

Observamos que há uma quantidade maior de informações, que já não abordam o tema administração pública de D1, mas, sim, o protesto dos médicos e o encaminhamento de um projeto de reforma previdenciária municipal. Essa estratégia exemplifica o movimento de retropropulsão que estabelece ao retomar D1 transformando-o em tema para introduzir o rema em D2. A contribuição do conector [veja que] na progressão textual e no processo de referenciação do texto torna-se clara quando observamos a estratégia de operador argumentativo do tipo articulador discursivo-argumentativo de especificação.

Como elemento multifuncional da macrossintaxe, promove a coesão sequencial, a coerência/relação de sentido entre os enun-

ciados e imprime a orientação argumentativa na porção textual (D2) que introduz. Ao fazer isso, o produtor do texto focaliza as informações e as perspectiviza para evidenciá-las em D2 por meio de uma postura epistêmica, argumentando a partir de suas convicções, conhecimentos, *know-how*. Esse processo de focalização é ocasionado pelo sentido do verbo “ver” persistir, ainda que não funcione mais como um verbo e, sim, como um OA. Destaca-se que o autor imprime a orientação argumentativa de especificação a partir de seus conhecimentos, pontos de vista, concepções, ideias, posições de forma a convencer seu interlocutor.

Em termos de intencionalidade e aceitabilidade, o exemplo (06) demonstra que essa intencionalidade é reforçada pela escolha que o autor faz em relação à estruturação do texto. Sob a forma de uma estratégia concessiva, o produtor do texto concorda com a afirmação contida na oração concessiva, mas apresenta um argumento mais forte para defender seu ponto de vista na oração principal, como podemos observar no trecho “mesmo tendo recursos no orçamento, o governo de João Doria (PSDB), na tentativa de suacatar o serviço público, está prejudicando a população de São Paulo diante dos cortes e congelamento de verbas dos setores sociais, como hospitais e assistência social e, em alguns casos, pelo atraso no repasse das verbas às instituições conveniadas”. Dessa forma, ao introduzir o argumento de especificação com o [veja que], o produtor do texto já preparou o interlocutor para melhor aceitar tal argumento; o grau de aceitabilidade tende a ser maior.

Assim, ao selecionar esse conector e se utilizar do processo de focalização/perspectivização do conteúdo de D1, o autor busca reforçar a informação anterior — “com o intuito de arruinar o setor público e privilegiar o setor privado, o governo de Doria desvaloriza os setores e os servidores públicos” —, direcionando a atenção do leitor para sua importância no contexto argumentativo — debater o desemprego ocasionado pela desvalorização dos serviços

públicos e privatização de diferentes setores. As informações apresentadas após esse operador refletem as opiniões e visões do autor — “além do governo congelar, reduzir e não repassar verbas, não está pagando o salário dos médicos e não esclarece o que será feito dos servidores dos setores que foram privatizados” —, veiculando a argumentatividade, um aspecto subjetivo da comunicação.

Por outro lado, a intersubjetividade também está presente, visto que o uso de [veja que] é empregado como uma estratégia argumentativa para convencer o leitor da validade ou da relevância do que está sendo apresentado, buscando um entendimento mútuo entre as partes envolvidas na interação comunicativa. Como elemento multifuncional, [veja que] também articula marcação de evidencialidade cuja fonte de informação são os conhecimentos, as crenças, as convicções e as experiências do próprio autor, permeados pela sua opinião, ou seja, funcionando como um evidencial com modalidade epistêmica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atendo-se ao fato de que esta pesquisa ainda está em processo de coleta de dados, visto que a prioridade inicial foi a aquisição e a incorporação da teoria, no decorrer deste capítulo, foram apresentados os fatores de arquitetura, o estatuto de microconstrução da rede X-que_{CTD} e as estratégias de coesão sequencial, de progressão textual, de articulação discursivo-argumentativa que auxiliaram no entendimento de [veja que] como um *chunk* que forma um tipo de microconstrução substantiva e específica. A partir dos dados (01), (03), (05) e (06), percebe-se que [veja que] atua no estabelecimento da coesão, da orientação argumentativa e da coerência do texto, desempenhando o papel de elemento de encadeamento no nível intermediário, funcionando entre parágrafos ou períodos.

Em relação à semântica, destaca-se que [veja que], reforça a importância das informações apresentadas em D1 e D2 para

os contextos argumentativos em que o foco é a adesão do interlocutor ao ponto de vista, opinião, crença, juízo do autor, a partir das informações, fatos e conhecimentos presentes em D1. Devido a sua forma verbal cristalizada ([veja]) indicando ordem/pedido, o operador argumentativo direciona o interlocutor a interpretar, analisar, processar e/ou compreender as informações em D1, que são usadas como estratégia argumentativa e, que, em D2, refletem as opiniões e visões do autor, veiculando a argumentatividade por meio de uma especificação pessoal do tema. Nesse sentido, a microconstrução [veja que] atua como um evidencial com modalidade epistêmica, funcionando como um OA de especificação, evidenciando as relações discursivo-argumentativas em um processo de coesão sequencial e auxiliando no processo de referenciação.

Quanto à progressão textual, o conector [veja que] funciona em um movimento de retropropulsão para influenciar o interlocutor da veracidade de sua afirmação, amarrando o texto. Nesse sentido, toma como tema o assunto de D1 para, em D2, por meio da articulação do tema-rema, focalizar as informações e convencer o leitor.

Quanto aos graus de esquematicidade, composicionalidade e produtividade, a microconstrução [veja que] é menos esquemática e mais específica, é menos composicional e é muito produtiva. Apresentamos os dados (02) e (04) em que os elementos [veja] e [que] atuam como componentes de um período composto antes de seu estabelecimento como microconstrução, como foi o caso de (01), (03), (05) e (06).

Assim, com base nesse apanhado teórico-metodológico, serão incluídos novos dados à pesquisa objetivando ampliar as análises a fim de verificar se existem outros contextos preferenciais para o uso da microconstrução [veja que] bem como refinar a estratégia de conexão estudada até o momento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, A. S.; FREITAG, R. M. K. O funcionamento dos planos discursivos em textos narrativos e opinativos: um estudo da atuação do domínio aspectual. *Signum: Estudos da Linguagem*, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 57-76, 2012. DOI: 10.5433/2237-4876.2012v15n1p57.

BARROSO, T. Uma abordagem sociocognitiva e sociodiscursiva da evidencialidade na construção de argumentos em textos de opinião de crianças. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS DE GÊNEROS TEXTUAIS, 4., 2007, Tubarão. *Anais [...]*. Tubarão: UNISUL, 2007. v. 4, p. 1905-1917.

CHARAUDEAU, P. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2008.

CROFT, W. *Radical Construction grammar: syntactic theory in typological perspective*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

DAVIES, M.; FERREIRA, M. *Corpus do Português* (45 milhões de palavras, sécs. XIV-XX), 2006.

KOCH, I. G. V. *Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

KOCH, I. G. V. *Desvendando os segredos do texto*. 8. ed. São Paulo: Cortês, 2015.

KOCH, I. G. V.; ELIAS, V. M. *Escrever e argumentar*. São Paulo: Contexto, 2016.

LOPES, M. G. Procedimentos Metodológicos na Análise de Dados Sincrônicos. In: ROSÁRIO, I. C. (org.). *Introdução à Linguística Centrada no Uso: teoria, método e aplicação*. Niterói: EdUFF, 2022. p. 201-232.

MACHADO, A. C.; CONCEIÇÃO, G. A.; SILVA, W. M. Estratégias emergentes de conexão textual-discursiva: o caso de “vá lá” e “note que”. In: SEMINÁRIO DO GRUPO DE PESQUISA CONECTIVOS E CONEXÃO DE ORAÇÕES, 3., 2021, Niterói. *Anais do CCO [...]*. Niterói: CCO/UFF, 2021. p. 15-44.

MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gênero e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

ROSÁRIO, I. C. Linguística Funcional Centrada no Uso e Gramática de Construções: hierarquia construcional e domínios gerais. In: ROSÁRIO, I. C. (org.). *Introdução à Linguística Centrada no Uso: teoria, método e aplicação*. Niterói: EdUFF, 2022. p. 95-121.

ROSÁRIO, I. C.; LOPES, M. G. Construcionalidade: uma proposta de aplicação sincrônica. *Revista Soletras*, n. 37, jan.-jun. 2019.

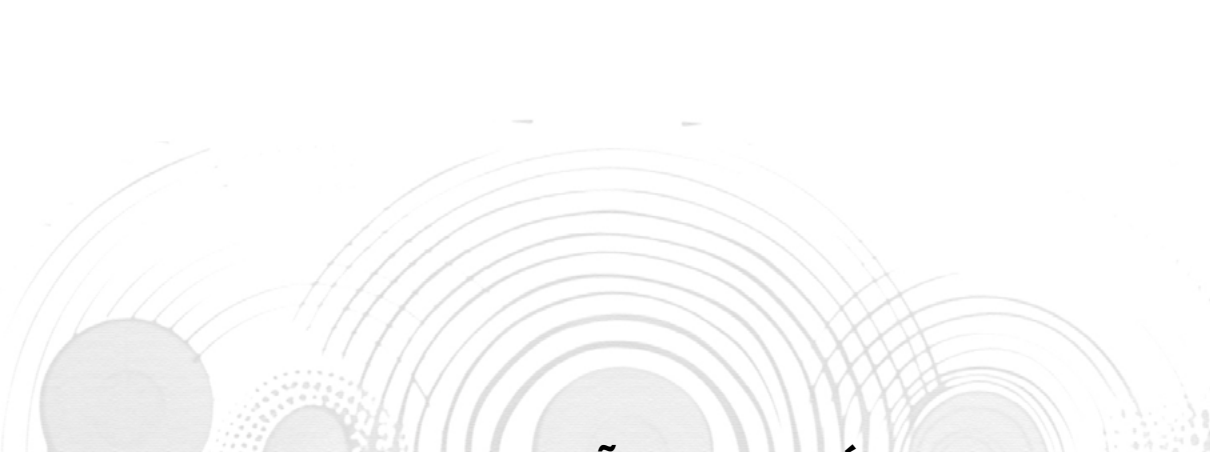
SANTOS, A. C. M. Conectores textual-discursivos da rede x-que em gêneros de cunho opinativo: descrição e prática de análise linguística. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA, 3., 2023, Rio de Janeiro. *Comunicação Oral*. Rio de Janeiro: UERJ, 2023.

SOUZA, M. M. de. Querer, pretender, considerar: os processos mentais no gênero editorial. In: PG LETRAS 30 ANOS, 2006, Recife. *Anais [...]*. Recife: UFPE, 2006. v. 1. p. 457-469.

TAVARES, M. A. Conectores sequenciadores E, AÍ e ENTÃO na fala de Natal (RN): indícios de especialização funcional. *Interdisciplinar: Revista de Estudos em Língua e Literatura*, v. 12, p. 195-213, 2010.

TEIXEIRA, A. C. *A construção verbal marcadora discursiva VLoc_{md}: uma análise centrada no uso*. 2015. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) – Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

TRAUGOTT, E. C.; TROUSDALE, G. *Constructionalization and Constructional Changes*. Oxford: Oxford University Press, 2013.



CONCEPTUALIZAÇÕES METAFÓRICAS DO SUCESSO EM MEMES

Mayara Mattos (GESTUM/UFF)

INTRODUÇÃO

Para além do contexto acadêmico, o sucesso é foco de atenção de diversas publicações. Buscando-se pelo assunto na plataforma *Google*, por meio da palavra de busca “sucesso”,¹ é possível encontrar vários artigos, *blogs* e livros cujo título inclui esse vocábulo, o que sinaliza o grande interesse pelo tema por parte de escritores e leitores. Além disso, a maioria dos títulos sobre essa temática se propõe a ensinar certos padrões para o alcance do sucesso, servindo como uma espécie de “fórmula do sucesso”, como é possível verificar, por exemplo, nos títulos a seguir:

- i. *O sucesso é o destino dos disciplinados: 12 passos para o melhor ano da sua vida* (Cardoso, 2021);
- i. *A chave do sucesso* (Rossim, 2010);

1 Seguiremos, neste artigo, a convenção adotada pela Linguística Cognitiva, a partir da qual representações cognitivas (como *frames* e metáforas conceptuais) são grafadas em caixa alta. O item lexical “sucesso” estará marcado entre aspas e o fenômeno em si em grafia normal (caixa baixa e sem aspas).

- ii. *Como alcançar o sucesso* (Marden, 2011); e
- iii. *A escalada do sucesso*: as 100 maiores virtudes para alcançar o sucesso na vida pessoal, social e profissional (Gomes Netto, 2018).

Títulos como esses aparecem em dezenas de textos sobre o tema. Porém, o que muitas vezes não percebemos é o fato de que essas sentenças não são apenas frases de efeito, mas um reflexo do modo de se pensar o sucesso. Ao declarar, por exemplo, que “o sucesso é o destino dos disciplinados”, compreendemos o sucesso como o ponto de chegada de uma trajetória. Nesse sentido, assim como ocorre em uma viagem, infere-se que, ao buscarmos o sucesso, percorremos um caminho; por vezes nos sentimos perdidos, em alguns momentos precisamos mudar a rota e até mesmo parar um pouco para descansar, mas sempre estamos olhando para um destino final.

Portanto, o sucesso parece ser estruturado, em nossa mente, como o destino de uma viagem, pelo menos no que se refere a determinados aspectos. Isso acontece porque nossos deslocamentos cotidianos, além das representações culturais sobre jornadas, estruturam nossa experiência de “viagem”. Dessa forma, pensamos o sucesso, um domínio abstrato, em termos dessa experiência concreta, que envolve uma trajetória. Porém, é importante destacar que não concebemos o sucesso apenas como uma viagem, mas como tantas outras representações cognitivas envolvendo experiências concretas, como veremos adiante.

De acordo com a Teoria da Metáfora Conceptual (Lakoff; Johnson, 1980), a relação que o nosso corpo estabelece com o mundo e com os objetos com os quais interagimos é responsável por estruturar conceitos em nosso sistema conceptual, o qual, por sua vez, possibilita-nos observar a realidade como fazemos. Assim, para compreendermos conceitos abstratos, como o de sucesso,

nós recorremos a atividades diárias e a elementos com os quais interagimos não somente em sociedade, mas, sobretudo, no mundo (bio)físico que nos cerca.

Além disso, como afirma Fauconnier (1997, p. 1-2), “a linguagem visível é apenas a ponta do iceberg da construção invisível do sentido que acontece enquanto pensamos e falamos”. Entende-se, assim, que, na ponta do *iceberg*, estariam as marcas linguísticas que servem para nos guiar em direção ao sentido almejado e, no fundo, as estruturas pré-conceituais e conceituais que formam nossos pensamentos e ações (Lakoff; Johnson, 1980). Nessa perspectiva, analisar as marcas linguísticas sobre o sucesso e tentar, a partir delas, identificar as metáforas conceituais que as licenciam é uma maneira de compreender as representações cognitivas de SUCESSO. Em outras palavras, se a linguagem evidencia a metáfora conceitual, esta, por sua vez, evidencia as representações compartilhadas socialmente sobre SUCESSO.

Dessa forma, tendo como base a Linguística Cognitiva (Geeraerts, 2006), a presente pesquisa propõe-se a investigar as possíveis conceptualizações do SUCESSO no gênero *meme*. Busca-se, ainda, verificar os possíveis efeitos ideológicos que as representações cognitivas do SUCESSO identificadas podem revelar.

METÁFORA CONCEPTUAL E IDEOLOGIA

Na obra *Metaphors we live by* (1980),² os autores George Lakoff e Mark Johnson instituíram o paradigma da metáfora como um mecanismo de pensamento. Estabeleceu-se, assim, o que pode ser visto hoje como um verdadeiro salto epistemológico nos estudos da metáfora, tendo em vista que essa passou a ser efetivamente concebida como um fenômeno de natureza não apenas linguística,

2 Traduzido para o português como *Metáforas da vida cotidiana*, em 2002, pelo grupo GEIM, coordenado por Mara Sophia Zanotto.

mas, sobretudo, cognitiva. Essa visão ficou conhecida como Teoria da Metáfora Conceptual (TMC) e estabelece que

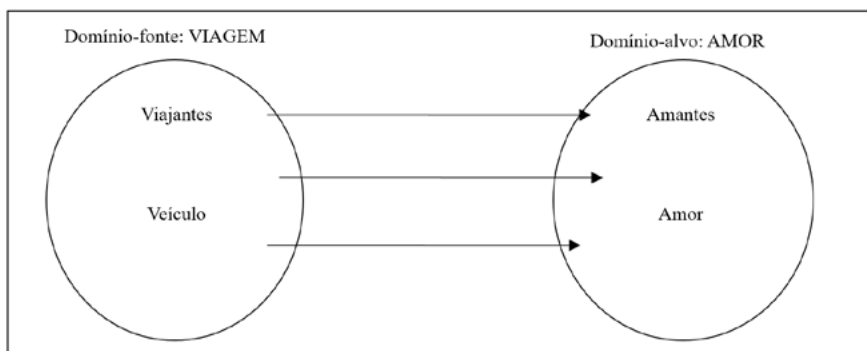
a metáfora está infiltrada na vida cotidiana, não somente na linguagem, mas no pensamento e na ação. Nosso sistema conceptual comum, em termos do qual não só pensamos, mas também agimos, é metafórico por natureza (Lakoff; Johnson, 2002[1980], p. 45).

De acordo com essa visão, a metáfora não é apenas um adorno ou um fator de embelezamento da língua, mas, ao contrário disso, ela é parte essencial do pensamento, que nos permite compreender e experienciar uma coisa em termos de outra. Assim, para que compreendamos um domínio abstrato da experiência humana (denominado domínio-alvo), fazemos projeções buscando correspondência com um domínio concreto de nossa experiência no mundo (denominado domínio-fonte). A metáfora trata-se, portanto, de um mapeamento entre domínios cognitivos, em que parte de um conceito já experienciado é transferido para um conceito de caráter mais abstrato.

A metáfora conceptual (MC) constitui, assim, um esquema ou padrão conceptual, sob a forma $X \text{ É } Y$, que se realiza num conjunto aberto de expressões diferentes e envolve um conjunto sistemático de correspondências ontológicas e epistêmicas entre os respectivos domínios conceptuais origem (Y) e alvo (X). Dessa forma, usamos uma realidade que conhecemos melhor como ponto de referência, como modelo para compreendermos fenômenos complexos (Silva, 2015, p. 15). Tomemos como exemplo a metáfora conceptual AMOR É VIAGEM, por meio da qual se pode ter uma compreensão dos relacionamentos amorosos. Lakoff (1987, p. 17) explica que há, nessa metáfora, correspondências ontológicas de acordo com as quais as entidades no domínio do amor correspondem sistematicamente a entidades no domínio de uma viagem.

Na Figura 1, a seguir, podemos visualizar como ocorre esse mapeamento entre o domínio-fonte VIAGEM e o domínio-alvo AMOR.

Figura 1 – Mapeamento de AMOR É VIAGEM



Fonte: Vereza e Cavalcanti (2022, p. 92).

A partir desse mapeamento metafórico, em que algumas características da VIAGEM (viajantes, veículo etc.) são projetadas no domínio-alvo AMOR, é determinado cognitivamente o modo com que abordamos e nos referimos a relacionamentos amorosos. A associação que é feita entre esses dois domínios da experiência — AMOR e VIAGEM — é um reflexo de como a sociedade estruturou a sua percepção acerca de tais domínios. É importante destacar, ainda, que, como o ato de mapear é na sua maioria inconsciente e automático, os elementos do domínio-alvo não parecem, aos olhos do falante comum, ser resultado de projeções metafóricas, o que dá a impressão (ainda para o falante comum) que os elementos do domínio-fonte seriam constitutivos do próprio domínio-alvo.

Em termos linguísticos, a MC AMOR É VIAGEM licencia diversas instanciações metafóricas, tais como: *amar é caminhar juntos superando todos os obstáculos*;³ *caminhar juntos vai além de andar de mãos dadas, é olhar na mesma direção e escolher tomar o mesmo*

3 Fonte: <https://www.seupost.com.br/caminhar-juntos/>.

*rumo*⁴ etc. Essas instanciações são entendidas como o reflexo visível de um mecanismo cognitivo que consiste em estabelecer uma vinculação conceptual entre domínios distintos (Almeida *et al.*, 2010, p. 34).

Além disso, é importante destacar que a metáfora não é somente um meio de conhecimento e compreensão do mundo, mas também pode estar relacionada ao desenvolvimento e reprodução de ideologias. De acordo com Van Dijk (1998), a ideologia é a base das representações sociais compartilhadas por membros de um grupo, que atua como princípio organizador de crenças e atitudes, influenciando nossa maneira de pensar e agir no mundo. A ideologia faz parte das representações cognitivas que formam o sistema conceptual e, conseqüentemente, uma *visão de mundo* (Underhill, 2013).

Dessa forma, a cognição não pode ser separada da ideologia e, portanto, as metáforas conceptuais, em maior ou menor grau, são de natureza ideológica. Assim, como os conceitos que formamos da realidade são, em grande parte, metafóricos, a análise de metáforas nos possibilita acessar as ideologias presentes em nosso sistema conceptual. Isso porque, segundo Charteris-Black (2004), as metáforas linguísticas constituem evidências verbais de um sistema subjacente de ideias, crenças e valores — ou ideologias.

Charteris-Black (2004) destaca que um mesmo tema pode ser comunicado por meio de diferentes metáforas, conforme a ideologia subjacente a ele. Para exemplificar, podemos citar o discurso político, em que metáforas relacionadas à guerra/conflito são muito recorrentes. Segundo o autor, a utilização dessas metáforas tem uma função ideológica imanente, servindo tanto para atacar o ponto de vista do oponente, como para representá-lo como um agressor (a utilização de uma função ou outra está vinculada ao tipo de persuasão desejado no discurso). Por tais ra-

4 Fonte: <https://comvcportal.com.br/noticia/5266/caminhar-juntos-na-mesma-direcao>.

zões, Charteris-Black (2004) afirma que o emprego de diferentes aspectos do domínio-fonte corresponde a diferentes perspectivas ideológicas e produz no receptor formas singulares de compreensão acerca de fatos do mundo. Isso se dá tanto no uso deliberado de metáforas situadas (Vereza, 2013) quanto no uso inconsciente de expressões linguísticas metafóricas, enraizadas na linguagem e licenciadas por metáforas conceptuais.

ESQUEMAS IMAGÉTICOS

Os esquemas imagéticos (EI), de acordo com Lakoff (1987), são estruturas de conhecimento que emergem diretamente de nossas experiências corporais pré-conceptuais. Trata-se, portanto, de *gestalts* experienciais que surgem a partir da atividade sensório-motora, conforme manipulamos objetos, orientamo-nos espacial e temporalmente e direcionamos nosso foco perceptual com diferentes propósitos (Gibbs; Colston, 1995, p. 347). Nessa perspectiva, os esquemas imagéticos estão intimamente relacionados ao princípio da cognição corporificada (*embodiment*), ou seja, dessa proposta teórica de que os conceitos emergem a partir de nossas experiências corpóreas (Evans; Green, 2006).

Para exemplificar esse conceito, Johnson (2007, p. 139) apresenta o esquema imagético TRAJETÓRIA, o qual pressupõe um ponto de partida, um percurso e um destino. Segundo esse autor, quando um objeto se move ao longo de um percurso em direção a um destino, esse deslocamento é feito em determinado tempo e o objeto se aproxima cada vez mais do destino almejado. Essa dinâmica faz parte da lógica espacial desse esquema e estrutura a maneira como nós compreendemos diversos domínios abstratos.

Além desse esquema, muitos outros são apresentados ao longo da obra de Johnson (1987, p. 126), tais como: CONTÊINER, CIMA-BAIXO, PARTE-TODO, CENTRO-PERIFERIA, EQUILÍBRIO, FORÇA, ESCALA, OBJETO, PROCESSO etc. Esses esquemas subjazem a uma ampla variedade de estruturas experienciais e podem ser elabora-

dos metaforicamente na construção de nossa compreensão de domínios abstratos. Assim, podemos dizer que não há dois tipos de lógica, uma para conceitos espaciais e corporais e outra totalmente diferente para conceitos abstratos. Em vez disso, nós recrutamos esquemas imagéticos de base corpórea para realizar o raciocínio abstrato (Johnson, 2005, p. 24).

Em suma, podemos dizer, então, que os esquemas imagéticos, ao unir corpo e mente, permitem também a apreensão significativa dos domínios que se relacionam a áreas mais abstratas do pensamento. Nessa perspectiva, o domínio sensório-motor e os estados mentais mais abstratos, incluindo a linguagem, são contínuos em vez de ontologicamente separados (Stadler, 2020, p. 143). Além disso, os esquemas imagéticos, como estruturas recorrentes, conduzem nossas experiências e orientam a construção dos significados (Johnson, 2005). Desses esquemas emergem as extensões metafóricas culturalmente determinadas, como veremos na seção de análise dos *memes*.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Tendo como objetivo investigar as marcas na linguagem que instanciam as representações cognitivas de SUCESSO — as quais ocorrem em *corpus* autêntico escrito em Língua Portuguesa —, elegeu-se o gênero discursivo *meme* como campo a ser explorado. Esse gênero foi escolhido por revelar um discurso que corresponde à cena contemporânea, sendo um gênero de circulação (atuação) na sociedade. Milner (2012, p. 11) define *meme* como um artefato multimodal, em que imagem e texto são integrados para contar uma piada, fazer uma observação ou apresentar um argumento.

De acordo com Shifman (2013), os *memes* podem ser interpretados como unidades da cultura popular veiculadas, imitadas e transformadas por usuários da *internet*, criando uma experiência cultural compartilhada. Assim, a cultura digital, como espaço de produção e transmissão de saberes, permite aos *memes* mol-

dar mentalidades e comportamentos de grupos sociais (Knobel; Lankshear, 2007). Além disso, Davison (2012) afirma que os *memes* carregam em si uma bagagem histórica, social e política, apresentando, assim, uma linguagem persuasiva e ideológica. O autor considera que as escolhas linguísticas realizadas na construção desses textos revelam crenças, valores e concepções sobre o mundo, ou seja, refletem a ideologia, a cultura e o significado valorativo na construção de uma identidade cultural.

Quanto à seleção dos *memes*, esta análise reúne textos extraídos da plataforma *Google Images*, a partir das expressões de busca “sucesso é” e “sucesso é como”. A escolha pela expressão “é como” foi intencional, tendo em vista a existência de um papel inferencial claro para a interpretação de metáforas sob a perspectiva de sími-les, como pode ser observado na proposta de interpretação de metáforas nominais, que são metáforas comparativas com forma X é (como) Y (Miller, 1979). A seleção foi feita a partir da leitura geral e da identificação de veículos metafóricos presentes nas amostras que têm o SUCESSO como domínio-alvo. Cumpre, ainda, destacar que a análise que empreenderemos dos dados coletados para esta pesquisa assume um caráter eminentemente qualitativo, não constituindo nossa preocupação submeter a tratamento estatístico os *memes* integrantes do *corpus*.

A fim de identificar tais veículos metafóricos e propor metáforas conceituais que os instanciavam, optou-se pela adoção de um paradigma único de identificação, o “procedimento de identificação de metáforas VU” (*metaphor identification procedure VU*) no discurso (Steen *et al.*, 2010, p. 25). Esse mecanismo tem por objetivo diminuir inconstâncias e divergências na identificação de expressões metafóricas, decorrentes da subjetividade que pode permear a interpretação do analista. Em seguida, foram levantadas as possíveis metáforas conceituais do SUCESSO e, por fim, buscou-se analisar os mapeamentos acionados nessas metáforas, bem como os possíveis esquemas imagéticos que as estruturam.

Os resultados desses procedimentos podem ser avaliados na análise delineada na próxima seção.

SUCESSO EM MEMES

Numa primeira leitura dos *memes* selecionados, verificou-se que eles apresentam predominantemente mensagens de cunho moral, podendo assim ser considerados do campo da autoajuda, pelo seu teor supostamente “edificante”. Além disso, pode-se dizer que eles revelam também natureza argumentativa, uma vez que defendem determinado ponto de vista sobre o sucesso.

Como podemos notar no *meme* a seguir, a expressão linguística metafórica *receita para o sucesso* é seguida dos verbos “trabalhar” e planejar”, que fazem parte do que podemos considerar como o “procedimento/modo de fazer”⁵ dessa receita. Infere-se, assim, a metáfora conceptual subjacente SUCESSO É PRODUTO DE RECEITA.

Figura 2 – Receita do sucesso



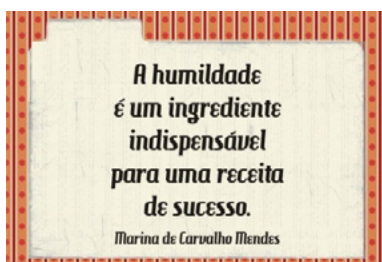
Fonte: <https://bit.ly/rsucesso>.

5 A distinção entre ingredientes e procedimento/modo de fazer é realizada, nesta pesquisa, para fins de análise, com base na classe gramatical dos elementos mapeados: enquanto os verbos são classificados como ações pertencentes ao procedimento/modo de fazer, os nomes são categorizados como ingredientes.

Nesse *meme*, o sucesso é conceptualizado como o resultado que se busca alcançar e, para isso, há uma receita com indicação das ações que devem ser executadas: *trabalhe como se não houvesse amanhã* e *planeje como se o futuro fosse infinito*. Ressalta-se, ainda, que os verbos “trabalhar” e “planejar” são empregados no modo imperativo, assim como é observado nos verbos presentes no modo de fazer de uma receita culinária. Podemos dizer, assim, que um dos aspectos do gênero receita culinária que parece ser recrutado para a metáfora “receita do sucesso” é a tipologia textual injuntiva⁶ (Marcuschi, 2005), a qual evoca a função conativa⁷ da linguagem (Jakobson, 2010). Outros elementos também recrutados do domínio-fonte RECEITA são as noções de procedimento/modo de fazer (trabalhar, planejar) e produto (sucesso). Entende-se, assim, que, ao executar as ações “trabalhar” e “planejar”, chega-se naturalmente ao produto “sucesso”.

Outro *meme* que atualiza essa mesma metáfora pode ser observado a seguir.

Figura 3 – Ingrediente da receita do sucesso



Fonte: <https://bit.ly/ingredientesucesso>.

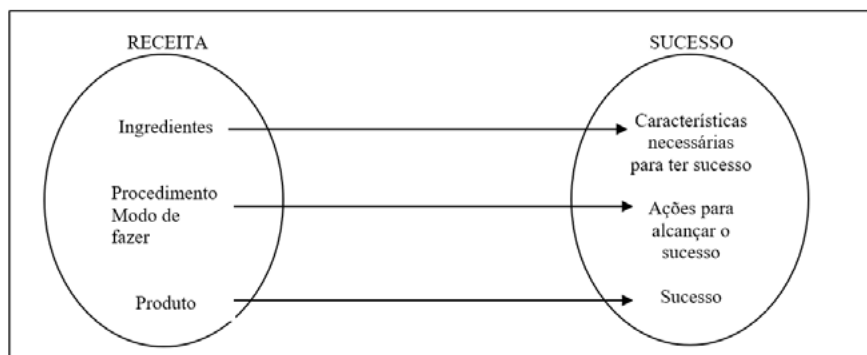
6 A tipologia textual injuntiva caracteriza-se por guiar os indivíduos para a execução de uma atividade específica, fazendo recomendações, dando ordens ou sugestões. Os textos injuntivos apresentam o predomínio de sequências imperativas.

7 De acordo com Jakobson (2010, p.159), a função conativa tem sua atenção centrada no destinatário. Essa função encontra sua expressão gramatical mais pura no vocativo e no imperativo.

Nota-se que os elementos recrutados do domínio-fonte RECEITA são o ingrediente (humildade) e o produto (sucesso). A respeito desse ingrediente, é relevante destacar que o termo “humildade” é gramaticalmente classificado como substantivo abstrato oriundo do adjetivo “humilde”, o qual, por sua vez, refere-se a uma qualidade humana. Podemos inferir, assim, que, para ter o produto “sucesso”, as pessoas devem não apenas executar algumas ações (modo de fazer), como visto anteriormente, mas também ter determinados atributos ou qualidades (ingredientes).

Observa-se, assim, na metáfora conceptual SUCESSO É PRODUTO DE RECEITA, a seguinte projeção entre domínios:

Figura 4 – Mapeamento de SUCESSO É PRODUTO DE RECEITA



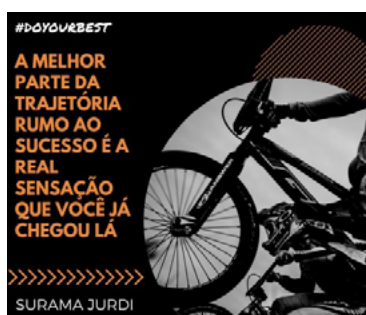
Fonte: Elaboração própria.

A partir desse mapeamento, o conceito abstrato “sucesso” é compreendido com base em nossa experiência concreta de produzir algo a partir de determinados ingredientes e procedimentos. Não existe similaridade preexistente entre os elementos conceptuais dos domínios fonte e alvo, mas ela é construída a partir do mapeamento metafórico: o conceito que se tem do domínio-fonte RECEITA formula o domínio-alvo SUCESSO como o produto de uma receita.

Ademais, é importante destacar que essa metáfora conceitual estrutura-se com base nos esquemas imagéticos PROCESSO e OBJETO, os quais, por sua vez, surgem a partir de nossa experiência corpórea com o processo de produção de algo, como um bolo, por exemplo, a partir de determinadas ações. Assim, enquanto a sequência de ações (com a noção de início, meio e fim) juntamente com o seu resultado tem como base o EI PROCESSO, o produto (sucesso) resultante dessas ações estrutura-se com base no EI OBJETO. Além disso, como explicitam Lakoff e Johnson (2002[1980], p. 57), a experiência físico-corpórea não é uma questão meramente corporal, pois toda práxis acontece de acordo com uma pressuposição cultural. Portanto, a cultura é fundamental para que o nosso sistema conceitual estruture determinados conceitos. Nesse sentido, não precisamos, por exemplo, já ter feito um bolo para saber que existe um procedimento a ser executado para prepará-lo. Nossa compreensão cultural e social sobre tal assunto nos ajuda a apreender esse conhecimento e estruturar conceitos abstratos em seus termos.

Prosseguindo, outro modo de se conceber o SUCESSO pode ser contemplado no exemplo a seguir.

Figura 5 – Sucesso é o destino de uma viagem

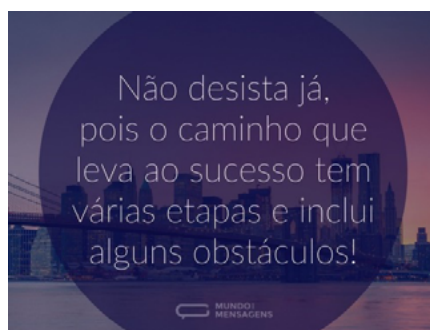


Fonte: <https://bit.ly/trajetoriarumoaosuccess>.

As expressões linguísticas metafóricas *trajetória rumo ao sucesso* e *já chegou lá* são licenciadas pela MC SUCESSO É DESTINO DE VIAGEM e descrevem o sucesso como o ponto de chegada de um percurso. Essa conceptualização pressupõe, assim, o esquema imagético TRAJETÓRIA (Johnson, 1987), cujos elementos estruturais são *origem (ponto de partida)*, *destino (ponto de chegada)*, *distância percorrida* e *direção*. Nessa perspectiva, entende-se que o sucesso estaria presente no destino da trajetória, sendo necessário, para alcançá-lo, percorrer um caminho em direção a ele. Esse caminho, por sua vez, é composto por etapas — tal como está previsto em receitas —, ou seja, a trajetória para o sucesso é formada por partes menores que, provavelmente, demandam esforços e dedicações diferentes em cada uma delas.

Essa mesma ideia pode ser observada no *meme* a seguir, que apresenta as instanciações metafóricas *caminho que leva ao sucesso* e *obstáculos*, também licenciadas pela metáfora conceptual supracitada.

Figura 6 – Sucesso é o destino de uma viagem com obstáculos



Fonte: <https://bit.ly/caminhosuc>.

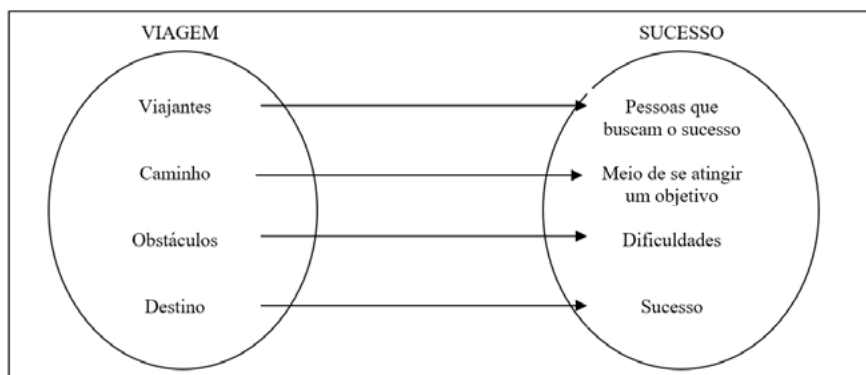
Nota-se que as noções de “caminho”, “destino” e “obstáculo”, presentes no domínio da viagem, são transferidas para o domínio do sucesso, ocorrendo assim o mapeamento metafórico, no qual

parte de um conceito já experienciado (viagem) é transferido para um conceito de caráter mais abstrato (sucesso). Ressalta-se, ainda, que o veículo metafórico *obstáculos* é licenciado pela metáfora conceptual DIFICULDADE É OBSTÁCULO. Entende-se, assim, que a viagem em direção ao sucesso tem obstáculos no decorrer da trajetória, o que dificulta o deslocamento e, conseqüentemente, a chegada ao destino final.

Nesse sentido, além do esquema imagético TRAJETÓRIA, é possível identificar também, nesse *meme*, a presença do EI FORÇA. De acordo com Johnson (1987), a percepção do movimento é ligada a esquemas de força. A metáfora conceptual MOVIMENTO É FORÇA envolve os esquemas FORÇA CONTRÁRIA, BLOQUEIO, COMPULSÃO, RESTRIÇÃO, HABILIDADE e ATRAÇÃO. Assim, entende-se que, para que ocorra o deslocamento na trajetória rumo ao destino “sucesso”, é necessário haver esforço, uma vez que os obstáculos ao longo do caminho funcionam como um “bloqueio” do movimento.

Além disso, é importante destacar que, para mapear a estrutura de viagem para a estrutura de sucesso, recorreremos à nossa experiência corpórea (mediada pela cultura) envolvendo viagens, para assim compreender o conceito abstrato “sucesso” como o destino de uma viagem. Nota-se, portanto, que não existe similaridade preexistente entre os elementos conceptuais desses dois domínios, ou seja, não há semelhança entre os conceitos “sucesso” e “viagem”, mas ela é construída a partir do mapeamento metafórico. Nesse mapeamento, ocorre a seguinte projeção entre domínios:

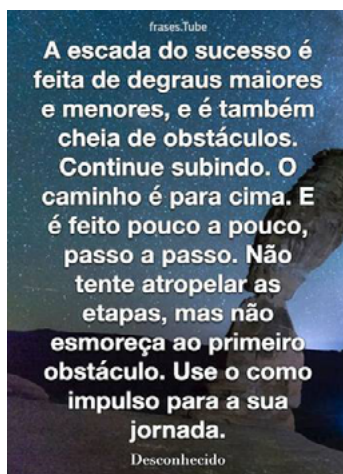
Figura 7 – Mapeamento de SUCESSO É DESTINO DE VIAGEM



Fonte: Elaboração própria.

Outra conceptualização de SUCESSO identificada nesta pesquisa é relativa à MC SUCESSO É TOPO DE ESCADA, cujo exemplo se verifica a seguir.

Figura 8 – Sucesso é o topo de uma escada com obstáculos



Fonte: <https://bit.ly/degraussucesso>

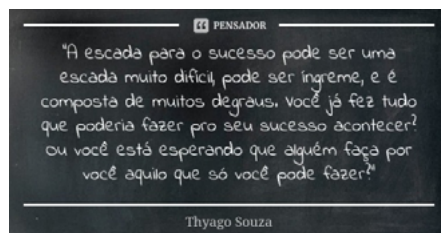
A metáfora SUCESSO É TOPO DE ESCADA se trata de um desdobramento “*entailment*” (Lakoff; Johnson, 1980), ou especi-

ficação, de outras duas metáforas conceptuais: SUCESSO É PARA CIMA e SUCESSO É DESTINO DE VIAGEM. Como podemos verificar na Figura 8, os elementos “obstáculos”, “caminho”, “passo a passo”, “atropelar” e “jornada”, pertencentes ao domínio VIAGEM, são mapeados para o domínio SUCESSO, estruturando-o como o destino da trajetória. Além disso, nota-se que esse destino estaria localizado na parte mais elevada da escada, conforme se verifica nos veículos metafóricos *continue subindo* e *o caminho é para cima*.

Assim, como o sucesso é conceptualizado como o topo de uma escada, entende-se que, para chegar até ele, é necessário percorrer um caminho (degraus), saindo de um ponto de partida (parte de baixo da escada) até chegar ao destino (topo da escada). Os degraus maiores e os obstáculos ao longo do percurso geram mais dificuldades ao movimento e exigem esforço daqueles que objetivam chegar ao topo da escada. Observa-se, nesse caso, além do EI TRAJETÓRIA, o EI FORÇA — que está presente no esforço despendido para subir os degraus, ultrapassar os obstáculos e alcançar o destino final — e o seu elemento básico BLOQUEIO — que se encontra nos obstáculos e degraus maiores que dificultam o deslocamento na escada.

Essa mesma ideia está presente também no *meme* a seguir, conforme podemos verificar.

Figura 9 – A escada do sucesso



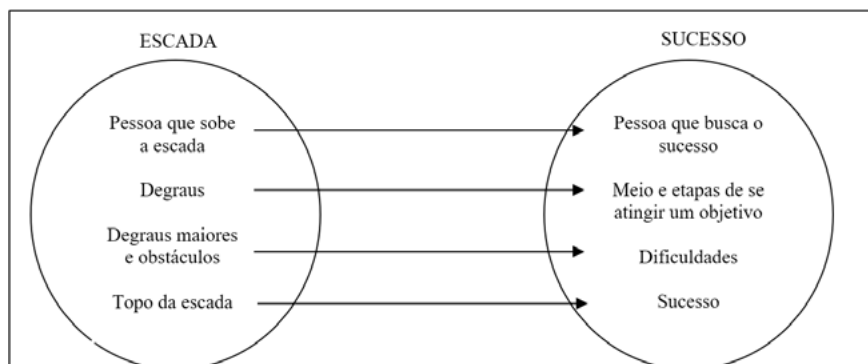
Fonte: <https://www.pensador.com/frase/MjQ4NzkyOQ>.

Nesse *meme*, a escada do sucesso é descrita como difícil, íngreme e composta de muitos degraus. Subentende-se, assim, que,

por ser uma escada difícil, o topo dela não é alcançado por todos. A subida da escada é uma tarefa particular do indivíduo que almeja chegar ao topo, sem que ele possa ou deva contar com a ajuda de outra pessoa ou instrumento. Destaca-se, ainda, que a escada do sucesso se trata necessariamente de uma escada de degraus estáticos (e não uma escada rolante). O esforço e a energia que depreendemos para subir uma escada degrau a degrau são mapeados — ainda que implicitamente — na metáfora. Ou seja, independentemente de haver obstáculos ou não, a própria ação de subir uma escada é árdua e trabalhosa. Logo, depreende-se no domínio-alvo que a obtenção do sucesso é árdua e trabalhosa.

O mapeamento realizado entre os elementos do domínio-fonte ESCADA e do domínio-alvo SUCESSO pode ser observado a seguir:

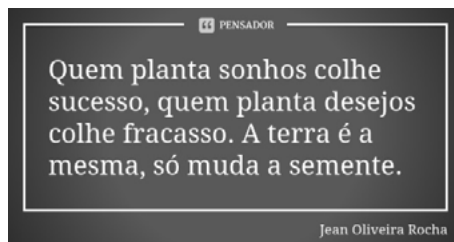
Figura 10 – Mapeamento de SUCESSO É TOPO DE ESCADA



Fonte: Elaboração própria.

A quarta e última conceptualização de SUCESSO identificada na análise é relativa à MC SUCESSO É FRUTO DE COLHEITA, cujo exemplo se verifica a seguir.

Figura 11 – Sucesso é fruto da semente sonhos

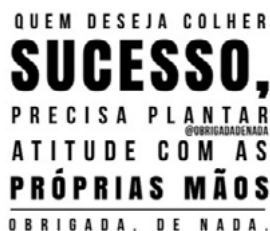


Fonte: <https://bit.ly/colhesucesso>.

De acordo com esse *meme*, para colher o sucesso, é necessário plantar a semente “sonhos”. A semente “desejos”, em contrapartida, gera o fruto “fracasso”. Nesse sentido, como descrito no *meme*, “a terra é a mesma, só muda a semente”. Projeta-se, assim, para o domínio-alvo a noção de que as condições para alcançar o sucesso são as mesmas para todas as pessoas e o que faz com que algumas delas o alcancem são as atitudes (sementes) que elas têm.

Destaca-se, ainda, que, além da semente “sonhos”, outros tipos de semente também podem gerar o fruto “sucesso”, como é possível observar no *meme* a seguir, segundo o qual o sucesso é fruto da semente “atitude”.

Figura 12 – Sucesso é fruto da semente atitude



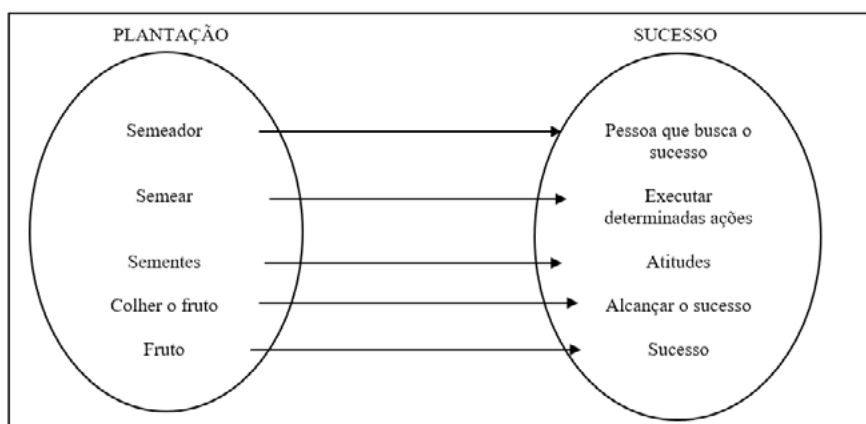
Fonte: <https://bit.ly/colhersucesso>.

Esse *meme*, além de descrever o sucesso como o fruto da semente “atitude”, traz ainda a expressão metafórica *com as próprias*

mãos, a qual reflete a ideia de que o sucesso é alcançado com autonomia, a partir dos próprios esforços.

Nota-se, portanto, que na MC SUCESSO É FRUTO DE COLHEITA o sucesso é conceptualizado como o resultado do cultivo de determinadas “sementes”. O mapeamento realizado entre os elementos do domínio-fonte PLANTAÇÃO e do domínio-alvo SUCESSO pode ser observado a seguir:

Figura 13 – Mapeamento de SUCESSO É FRUTO DE COLHEITA



Fonte: Elaboração própria.

Ressalta-se que, quando mapeamos a estrutura do domínio PLANTAÇÃO para a estrutura do domínio SUCESSO, usamos como base a nossa experiência corpórea (mediada pela cultura) envolvendo plantação, para assim compreender o conceito abstrato “sucesso” como o fruto de uma colheita. Verifica-se, nesse caso, a presença dos EI PROCESSO e OBJETO. O primeiro deles representando a configuração de uma sequência de ações (semear, regar, colher etc.) com o seu resultado (fruto); enquanto o segundo relaciona-se a nossa experiência esquemática com objetos concretos. No caso da metáfora em questão, recrutamos a noção de OBJETO para

conceptualizar o domínio abstrato SUCESSO como o fruto de uma colheita.

Além disso, é utilizado como base também o nosso conhecimento sobre o processo de plantação. Por exemplo, sabemos que, para colher um fruto, há um procedimento a ser realizado: é necessário cavar um buraco, lançar a semente, regar o solo, esperar que a semente se torne uma planta e comece a dar frutos. Com base nos conhecimentos pertencentes ao domínio da agricultura, dois aspectos principais devem ser considerados em relação ao processo de colheita: o primeiro deles está relacionado à condicionante “para colher, é necessário plantar”, ou seja, aqueles que buscam colher determinado fruto devem executar todas as etapas do processo de plantação (lançar as sementes, regar o solo etc.); o segundo aspecto a ser observado é o fato de que a colheita é sempre igual à semente plantada, ou seja, não se pode, por exemplo, semear uma semente de páprica e esperar obter tomates.

A partir desses elementos observados no domínio da plantação, diversos domínios-alvo são conceptualizados. Na Bíblia, por exemplo, existe a metáfora chamada “lei da semeadura”, segundo a qual as nossas escolhas (sementes) determinam o estilo de vida que teremos. Em trechos como, por exemplo, “Quem semeia a injustiça colhe a maldade” (Bíblia, 2003, Prov., 22:8), nota-se que o fruto “maldade” é o resultado da semente que foi plantada (injustiça). Assim, quando transferimos essa noção de semeadura para as nossas vidas, inferimos que a semente é a nossa atitude e a colheita, o seu resultado.

Por fim, diante dos pontos levantados nesta seção, resumiremos nossos achados no Quadro 1, a seguir, no qual são apresentados: (i) as metáforas conceptuais sobre o sucesso identificadas no *corpus*; (ii) exemplos de instanciações metafóricas identificadas nos *memes* que são licenciadas por essas MC; e (iii) os possíveis esquemas imagéticos empregados para estruturar essas metáforas.

Quadro 1 – Resumo da análise das MC sobre o sucesso identificadas nos memes

Metáfora Conceptual	Exemplos de instanciações metafóricas	Esquemas Imagéticos
SUCESSO É PRODUTO DE RECEITA	<i>A receita do sucesso é simples.</i>	PROCESSO, OBJETO
SUCESSO É DESTINO DE VIAGEM	<i>O primeiro passo para o sucesso é a escolha do melhor caminho.</i>	TRAJETÓRIA, FORÇA (BLOQUEIO)
SUCESSO É TOPO DE ESCADA	<i>Na escada do sucesso, todos os degraus têm a mesma importância.</i>	CIMA-BAIXO, TRAJETÓRIA, FORÇA (BLOQUEIO)
SUCESSO É FRUTO DE COLHEITA	<i>Quem planta sonhos colhe sucesso.</i>	PROCESSO, OBJETO

Fonte: Elaboração própria.

A IDEOLOGIA DO SUCESSO

Conforme observado anteriormente, nesta pesquisa foram identificadas quatro metáforas conceptuais, as quais parecem revelar a noção de que o sucesso é o resultado de um processo, formado por determinadas etapas. Embora os processos observados em cada metáfora contemplem etapas diferentes, todos apresentam o mesmo resultado, que é o alcance do sucesso. Em cada uma dessas metáforas, é possível verificar os seguintes processos, listados no quadro a seguir:

Quadro 2 – Etapas do processo de cada metáfora conceptual

METÁFORA CONCEPTUAL	ETAPAS DO PROCESSO
SUCESSO É PRODUTO DE RECEITA	- Usar os ingredientes; - Executar todas as ações listadas na receita; - e - Obter o produto “sucesso”.
SUCESSO É DESTINO DE VIAGEM	- Sair de um ponto de partida; - Deslocar-se ao longo de uma trajetória; - Ultrapassar obstáculos; e - Chegar ao destino “sucesso”.
SUCESSO É TOPO DE ESCADA	- Sair de um ponto de partida (parte de baixo da escada); - Subir os degraus; - Ultrapassar obstáculos e degraus maiores; - e - Chegar ao topo da escada “sucesso”.
SUCESSO É FRUTO DE COLHEITA	- Cavar um buraco; - Lançar as sementes; - Regar o solo; - Esperar o tempo certo; e - Colher o fruto “sucesso”.

Fonte: Elaboração própria.

Podemos observar, primeiramente, que todas essas metáforas conceptuais se estruturam, de maneira direta ou indireta, com base no EI PROCESSO, o qual representa a configuração de uma sequência de ações com o seu resultado. Embora o processo desenvolvido em cada metáfora revele etapas e ações diferentes, o resultado alcançado, como vimos, é sempre o mesmo: o sucesso.

Nessas metáforas, o sucesso parece ser conceptualizado como dependente apenas da execução de determinadas ações por aquele que busca ser bem-sucedido. Assim, fatores externos, que poderiam interferir no alcance do sucesso, não parecem ser mapeados para o domínio-alvo. Aquele que busca ser bem-sucedido parece ser entendido, nesse contexto, como o único responsável pelo próprio sucesso.

Essa concepção de sucesso parece fazer eco à visão americana de *self-made man*,⁸ segundo a qual o homem consegue o sucesso por si mesmo, por seus próprios esforços e sua própria dedicação. Dessa forma, podemos dizer que essas metáforas não apenas facilitam o nosso entendimento a respeito do conceito abstrato “sucesso”, mas implicam uma tomada de posição ideológica, ao denotar a ideia de que o alcance do sucesso depende exclusivamente das ações daquele que busca ser bem-sucedido.

A esse respeito, Goatly (2007, p. 157) afirma que as metáforas constroem e reproduzem ideologias que, de forma implícita, justificam e inculcam certos comportamentos e pensamentos entre as pessoas na sociedade. Muitas vezes, são transmitidas como senso comum, como é o caso das metáforas em análise. Por meio das expressões linguísticas metafóricas reproduzidas em nosso cotidiano, essas metáforas são naturalizadas e as pessoas parecem vivenciá-las sem nenhum questionamento.

Nesse sentido, essas metáforas, por revelarem um componente ideológico, podem influenciar nosso modo de pensar e agir no mundo em vários contextos sociais. A ideologia presente nelas pode nos levar a acreditar nas seguintes premissas: (i) qualquer pessoa pode ter sucesso; (ii) o sucesso depende apenas do cumprimento de determinadas etapas de um processo; (iii) o alcance

8 A expressão *self-made man* pode ser traduzida como “homem feito por si mesmo”. Trata-se de um mito americano que remete a imaginários de carreira e de sucesso, alicerçados pela noção de meritocracia. Entende-se que o indivíduo depende apenas do seu próprio esforço para alcançar o topo da pirâmide social e da elite econômica.

do sucesso depende exclusivamente daquele que busca ser bem-sucedido; e (iv) as circunstâncias externas não revelam importância para a obtenção ou não do sucesso.

Destaca-se que essas premissas, subentendidas nas metáforas em questão — principalmente na MC SUCESSO É PRODUTO DE RECEITA —, podem trazer consequências negativas para as pessoas, tendo em vista que elas não correspondem à realidade, mas a uma idealização do sucesso. Essas premissas não abrangem, por exemplo, fatores sociais relacionados ao sucesso, como o fato de que os sujeitos que buscam ser bem-sucedidos não vivem em condições de igualdade. Nesse sentido, ao entender que as pessoas não estão em posição social, histórica e cultural de igualdade, infere-se que, ao seguirem o passo a passo descrito no processo, o resultado alcançado não será necessariamente o mesmo para todos. Assim, tendo em vista que o contexto pode interferir no resultado do processo, não seria possível afirmar que aquele que busca ser bem-sucedido é o único responsável por seu sucesso ou fracasso.

Ressalta-se, entretanto, que, conforme argumenta Reddy (1979), as metáforas cognitivas e culturalmente engessadas — tal como as metáforas aqui investigadas — determinam a forma como entendemos e experienciamos os fenômenos (e soam como sendo constitutivas da sua natureza). Assim, metáforas novas ou muito diferentes (que poderiam até ser mais coerentes com a realidade desse fenômeno) não poderiam ser impostas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no *corpus* analisado, podemos afirmar que não há um único domínio-fonte que categoriza o domínio-alvo SUCESSO, mas um conjunto sistemático deles. Cada domínio-fonte utilizado fornece alguns aspectos para a construção do conceito de “sucesso” em nossa cultura, de acordo com os objetivos pretendidos. As expressões linguísticas analisadas atualizam uma rede de metáforas

conceptuais que nos mostram como esse conceito é construído, interpretado e vivenciado, bem como a principal ideologia implícita na construção das metáforas.

As metáforas conceptuais levantadas a partir da análise dos dados são aceitas como “verdade”, no contexto em que são usadas, ou seja, são apresentadas como sendo do senso comum. De acordo com Goatly (2007), as ideologias são mais difíceis de serem notadas, quando entrincheiradas em metáforas conceptuais convencionais. É justamente o que ocorre com as expressões linguísticas que formam nosso *corpus* de investigação, pois elas atualizam metáforas convencionalizadas em nossa cultura.

Com base no presente estudo, podemos concluir que as metáforas conceptuais identificadas no *corpus* funcionam como importantes mecanismos cognitivos para a compreensão do domínio abstrato SUCESSO. De acordo com Cameron e Maslen (2010), é por meio da categorização das metáforas e da relação sistemática entre estas e os seus referentes que se consegue desvendar algumas das crenças, atitudes e valores de um determinado grupo social, ou seja, as representações cognitivas por trás da materialização linguística.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. L. L. *et al.* Breve introdução à Linguística Cognitiva. In: ALMEIDA, M. L. L. *et al.* (org.). *Linguística Cognitiva em foco: morfologia e semântica*. Rio de Janeiro: Publit, 2010. p. 15-50.

BÍBLIA. Português. *Bíblia sagrada*. Tradução de João Ferreira de Almeida. Rio de Janeiro: Sociedade Bíblica do Brasil, 2003. 942p.

CAMERON, L.; MASLEN, R. (org.). *Metaphor Analysis: Research practice in Applied Linguistics, Social Sciences and the Humanities*. London, Oakville: Equinox, 2010. 306p.

CARDOSO, R. *Sucesso é o destino dos disciplinados: 12 passos para o melhor ano da sua vida*. Rio de Janeiro: Unipro Editora, 2021. 116 p.

CHARTERIS-BLACK, J. *Corpus approaches to critical metaphor analysis*. New York: Palgrave, 2004. 293 p.

DAVISON, P. The language of Internet Memes. In: MANDIBERG, M. (org.). *The social media reader*. New York: New York University Press, 2012. p. 120-134.

EVANS, V.; GREEN, M. *Cognitive linguistics: an introduction*. Edimburgo: Edinburgh University Press, 2006. 848 p.

FAUCONNIER, G. *Mappings in thought and language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. 220 p.

GEERAERTS, D. (ed.). *Cognitive Linguistics: basic readings*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2006.

GIBBS, R. W.; COLSTON, H. L. The cognitive psychological reality of image schemas and their transformations. *Cognitive Linguistics*, [S. l.], v. 6, n.4, p. 347-378, jan. 1995.

GOATLY, A. Metaphor and Ideology. *Ilha do Desterro*, Florianópolis, n. 53, p. 63-93, jul./dez. 2007.

GOMES NETTO, I. *A escalada do sucesso: as 100 maiores virtudes para alcançar o sucesso na vida pessoal, social e profissional*. São Paulo: Editora Labrador, 2018. 447p.

JAKOBSON, R. *Linguística e comunicação*. 22. ed. Tradução de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 2010. 168 p.

JOHNSON, M. *The Body in the Mind: The Bodily Basis of Meaning, Imagination and Reason*. Chicago: Chicago University Press, 1987. 271 p.

JOHNSON, M. The philosophical significance of image schemas. In: HAMPE, B.; GRADY, J. (org.). *From Perception to meaning: Image Schemas in Cognitive Linguistics*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2005. p. 15-33.

JOHNSON, M. *The Meaning of the Body: Aesthetics of Human Understanding*. Chicago, London: The University of Chicago Press, 2007. 308 p.

KNOBEL, M.; LANKSHEAR, C. Sampling “the New” in New Literacies. *In: KNOBEL, M.; LANKSHEAR, C. (org.). A New Literacies Sampler*. New York: Peter Lang, 2007. p. 1-24.

LAKOFF, G. *Women, fire and dangerous things*. Chicago: University of Chicago Press, 1987. 632p.

LAKOFF, G.; JONHSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago: University of Chicago Press, 1980. 256p.

LAKOFF, G.; JONHSON, M. *Metáforas da vida cotidiana*. Tradução do Grupo GEIM. Campinas: Mercado de Letras, 2002[1980]. 360p.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: configuração, dinamicidade e circulação. *In: KARWOSKI, A. M.; GAYDECZKA, B.; BRITO, K. S. (org.). Gêneros textuais: reflexões e ensino*. União da Vitória: Kayganguê, 2005. p. 17-33.

MARDEN, O. S. *Como alcançar o sucesso*. Rio de Janeiro: Abnara, 2011. 296 p.

MILLER, G. A. Images and models: similes and metaphors. *In: ORTONY, A. (org.). Metaphor and thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979. p. 202-250.

MILNER, R. M. *The world made meme: discourse and identity in participatory media*. 2012. 321 f. Dissertation (PH.D. in Communication Studies) – University of Kansas, Lawrence, 2012.

REDDY, M. J. The conduit metaphor. *In: ORTONY, A. (org.). Metaphor and Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979. p. 284-324.

ROSSIM, E. *A chave do sucesso*. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2010. 140 p.

SHIFMAN, L. Memes in a digital world: Reconciling with a conceptual troublemaker. *Journal of Computer – Mediated Communication*, [S. l.], v. 18, n. 3, p. 362–377, mar. 2013.

SILVA, A. S. Metáfora conceitual e ideologia: o caso do discurso das políticas de austeridade na imprensa portuguesa. *Revista Investigações*, Pernambuco, v. 28, n. 2, p. 1-38, jul. 2015.

STADLER, M. W. *The Ontological Nature of Part-Whole Oscillations*. Vienna: Austrian Academy of Sciences, 2020. 332 p.

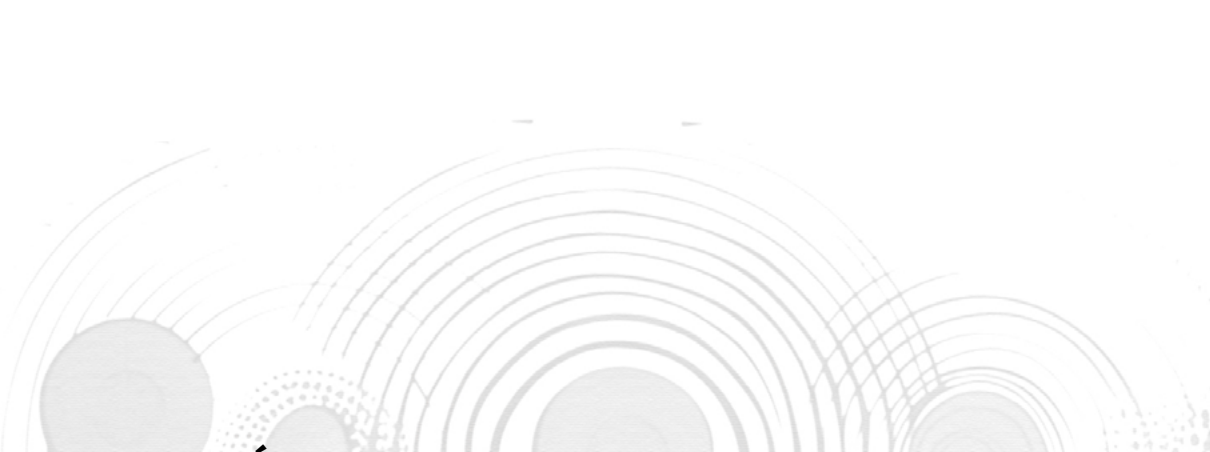
STEEN, G. *et al. A method for linguistic metaphor identification: from MIP to MIPVU*. Amsterdam; Filadelfia: John Benjamins, 2010. 330 p.

UNDERHILL, J. *Creating worldviews: metaphor, ideology and language*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2013. 312 p.

VAN DIJK, T. A. *Ideology: a multidisciplinary approach*. London: Sage, 1998. 384 p.

VEREZA, S. “Metáfora é que nem...”: cognição e discurso na metáfora situada. *Revista Signo*, Santa Cruz do Sul, v. 38, n. 65, p. 2-21, jul./dez. 2013.

VEREZA, S.; CAVALCANTI, F. C. Percorrendo as trilhas da metáfora: teorias, abordagens e métodos. In: ROSÁRIO, I. C.; MENDES, L. S. (org.). *Teoria e análise linguística*. Niterói: EdUFF, 2022. p. 87-122.



PRÁTICAS DE ESCRITA INICIAL: UMA ABORDAGEM LINGUÍSTICO-DISCURSIVA DA JUNÇÃO EM TEXTOS NARRATIVOS

Bruna de Paula Silva (UNESP)

INTRODUÇÃO

Propôs-se, neste trabalho, a partir de um ponto próprio de observação das Tradições Discursivas (TDs), uma investigação sobre o processo de constituição da TD narrativa observada no contexto de aquisição do modo escrito de enunciação, a partir da hipótese de que os mecanismos de junção (MJs) podem ser tomados como elementos sintomáticos de diferentes TDs (Kabatek, 2005a).

A investigação focaliza a junção oracional a partir da consideração: do contexto de aquisição da escrita, numa compreensão de sujeito enquanto efeito do funcionamento simbólico da linguagem, conforme Lemos (2006[1998]); da heterogeneidade constitutiva da escrita, conforme Corrêa (2004); de um critério bidimensional de análise — sintático e semântico —, conforme Raible (2001), Halliday (1985) e Kortmann (1997); e, ainda, da consideração das TDs do falar/escrever, conforme Kabatek (2005a, 2005b, 2008)

e Lopes-Damasio (2019, 2022a, 2022b, entre outros). Investiga-se, assim, a partir do cruzamento dessas perspectivas de análise, especificamente, processos juntivos experimentados em textos produzidos, conforme proposta narrativa, por alunos do primeiro ciclo do Ensino Fundamental (EF).

A escolha da junção como foco da pesquisa fundamentou-se, como já indicado, na hipótese de Kabatek (2005a, 2005b), confirmada em vários de seus trabalhos, acerca do aspecto sintomático desses mecanismos linguísticos na configuração de TDs.⁹ Este trabalho fundamentou-se, ainda, em Raible (2001) para recorrer à análise dos MJs, na delimitação da TD narrativa, conforme a linha de Lopes-Damasio (2019, 2022a, 2022b) que propõe uma análise centrada nos MJs para delimitar diferentes TDs.

Partindo da hipótese geral de que os MJs podem ser tomados como elementos sintomáticos de diferentes TDs e considerando-os enquanto rastros específicos de uma movimentação do sujeito em seu processo de textualização, na aquisição da escrita (cf. Lopes-Damasio, 2019, 2022a, 2022b), procurou-se identificar, no comportamento desses mecanismos, possíveis reflexos da TD narrativa, visando à obtenção de conclusões acerca das características do texto e da tradição em que se inserem, com base em um enfoque no contexto de aquisição de TDs, no modo de enunciação escrito.

Este estudo trabalha com uma abordagem linguístico-discursiva dos atos de fala e de escrita (cf. Chacon, 2021), ao entender que a fala (de semiose acústico-auditiva) e a escrita (de semiose gráfico-visual), enquanto dois diferentes modos de produção e de

9 A hipótese da correlação entre TD e junção, sustenta-se a partir de um afunilamento da perspectiva dos estudos de Biber (1988) — os quais propunham uma gama maior de fatores multidimensionais, textuais e linguísticos (tempo/aspecto, advérbios, pronomes, formas nominais, subordinação/coordenação, relação *token/type*, entre outros) observáveis na caracterização e/ou comparação de gêneros textuais. Este trabalho, ao contrário da análise multidimensional de Biber (1988), propôs, na linha de Kabatek (2005a, 2005b), uma análise centrada nos MJs, a fim de reunir e comparar quantidades maiores de textos escritos da TD narrativa.

atribuição de sentido, são construídos sob a base de diferentes semioses, a partir da *língua* e das *práticas discursivas orais e letradas* — dois planos essenciais da linguagem. Para Chacon (2021, p. 4, grifos do autor), a *fala* é “um ato enunciativo cuja materialidade linguística resulta da inserção dos *falantes* em determinada(s) prática(s) da *oralidade*”, e a *escrita* é “um ato enunciativo cuja materialidade linguística resulta da inserção do *escrevente* em determinada(s) prática(s) de *letramento*”. Toma-se, a partir disso, que *fala* e *escrita* são atos enunciativos regulados por práticas discursivas (orais e letradas), as quais não se desenvolvem de maneira isolada, como aponta Chacon (2021), ao compreender Tfouni (1995). Desse modo, “a constituição como falante e como escrevente do sujeito pela linguagem se dá pelo seu atravessamento *simultâneo* por diferentes práticas de oralidade e letramento” (Chacon, 2021, p. 5, grifo do autor). Em outras palavras, há uma interpenetração das práticas de oralidade e letramento tanto nos atos de fala quanto nos atos de escrita — fato que caracteriza uma fala/escrita constitutivamente heterogênea.

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS-METODOLÓGICOS

Este trabalho utiliza-se da proposta funcionalista de Halliday (1985) para tratar das orações complexas, a fim de assimilar, na análise dos MJs, aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos, conforme observação dos eixos tático e semântico.¹⁰ Equivale dizer que, no que diz respeito ao eixo tático, preocupa-se com as relações de independência e (inter)dependência nas estruturas paratática e hipotática. Na parataxe, depreende-se uma relação entre elementos de igual estatuto, enquanto, na hipotaxe, uma relação entre elementos de diferente estatuto, uma vez que nela há sempre uma porção dominante e outra dependente. Tanto na parata-

10 Neste trabalho, a proposta do eixo semântico de Halliday (1985) não é considerada, uma vez que se considera, como será visto adiante, a proposta de Kortmann (1997) para tratar dos aspectos semânticos dos MJs, conforme o modelo bidimensional de análise dos trabalhos de Lopes-Damasio (2022a, 2022b).

xe quanto na hipotaxe delineiam-se orações primárias (referentes à primeira oração das paratáticas, e à dominante das hipotáticas) e orações secundárias (referentes à oração que segue a primária nas paratáticas, e à(s) dependente(s) nas hipotáticas).

Em conformidade com a proposta de Halliday (1985), que configura um esquema bidimensional de análise, Raible (2001) classifica as técnicas linguísticas de *junktion* (termo emprestado a Lucien Tesnière [1959] para se referir ao uso de técnicas que combinam elementos proposicionais) combinando: (i) critérios sintáticos, numa descrição de diferentes graus de integração; e (ii) critérios semânticos, numa escala cognitiva de complexidade crescente. Classificam-se os juntores, assim, tanto no eixo vertical, para identificação do grau de integração oracional, quanto no eixo horizontal, para observar a complexidade das relações semânticas.

No que diz respeito a esse eixo horizontal, adotam-se os resultados do trabalho de Kortmann (1997), acerca da gramaticalização de juntores adverbiais em línguas europeias, para observar a complexidade das relações semânticas a partir dos quatro macrossistemas semânticos: *temporal* (simultaneidade, anterioridade, posterioridade, contingência, concomitância), *modal* (modo, similaridade, comparação, conformidade, proporção, instrumento), *espacial* (lugar, espaço, adição, substituição, preferência, concomitância) e *CCCC* (causa, razão, condição, concessão, contraste, resultado). As relações semânticas dos macrossistemas se desdobram em conjuntos de relações com elos de parentesco, que explicam padrões de polissemia nas línguas. Para explicação dos padrões, é importante sublinhar que *tempo* dá origem à *CCCC*, mas não o contrário; ainda, *espaço* e *modo* não possuem afinidades semânticas, mas alimentam *tempo* e *CCCC* (Kortmann, 1997).

Neste trabalho, explicou-se ocorrências de trânsitos semânticos (em MJs que seguem padrões de polissemia) a partir do tra-

balho de Kortmann (1997), por meio do processo de inferência dos sentidos dos MJs em seus *espaços de junção*.¹¹

Na linha de Lopes-Damasio (2019, 2022a, 2022b), considera-se o modelo bidimensional de análise de junção a partir de Halliday (1985) e Raible (2001) para adotar o cruzamento dos eixos tático (vertical) e semântico (horizontal): o eixo vertical é representado, conforme os trabalhos da autora, pelas relações paratáticas e hipotáticas (cf. Halliday, 1985), já o eixo horizontal, pelas relações semânticas, de acordo com o critério de complexidade crescente (cf. Kortmann, 1997). Para Lopes-Damasio (2022b, p. 15), a análise das relações desempenhadas pelos MJs, fundamentada nesse critério bidimensional, é um argumento indicativo da circulação do escrevente pelo (seu) imaginário sobre a escrita. Da mesma forma, é indício da dialogia entre o já falado-escrito e ouvido-lido, em contexto marcado por seus aspectos sociais e históricos.

A peculiaridade desse tratamento encontra-se no fato de enxergar a prática de textualização não como *produto textual* – no sentido de que há um produtor de texto que se antecipa ao próprio texto, enquanto fonte/origem do dizer –, mas como um processo de textualização em que sujeito se constitui como escrevente num texto que se constitui numa **tradição**. E encontra-se, ainda, no fato de enxergar os MJs não como categorias linguísticas, unicamente – no sentido de que são previamente formatadas –, mas como *rastros* da circulação do sujeito por suas imagens de (sua) escrita. (Lopes-Damasio, 2022b, p. 15-16, grifos da autora).

Os MJs, localizados em TDs, indicam, numa dialogia com o já falado/escrito, *rastros* da circulação do sujeito pela imagem que faz

11 Para Lopes-Damasio (2020, p. 142), os *espaços de junção* permitem “observar as técnicas de junção sem perder de vista o ponto em que ocorrem”, nos encadeamentos que constituem uma tradição.

da (sua) escrita, compreendendo, portanto, o que se está denominando aqui como um aspecto sintomático de TDs (cf. Kabatek, 2005a).

O conceito inicial de TD (cf. Kabatek, 2005a) foi definido a partir da compreensão de que, além de uma história das línguas particulares (de sistema gramatical e lexical), haveria, também, uma história dos textos (numa relação de tradicionalidade e repetição). Kabatek (2005a) preconiza que a atividade do falar/escrever se dá a partir de uma finalidade comunicativa concreta que atravessa, concomitantemente, os filtros da língua e da TD para chegar ao enunciado (produto do ato comunicativo).

A proposta de TD, ao se assentar nos níveis coserianos (universal, histórico e atual/individual) e localizar-se na reduplicação do nível histórico (cf. Kabatek, 2005a), caracteriza-se por uma noção de historicidade genuinamente cronológica. Entretanto, este trabalho compreende, conforme Lopes-Damasio e Silva (no prelo) e Lopes-Damasio (2022a, 2022b), um diálogo crítico da historicidade do conceito de TDs (cf. Kabatek, 2005a) com a historicidade assentada no conceito discursivo de memória (cf. Corrêa, 2004):

Julgamos necessárias, ainda, algumas ressalvas quanto aos níveis coserianos [...]. Quanto aos níveis *histórico* e *atual/individual*, reconhecemos que só existe história no nível *atual* e que a história só existe porque o ato linguístico nunca é *individual*. Em outras palavras, distanciamo-nos, inicialmente, de uma separação entre esses dois níveis. Consequentemente, subordinamos o entendimento do nível *atual/individual* à ideia de sujeito da linguagem não como indivíduo, mas como *individuação*. Resulta desses deslocamentos aquele relativo ao nível *universal*, que deixa, pois, de ser universal e passa a ser *sócio-historicamente* determinado. De modo geral, o caráter histórico – para além de seu viés cronológico – assume papel fundan-

te do que entendemos, aqui, como *linguagem*, *língua*, *discurso* e *sujeito* (Lopes-Damasio; Silva, no prelo, grifos da autora).

A partir dessa perspectiva assinalada por Lopes-Damasio e Silva (no prelo), entende-se a TD com caráter de processo,¹² dentro das possibilidades do já dito, do que se diz e do(s) projeto(s) de dizer, de acordo com o que se faz inédito no acontecimento discursivo: o conceito de TD fundamenta-se na relação existente, a cada ato discursivo, entre memória e atualidade.

Desse modo, a partir da concepção de TDs na linha de Lopes-Damasio (2019, 2022a, 2022b, entre outros) e Lopes-Damasio e Silva (no prelo), é possível compreender as TDs através do princípio dialógico, fator primordial para toda e qualquer prática discursiva. Para Lopes-Damasio (2022a, 2022b), uma TD configura-se a partir de movimentos de *reprodutibilidade*, de réplica de tradições linguísticas, e de movimentos de *ineditismo*, de traços da individuação histórica que o sujeito traz para a tradição que, ao repetir/evocar, também se atualiza. Esses movimentos são, de acordo com Lopes-Damasio (2022a), resultado da circulação do sujeito por práticas orais/faladas e letradas/escritas, numa relação dialógica e singular.

Ao compreender a relação direta entre os fatos linguísticos do falado/escrito e as práticas sociais orais/letradas, abandona-se a dicotomia entre fala e escrita para compreendê-las enquanto modos de enunciação constitutivamente heterogêneos (Corrêa, 2004). Para Corrêa (2004), a língua é um espaço onde mobilizam-se práticas discursivas e sociais por meio dos produtos linguísticos do fa-

12 Num entendimento primário de TD, conforme Kabatek (2005a), o conceito de TD, ao assumir valor de signo porque é significável, e ser reconhecida por meio de outros signos que podem extrapolar os limites textuais, pode compreender um sentido de *produto* linguístico, contudo, a partir do diálogo feito por Lopes-Damasio (2019, p. 8), que identifica as “tradições como *acontecimento*, que guarda, a cada realização, uma novidade dada no modo como se realiza aquela prática”, é possível observar uma relação de *processo*, que decorre de um ponto discursivo, de acordo com concepções pecheutianas.

lado e do escrito que, em suas constituições, perfazem-se heterogêneos, visto que não são homogêneos e/ou puros, exatamente pelo caráter linguístico-discursivo que permitem observar, no falado e no escrito, uma constituição mútua entre eles, considerados modos de enunciação, de semioses distintas que servem apenas de suporte para a língua.

Para Corrêa (2004), a escrita constitui-se de forma não somente heterogênea, como também historicizada (conforme conceito discursivo de memória), visto que ela comporta subjetivações, tempos e espaços específicos, e se torna, por isso, um modo particular da subjetividade na linguagem: “a constituição da subjetividade se dá numa via de mão dupla: da língua para o discurso e do discurso para a língua, ou seja, é linguística, mas também social e histórica” (Fisher; Corrêa, 2019, p. 180). Nessa perspectiva, de implicação teórico-metodológica, sublinha-se a noção de que os modos de enunciação não encontram limites nas situações imediatas de realização, mas acontecem num ponto do processo discursivo (Pêcheux, 1988).

O modo de enunciação escrito pode ser observado, conforme Corrêa (2004), a partir de três pontos do processo de produção do escrevente, os quais consistem em três eixos que orientam a circulação do escrevente pelo imaginário sobre a escrita. O *primeiro eixo* de representação diz respeito à *gênese da escrita*, ou seja, corresponde ao momento em que o escrevente, ao se apropriar da escrita, toma-a como termo a termo da oralidade, num posto de igualdade entre o escrito e o falado. O *segundo eixo* caracteriza o momento em que o escrevente toma a escrita enquanto modo de enunciação autônomo em relação à oralidade, e o representa, na escrita, a partir do que reconhece e o que imagina ser o *código escrito institucionalizado*. O *terceiro eixo*, regulador de todos os outros eixos, visto seu caráter de definição a partir da relação entre o sujeito e a *dialogia com o já falado/escrito e ouvido/lido*, desta-

ca o caráter fundamental do dialogismo na constituição da escrita heterogênea. Observa-se que, embora os eixos sejam categorizados de forma separada, seu funcionamento ocorre de forma simultânea e integrada na prática escrita (Corrêa, 2004).

Lemos (2002, 2006[1998]) compreende a aquisição (inicial) da linguagem escrita enquanto um fato de linguagem que aponta para uma captura da criança pelo seu funcionamento linguístico-discursivo, pois entende que o sujeito se movimenta pela língua (em funcionamento), numa relação de transformação e mudança, operada como efeito do funcionamento simbólico da linguagem.

A transformação que ocorre consiste num movimento recíproco, constitutivo e singular que se faz a partir da relação sujeito-linguagem-outro, uma vez que Lemos (2002) propõe mudanças estruturais de posição do sujeito em uma estrutura, cujos polos são o *outro*, a *língua* e o próprio *sujeito*. As mudanças de posição em uma estrutura presumem uma não superação de nenhuma das três posições, pois consiste numa relação que se manifesta por dominância de polos (do *outro*, da *língua* e do *sujeito*), e não por exclusão de polos em vista da presença de um outro (Lemos, 2002, p. 56).

Na primeira mudança de posição que propõe Lemos (2002), há uma dominância da fala *outro*, por isso, o sujeito se encontra em estado de alienação à fala desse *outro* e incorpora os fragmentos do *outro* na fala; na segunda posição, de dominância do funcionamento da *língua*, o sujeito é marcado por contrastes entre “erros” e acertos, uma vez que os “erros” adivinham da “migração dos fragmentos incorporados de uma para outra cadeia” (Lemos, 2002, p. 49) e, aparece, portanto, nesses “erros”, uma emergência do sujeito na cadeia significante; já a terceira posição, relacionada à dominância do *sujeito* com sua própria fala, relaciona-se, também, a correções, hesitações, pausas e reformulações, pois, nesse momento,

a criança escuta sua própria fala, e é afetada pelo estranhamento do outro em relação à sua fala e próprias produções.¹³

Essa perspectiva torna-se uma alternativa à noção de desenvolvimento, uma vez que não há uma superação de fases em que o sujeito se desenvolve, mas mudanças de posição, por parte do sujeito, em uma estrutura que é processo, e não produto, pois as mudanças de posição são explicadas a partir do efeito do funcionamento da língua (Lemos, 2002, p. 56). A língua, desse modo, inscreve-se na criança: não é a criança quem se apropria da língua, mas a língua e seu jogo simbólico que a capturam (Lemos, 2002).

Nesse espaço teórico de observação, a fim de responder à pergunta: “quais indícios de natureza linguístico-discursiva podem ser observados entre o funcionamento dos MJs e a aquisição da TD narrativa no modo escrito de enunciação?”, parte-se da hipótese relacionada aos MJs serem tomados como *sintomáticos* de diferentes TDs (cf. Kabatek, 2005a, 2008) e *rastros* da circulação do sujeito por práticas discursivas: de acordo com essa hipótese, a noção de constituição da TD narrativa, em contexto de aquisição no modo escrito de enunciação, pode ser pautada pelo funcionamento dos MJs tomados como possíveis índices da TD narrativa.

A partir da pergunta de pesquisa, direcionada pela hipótese supracitada, objetivou-se descrever e analisar os MJs, empregados na TD narrativa, buscando identificar, nesse comportamento, possíveis reflexos da TD narrativa e, assim, alcançar conclusões acerca dos aspectos de *sintoma* e de *rastros* da junção na delimitação dessa TD. Esse objetivo compreende a descrição e a análise dos MJs na TD narrativa em contexto de aquisição, a partir das relações semânticas e da interdependência existente entre as porções componentes da oração complexa, na perspectiva de Halliday (1985) e Raible

13 Lemos (2002, 2006[1998]), observa a aquisição da escrita segundo os mesmos parâmetros de observação e análise do fenômeno da aquisição da linguagem, investigado, pela autora, através de diálogos de registros da fala.

(2001), enquanto resultado da circulação dialógica dos sujeitos pelas práticas sociais do já falado/escrito e ouvido/lido.

MATERIAL E MÉTODOS

O material investigado é constituído por 40 textos escritos por alunos regularmente matriculados nas antigas 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental (sendo, portanto, dez textos de cada série), no período de 2001-2004, em escola pública de S. J. do Rio Preto-SP.¹⁴

A análise realiza-se seguindo uma metodologia quali-quantitativa, a partir da identificação dos MJs (na TD narrativa em aquisição) e, em seguida, da descrição linguística analítica e discursiva desses MJs identificados, baseada no cruzamento dos parâmetros sintático e semântico, conforme *análise bidimensional* de observação da junção oracional, e eixos de observação que orientam a circulação do escrevente pelo imaginário sobre a escrita (cf. Corrêa, 2004).

RESULTADOS

Nesta seção, apresentam-se os resultados da descrição e análise dos MJs na TD narrativa, a fim de caracterizar a funcionalidade dos MJs, em contexto de aquisição dessa TD, no modo de enunciação escrito.

Nos textos escritos, produzidos por sujeitos de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental, a presença de MJs na parataxe é predominante, em relação à hipotaxe: identificou-se um total de 421 (100%) juntores, sendo 378 (89,7%) considerados *paratáticos* e 43 (10,2%) *hipotáticos*. Em (01), exemplificam-se o funcionamento

14 Esses textos foram coletados por Capristano (2001-2004), quinzenalmente, e encontram-se depositados no Banco de Dados do Grupo de Pesquisa em Estudos da Linguagem (GPEL/CNPq), no interior do qual esta pesquisa se desenvolveu.

dessas relações táticas, conforme a descrição dos textos dos sujeitos em contexto de aquisição:

(01) “ORATO DO CANPO RECEBEU UMA CARTA
DELADA CIDADE Ø A BRIU A CARTA CORENDO
QUEANDO ELE ABRIUA CARTA OQ UERITINHA
DE INTERESANTE NA CARTA Ø ELE LEU”
[05-A/05/1S]¹⁵

No exemplo (01), é possível observar três usos de MJs (destacados em negrito), em espaços de junção específicos. O primeiro uso juntivo é caracterizado por uma justaposição na *parataxe*, pois do seu espaço de junção depreende uma relação entre elementos de igual estatuto, em relação às orações primária “ORATO DO CANPO RECEBEU UMA CARTA DELADA CIDADE” e secundária “Ø A BRIU A CARTA CORENDO”; do espaço de junção depreendem, ainda, em relação ao aspecto semântico: uma leitura do sentido de adição, uma vez que esta justaposição adiciona eventos na TD narrativa com caráter de fluxo de fala; uma leitura do sentido de tempo posterior, pela relação de posterioridade existente entre os eventos; e de uma leitura do sentido de causa, quando contemplada a relação de causalidade entre os eventos adicionados sob o princípio de iconicidade, conforme o esquema de trânsito semântico “adição > tempo posterior > causa”.

O segundo MJ destacado no trecho do exemplo (01), compreende a junção “QUANDO” (grafado “**QUEANDO**”) na estrutura *hipotática*, pois o espaço de junção confere uma relação entre elementos de diferente estatuto, cuja porção dominante “A BRIU A CARTA CORENDO” é dependente de “**QUEANDO** ELE ABRIUA CARTA OQ UERITINHA DE INTERESANTE NA CARTA Ø ELE LEU”; o espaço de junção confere, ainda, em relação ao aspecto semântico, o senti-

15 Os textos escritos do *corpus* foram transcritos, para descrição e análise, conforme disposição gráfica e ortográfica que constam nos textos originais (inclusive a linearização e a distribuição entre letras maiúsculas e minúsculas).

do de tempo simultâneo, conforme parafraseia-se o MJ “QUANDO” por “no momento em que”: “[...] abriu a carta correndo quando/ no momento em que ele abriu a carta, o que tinha de interessante na carta? [...]”.

Por fim, o terceiro MJ do trecho exemplar, a justaposição, pode ser considerada na estrutura *paratática*, tendo em vista a relação de igual estatuto entre as orações primária “QUEANDO ELE ABRIUA CARTA OQ UERITINHA DE INTERESANTE NA CARTA” e secundária “Ø ELE LEU”; no que diz respeito ao aspecto semântico, o MJ compreende um sentido mais concreto de adição, que permite inferir, ainda, um sentido mais abstrato de tempo posterior, conforme o esquema de trânsito semântico “adição > tempo posterior” e a paráfrase linguística: “Quando ele abriu a carta, o que que tinha de interessante na carta?” “Em seguida/Depois ele leu [...]”, ou seja, a leitura da carta é um evento acrescido ao da abertura da carta, que também caracteriza uma relação de posterioridade entre os eventos icônicos.

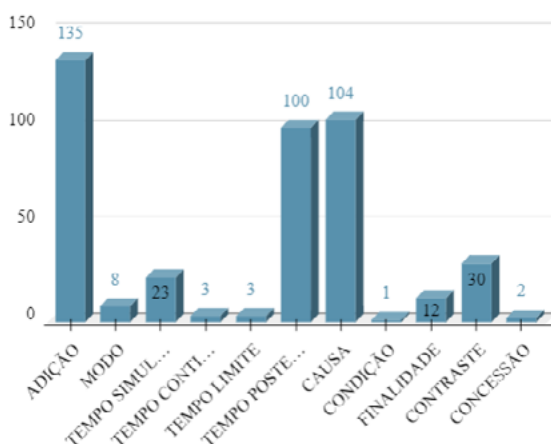
As relações semânticas *paratáticas* e *hipotáticas* estiveram presentes em textos da TD narrativa de todas as seriações (1ª à 4ª série), com tendência à estrutura sintática *paratática*, devido os MJs se apresentarem, majoritariamente, como exemplifica o exemplo (01), em espaços de junção caracterizados pelo fluxo de fala, característico da escrita genética (cf. Corrêa, 2004), dado o contexto de aquisição da escrita/TD narrativa.

Os trânsitos semânticos identificados nos MJs de justaposições, primeiro e terceiro juntores do exemplo (01), configuram rastros para associação das ocorrências ao primeiro eixo da *gênese da escrita* (cf. Corrêa, 2004), uma vez a inferência de sentidos, no espaço de junção, se tornar possível a partir de referências pragmático-discursivas. Já o uso do MJ “QUANDO” (grafado “QUEANDO”),

ao ser usado de forma prototípica,¹⁶ com sentido de tempo simultâneo, na hipotaxe, indicia o atravessamento do escrevente por práticas letradas, e, por isso, de indícios de uma circulação pelo segundo eixo de observação do *código escrito institucionalizado* (cf. Corrêa, 2004), especialmente quando comparado aos usos das justaposições, que alcançam sentido por meio de trânsito semânticos, de acordo com inferências de referências pragmático-discursivas, de gestos enunciativos.

Os resultados da investigação do eixo lógico-semântico no *corpus* de análise apresentam-se no Gráfico 1:

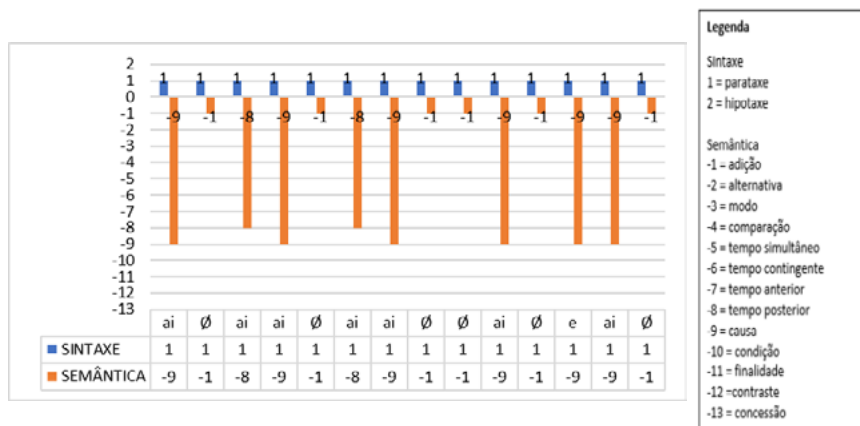
Gráfico 1 – Frequência dos MJs: eixo horizontal



Fonte: Elaboração própria.

As relações de sentido mais recorrentes foram, respectivamente, as de *adição* (135/32%), *causa* (104/25%) e *tempo posterior* (100/24%). No Juntograma 1, é possível observar, exemplarmente, por meio de texto da 2ª série do EF, como os sentidos dos MJs, em espaços de junção, se configuram na TD narrativa e a delimitam:

16 Este trabalho considera prototípicas as ocorrências de MJs que, em seus espaços de junção, não se constatarem transitos semânticos, ou seja, relações de derivação “fonte” e/ou “alvo” com outros sentidos.

Juntograma 1 – Texto de escrevente da 2ª série EF [02-B/02/2S]**TEXTO [02-B/02/2S]**

A bruxa

Abruxa derrepente vil

alguma coisa mechendo

ai ela falou Ø oquesera ai el vil

tronba ai ela falou Ø oque e isso

ai aparesseu uma cabeça

ai ela falou Ø nosa sinhora

oque e iço Ø quem e voce ai o

elefante falou Ø eu quero um

bejo e deu un vejo ai

ela falou Ø ficar com

voce.

Fonte: Elaboração própria.

O Juntograma 1 apresenta, exemplarmente, como ocorrem as relações semânticas, em correlação com as sintáticas, na TD narrativa. A descrição dos MJs do Texto [02-B/02/2S] apresenta um uso juntivo exclusivo em estrutura paratática, a partir de espaços de junção de *adição*, *tempo posterior* e *causa*, por meio, variavelmente, dos MJs “ai”, justaposição e “e”, característicos de uma escrita genética marcada pelo fluxo de fala.

Desse modo, o Texto demonstra, de forma exemplar, a presença majoritária de MJs paratáticos, com acepções dos sentidos

de *adição*, *tempo posterior* e *causa*, na TD narrativa em aquisição, que também apresenta, como tendência, os usos dos *types* “*ai*”, justaposição e “*e*” para indicar, variavelmente, os três sentidos mais recorrentes já mencionados. Sublinha-se, ainda, o contexto de aquisição da TD narrativa para observar os usos dos MJs recorrentes que indiciam uma circulação do escrevente pelo primeiro eixo dialógico, da *gênese da escrita*, (cf. Corrêa, 2004), conforme os usos juntivos usuais em práticas da oralidade, e que aparecem no texto escrito com aspecto de reconstrução do fluxo de fala, ilustrando um gesto enunciativo que é traduzido graficamente no ritmo da escrita.

De modo a apresentar, de forma sistematizada, a descrição dos eixos vertical e horizontal por seriação, a Tabela 1 conjuga os resultados da frequência *token* e *type* dos MJs identificados nos textos de TD narrativa:

Tabela 1 – Frequência *token* e *type* dos MJs da 1ª à 4ª série do EF

<i>Ano / Token</i>	EIXO HORIZONTAL	EIXO VERTICAL
1S T: 86	Adição (31/36%)	PARATAXE (31/100%)
	Tempo posterior (31/36%)	PARATAXE (30/97%) HIPOTAXE (1/3%)
	Causa (24/28%)	PARATAXE (23/96%) HIPOTAXE (1/4%)
2S T: 104	Adição (44/42%)	PARATAXE (44/100%)
	Causa (32/31%)	PARATAXE (30/94%) HIPOTAXE (2/6%)
	Tempo posterior (28/27%)	PARATAXE (28/100%)
3S T: 66	Adição (31/47%)	PARATAXE (31/100%)
	Causa (24/36%)	PARATAXE (22/91%) HIPOTAXE (2/9%)
	Tempo posterior (11/17%)	PARATAXE (11/100%)
4S T: 84	Tempo posterior (31/37%)	PARATAXE (29/100%)
	Adição (29/35%)	PARATAXE (31/100%)
	Causa (24/28%)	PARATAXE (22/92%) HIPOTAXE (2/8%)

Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 1 apresenta as frequências *token* e *type* dos MJs usados nos textos que compõem o *corpus* analisado, a partir dos eixos vertical, tático, e horizontal, semântico. Assim, está dividida por série (1S = 1ª série; 2S = 2ª série; 3S = 3ª série; e 4S = 4ª série). Na primeira coluna, a seguir da descrição da série, expõe-se a quantificação (*token*) de MJs no universo de textos investigados. Na segunda coluna, expõem-se os *types* semânticos mais frequentes nesse universo textual (adição, tempo posterior e causa). Por fim, a terceira coluna expõe os resultados relativos ao eixo tático, em correlação com os *types* semânticos.

A partir desses dados, destaca-se que, com exceção dos resultados da frequência *token* de 3S (= 66), os demais não mostram diferenças significativas (1S/86; 2S/104; 4S/84) de usos de MJs nos textos produzidos por sujeitos ao longo do processo de escolarização compreendido nesse período. Destaca-se, ainda, que as mesmas relações de sentido — adição, tempo posterior e causa — figuram entre as mais frequentes, de 1S a 4S, com alterações apenas na ordenação, em termos de frequência de uso, e que esses sentidos são sintaticamente construídos em arranjos predominantemente paratáticos, quando se trata de tempo e causa, e exclusivamente paratático, quando se trata de adição.

Destacada essa aproximação em relação aos eixos horizontal e vertical, será necessário observar “como” esses espaços de junção são preenchidos pelos MJs, para além dos contextos de uso considerados prototípicos, ou seja, será necessário abordar também os contextos em que se configuram trânsitos semânticos. Os trânsitos semânticos estiveram constantemente presentes nos textos investigados. De acordo com a análise, houve um grande número de MJs que apresentaram um sentido mais concreto de adição, e, que, a partir desse sentido, habilitaram a leitura de sentido(s) mais abstrato(s), especialmente tempo posterior e/ou causa, assim como se observou, de igual modo, a tendência de MJs com sentido

mais concreto de tempo posterior, habilitando a inferência do sentido mais abstrato de causa.

Nessa perspectiva, nos textos analisados, houve um total de 151 MJs, envolvidos em trânsitos semânticos, mais recorrentemente observados entre as relações de *adição > tempo posterior*; *adição > causa*; *adição > contraste*; e *tempo > causa*, conforme se apresenta na Tabela 2:

Tabela 2 – Trânsitos semânticos na TD narrativa

SERIAÇÃO / TRÂNSITO	ADIÇÃO > TEMPO P.	ADIÇÃO > CAUSA	ADIÇÃO > CONTRASTE	TEMPO > CAUSA	TOTAL
1A	16/26%	4/12%	2/33%	18/35%	40/27%
2A	22/35%	8/25%	2/33%	17/33%	49/32%
3A	9/15%	13/41%	1/17%	9/18%	32/21%
4A	15/24%	7/22%	1/17%	7/14%	30/20%
1A - 4A	62/100%	32/100%	6/100%	51/100%	151/100%

Fonte: Elaboração própria

Como demonstra a Tabela 2, num panorama geral, a partir dos contextos juntivos analisados nos textos narrativos das quatro séries, identificaram-se 151 em que, nos espaços de junção, habilitavam-se trânsitos semânticos, dentre os quais, 62 (41%) caracterizam-se entre as relações de *adição > tempo*, 51 (34%) entre *tempo > causa*, 32 (21%) entre *adição > causa*, e 6 (4%) entre *adição > contraste*, conforme seguem especificados de acordo com os resultados dos textos de cada série analisada. Esses resultados chamam a atenção para a alta frequência de envolvimento da relação de sentido temporal, quer como sentido *alvo* (nos casos de *adição > tempo posterior*), quer como sentido *fonte* (nos casos de *tempo > causa*), nos contextos de trânsito semântico, nos textos narrativos analisados. De (02) a (05), ilustram-se os trânsitos semânticos identificados nos textos de cada seriação, respectivamente, entre *adição > tempo posterior*, *adição > causa*, *adição > contraste* e *tempo > causa*:

(02) “O Noivo da Profa^a Verruguinha vai aparecer **e** vai ver ela caída no chão” [03-C/03/3S]

(03) “norferato virou uma estatua porque derrubaram a estatua **e** ele virou estatua” [02-C/02/3S]

(04) “a velinha estava-la penssando que não ia fazer nada **Ø** ela deu um golpe de carate neles” [07-D/07/4S]

(05) “Lucas estava paceando pleas ruas e a policea prendeu ele achando que era seu irmam **Emtam** Luam foi se entregar na policea” [08-D/08/4S]

No exemplo (02), o MJ paratático “e” confere, por meio da oração secundária “ele virou estatua”, um sentido de *adição* à oração primária “norferato virou uma estatua porque derrubaram” pois um evento narrativo se adiciona ao outro. É possível inferir, no espaço de junção, também, um sentido mais abstrato de *tempo posterior*, pois “o noivo da professora aparece, e em seguida, a vê caída no chão”, conforme o esquema “*adição > tempo posterior*”.

Em (03), o MJ paratático “e”, num espaço de junção de *adição*, ao acrescentar um evento a outro, permite a inferência do sentido de *causa*, pois, como apresenta a paráfrase “norferato virou uma estatua [efeito] porque derrubaram a estatua [causa]”, há uma relação de causalidade entre os eventos que foram acrescentados, conforme o esquema “*adição > causa*”.

A justaposição de (04) possui, a partir do sentido de *adição*, o de *contraste* paratático, de acordo com a paráfrase: “a velinha estava lá, pensando que não ia fazer nada, porém ela deu um golpe de karatê neles”. A paráfrase permite a leitura de contraste que se dá por meio dos eventos que são acrescentados e postos numa relação contrastiva, conforme o esquema “*adição > contraste*”.

Com sentido mais concreto de *tempo posterior*, na parataxe, o MJ “ENTÃO” (grafado “IMTAM”) do exemplo (05) indica, além da relação de posterioridade entre os eventos, um sentido mais abstrato de *causa*, pois “Luam foi se entregar na policea” (efeito),

por conta da prisão do irmão por engano (causa): efeito-causa deu-se a partir da leitura de posterioridade dos eventos narrativos, conforme o esquema “*tempo posterior > causa*”.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Os resultados alcançados mostram que, no que diz respeito ao eixo vertical, que compõe o critério bidimensional de análise, os usos paratáticos foram predominantes em relação aos hipotáticos. Embora menos frequentes, a junção hipotática é constatada em textos da TD narrativa de todas as séries, e, a partir da 3ª série, com maior recorrência. A predominância das estruturas sintáticas paratáticas encontra explicação no *corpus* analisado constituir textos escritos da TD narrativa em contexto de aquisição, e apresentar, logo, indícios de uma escrita genética (cf. Corrêa, 2004), com presença de MJs em espaços de junção caracterizados pelo fluxo de fala e por gestos enunciativos.

Dentro das estruturas sintáticas, observa-se, de igual modo, as relações semânticas, a partir dos espaços de junção dos MJs. Os sentidos mais frequentes observados foram os de *adição*, *causa* e *tempo posterior*. Tais MJs são tomados como característicos da TD narrativa, pois indicam a adição de informações para a progressão da história, num acréscimo de eventos, assim como indicam relações de causalidade (efeito-causa/causa-efeito) e de asserção/explicação, regularmente constatadas a partir das relações de tempo posterior, cujo papel é determinante para a sequencialidade temporal dos eventos narrados sob o princípio da iconicidade. Os usos dos MJs com sentido de *adição*, *causa* e *tempo posterior* são indícios da circulação dos sujeitos por práticas discursivas de tradições constitutivas do narrar, em intrínseca relação como já falado/escrito e ouvido/lido, conforme o que compreende o terceiro eixo de observação da *dialogia com o já falado/escrito e ouvido/lido* (cf. Corrêa, 2004).

Destaca-se a recorrência de MJs da TD narrativa que, nos espaços de junção que ocupam, apresentam o sentido de *tempo posterior* — quer como sentido prototípico quer como resultado de trânsitos semânticos. Nos textos da 1ª e 4ª série, apresentam-se as maiores frequências dessa relação de sentido, que pode configurar a constituição da TD narrativa, pautada nas relações de posterioridade e iconicidade. Vale sublinhar que o *corpus* deste trabalho fora disposto em seriações distintas — portanto, de acordo com uma perspectiva metodológica semi-longitudinal —, e que, a partir disso, o resultado expõe uma similaridade encontrada nas relações de sentido empregadas, a partir de diferentes MJs e de diversas movimentações de sentido, na 1ª e 4ª série, como fruto da circulação dos sujeitos pelas mesmas práticas discursivas: a maior ou menor circulação dos sujeitos pela TD narrativa que determina o uso juntivo temporal para representar as tradições do narrar, e não a noção de desenvolvimento, refutada por Lemos (2006[1998]) e por este trabalho, que prever-se-ia um uso juntivo temporal de constante à crescente conforme os avanços das seriações.

O trânsito semântico de maior frequência, a partir dos MJs da TD narrativa analisados, é o de *adição > tempo posterior*, conforme a adição de eventos que se dão sob a relação de posterioridade e iconicidade. Esse resultado permite a proposição de uma relação entre o sentido de tempo e a construção da TD narrativa, em textos que configuram a aquisição do modo escrito de enunciação.

Devido ao contexto de aquisição da TD narrativa no modo escrito de enunciação, os excertos analisados representam a recorrência de indícios da circulação dos escreventes pelos eixos um e dois — a saber, da gênese da escrita e do código escrito institucionalizado (cf. Corrêa, 2004) — no *corpus*, ao apresentar, nos espaços de junção dos MJs: trânsitos semânticos que configuram rastros para a associação das ocorrências ao primeiro — devido à inferência a partir de referências pragmático-discursivas nos gestos

enunciativos e nas reconstruções do fluxo de fala —; prototipicidade que indicia o atravessamento do escrevente por práticas letradas, e, por isso, de indícios de uma circulação pelo segundo eixo de observação.

De modo geral, responde-se à pergunta inicial “quais indícios de natureza linguístico-discursiva podem ser observados entre o funcionamento dos MJs e a aquisição da TD narrativa no modo escrito de enunciação?”, confirmando a hipótese de que os MJs são elementos *sintomáticos* de diferentes TDs (cf. Kabatek, 2005a; 2008), e, em especial, de que os MJs paratáticos, com sentido de adição, tempo posterior e causa, são sintomas da TD narrativa em aquisição. Confirma-se, ainda, que, a partir desse resultado, os MJs são considerados *rastros* da circulação do sujeito por práticas discursivas, pois eles exibem, em seus espaços de junção, a representação do sujeito pelas tradições constitutivas do narrar, em intrínseca relação como já falado/escrito e ouvido/lido (cf. Corrêa, 2004).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIBER, D. *Variation across speech and writing*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

CHACON, L. A relação fala/escrita em dados não-convencionais de escrita infantil. *Cadernos de Linguística*, Campinas, v. 2, n. 1, p. 01-17, 2021.

CORRÊA, M. L. G. *O modo heterogêneo de constituição da escrita*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FISCHER, A; CORRÊA, M. L. G. Entrevista com o Prof. Dr. Manoel Luiz Gonçalves Corrêa: a escrita na formação do professor e pesquisador. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 23, n. 48, p. 177-185, 2019.

HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to Functional Grammar*. London: Edward Arnold, 1985.

KABATEK, J. Tradiciones discursivas y cambio lingüístico. *Lexis XXIX*, [S. l.], v. 29, n. 2, 151-177, 2005a.

KABATEK, J. Sobre a historicidade dos textos. *Linha d'água*, São Paulo, v. 17, p. 157- 170, 2005b.

KABATEK, J. Introduccion. In: KABATEK, J. (ed.). *Sintaxis histórica del español y cambio lingüístico: nuevas perspectivas desde las Tradiciones Discursivas*. Madrid: Iberoamericana; 2008. p. X-X.

KORTMANN, B. *Adverbial Subordination: a typology and History of Adverbial Subordinators Based on European Languages*. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 1997.

LEMOES, C. T. Das vicissitudes da fala da criança e de sua investigação. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 42, p. 41-70, 2002.

LEMOES, C. T. Sobre a aquisição da escrita: algumas questões. In: ROJO, R. (org.). *Alfabetização e letramento*. 3. ed. Campinas: Mercado de Letras, 2006[1998].

LOPES-DAMASIO, L. R. O movimento linguístico-discursivo na aquisição da escrita: uma abordagem dos mecanismos de junção aditivos na construção de sentidos no texto. *Filologia e Linguística Portuguesa*, [S. l.], v. 21, p. 147-170, 2019.

LOPES-DAMASIO, L. R. Junção e tradição discursiva na escrita infantil. *Revista (Con)Textos Linguísticos*, Vitória, v. 14, n. 29, p. 136-156, 2020.

LOPES-DAMASIO, L. R. Para argumentar, basta começar: mecanismos de junção e tradição discursiva em aquisição. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 64, p. 1-16, 2022a.

LOPES-DAMASIO, L. R. *Escrita infantil: junção e tradição discursiva*. São Paulo: Editora UNESP, 2022b.

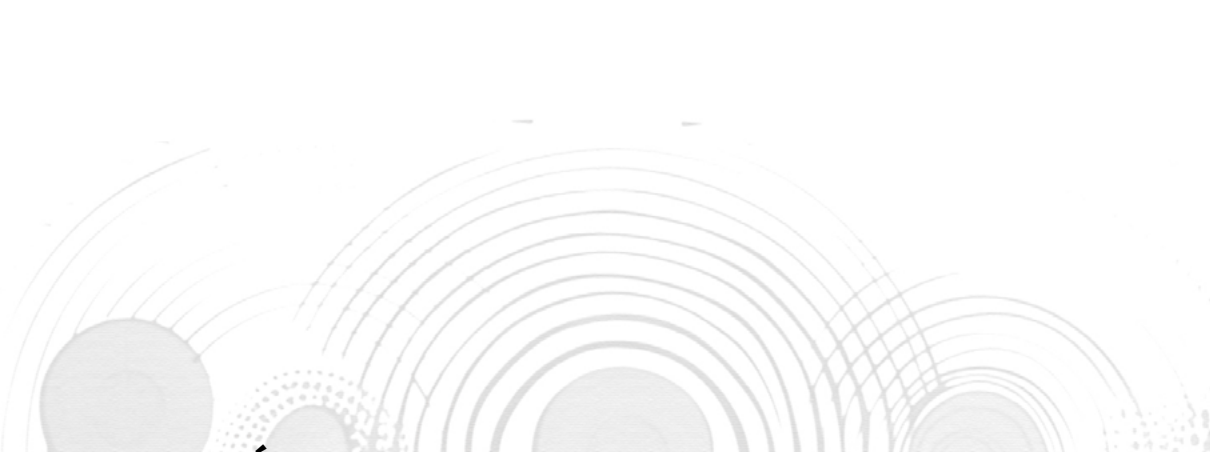
LOPES-DAMASIO, L. R.; SILVA, B. P. Aquisição da escrita na tradição discursiva narrativa: uma abordagem dos mecanismos de junção. *Working Papers em Linguística*, no prelo [2024?].

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1988.

RAIBLE, W. Linking clauses. In: HASPELMATH, M. et al. (ed). *Language typology and language universals: an international handbook*. Berlin: Walter de Gruyter, 2001. p. 590-617.

TESNIÈRE, L. *Eléments De Syntaxe Structurale*. Paris: Klincksieck, 1959.

TFOUNI, L. V. *Letramento e alfabetização*. São Paulo: Cortez, 1995.



PRÁTICAS DE ESCRITA NO PEJA: O PAPEL DAS TRADIÇÕES DISCURSIVAS ORAIS À LUZ DA HETEROGENEIDADE CONSTITUTIVA

Giovanna Coelho de Oliveira (UNESP)

INTRODUÇÃO

Este trabalho resenha a comunicação oral realizada no IV Seminário do Grupo de Pesquisa Conectivos e Conexão de Orações, no Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense (UFF), no dia 30 de maio de 2023. A exposição, que leva o mesmo título deste trabalho, tematizou o papel que as tradições discursivas (TD) orais desempenham no processo de aquisição da escrita, pelo sujeito já adulto, no contexto do Projeto para Educação de Jovens e Adultos (PEJA), com a finalidade de situar a produção dos educandos do PEJA quanto à apreensão de possíveis marcas linguísticas que caracterizam o modo heterogêneo de constituição da (sua) escrita.

Os resultados aqui apresentados constituem um recorte da Pesquisa de Mestrado, em andamento, intitulada “O papel das Tradições Discursivas orais na escrita inicial no contexto

do PEJA” (FAPESP – processo 2023/02325-6). Voltada à relevância das TDs orais durante o percurso de aquisição da escrita, o objetivo geral da Pesquisa é observar como as TDs orais atuam no processo que desvenda o texto escrito, significando-o, ou seja, tornando-o significativo para um sujeito. A partir desse movimento, busca-se analisar a maneira pela qual as TDs orais, sendo fenômenos linguístico-discursivos e, portanto, não “transparentes”, integram os processos ocultos do letramento acadêmico (Street, 2014). Este objetivo está assentado na hipótese de que as práticas discursivas orais, em torno de objetos portadores de textos, estão na origem das relações que se estabelecem entre o sujeito e o texto e que, portanto, é por meio dessas práticas que o texto deixa seu estatuto de “coisa” para se transformar em “objeto significado” (Abaurre *et al.*, 2002; Rojo, 1998). Acrescenta-se, ainda, a hipótese de que as TDs têm feito parte dos aspectos ocultos do letramento acadêmico (Street, 2014), expressão utilizada para mostrar que certos aspectos da produção do texto não são explicitados e/ou considerados no processo de ensino e aprendizagem.

A fim de atingir os objetivos propostos e averiguar as hipóteses formuladas, a metodologia resulta em dois passos, aparentemente discretos, mas que, no desenvolvimento da pesquisa, constituir-se-ão como um único procedimento investigativo abdutivo, de natureza qualitativa, de acordo com a descrição a seguir:

- I. *Etapa aplicada*: sustentada pela hipótese de que as TDs têm feito parte dos aspectos ocultos do letramento acadêmico (Street, 2014) — expressão utilizada para mostrar que certos aspectos da produção do texto, em todos os níveis de ensino, não são explicitados e/ou considerados no processo de ensino e aprendizagem —, esta etapa volta-se à proposição e descrição de atividades de produção escrita que considerem a relação sujeito-escrita e a escrita-processo, podendo colaborar com a discussão sobre práticas de ensino e aprendizagem que considerem o sujeito

e sua relação com a língua/linguagem, especificamente no contexto do PEJA.

II. Etapa analítica: voltada para a observação e descrição do papel das TDs orais no processo de aquisição da escrita (Lopes-Damasio, 2019, 2020), a partir de uma análise do produto escrito que recupere seu processo de produção, propondo uma articulação entre o conceito de TD e as relações entre fala/escrita e oralidade/letramento.

Conforme esperado em um procedimento investigativo abduutivo, propõe-se um retorno às bases teóricas, de modo a estabelecer uma discussão que pode ou não reforçar pressupostos e confirmar a hipótese de que as TDs orais estão na origem do processo que desvenda o texto escrito. Dessa forma, não se trata de etapas que devam ser entendidas, necessariamente, numa sequência ou sucessão fixa, mas de etapas que, embora distintas, produzirão resultados que estarão imediatamente implicados.

Para este recorte, se propõe uma abordagem da escrita de jovens e adultos a partir do funcionamento dos mecanismos de junção (MJs) em duas TDs narrativas: diário e relato. A partir daí, objetiva-se apontar relações linguístico-discursivas entre MJs e TDs sob a hipótese de que, por meio da circulação do sujeito pelo que imagina ser a escrita (Corrêa, 1997), a realização das TDs ocorre em virtude do que esse sujeito (re)conhece como fixo e lacunar nessas tradições, deixando rastros que indiciam seu processo de atualização.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Com o objetivo de construir um espaço teórico adequado para a observação das TDs orais no processo de aquisição da escrita de jovens e adultos, se caracteriza, antes de mais nada, a noção de aquisição da escrita assumida neste trabalho, fundamentada nos estudos de base sociointeracionistas, postulados por Lemos

(1998, 2002). Sob esse viés, a aquisição da escrita é compreendida enquanto transformação do sujeito na/pela escrita, tendo como fundamento o conceito estrutural da mudança de posição.¹ Não se trata, desse modo, de uma progressão por fases ou estágios, conforme a noção construtivista de “desenvolvimento”, e tampouco, de aquisição da escrita como sinônimo de alfabetização,² mas de uma transformação irreversível que se opera nos sujeitos pelo simbólico (Lemos, 1998).

Feitas essas considerações, se propõe um diálogo crítico entre a aquisição da escrita, tal como caracterizada anteriormente, à luz dos conceitos de heterogeneidade da escrita (Corrêa, 1997), e de TD (Kabatek, 2005a, 2005b), na esteira dos estudos desenvolvidos por Lopes-Damasio (2014, 2019, 2020, 2022).

No PEJA, a alfabetização é tomada como processo fundamental para a educação emancipatória, voltada à práxis política, na qual se é alfabetizado para a autonomia. Assim, o tratamento dado à educação de jovens e adultos não poderá ser confundido com uma educação de mero caráter compensatório, logo, como uma reposição dos conteúdos da escola regular. De mesmo modo, a alfabetização, nesse mesmo contexto, não poderá ser assumida como uma forma de levar jovens e adultos a decodificar letras e números.

Para Freire (2003), a alfabetização está ligada a um processo de aprendizagem mais amplo, que excede as associações etimológi-

1 Lemos (2002), atribui à “mudança”, um novo estatuto ao assumir o posicionamento do sujeito em uma estrutura. Portanto, o que identifica as mudanças no processo de aquisição são as diferentes posições do sujeito nesta estrutura. As mudanças que qualificam a trajetória do sujeito a sujeito-falante e/ou sujeito-escrevente são relativas ao: (i) o outro, em que a fala/escrita do sujeito tem origem no enunciado do outro (Lemos, 2002, p. 61); (ii) a língua, em que os enunciados do sujeito são tomados como “cadeias permeáveis a outras cadeias e, portanto, passíveis de deslocamento, de resignificação” (Lemos, 2002, p. 61); e (iii) a relação entre sujeito e (sua) fala, em que a reorganização do enunciado dito pelo sujeito indica a mudança de posição entre a instância que fala e a que escuta.

2 Neste contexto, o entendimento atribuído à alfabetização consiste no domínio ativo e sistemático de ler e escrever e é, portanto, diferente daquele adotado por Paulo Freire (2003), conforme apresentado mais à frente.

cas com “alfabeto” e abarca todos os possíveis aspectos sociais e individuais das práticas de leitura e escrita imbricadas nas atividades cotidianas dos sujeitos. Reconhecer, portanto, a natureza histórica da alfabetização, implica na compreensão da escrita enquanto prática social e discursiva, pertencente à cultura e às estruturas de poder numa sociedade, podendo variar de um contexto para o outro e transformar-se ao longo de momentos históricos determinados.

O conceito de alfabetização, tal como proposto por Freire (2003), se aproxima — resguardadas as diferenças teóricas —, do entendimento conferido, por Corrêa (1997), à noção de letramento. Para o autor, as práticas de letramento e oralidade estão estreitamente relacionadas a detalhes específicos de um acontecimento discursivo, realizado no seio de uma determinada comunidade, em um determinado ponto da história.³

Na busca por uma fundamentação teórica para a conceituação do modo heterogêneo de constituição da escrita, Corrêa (1997), em sua tese de doutoramento, toma as relações entre fala/oralidade e escrita/letramento como relação entre fatos linguísticos (relação fala x escrita) e como relação entre práticas sociais (oralidade/letramento). A partir daí, Corrêa (1997) mobiliza a hipótese do encontro entre as práticas sociais do oral/letrado e os fatos linguísticos do falado/escrito, tomando ambos os grupos de fenômenos como práticas discursivas intimamente relacionadas.

Sendo, portanto, “fala” e “escrita” produtos linguísticos de uma determinada prática de oralidade e letramento, Corrêa (1997) reclama a indissociabilidade dos atos de enunciação, sejam falados, sejam escritos, ao observar que a fala não se constitui unicamente por práticas de oralidade e, sequer a escrita é restrita apenas às práticas de letramento, mas que ambas, fala e escrita, resultam

3 Assim, torna-se possível falar de letramentos, no plural, pensando na multiplicidade de práticas sociais e na multimodalidade dos textos que circulam em uma dada comunidade (Terra, 2013).

do atravessamento concomitante do sujeito por múltiplas práticas de oralidade e letramento. Assim, fala e escrita seriam *constitutivamente heterogêneas* (Corrêa, 1997).⁴

Como consequência, tem-se que, mesmo antes de se inserir na escrita, o sujeito já possui um certo grau de letramento, a depender de sua vivência. Por isso, espera-se que o *corpus* analisado, constituído por meio dos textos escritos pelos sujeitos em contexto do PEJA em intrínseca relação com o material de sua produção, possam registrar, em maior ou menor grau, a convivência entre as práticas orais e letradas que os sujeitos circulam.

Para investigar a constituição heterogênea da escrita, Corrêa (1997) apresenta três eixos pelos quais o escrevente circula na representação que faz do que imagina ser (i) a gênese da (sua) escrita, correspondente aos momentos pelo qual o escrevente, ao apropriar-se da escrita, a concebe como representação termo a termo da oralidade/fala; (ii) o código escrito institucionalizado, correspondente aos momentos pelos quais o escrevente concebe a escrita a partir do que acredita ser o modo autônomo de representar a oralidade e (iii) a dialogia com o já falado/escrito e já ouvido/lido, caracterizado por aquilo que o escrevente acredita ser a relação apropriada com a exterioridade constitutiva de seu texto.

Os eixos não devem ser entendidos como “estágios”, mas podem ser observados concomitantemente, uma vez que se encontram em constante diálogo. Nesse sentido, a circulação do escrevente pelos dois primeiros eixos pode ser percebida por meio de marcas linguísticas e é dirigida pelo terceiro eixo, que se refere, de modo

4 Corrêa (1997) sustenta que a fala, enquanto ato enunciativo, materializa-se linguisticamente por meio da inserção do falante em determinada(s) prática(s) de oralidade, enquanto prática(s) discursiva(s), responsável(is) por regular a produção e difusão de atos enunciativos falados. Em adjacência, a escrita, enquanto ato enunciativo, materializa-se linguisticamente por meio da inserção do escrevente em determinada(s) prática(s) de letramento, enquanto prática(s) discursiva(s), responsável(is) por regular a produção e difusão de atos enunciativos escritos.

geral, à presença do dialogismo em toda a linguagem (Corrêa, 1997, p. 13).

A referência a um modo heterogêneo de constituição da escrita trata de uma enunciação dividida, que mostra não uma inadequação a um modelo, mas a tentativa de reprodução de vários modelos. Em outras palavras, marca uma resposta a modos de *individuação*⁵ a que o sujeito está exposto em sua experiência com a linguagem (Corrêa, 1997, p. 94).

Esse fato, diretamente relacionado com o tratamento da relação entre oral/falado e letrado/escrito como práticas sociais, permite optar pela consideração de pistas linguísticas da relação sujeito/linguagem deixadas pelos escreventes (Corrêa, 1997, p. 95).⁶ Para o autor (Corrêa, 1997, p. 94), “trata-se de apanhar, em pistas linguísticas locais, um modo de constituição desse sujeito”. Dessa forma, “tanto esse tipo de pista, quanto o sujeito assim concebido estão referidos à hipótese da circulação dialógica do escrevente e, portanto, só possuem individualidade em relação ao conceito de dialogia” (Corrêa, 1997, p. 94). Em outras palavras, trata-se de fatos individuais porque são individuados.

Tendo situado, ainda que brevemente, a noção de escrita constitutivamente heterogênea, de Corrêa (1997), propõe-se associar, neste trabalho, o conceito de TD. A possibilidade dessa integração é justificada pelo caráter de réplica da linguagem, postulado pelo

5 Segundo Corrêa (1997, p. 94), individualidade é individuação, na medida em que se evita tanto a ideia de um sujeito assujeitado como a ideia de um sujeito indivíduo. Em sua tese, o autor justifica que, embora não tenha pretensão de criar uma concepção de sujeito, poderia afirmar, de maneira ampla, que a concepção de sujeito por ele adotada rejeita integralmente a ideia de sujeito da linguagem como indivíduo, já que não é a singularidade factual que enuncia, e recusa, em parte, a ideia de sujeito assujeitado, já que mantém um aspecto fundamental dessa visão: a presença do outro como constitutiva do sujeito.

6 Por essa razão, Corrêa (1997) justifica o uso do chamado “paradigma indiciário” para conduzir a análise que propõe em sua tese de doutoramento, já que não busca, nas pistas, a individualidade em si, mas um tipo de generalidade, por meio da qual se pode passar da singularidade individual à especificidade, isto é, ao indivíduo como inteligível (é por isso que específico quer dizer, ao mesmo tempo, geral e particular) (Veyne, 1971, p. 48 *apud* Corrêa, 1997, p. 96).

terceiro eixo no modelo de Corrêa (1997), na esteira dos estudos de Lopes-Damasio (2014, 2019, 2020, entre outros).

A fundamentação do conceito de TDs deriva da concepção de linguagem proposta por Coseriu (1979) e amplamente difundida na romanística alemã. Nesse modelo, Coseriu (1979) apresenta três níveis do linguístico, a partir dos quais toda atividade linguística se realiza: (i) universal, referente ao falar em geral, tomado enquanto fato antropológico; (ii) histórico, referente às formas historicamente dadas, atualizadas das línguas particulares, isto é, aos diferentes idiomas existentes, incluindo aí suas variedades; e (iii) atual ou individual, referente à realização individual, que trata os textos ou discursos concretamente realizados.

Quanto a esses níveis, Lopes-Damasio (2020, p. 140) faz duas importantes ressalvas: a primeira, direcionada ao nível histórico, entende que “só existe história no nível atual, tal como só existe história porque o ato linguístico nunca é individual”. Já, a segunda, referente ao nível atual, compreende que “só existe nível atual subjacente à concepção de sujeito da linguagem não como indivíduo, mas como individuação” (Lopes-Damasio, 2020, p. 140).

O entendimento da linguagem como atividade,⁷ — que está na base do conceito tradicionalmente atribuído a TD, conforme Kabatek (2005a, 2005b) —, parte da hipótese de que a linguagem, enquanto atividade criadora, abandona um aspecto de “acabada”, “feita”, para assumir um conjunto de *modos de fazer* (Coseriu, 1982). Portanto, as TDs podem ser tomadas como formas textuais surgidas no bojo das tradições culturais, constituídas sob qualquer elemento significável, seja formal, seja de conteúdo e concretizadas através de um processo contínuo de evocação-repetição, em que ora conservam-se elementos (linguísticos e/ou discursi-

7 Coseriu (1992, p. 91) assume a linguagem como “[...] uma atividade humana universal que se realiza individualmente, mas sempre segundo técnicas historicamente determinadas (‘línguas’). Assim, a linguagem é encarada não como produto “acabado”, mas como um conjunto de “modos de fazer”.

vos), ora apresentam inovações, estabelecendo, assim, um laço entre *tradição* e *atualização*.

Uma vez que as TDs comunicam mais que um simples enunciado, já que a elas é atribuído o sentido de “ato linguístico que relaciona um texto com uma realidade, uma situação etc., mas também esse texto com outros textos da mesma tradição” (Kabatek, 2006, p. 513),⁸ abandona-se a possível compreensão das TDs enquanto fórmulas linguístico-discursivas tradicionalmente já constituídas e, portanto, estáticas. Isso porque, no duplo atualização-tradição, os textos se encontram sempre de maneira relacionável, de modo que, a cada nova situação comunicativa, surgem, também, novas manifestações linguísticas assentadas em modelos pré-existentes, embora passíveis de atualização.

Desse modo, na perspectiva tradicional, tal como proposto por Kabatek (2005a, 2005b), o sentido de “tradição” se encontra vinculado à historicidade, englobando textos e fórmulas que caracterizam gêneros institucionalizados e atos de fala fundamentais na relação temporal de repetição de algo. Já o termo “discursiva” é utilizado com o sentido de “língua em uso”.

Por outro lado, o entendimento, neste trabalho, atribuído ao conceito de TD, está vinculado àquele proposto por Lopes-Damasio (2014, 2018, 2019), em que “tradição” está relacionado, para além da historicidade, à experiência, no sentido do “já sabi-

8 O caráter dinâmico aí implicado remete à natureza composicional das TDs, que reflete a dialogia entre o já falado/escrito, mencionada anteriormente. Nesse contínuo, Longhin-Thomazi (2011a, p. 229) observa que as possibilidades de permanência e transformação das TDs, alocadas no domínio do discurso individual, apontam justamente para sua natureza composicional “pelo reconhecimento de elementos textuais que evocam tradições diversas”. A composicionalidade das TDs apresenta-se, portanto, em dois eixos, um paradigmático e, outro, sintagmático. Segundo Koch (1997, p. 59, tradução nossa): “As Tradições Discursivas podem ser horizontais (ou sintagmáticas), se as diferentes seções em um texto evocarem diferentes tradições, ou verticais (ou paradigmáticas), se houver uma possível co-presença de diferentes referências tradicionais [...] onde todas as referências são fornecidas simultaneamente e podem ser mais ou menos reconstruídas devido à configuração da superfície do texto (ressalta-se que superfície, aqui, não está relacionada apenas ao nível de expressão, mas inclui necessariamente o nível de conteúdo)”.

do” dessas relações (Lopes-Damasio; Silva, 2018, p. 112). Enquanto a expressão “discursiva” remete não somente às tradições como linguísticas, mas também à “qualificação das tradições como *acontecimento*, que guarda, a cada realização, uma novidade dada no modo como se realiza aquela prática” (Lopes-Damasio; Silva, 2018, p. 112, grifo dos autores).

A assunção das TDs enquanto acontecimento discursivo encontra respaldo em (Pêcheux, 1997[1983], p. 16) e pode ser compreendida, de maneira sucinta, como o “ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória”. O princípio para tal empreendimento decorre da assunção de que tudo parte de um já dito e, portanto, o sujeito não é a fonte do dizer (Pêcheux, 1997[1983]). Essa hipótese pode ser verificada na tese de Corrêa (1997) que, ao observar a circulação do escrevente pelos dois primeiros eixos como sendo dirigida pelo terceiro, o da dialogia com o já falado/escrito, a escrita não poderá ser tomada enquanto ato inaugural, no sentido em que é ligada ao já escrito (falado)/lido (ouvido).

Desse modo, o grau de evidência do sujeito, quanto ao reconhecimento de que seu ato não é inaugural, move a apropriação da escrita na direção do estabelecimento de lugares específicos também para o interlocutor e para a escrita, enfatizando ora o oral/falado, ora o letrado/escrito.

É por meio das marcas desse modo heterogêneo de constituição da escrita, evidenciado, sobretudo, pelo diálogo entre TD, o já-dito, o que se diz e o(s) projeto(s) de dizer em conformidade com a novidade do acontecimento discursivo, que Corrêa (1997) busca captar a representação que o escrevente faz de si mesmo, da (sua) escrita e de seu interlocutor, tornando possível reconhecer, nas práticas de oralidade e letramento, a multiplicidade de TDs que apontam para a relação do sujeito com a linguagem por meio de sua circulação pelo já falado/escrito (Lopes-Damasio, 2022).

Assumir, na linha proposta por Lopes-Damasio (2020, p. 149), a hipótese de que a utilização de uma ou outra forma de junção pode apontar para rastros da individuação dos sujeitos, nos eixos de representação da escrita por que circulam, permite observar o contexto enunciativo, no qual a sintaxe assume feições de dimensão de contato entre a virtualidade do sistema e a sua realização, e, dessa forma, tratar das junções como memória de realizações já feitas — especialmente, embora não exclusivamente, em práticas orais — e não apenas como recursos formais da língua.

Para seu tratamento descritivo, esses rastros coincidem, na materialidade linguística dos textos, com “marcas caracterizáveis como quaisquer técnicas usadas para juntar porções textuais, abrangendo desde conjunções e advérbios, até locuções preposicionais, marcadores ou operadores discursivos e zero” (Lopes-Damasio, 2020, p. 142). Em sua dimensão linguística, funcionam no cruzamento de dois eixos: (i) tático, em posição vertical, que se desdobra em parataxe e hipotaxe; e (ii) semântico, em posição horizontal, de acordo com um crescente de complexidade. Em relação a (ii), vale destacar, nas palavras de Lopes-Damasio (2020, p. 142, grifos da autora), seu caráter unidirecional:

Em relação a (2) [o eixo horizontal (semântico)], destaca-se o seu caráter unidirecional, comprovado, na perspectiva filogenética, por meio da mudança semântica, constatada em diversos trabalhos (cf. Kortmann, 1997), que apontam para uma relação de derivação entre as categorias *espaciais* e *modais* em direção a *tempo* e *causa*, *condição*, *contraste* e *concessão* (CCCC); e de derivação entre *tempo* e CCCC. Nessa unidirecionalidade, a acepção *aditiva* configura-se como aquela mais concreta, localizada na ponta esquerda do *continuum*, em oposição àquela, *con-*

cessiva, mais abstrata, localizada em sua ponta direita (Lopes-Damasio, 2014).

Desse modo, os MJs são tomados como o rastro “específico”⁹ que aponta a relação do sujeito com a linguagem/escrita, de modo geral, por meio, particularmente, de sua circulação pelo já-falado/escrito, via TD. Considerar a relação entre os MJs e o espaço de junção em que ocorrem, como forma de observar as técnicas de junção sem perder de vista o ponto em que ocorrem, permite vincular a ocorrência de uma TD à dimensão sintática da língua, sem, com isso, deixar de se tratar, ainda, de uma observação do contexto enunciativo, no qual a sintaxe assume feições de dimensão de contato entre a virtualidade do sistema e a sua realização, permitindo, dessa forma, a observação das junções como memória de realizações já feitas e não apenas como recursos formais da língua. Assim, o espaço de junção delinea-se a partir de um tratamento analítico de natureza linguístico-discursiva.

MATERIAL E METODOLOGIA

Para este recorte, foram mobilizados quatro textos produzidos em duas práticas de escrita distintas, porém intrinsecamente relacionadas, durante o segundo semestre letivo do ano de 2022, no contexto da Universidade Aberta à Terceira Idade (UNATI),¹⁰ um dos núcleos de atuação do PEJA-UNESP/Assis:

9 No âmbito deste trabalho, “específico” quer dizer, ao mesmo tempo, geral e particular, ou seja, inscrito na história (Veyne, 1971, p. 48 *apud* Corrêa, 2007, p. 206).

10 A UNATI é um projeto extensionista vinculado à UNESP, cuja finalidade é promover ações para a melhoria da qualidade de vida de pessoas com mais de 60 anos, mediante a realização de cursos e oficinas voltados à formação continuada do idoso. Com o fito de atender a esse objetivo, as atividades na UNATI fomentam a integração social, cultural e científica entre os membros internos da Universidade com a comunidade externa e, atualmente, podem ser divididas em três grandes grupos: (i) didáticas; (ii) artístico-culturais e (iii) saúde e bem-estar (Miranda; Condini, 2020, p. 10). No viés da educação, a UNATI configura um dos polos de atuação do PEJA, uma vez que, no Brasil, a população idosa apresenta uma taxa elevada de analfabetismo. Por isso, a educação ocupa papel fundamental no processo de envelhecimento ao favorecer a formação crítica do idoso (Miranda; Condini, 2020, p. 11).

Tabela 1 – Práticas de escrita realizadas no primeiro semestre letivo de 2023 no âmbito do PEJA-UNESP/Assis

Nº da prática de escrita	Tema	Descrição da proposta
(1)	Contando a minha história	A prática de escrita foi organizada em dois momentos: o primeiro, voltado à leitura coletiva do livro “Quarto de Despejo: diário de uma favelada”, de Carolina Maria de Jesus (2004), tinha como propósito discutir a heterogeneidade de vivências da mulher subalterna, com base no entrecruzamento das opressões de raça, classe e gênero. ¹¹ O segundo momento consistia em escrever, a partir da discussão proposta anteriormente, um relato de vida, podendo variar desde um momento marcante a um acontecimento rotineiro.
(2)	Memórias por detrás da fotografia	A prática de escrita foi organizada em dois momentos: o primeiro, ocorrido em formato de roda de conversa, estava voltado à atividade do “contar”, utilizando, como disparador, fotografias familiares, trazidas pelos educadores e educandos, com o objetivo de resgatar memórias de vida. O segundo momento consistia em registrar, no papel, uma das memórias relatadas na dinâmica anterior.

Fonte: Elaboração própria.

11 A escolha da obra literária em questão resultou da consideração conjunta de diversos fatores, dentre eles: (i) o caráter de “literatura-real”, que denuncia e testemunha a realidade a partir da perspectiva de uma mulher preta e favelada; (ii) o formato de “diário”, que traz à tona o “contar” por meio de TDs orais e letradas de natureza distinta; (iii) as temáticas abordadas, que, grosso modo, perpassam o sofrimento de mulheres vítimas da colonização de raça, classe e gênero; (iv) a representatividade de Carolina Maria de Jesus na literatura brasileira. Nas palavras de Conceição Evaristo (Barbosa, 2021): “A coragem dela [Carolina Maria de Jesus] de se pronunciar como escritora deixa um vestígio, uma herança do tempo em que populações que não eram consideradas cultas já produziam uma escrita, produziam sua poesia, e assim adquiriam esse poder de ter uma voz mais ativa”.

Com o propósito de identificar os textos, bem como a prática de escrita em que estão inseridos, foi utilizado, como código de referência dos dados em análise, a seguinte legenda: P(X), referente ao número da proposta (cf. Tabela 1); T(X), referente à numeração do texto; e E(X), referente ao escrevente.

Com a finalidade de auxiliar a apreensão de rastros que recuperem os significados que os sujeitos de pesquisa dão aos acontecimentos de escrita vivenciados, uma vez que no PEJA, como já destacado, as práticas de escrita são pensadas e realizadas enquanto práticas discursivas, em um processo de interação mais amplo, iniciado em práticas orais, foi utilizado, como ferramenta metodológica, um diário de campo (DC). Nele, foram registrados temas-geradores;¹² fragmentos de fala dos educandos; e a descrição das interações entre educadores-educandos durante as práticas de escrita.

Para a metodologia, adota-se uma abordagem qualitativa, em dois passos distintos, mas intrínsecos:

- (I) Descrever e analisar a maneira pela qual as TDs orais atuam no processo de aquisição da escrita de sujeitos adultos, buscando investigar as relações entre fala/oralidade e escrita/letramento. Para tanto, se propõe observar os rastros da circulação dos sujeitos pelo terceiro eixo de Corrêa (1997) — o da dialogia com o já falado/ouvido escrito/lido, em relação com a teoria das TDs.
- (II) Descrever e analisar os mecanismos de junção (MJs), tomados enquanto pistas linguísticas deixadas na superfície do texto, observando o tipo de processamento do discurso segundo as várias dimensões da linguagem, de acordo com os dois eixos de circulação propostos por Corrêa (1997), a saber da gênese

12 Seguindo os pressupostos freirianos, no PEJA, o trabalho tem, como ponto de partida, a sondagem da realidade dos educandos. É somente a partir do mapeamento dos chamados “temas geradores” que se torna possível organizar um plano de trabalho condizente com as realidades em que atuará. Em outras palavras, o rastreamento de temas geradores permite o (re)conhecimento das TDs pelas quais circulam esses sujeitos, mais frequentemente — embora não exclusivamente — das TDs orais.

linguística e do código escrito institucionalizado. Dito de outro modo, se buscam indícios da relação entre o comportamento da junção, nos espaços de junção, e a heterogeneidade da escrita, em relação com a teoria das TDs.

DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A apresentação dos dados objetiva descrever a circulação dialógica do escrevente relativamente aos eixos reguladores de (seu) imaginário sobre a gênese da escrita e o código escrito institucionalizado, tomando como lugar privilegiado de observação, o terceiro desses eixos, aquele que se define basicamente por sua propriedade dialógica. Para tanto, destacam-se duas subseções. A primeira está voltada à observação dos rastros da circulação dos sujeitos pelo terceiro eixo de Corrêa (1997) — o da dialogia com o já falado/ouvido escrito/lido, em relação com a teoria das TDs. Já a segunda está voltada à descrição sobre as práticas orais na organização do discurso, como forma de demonstrar a presença do oral/falado no letrado/escrito.

A PRESENÇA DO DIALOGISMO NA LINGUAGEM VIA TD

Constatar um modo heterogêneo de constituição da escrita pela via da relação entre sujeito e linguagem resulta em vários tipos de contribuição. Uma delas é compreender que os materiais significantes da fala e da escrita, isto é, a matéria fônico-acústica e gráfico-visual, respectivamente, configuram critérios insuficientes para marcar a diferença entre o falado e o escrito. Essa explicitação demonstra, dentre outras coisas, que o sujeito constantemente circula entre as práticas orais/letradas e faladas/escritas, podendo deixar traços dessa circulação em seus textos.

A partir desse entendimento, pressupõe-se que, antes de inserir-se na escrita, o sujeito domina várias TDs, especialmente as que se materializam na fala/oralidade. Para Kabatek (2005a, 2005b),

uma TD pode se formar a partir de qualquer elemento significável, formal ou de conteúdo, cuja evocação estabelece um laço entre atualização e repetição. Essa combinação aponta, ainda, para a composicionalidade das TDs, que pode ser (i) paradigmática — uma vez que se refere à possibilidade de o texto agregar um conjunto de tradições, não necessariamente pertencentes a um mesmo domínio discursivo — e (ii) sintagmática, referente aos arranjos realizados na linearidade linguística.

Os textos aqui apresentados revelaram uma variedade de TDs, apesar das propostas estarem voltadas às TDs diário e relato. Assim, a forma como os sujeitos em aquisição da escrita circulam por essas tradições indicia, além da própria aquisição de seus traços tradicionais, também, uma forte mescla, enquanto fatos que composicionalmente permitem essa tradicionalidade.

Tabela 2 – TDs e mesclas de TDs

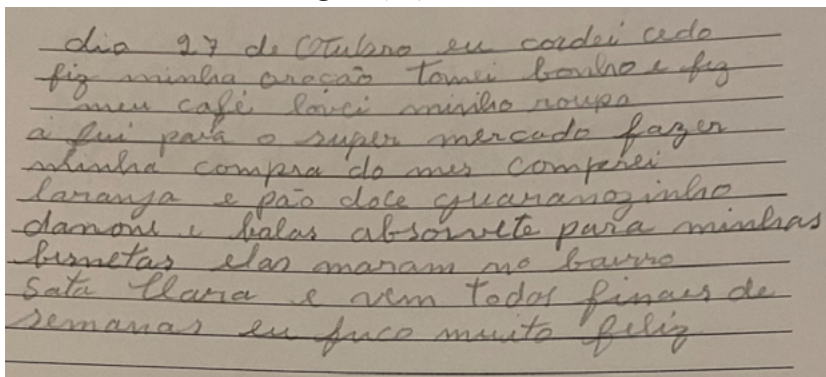
Prática de escrita	TD complexa solicitada	TDs realizadas
(1): Contando a minha história	Diário	Relato; Descrição; Explicação; Listagem; Cabeçalho.
(2): Memórias por detrás da fotografia	Relato	Relato; Descrição; Explicação; Listagem; Argumentação.

Fonte: Elaboração própria.

Do conjunto de TDs apresentado na Tabela 2, destacam-se dois aspectos: o primeiro diz respeito às TDs realizadas para a produção da TD complexa solicitada, revelando-se como um indício da própria heterogeneidade constitutiva da linguagem, em que as TDs são tomadas como matéria e produto de sua produção, em intrínseca associação à réplica da linguagem (Lopes-Damasio, 2022). No *corpus* em questão, as TDs relato, descrição e explicação

foram as mais frequentes, estando presentes em todos os textos investigados. A recorrência dessas TDs pode estar relacionada com a sua produtividade nas práticas orais/faladas e, portanto, sua ampla ocorrência nos textos pode ser explicada pela tentativa, do escrevente, de fazer plasmar, na escrita, a fala:

Imagem (01) – P1T1E1¹³



Fonte: Dados da pesquisa.

No exemplo, a complexidade enunciativa, indiciada pela forte mescla entre TDs, como observada no trecho: “eu cordei cedo fiz minha oração tomei banho e fiz meu café lavei minha roupa ai fui para o super mercado” (P1T1E1), que torna difícil a delimitação de fronteiras entre as TDs relato, descrição e listagem, retira do texto a imagem de uma mensagem monódica. Desse modo, a heterogeneidade mostrada pelas mesclas de TDs que constituem o fragmento demonstra a relação de um discurso — inscrito na pluralidade do outro —, em relação com o já/dito e os projetos de dizer.

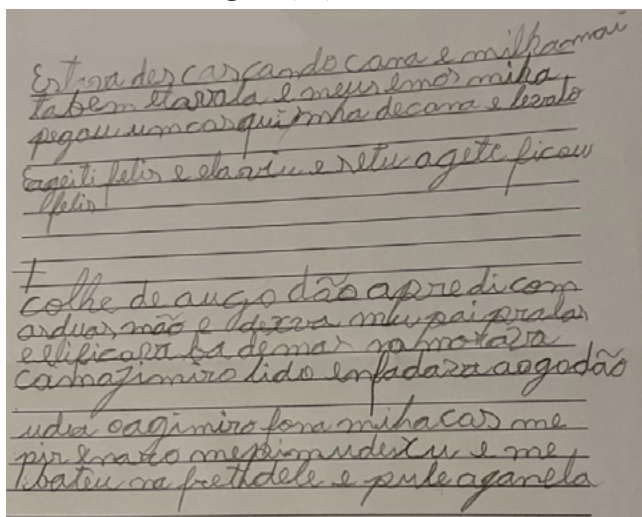
No texto, o escrevente mantém um diálogo com o cotidiano. A preservação do dia a dia é viabilizada pelo próprio caráter da TD complexa solicitada, o diário, em que a palavra imediata tem rela-

13 Leitura sugerida: dia 27 de outubro – eu acordei cedo, fiz minha oração tomei banho e fiz meu café, lavei minha roupa ai fui para o supermercado, fazer a minha compra do mês. Comprei laranja e pão doce, guaranazinho, danone e balas, absorvete para minhas bisnetas. Elas moram no bairro Santa Clara e vêm todos os finais de semana. Eu fico muito feliz (P1T1E1).

ção com o mundo imediato. Por meio do cotidiano, o escrevente indicia a própria história pessoal, uma vez que, na TD diarística, os fatos narrados podem surgir sob a presença de um pacto de verdade, a que se segue um relato retrospectivo, em primeira pessoa do singular.

Outro aspecto que chama atenção, ainda no exemplo (01), está na ocorrência da TD cabeçalho (“dia 27 de outubro”), relacionada a uma construção linguística específica, que, por sua vez, aponta para a incorporação de aspectos convencionais, de escolhas de estruturas típicas da escrita e de modelos escritos relacionados à representação do código escrito institucionalizado, indiciando, desse modo, a convivência do sujeito também com práticas de letramento.

Imagem (02) – P1T2E2¹⁴



Fonte: Dados da pesquisa.

- 14 Leitura sugerida: Estava descascando cana e minha mãe também estava lá e meus irmãos e minha [filha] pegou uma casquinha de cana e se levantou. E a gente [ficou] feliz e ela viu e se sentou. A gente ficou feliz.

Colher algodão, aprendi com as duas mãos e deixava meu pai para trás e ele ficava bravo demais. Namorava com Agimiro, lindo, enfiava algodão.

Um dia o Agimiro foi na minha casa me pedir em namoro. Meu pai não deixou e me bateu na frente dele. Eu pulei a janela. (P1T2E2).

No caso de P1T2E2, a escrita diarística nasce da necessidade de relatar as memórias construídas em dois períodos da vida do escrevente: a adulta, no primeiro excerto; e a adolescência, no segundo excerto, localizado, na imagem, abaixo do sinal (+), utilizado como recurso, junto ao distanciamento entre as linhas, para demarcar as fronteiras entre os relatos.

Diferentemente do exemplo anterior (P1T1E1), que retrata o fato cotidiano da vida do escrevente, nos exemplos em análise, retirados de (P1T2E2), nota-se um caráter intimista, em que o escrevente rememora os acontecimentos e prima por uma objetividade próxima da verossimilhança expressa, majoritariamente, via TDs orais. As experiências subjetivas refletidas no texto aparecem, nos acontecimentos de escrita, entre comentários em que o escrevente faz questionamentos de cunho existencial, conforme o excerto (I), retirado do DC, registra:

(I) Ao longo da escrita, E2 vai adicionando mais detalhes na história, enquanto conversa comigo. O escrevente acrescenta, em sua fala: “mas ele [pai] batia, ele não deixava quieto não”. E prossegue: “tinha vez que eu não sabia porque eu tava apanhando, que nem aqui, quando ele mordeu aqui ó [mostrando a cicatriz na mão] (...) fala procê, tem vez que eu fico parada assim e eu queria tanto que ele [pai] tivesse aqui. Não pra judiá dele [...] eu queria que ele tivesse aqui pra ele ver que eu faço as coisas certa. Tem hora que sei lá’, eu fico brava...” retomamos o texto. Relemos o que já tinha sido escrito. (Diário de Campo, p. 13, 2022).

A reflexão, expressa, nos exemplos, por via do caráter confessional do texto, é motivo de estudo de Foucault (1992, p. 141) quando afirma que “a escrita como exercício pessoal praticado por si e para si é uma arte da verdade contrastiva” por ser uma maneira de combinar a autoridade do já dito — com a singularidade da verdade que lhe é própria — com a particularidade da aplicação ao momento e à circunstância do seu uso posterior. Desse modo,

a escrita não poderá ser tomada enquanto ato inaugural, dado, sobretudo, a atuação da dialogia com o já falado/escrito, conforme o terceiro eixo de Corrêa (1997).

MARCAS LINGUÍSTICAS DO ENCONTRO ENTRE ORAL/FALADO E LETRADO/ESCRITO VIA MJS

O encontro entre memória e atualização (Pêcheux, 1997[1983]), por sua vez, diretamente relacionado com o tratamento da relação entre oral/falado e letrado/escrito como práticas sociais, permite optar pela consideração de pistas linguísticas da relação sujeito/linguagem deixadas pelos escreventes (Corrêa, 1997, p. 95). Para este recorte, busca-se observar os mecanismos de junção (MJ), considerados em/como espaços de repetibilidade, que mostram os diferentes tipos de circulação do escrevente pela escrita (Lopes-Damasio, 2017, p. 1041).

No caso dos textos investigados, a prevalência da parataxe, como bem demonstram os textos P2T3E1 e P2T4E2, a seguir, pode apontar para a constituição heterogênea da escrita, uma vez que atua, como marca (mais) mostrada, no escrito, da circulação do sujeito pelo modo de enunciação falado. Assim, a parataxe, conforme aponta o estudo de Lopes-Damasio e Ferrari (2023, p. 14), auxilia a recuperação do trânsito por práticas orais/faladas e letradas/escritas, enquanto sinal de que a “enunciação escrita” é constituída pela “enunciação falada” ao longo da história desses sujeitos e, conseqüentemente, enquanto ilustração empírica da gênese da escrita (Corrêa, 1997). Os dados indiciam, portanto, que os sujeitos “entram” na escrita a partir de suas experiências orais/faladas prévias.

Imagem (03) – P2T3E1¹⁵

Eu neste ano passei muitos apuros. Perdi
uma filha não ver morava longe.
eu não estava vacinada a idade a
avanzada a tristeza foi grande mas
a ondiva fé e deus é grande mas
está passando graças a ela tenho uma
neta, uma bisneta e uma tataraneta
e em dezembro eu já estava vacinada
pude viajar e conhecer minha
tataraneta. Tudo isto aconteceu por
causa da distância porque eu moro
em Assis e eles em Peruíbe.

Fonte: Dados da pesquisa.

Imagem (04) – P2T4E2¹⁶

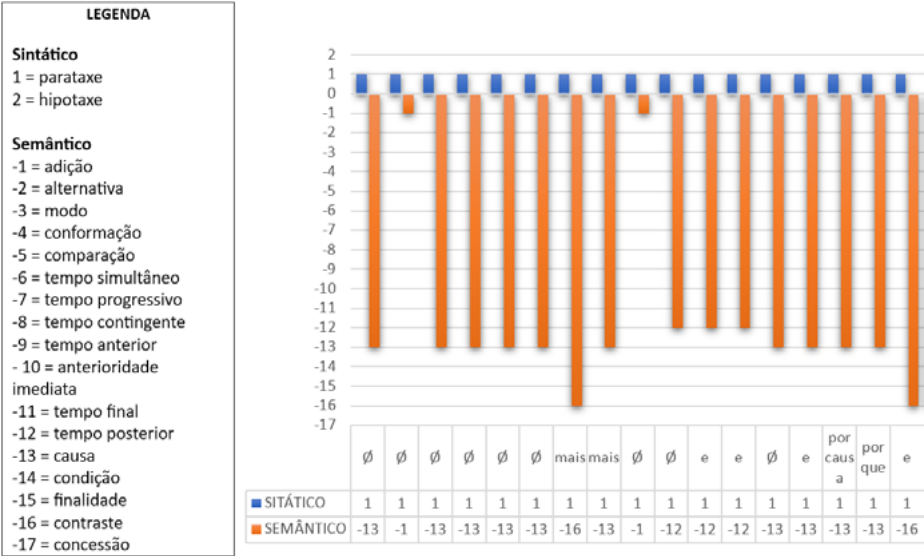
Maria Conceição Carrirano Batista
Meu neto mora comigo e teve uma
festa na escola. Ele foi na festa e apre-
sentou flores para os alunos.
Meu neto não conseguiu e chegou em
casa triste e de fora e ele chorou.
Ele disse que não conseguiu pegar uma
flor para mim e chorou.
e fiquei triste e no outro dia
fui comprar uma flor e dei para ele
da pra mim.

Fonte: Dados da pesquisa.

- 15 Leitura sugerida: Eu neste ano passei muitos apuros. Perdi uma filha, não ver [porque] morava longe. Eu não estava vacinada, a idade avançada, a tristeza foi grande, mas a minha fé em deus é grande, mas está passando. Graças a ela tenho uma neta, uma bisneta e uma tataraneta e em dezembro eu já estava vacinada. Pude viajar e conhecer minha tataraneta. Tudo isto aconteceu por causa da distância porque eu moro em Assis e eles em Peruíbe.
- 16 Leitura sugerida: Meu neto mora comigo e teve uma festa na escola. Ele foi na festa e a professora deu flores para os alunos. Meu neto não conseguiu e chegou em casa triste e depois parou e ele chorou e ele disse que não conseguiu pegar uma flor para mim e chorou. Eu fiquei triste e, no outro dia, fui, comprei uma flor, e dei para ele dar para mim.

A partir das imagens (03), referente ao texto P2T3E1; e (04), referente ao texto P2T4E2, é possível observar os comportamentos das técnicas de junção em diferentes TDs, especificamente, as TDs relato e explicação, predominantes nos textos. Nos exemplos, bem como em todo o *corpus*, o MJ mais recorrente — ainda que não exclusivo — é a justaposição paratática, que, por sua vez, se mostra associada a uma diversidade de relações semânticas.

Juntograma 1 – P2T3E1



Fonte: Dados da pesquisa.

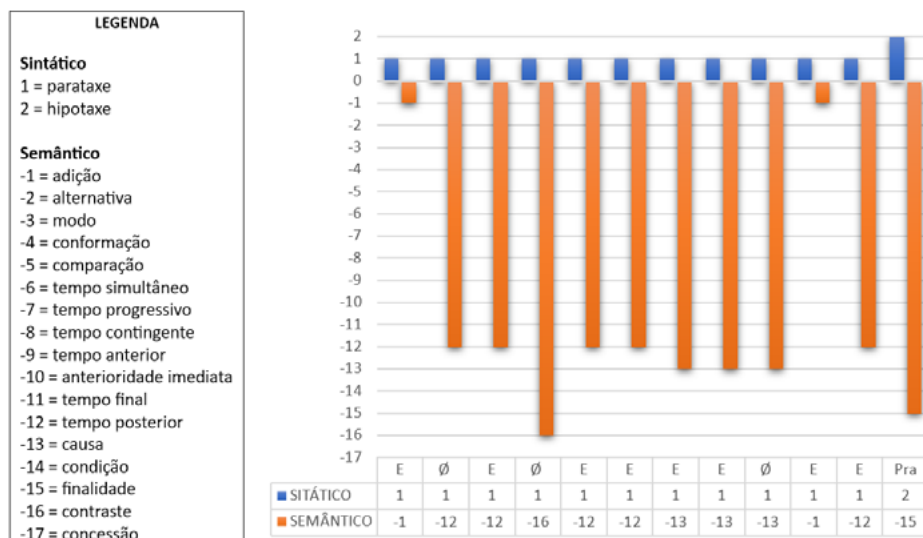
Ainda que seja predominante a construção dos enunciados por justaposição paratática, no que diz respeito às relações de sentido, é possível observar, nos espaços de junção, que as justaposições ocupam sentidos de adição, mas também de tempo posterior e causa, demonstrando, dentre outros fatores, a complexidade desse tipo de construção, por meio da derivação em que os sentidos mais concretos alimentam os sentidos mais abstratos, de forma relacional.

No trecho: “graças a ela tenho uma neta, Ø uma bisneta e uma tataraneta” (P2T3E1), é possível inferir, nos juntores em destaque, uma relação temporal de posterioridade a partir do sentido mais concreto de adição. Esse trânsito semântico entre adição > tempo posterior compreende, neste caso, o sentido de que a ordem das orações é icônica aos acontecimentos do mundo (a causa precede o efeito), de acordo com esquemas interpretativos do escrevente.

De acordo com esse modo de olhar, a noção de tempo, em certas instâncias, pode alimentar a leitura de causa, “dado que a sucessão temporal entre os eventos no mundo traduz-se, linguisticamente, na ordenação de orações assimétricas, ligadas a uma ordem icônica, que faz convergir mundo e linguagem” (Lopes-Damasio, 2017, p. 116). Nessa ordem icônica, a interpretação do que vem antes como causa e do que vem depois como efeito pode ser considerada natural.

Esse fenômeno pode ser observado nos trechos: “e em dezembro eu já estava vacinada, Ø pude viajar e conhecer minha tataraneta” (P2T3E1). Nos excertos, o trânsito semântico, identificado por meio dos juntores em destaque, entre tempo posterior > causalidade designa o par de eventos antecedente/consequente, mas também a relação que se cria entre eles, já que, segundo Hamon (2006, p. 59 *apud* Lopes-Damasio, 2017, p. 116), a relação causal não está na língua, mas na ideia de produção dos “eventos”, materializada por meio da linguagem.

Juntograma 2 – P2T4E2



Fonte: Dados da pesquisa.

O mesmo movimento parece se repetir no texto P2T4E2 (cf. Imagem 04), conforme o Juntograma 2. Embora se observe a prevalência dos mecanismos de justaposição e “e” na parataxe, as relações de sentido são diversas, tendo maior ocorrência de tempo posterior e causa. No trecho: “aprefessora de frores paros aluno **Ø** moneto nau conseguiu **e** xego en casa trite” (P2T4E2), o sentido de contraste, materializado, linguisticamente, por meio da justaposição paratática, localizada em negrito, se dá na relação entre dois acontecimentos “do mundo” (o ato de a professora distribuir flores aos alunos x um aluno, neto de E2, não ter recebido uma flor da professora). Esse fato é corroborado, na oração seguinte, pelo trânsito semântico entre causa, a partir do sentido mais concreto de adição, no mecanismo “e”, localizado em “**e** xego en casa trite”.

Trabalhos como os de Lopes-Damasio e Silva (2018) mostram como a saliência entre contraste e causa desempenha um papel substancial no discurso argumentativo, indiciando, desse modo,

um traço sintomático das TDs argumentativas em aquisição no modo escrito de enunciar.

Ainda em P2T4E2, o trecho que segue: “**e** de paro **e** elxoro” torna possível inferir, por meio do mecanismo “e”, o sentido de tempo posterior. Como já demonstrado anteriormente, a noção de tempo pode alimentar a leitura de causa e, esse movimento é observado, no texto em questão, pelas orações seguintes: “**e** ele dseque nau cosegi pega ua floraprami **e** xro”. Nesse caso, ambas as ocorrências do juntor “e”, em destaque, indiciam o trânsito semântico entre tempo posterior > causa.

Desse modo, o escrevente lança mão do modo de enunciação que já circula, ou seja, a fala, via práticas de oralidade, configurando, assim, a heterogeneidade constitutiva da escrita, o que justifica o fato de o maior número de mecanismos encontrados pertencerem ao eixo paratático e, nesse exemplo, o mecanismo “e”, mais comum em textos falados informais. Chama atenção, ainda no trecho, que a reduplicação excessiva da informação “e ele chorou” enfatiza a causa da ação, inferida, no exemplo, por meio da justaposição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para sistematizar os indícios de relações linguístico-discursivas, observados no *corpus* que constitui este recorte, destaca-se, de acordo com os passos metodológicos propostos para esta análise:

Em (I), sob a premissa de que a heterogeneidade constitui o sujeito e seu discurso, bem como a representação imaginária que orienta sua enunciação, o caráter de réplica das práticas linguístico-discursivas, evidenciada por meio das mesclas de TDs empregadas nos textos analisados, apontam tanto para o trânsito do sujeito por práticas orais, advindas de TDs que circulam a partir do modo de enunciação falado, com distintos graus de formalidade,

e portanto, relacionados ao primeiro eixo de Corrêa (1997), aquele da gênese da escrita, em que o escrevente apropria-se da escrita, tomando-a como representação da oralidade; bem como aponta para o trânsito do sujeito por práticas letradas, advindas de TDs que circulam a partir do modo escrito de enunciar, ligados ao segundo eixo de Corrêa (1997), o da representação da escrita em seu estatuto de código institucionalizado.

Desse modo, a observação das marcas da representação do sujeito sobre a (sua) escrita, que inclui sua relação com o já falado/ouvido e já escrito/lido, associada, neste trabalho, ao caráter de réplica da própria TD, possibilitou constatar a movimentação do sujeito na/pela estrutura da língua e no estabelecimento de lugares específicos também para o interlocutor e para a (sua) escrita, enfatizando ora o oral/falado, ora o letrado/escrito

Em (II), tomada a realização da linguagem como acontecimento, os MJs foram concebidos, para este recorte, como rastro específico que aponta a relação do sujeito com a escrita, por meio de sua circulação pelo já falado/escrito, via TD. A descrição da funcionalidade dos MJs em TDs narrativas mostra a alta frequência de MJs paratáticos, cujas relações de sentido mais recorrentes são adição, tempo posterior e causa. Os resultados da descrição do eixo paratático mostram rastros que caracterizam o que é fixo nessas tradições, pois indiciam um aspecto da circulação do sujeito pela escrita no que tange às formas de junção e à constituição sintática da textualização.

Por outro lado, o trânsito semântico entre adição > tempo posterior, e ainda, tempo posterior > causa, que prevê o trânsito entre essas acepções a partir do parentesco semântico constatado entre elas, demonstra, dentre outros fatores, de acordo com a natureza da TD em que se inserem — narrativa — que o contexto discursivo ressalta a necessidade de justificar e explicar. Toda essa diversidade de maneiras de rastros, no texto, alinha-se à natureza desses

contextos, à imagem que o sujeito tem do que são os objetivos dessa TD e exemplifica o modo como as técnicas juntivas materializam a maior circulação do sujeito por formas lacunares de construção textual-discursiva relacionadas a causalidade. Esse resultado fortalece as considerações de Longhin e Soncin (2014, p. 536), em que o narrar assume papel estruturante, constitutivo da composicionalidade de outras TD, estando, portanto, intimamente associado a TDs explicativas e argumentativas.

Portanto, enquanto marcas da relação entre oral/falado e letrado/escrito, observou-se que os sujeitos deixam rastros da identificação da escrita como a representação direta da fala e de um alçamento da escrita a partir de modelos institucionalizados. Dessa forma, o uso de tais estratégias juntivas nos textos em análise, podem caracterizar o início da alfabetização (Lopes-Damasio, 2014, 2018) bem como etapas posteriores de convencionalização da escrita (Taura, 2019), relacionados, por exemplo, aos (i) e (ii) eixos de circulação do escrevente pela escrita, conforme Corrêa (1997).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABAURRE, M. B. M.; FIAD, R. S.; MAYRINK-SABINSON, M. L. T. *Cenas de Aquisição de escrita: o sujeito e o trabalho com o texto*. São Paulo: Mercado de Letras, 2002.

BARBOSA, D. Conceição Evaristo aborda obra de Carolina Maria de Jesus no Letra em Cena. *Jornal Estado de Minas*, Minas Gerais, 25 out. 2021.

CORRÊA, M. L. G. *O modo heterogêneo de constituição da escrita*. 1997. 435f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

CORRÊA, M. L. G. A reformulação e seu(s) outro(s): um exemplo no campo dos letramentos acadêmicos. In: LARANJEIRA, R. M.; MIRANDA, F. D. S.; PARIS, L. G. (org.). *Letramentos Acadêmicos no*

Brasil: diálogos e mediações em homenagem a Raquel Salek Fiad. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. p. 205-232.

COSERIU, E. *Competencia lingüística: elementos de la teoria del hablar.* Madrid: Gredos, 1982.

FOUCAULT, M. “A escrita de si”. In: FOUCAULT, M. *O que é um autor?* Lisboa: Passagens, 1992. p. 129-160.

FREIRE, P. *A Importância do Ato de Ler.* 1. ed. São Paulo: Moderna, 2003.

JESUS, C. M. *Quarto de despejo: diário de uma favelada.* São Paulo: Francisco Alves, 2004.

KABATEK, J. *Tradiciones discursivas y cambio lingüístico.* *Lexis XXIX*, [S. l.], v. 29. 2, p. 151-177, 2005a.

KABATEK, J. Sobre a historicidade dos textos. *Linha d’água*, São Paulo, v. 17, p. 157- 170, 2005b.

KABATEK, J. Tradições discursivas e mudança linguística. In: LOBO, T. et al. (org.). *Para a história do português brasileiro.* Salvador: EDUFBA, 2006. Tomo II.

KOCH, P. Diskurstraditionen: zu ihren sprachtheorrtischen Status und zu ihrer Dynamik. In: Barbara, F., Thomas, H., Tophinke, D. (Org.): *Gattungen mittelalterlicher Schriftlichkeit.* Tübingen, 1997, p. 43-71.

KORTMANN, B. *Adverbial Subordination: a typology and history of adverbial subordinations based on European languages.* Oxford: Oxford University Press, 1997.

LEMOS, M. T. G. A fala da Criança como interpretação: uma análise das teorias de aquisição. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 30, n. 4, p. 181- 187, dez. 1995.

LEMOS, C. T. G. Prefácio. In: KATO, M. (org.). *A concepção da escrita pela criança.* Campinas/SP: Pontes, 1998. p. 9-14.

LEMOS, C. T. G. Das vicissitudes da Fala da Criança e sua Investigação. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 42, p. 41-69, 2002.

LONGHIN-THOMAZI, S. R. Aquisição de tradições discursivas: marcas de uma escrita heterogeneamente constituída. *ALFA: Revista de Linguística*, Assis, v. 55, n. 1, p. 225-248, 2011a.

LONGHIN-THOMAZI, S. R. Junção e(m) aquisição: aspectos morfossintáticos e cognitivos. *Gragoatá*, Niterói, n. 30, p. 221-238, 2011b.

LOPES-DAMASIO, L. R. Junção em contexto de aquisição de escrita: uma abordagem das tradições discursivas. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 43, n. 3, p. 1371-1386, 2014.

LOPES-DAMASIO, L. R. O movimento linguístico-discursivo na aquisição da escrita: uma abordagem dos mecanismos de junção aditivos na construção de sentidos no texto. *Filologia e Linguística Portuguesa*, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 147-170, 2019.

LOPES-DAMASIO, L. R. Junção e tradição discursiva na escrita infantil. *Revista (Con)textos Linguísticos*, Vitória, v. 14, p. 136-156, 2020.

LOPES-DAMASIO, L. R. Para argumentar, basta começar: mecanismos de junção e tradição discursiva em aquisição. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 64, n. 00, 2022.

LOPES-DAMASIO, L. R.; FERRARI, L. Aquisição da escrita argumentativa: a ressignificação do discurso do outro pela ilusão da argumentação. *DELTA Documentacao de Estudos em Linguistica Teorica e Aplicada*, São Paulo, v. 39, n. 2, 2023.

LOPES-DAMASIO, L. R.; SILVA, P. C. S. A produção textual escrita. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 60, n. 3, p. 1-20, 2018.

MIRANDA, K. R. M.; CONDINI, L. P.; ALMEIDA, J. M. O projeto de extensão Unati-Assis em perspectiva: trajetória, desenvolvimento e ações. *Revista UFG*, Goiânia, v. 20, n. 26, 2020.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 1997[1983].

ROJO, R. *Alfabetização e letramento*. Campinas: Mercado de Letras; 1998.

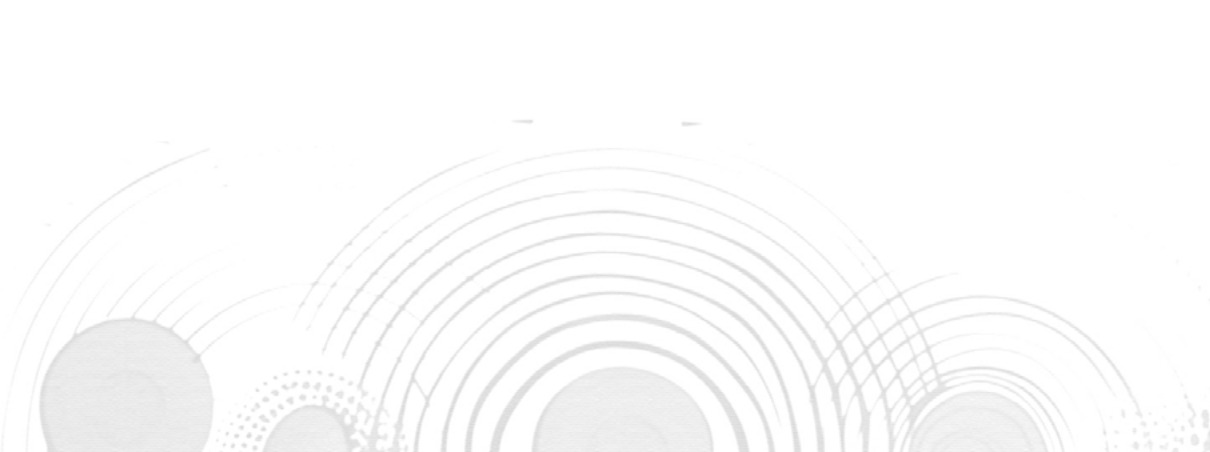
SCARPA, E. M. Aquisição da linguagem. *In*: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (org.). *Introdução à Linguística 2: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 203-232.

SONCIN, G.; LONGUIN, S. R. A causalidade de porque em textos escolares: domínios de atuação, gêneros de produção. *Linguagem & Ensino*, Pelotas, v. 17, n. 2, p. 529-549, maio/ago. 2014

STREET, B. V. *Letramentos sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação*. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2014.

TAURA, L. G. *Tradição discursiva, variedade linguística e ensino: uma abordagem da heterogeneidade da escrita*. 2019. 153 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2019.

TERRA, M. R. Letramento & letramentos: uma perspectiva sócio-cultural dos usos da escrita. *DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada*, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 29-58, 2013.



POSSIBILIDADES DISCURSIVAS DO “E” EM MANCHETES DO MEIA HORA E DO EXTRA EM MEIO AO CAOS SOCIAL DA PANDEMIA

Clayton Moreira (UFF)

INTRODUÇÃO

Fundamentado, sobretudo, na Teoria Semiolinguística da Análise do Discurso de Patrick Charaudeau, este capítulo se propõe a tratar da relação lógica da conjunção, entendida aqui como uma operação lógico-semântica e não como uma classe gramatical, diferentemente do que é prescrito pela gramática tradicional. Em seu estudo sobre as relações lógico-semânticas, publicado em 1992 no livro *Grammaire Du Sens Et de L'Expression*, Charaudeau se deteve sobre a conjunção, a disjunção, a restrição, a oposição e a causalidade, que se divide em três subcategorias: implicação, explicação e hipótese.

Nosso *corpus* é composto por um conjunto de manchetes colhidas nas capas dos jornais populares *Meia Hora* e *Extra* entre os anos de 2020 e 2021, durante a pandemia do coronavírus. Nessas manchetes, tomando como base os estudos de Monnerat

(2003), procuraremos identificar os diversos matizes semânticos assumidos pelo conector *e*, que transcendem o sentido da “enumeração pura e simples de seres” (Monnerat, 2003, p. 191). Aqui se busca mostrar como frequentemente jornais de circulação diária tiram proveito da permeabilidade de sentido do *e* para protegerem suas imagens diante do leitor, esquivando-se de polêmicas e mantendo, assim, uma aura de imparcialidade. Dessa forma, os jornais se utilizam da estratégia de preservação de face (Goffman, 1967), ou seja, o uso de estratégias linguísticas para preservar a imagem construída de uma pessoa, quer física quer jurídica, “em termos de qualidades reconhecidas socialmente” (Goffman, 1970, p. 13-14 *apud* Silva, 2020, p. 139).

Este trabalho se divide em três partes: na primeira, apresentamos os pressupostos teóricos da Semiologia e das relações lógico-semânticas instanciadas pelo conector *e*; na segunda, partimos para a análise do *corpus*; e, na terceira, fazemos as nossas considerações finais.

PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

A SEMIOLINGÜÍSTICA

A Teoria Semiológica do Discurso surgiu no início da década de 80, a partir dos estudos do linguista francês Patrick Charaudeau. Essa teoria difere daquelas cujo objeto de estudo é apenas o sistema linguístico porque elege como seu objeto de análise o discurso, inserindo-o numa problemática que relaciona os fatos da linguagem a outros fenômenos psicológicos e sociais. Na perspectiva semiológica, a linguagem guarda estreita relação com o contexto psicossocial (situacional) em que se realiza, o que confere ao discurso um caráter multidimensional.

Ao contrário de outras teorias, que concebem a linguagem como um objeto transparente, a Semiologia adota o princípio de que ela é um objeto opaco, em que o processo de comunicação

não resulta de uma única intencionalidade, porque também se deve levar em consideração as inferências, o contexto e o nível de relação que une os parceiros do ato de linguagem (Charaudeau, 2019a, p. 17). É possível dizer, portanto, que a Teoria Semiolinguística dedica-se a estudar o linguístico e o extralinguístico.

Machado (2006, p. 14) traz à luz a postulação de Charaudeau na formulação de sua teoria, segundo a qual um sujeito histórico e social, dono de si, “com suas idiossincrasias e crenças e também com o seu ‘estilo’” se sobrepõe ao “sujeito-assujeitado” de Foucault. A ênfase da Teoria Semiolinguística recai sobre as intencionalidades explícitas e implícitas do sujeito, as quais não podem ser desconsideradas na análise de um discurso, uma vez que é a partir dessas intencionalidades que se produz o sentido da enunciação. A intencionalidade equivale a um projeto de fala (Charaudeau, 2019a, p. 48), que, como explica Ribeiro (2021, p. 61), corresponde às ações protocolares e estratégicas mobilizadas pelo sujeito falante com o objetivo de influenciar o(s) seu(s) parceiro(s) no ato de linguagem em um quadro situacional.

O ato de linguagem é um fenômeno social que se dá numa situação concreta de troca e depende da intencionalidade dos sujeitos falantes. Esse ato “não pode ser concebido de outra forma a não ser como um conjunto de atos significadores que *falam* o mundo através das condições e da própria instância de sua transmissão” (Charaudeau, 2019a, p. 20, grifos do autor). Donde se conclui que

o Objeto do Conhecimento é o *do que* fala a linguagem através do *como* fala a linguagem, *um constituindo o outro* (e não um *após* o outro). O mundo não é dado a princípio. Ele *se faz* através da estratégia humana de significação (Charaudeau, 2019a, p. 20, grifos do autor).

Como dito por Charaudeau, o mundo é falado, ou seja, significado por meio do ato de linguagem. Para que essa significação possa se construir, opera-se um duplo processo de semiotização do mundo (Charaudeau, 2005, p. 14): de um lado, há o processo de transformação, em que um sujeito falante, dotado de intencionalidade e com um projeto de influência, parte de um “mundo a significar” e o transforma em um “mundo significado” sob a forma de texto; de outro lado, há o processo de transação, em que o sujeito falante faz do “mundo significado” um objeto de troca com outro sujeito que está no papel de destinatário.

Todo ato de linguagem é construído sob um contrato de comunicação, que é um conjunto de condições que devem ser atendidas para que os sujeitos possam se compreender minimamente e interagir na construção do sentido, “que é a meta essencial de qualquer ato de comunicação” (Charaudeau; Maingueneau, 2018, p. 130).

A produção do ato de linguagem ocorre levando-se em consideração as circunstâncias do discurso, ou seja, o contexto situacional e as intenções dos falantes, pois assim ele pode fazer sentido. Em função disso, Charaudeau (2015) defende que se adote uma concepção de gramática diferente da tradicional e que seja fundamentada na descrição das intenções de comunicação do sujeito falante, da diversidade das situações comunicativas e dos efeitos de sentido que podem surgir nesse ou naquele contexto.

AS RELAÇÕES LÓGICAS

Os procedimentos linguísticos de articulação lógica, conforme ensina Charaudeau (1992, p. 493), são categorias da língua que orientam a organização argumentativa da linguagem, ainda que eles, como outras categorias da língua, possam ser postos a serviço de outros modos de organização do discurso.

Ainda segundo Charaudeau (1992, p. 494), uma relação lógica consiste em se vincular duas proposições sobre o mundo, de tal maneira que a existência de uma demande a existência da outra, e vice-versa. Esse vínculo é mais conceitual do que formal e resulta das operações do pensamento, que constroem relações de sentidos entre os seres, as coisas e as ações, e, por isso, essas relações são chamadas de “lógicas”.

São três os níveis de construção de relações lógicas: o cognitivo, em que se constroem os arquétipos lógico-linguísticos; o linguístico, em que as relações são especificadas pelo sentido das marcas formais; e o discursivo, em que concorrem para essa relação o contexto e a situação de comunicação dentro de um dispositivo argumentativo.¹

As gramáticas tradicionais historicamente não dão a devida atenção às relações lógicas, pois sua principal preocupação é o ensino dos aspectos formais da língua, desconsiderando-se os aspectos semânticos, o contexto e a intencionalidade dos falantes. Ou seja, a língua em uso. Isso impede que, como observam Oliveira e Monnerat (2005, p. 90), tenhamos um ensino da língua materna que seja capaz de levar os alunos a poderem “refletir sobre as possibilidades semântico-discursivas das marcas linguísticas que deverão utilizar” na produção de textos.

Charaudeau (1992, p. 495) ensina que as relações lógicas se realizam linguisticamente por meio das palavras gramaticais, das palavras do léxico e de outras construções frasais. As palavras gramaticais, conjunções segundo a gramática tradicional e conectores ou relatores segundo a tradição linguística, são polissêmicas,

1 “Esse dispositivo argumentativo é composto por três pilares: proposta, proposição e persuasão. A proposta abrange o que frequentemente chamamos de tese [...]. A proposição é basicamente o posicionamento assumido pelo sujeito, que analisa a proposta e, a partir dela, pode querer ficar a favor, contra ou não emitir posicionamento. A persuasão corresponde à justificativa para o seu posicionamento [...]” (Souza; Ribeiro, 2017, p. 100).

ou seja, um mesmo relator pode exprimir relações lógicas diferentes ou uma mesma relação lógica pode ser expressa por relatores diferentes.

As palavras lexicais integram uma relação lógica implícita. Já certas construções frasais assinalam, pela hierarquia que elas estabelecem entre as proposições que as compõem, uma relação lógica.

Dentre as relações lógico-semânticas elencadas por Charaudeau (1992), iremos, neste trabalho, nos debruçar sobre a conjunção.

A CONJUNÇÃO

Charaudeau afirma (1992, p. 495) que as gramáticas tradicionais incluem a conjunção no grupo de palavras com funções morfológicas, que ligam as orações através da coordenação e da subordinação. No entanto, segundo a perspectiva semiolinguística, a conjunção não deve ser definida como um tipo de palavra gramatical, mas como uma operação lógico-semântica. Essa operação consiste, segundo Charaudeau (1992, p. 496), em ligar duas proposições dentre as quais ao menos um dos elementos constitutivos de uma seja semanticamente idêntico a um dos elementos constitutivos de outra, e pode ser realizada de maneira externa ou interna às proposições.

Primeiramente, essa ligação se dá de modo intraoracional quando um mesmo elemento é qualificado por mais de uma característica, como se observa na imagem a seguir:

Figura 1 – Excerto da capa do *Meia Hora*, 04/10/2020



Fonte: VerCapas. Disponível em: <https://www.vercapas.com.br/edicao/capa/meia-hora/2020-10-04/>. Acesso em: 08 fev. 2023.

Aqui temos o jornal carioca *Meia Hora*, em sua edição de 04 de outubro de 2020, fazendo uso do discurso citado² (discurso direto)³ para dar voz à atriz Roberta Rodrigues, que na época estava participando das gravações da série “*Sob Pressão*”, especial “Plantão Covid”, sobre a pandemia do coronavírus.⁴ A atriz declara: “Sou preta e mulher da favela”. Está oculto o sujeito “eu”, e esse sujeito recebe duas características que estão ligadas pelo conector *e*: preta e mulher da favela.

Um outro modo de ligação interna se dá quando um mesmo ser é agente de mais de uma ação, como se pode ver na imagem a seguir:

2 “O discurso citado é o discurso no discurso, a enunciação na enunciação, mas é, ao mesmo tempo, um discurso sobre o discurso, uma enunciação sobre a enunciação” (Bakhtin, 2002, p. 139).

3 “No discurso direto – a *oratio recta* do latim –, o narrador reproduz (ou imagina reproduzir) textualmente as palavras – *i.e.*, a *fala* – das personagens ou interlocutores” (Garcia, 2010, p. 147).

4 Disponível em: <https://gshow.globo.com/series/sob-pressao/noticia/roberta-rodrigues-afirma-que-realizou-sonho-ao-fazer-parte-do-elenco-de-sob-pressao-sou-fa-da-serie.ghml>. Acesso em: 08 fev. 2023.

Figura 2 – Excerto da capa do *Extra*, 01/04/2020



Fonte: VerCapas. Disponível em: <https://www.vercapas.com.br/edicao/capa/extra/2020-04-01/>. Acesso em: 08 fev. 2023.

Nessa manchete publicada pelo jornal carioca *Extra* na edição de 01 de abril de 2020, o Dia da Mentira, podemos verificar em “Em rede nacional, presidente pisa no freio e pede cuidados” que duas ações, ligadas pelo conector *e*, são atribuídas ao mesmo sujeito, no caso, o então presidente Jair Bolsonaro: pisar no freio *e* pedir cuidados.

Também ocorre a ligação interna quando uma mesma característica é atribuída a dois elementos diferentes, como na imagem seguinte, extraída da capa da edição do *Meia Hora* em 20 de junho de 2021, um dia após o Brasil atingir a triste marca de 500 mil vidas perdidas para a Covid-19. A dois substantivos abstratos — protestos *e* insatisfação —, é atribuída a mesma característica: não ter fronteiras.

Figura 3 – Excerto da capa do *Meia Hora*, 20/06/2021



Fonte: VerCapas. Disponível em: <https://www.vercapas.com.br/edicao/capa/meia-hora/2021-06-20/>. Acesso em: 08 fev. 2023.

O quarto e último caso de ligação interna ocorre quando dois seres diferentes cumprem o mesmo papel de agente ou paciente.

No dia 20 de março de 2020, o *Extra* divulgou em sua primeira página uma série de medidas que o governo do Estado do Rio de Janeiro adotara para tentar conter a pandemia:

Figura 4 – Excerto da capa do *Extra*, 20/03/2020



Fonte: VerCapas. Disponível em: <https://www.vercapas.com.br/edicao/capa/extra/2020-03-20/>. Acesso em: 08 fev. 2023.

Temos aqui vários exemplos: à época, os ônibus, as vans e os motoristas de aplicativos haviam sido proibidos de entrar na cidade do Rio de Janeiro; as praias e as lagoas seriam fechadas ao público; os bares e os restaurantes teriam o funcionamento restrito; os voos nacionais e voos internacionais seriam suspensos.

A ligação entre proposições pode se dar também de maneira extraoracional, quando os processos de enunciação constituem sua parte em comum. Charaudeau (1992, p. 496) afirma que pode se estabelecer entre as proposições uma relação de comparação, de oposição, de causa e consequência etc., como veremos mais à frente.

A marca prototípica da operação lógico-semântica da conjunção é o conector *e*. Em contexto negativo, é o *nem*, que é advérbio quando tem valor de “e não”, e conjunção (morfologicamente falando) quando liga duas proposições e equivale a “também não”, como podemos ver na imagem a seguir:

Figura 5 – Capa do *Meia Hora*, 26/05/2021

Fonte: VerCapas. Disponível em: <https://www.vercapas.com.br/edicao/capa/meia-hora/2021-05-26/>. Acesso em: 08 fev. 2023.

Conforme Azeredo (2014, p. 301, grifo do autor), o *nem* “emprega-se como equivalente de *e não* quando a primeira das orações já se acha negada pelo advérbio”. Ao noticiar a vitória do time do Fluminense contra o River Plate na Taça Libertadores da América, o *Meia Hora* inverteu as proposições negativas, colocando, na manchete, a oração subordinada sindética explicativa num registro coloquial mais próximo ao uso real dos falantes que são leitores do jornal: “*Nem vem que não tem, River!*”. Ressalte-se, ainda, o diálogo que o *Meia Hora* promove entre a conjunção *nem* e “Nense”, o apelido pelo qual o clube carioca é conhecido por sua torcida; para que não restassem dúvidas, as cores do Fluminense — verde, branco e grená — foram usadas para dar o devido destaque à semelhança fônica e gráfica.

Ainda segundo Azeredo (2014, p. 302, grifo do autor), “a conjunção *nem* pode [...] assinalar cada uma das orações coordenadas quando estas possuem sujeitos diferentes”; é o que vemos na notícia destacada na parte inferior da capa do *Meia Hora*: a prisão da mulher do traficante Nem da Rocinha. Fazendo um jogo de palavras com o nome pelo qual esse criminoso é conhecido, o que confere à manchete um efeito de humor próprio dos jornais populares, o enunciador pergunta quem está solto, e segue perguntando: “O Nem da Rocinha tá?”, “A ex do Nem tá?”, “A atual do Nem tá?”. Para todas essas perguntas, a mesma resposta: “*Nem*”, “*nem*”, “*nem*”. Sem prejuízo da informação, a resposta para a pergunta inicial poderia ser reescrita da seguinte forma: “*Nem* o Nem da Rocinha *nem* a ex do Nem *nem* a atual do Nem”.

E – UM CONECTOR CORINGA COM MUITAS POSSIBILIDADES

O *e* é apresentado pela gramática como a conjunção coordenativa aditiva prototípica, segundo Monnerat (2003, p. 187), expressando a soma afirmativa de informações e orações. Em função disso, é a conjunção mais frequente nas primeiras fases da linguagem infantil, sendo usado para exprimir relações que, nas fases posteriores, serão expressas com o uso de outras conjunções.

Van Dijk (1977, p. 67 *apud* Monnerat, 2003, p. 189, grifo do autor) assinala que “o *e* é um conectivo neutro porque apenas indica que os fatos se relacionam, enquanto os outros conectivos denotam, mais especificamente, o tipo de conexão estabelecida”. Neves (2011, p. 739) também menciona o caráter mais neutro do *e* em relação a outros coordenadores, exceto quando os segmentos coordenados pelo *e* conservam entre si uma relação com outros matizes semânticos como, por exemplo, contraste e causa-consequência.

Devido à sua baixa especificidade, o *e* pode ser utilizado em diversos contextos. Monnerat (2003, p. 189) ensina que ora

as construções de valor adverbial ligadas pelo *e* acrescentam outras nuances ao caráter de coordenação daquela relação, ora a ordem dos termos unidos pela conjunção é primordial para indicar uma relação de causa-efeito ou uma sequência temporal.

Ao estudar a categoria lógico-linguística da conjunção, Charaudeau (1992, p. 498) constatou os múltiplos efeitos contextuais resultantes da combinação de elementos de sentido que se encontram nas palavras do contexto. Assim sendo, o *e* pode ter vários sentidos perceptíveis, uma vez que é frouxo argumentativamente e se presta, pois, à polissemia.

Fatos do discurso, segundo Charaudeau (1992, p. 498), são a descrição de qualquer efeito contextual. A seguir, iremos observar como alguns desses fatos do discurso, com seus múltiplos efeitos contextuais, foram expressos em manchetes dos jornais *Meia Hora* e *Extra* entre 2020 e 2021, durante a pandemia e o caos social que se instaurou.

Um dos efeitos contextuais elencados por Charaudeau é o da **oposição**, operação lógica que consiste em reunir duas proposições, sendo que, em cada uma delas, há pelo menos dois elementos constitutivos que são semanticamente opostos dois a dois. As duas afirmações são explicitamente contrárias.

Em 27 de abril de 2020, quando já se disseminara, em meio à pandemia de Covid-19, o entendimento de que o isolamento social diminuía as chances de proliferação do coronavírus, o *Extra* publicou, em sua capa, a seguinte manchete:

Figura 6 – Excerto da capa do *Extra*, 27/04/2020



Fonte: VerCapas. Disponível em: <https://www.vercapas.com.br/edicao/capa/extra/2020-04-27/>. Acesso em: 10 fev. 2023.

Fazendo um jogo de palavras entre a expressão “isolamento social” e o termo “social”, usado popularmente para se designar uma “festa com poucas pessoas em que se fica ouvindo música e conversando”, o *Extra* colocou em confronto termos opostos no mesmo eixo semântico: mais “social” *versus* menos isolamento. Na oposição, não se tem a negação de uma proposição implícita, consequência da primeira proposição de base. Pelo contrário, as duas proposições se opõem de forma explícita.

Os efeitos contextuais das relações de oposições concernem ao tempo, ao espaço e à ação. Na manchete do *Extra*, temos um efeito de simultaneidade temporal, pois o que lá está expresso poderia ser dito de outra forma: “Domingo com mais ‘social’ **de um lado** e com menos isolamento **de outro lado**”, “Domingo com mais ‘social’, *enquanto que* com menos isolamento” ou “*Se* tivemos um domingo com mais ‘social’, tivemos um domingo com menos isolamento”.

Diferentemente da oposição, na **restrição**, outro efeito contextual que pode ser expresso pelo *e*, há sempre uma proposição implícita que será desmentida pela proposição seguinte. Segundo Charaudeau (1992, p. 504), a restrição não pode ser confundida com a oposição, ainda que essas operações lógicas tenham alguma coisa em comum, porque envolve três proposições: uma de base, outra restritiva e ainda uma terceira, normalmente implícita. As duas proposições são ligadas de tal maneira que uma delas, geralmente a segunda, nega a proposição normalmente implícita que poderia ser uma das naturais consequências da outra, considerada de base. Como a negação incide apenas sobre uma das consequências possíveis da proposição de base, e não sobre ela mesma, é que se pode falar em restrição e não em oposição.

Na capa da edição de 05 de março de 2021, o *Extra* trouxe a seguinte manchete:

Figura 7 – Excerto da capa do *Extra*, 05/03/2021



Fonte: VerCapas. Disponível em: <https://www.vercapas.com.br/edicao/capa/extra/2021-03-05/>. Acesso em: 10 fev. 2023.

Aqui temos: “261 mil mortos *e* Bolsonaro fala em mimimi”. A foto de uma cruz com um coração, homenagem feita por um filho no túmulo da mãe morta por Covid-19, explicita a gravidade da situação. Diante disso, cria-se a expectativa (proposição implícita) de que o então presidente poderia manifestar algum tipo de solidariedade. No entanto, essa expectativa é contrariada pela proposição restritiva, que a tradição gramatical trataria como adversativa ou concessiva. “[...] *e* Bolsonaro fala em mimimi” não nega o fato de que, até aquela data, já se contabilizavam 261 mil vidas perdidas, mas nega o que seria de se esperar de um chefe de Estado que tivesse algum tipo de empatia, o que não nos parece ser o caso, pois a legenda da foto completa a informação, dizendo que “presidente afirma que é preciso parar de ‘frescura’ com a pandemia de Covid e questiona até quando as pessoas ficarão ‘chorando’”.

Segundo Charaudeau (1992, p. 505), a restrição pode ser simples ou concessiva. No caso da simples, subentende-se o conector *mas*, pois o enunciador recorre a uma estratégia de suspense que permite ao interlocutor inferir uma conclusão a partir da proposição de base, que será negada logo em seguida. Com efeito, a manchete do *Extra* poderia ser “261 mil mortos, *mas* Bolsonaro fala em mimimi”.

Pensando na questão da temporalidade, Charaudeau (1992, p. 498) aponta outra relação lógico-semântica que pode ser encontrada no escopo da conjunção: a **simultaneidade**, que se dá quando uma proposição e outra ocorrem concomitantemente, dizendo respeito tanto a ações quanto a características dos seres. E foi o que fez o *Extra*, ao trazer, na capa da edição de 12 de junho de 2020, a seguinte manchete:

Figura 8 – Excerto da capa do *Extra*, 12/06/2020



Fonte: VerCapas. Disponível em: <https://www.vercapas.com.br/edicao/capa/extra/2020-06-12/>. Acesso em: 10 fev. 2023).

Quando menciona “a revolta de um pai e o drama de uma nação”, o *Extra* assinala duas características que coexistem simultaneamente em seres distintos. Ao mesmo tempo em que tínhamos *a revolta de um pai*, que ficara indignado com um homem que havia arrancado algumas cruzes fincadas na praia de Copacabana como forma de protesto contra a postura errática do governo federal no enfrentamento à Covid-19, tínhamos também *o drama de uma nação* que não parava de enterrar seus mortos.

Se no caso anterior as proposições aconteciam ao mesmo tempo, na **sucessividade**, uma proposição e outra possuem uma temporalidade sucessiva. Isso implica dizer que há uma relação entre as proposições indicando que uma ação ocorre depois de outra. Em 19 de março de 2021, o *Meia Hora* chegou às bancas com a seguinte manchete:

Figura 9 – Capa do *Meia Hora*, 19/03/2021



Fonte: VerCapas. Disponível em: <https://www.vercapas.com.br/edicao/capa/meia-hora/2021-03-19/>. Acesso em 10 fev. 2023.

Há uma marcação temporal indicada no enunciado “Arrombaram o Rio e agora podem botar cadeado”. Aqui o *Meia Hora* cria uma intertextualidade com o conhecido dito popular “Depois da casa arrombada, põe-se cadeado na porta”, que significa que frequentemente só se tomam as necessárias medidas de proteção ou segurança quando já é tarde demais. No dia anterior, discutia-se, na prefeitura do Rio de Janeiro, a possibilidade de se adotarem medidas restritivas de circulação de pessoas para conter o avanço do coronavírus,⁵ mais de um ano após a eclosão da pandemia de Covid-19. Com efeito, o jornal poderia ter circulado com a seguinte manchete: “Depois que arrombaram o Rio, agora podem botar cadeado”.

5 Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/03/18/paes-confirma-medidas-mais-restritivas-no-rio-e-faz-apelo-ao-governo-federal.ghtml>. Acesso em: 10 fev. 2023.

Outro fato de discurso trazido por Charaudeau (1992) em sua *Grammaire Du Sens Et L'Expression* e que pode ser expresso através da conjunção *e* é a **consequência**, como podemos observar na manchete que figurou na capa do *Extra* em 30 de janeiro de 2021:

Figura 10 – Excerto da capa do *Extra*, 30/01/2021



Fonte: VerCapas. Disponível em: <https://www.vercapas.com.br/edicao/capa/extra/2021-01-30/>. Acesso em 10 fev. 2023.

No enunciado “Agglomerações aumentam, e média de mortes cresce”, é utilizado, além da vírgula, o conector *e* na ligação das duas proposições, trazendo o sentido da consequência, qual seja, a consequência do crescimento do número de mortes é o aumento das aglomerações. Outra forma de dizer a mesma coisa seria, usando o conector de caráter conclusivo *portanto*, transcrever assim a notícia: “Agglomerações aumentam, *portanto* média de mortes cresce”.

Charaudeau (1992, p. 498) também menciona o efeito contextual de **acréscimo** ou de **reforço argumentativo**, que ele cha-

mou de *surenchère*,⁶ uma palavra francesa sem correspondente em português e que, segundo o Dicionário Larousse (2024), designa um lance maior e difícil de superar que se dá após outro em um leilão (tradução nossa). Nesse caso, introduz-se um acréscimo que representa um reforço argumentativo. Embora esse segundo elemento seja orientado para a mesma tese do primeiro, ele é argumentativamente mais forte. Funciona como um argumento cabal, categórico, definitivo. Nesse caso, o *e* pode ser substituído por *além disso, não só... mas também, e ainda por cima, e como se não bastasse*.

A pandemia da Covid-19 levou muitas pessoas a perderem seus empregos, suas fontes de renda, levando-as a passarem necessidades. Nesse cenário, em 27 de junho de 2020, o *Extra* chegou às bancas com a seguinte manchete:

Figura 11 – Excerto da capa do *Extra*, 27/06/2020



Fonte: VerCapas. Disponível em: <https://www.vercapas.com.br/edicao/capa/extra/2020-06-27/>. Acesso em: 10 fev. 2023.

6 No original em francês: « Surenchère – nom féminin: Acte par lequel une personne forme une nouvelle enchère dans les 10 jours suivant la première adjudication ». Disponível em: <https://www.larousse.fr/dictionnaires/francais/surench%C3%A8re/75662>. Acesso em: 10 fev. 2023.

Temos aqui o *Extra* acrescentando uma informação após a outra, mas o que pode ser considerado um absurdo salta aos olhos, inclusive com o auxílio do texto não verbal, a foto de uma mulher exibindo um punhado de feijões podres nas mãos. Sem prejuízo do caráter de denúncia, a manchete poderia ser reescrita assim: “*Como se não bastasse fraude na saúde e na educação, ainda tem feijão podre*”.

Ainda segundo a perspectiva semiolinguística, registre-se que o objetivo do enunciador provavelmente foi provocar um estado emocional desagradável nos leitores, e, por essa razão, operou-se uma visada de *pàthos*, que consiste em “fazer sentir” (Charaudeau, 2019b, p. 69).

Charaudeau (2019b) aponta também o efeito de reforço argumentativo que está associado às proposições exclamativas que começam com *e*, tal como no exemplo a seguir, extraído da capa da edição do *Meia Hora* de 08 de janeiro de 2021:

Figura 12 – Capa do *Meia Hora*, 08/01/2021



Fonte: VerCapas. Disponível em: <https://www.vercapas.com.br/edicao/capa/meia-hora/2021-01-08/>. (Acesso em 10 fev. 2023).

Aqui observamos que o *Meia Hora* fez uso do princípio da influência, um dos procedimentos do processo de transação elencados por Charaudeau (2005, p. 15) dentro do processo de semiotização do mundo. Segundo o princípio da influência, todo sujeito que produz um ato de linguagem tem por objetivo atingir de alguma forma seu parceiro, seja para incitá-lo à ação, seja para suscitar-lhe estados de emoção, seja para levá-lo a pensar. Sendo assim, todo ato de linguagem tem a finalidade de conquistar a adesão do sujeito receptor a um projeto de fala do sujeito emissor. Dessa forma, o jornal recorre ao uso do imperativo e prescreve uma ordem: “E não seja disseminador do vírus!”, que diante da “triste marca de 200 mil óbitos por coronavírus” citada pelo jornal numa das submanchetes, tratava-se de uma postura obrigatória em janeiro de 2021.

Devido ao que podemos chamar de uma elasticidade semântica do *e*, muitas vezes a sua utilização pode se prestar a mais de uma relação lógico-semântica. É esse precisamente o caso da capa do *Extra* de 11 de março de 2021:

Figura 13 – Excerto da capa do *Extra*, 11/03/2021



Fonte: VerCapas. Disponível em: <https://www.vercapas.com.br/edicao/capa/extra/2021-03-11/>. Acesso em: 10 fev. 2023.

Na véspera, o Brasil atingira a inaudita marca de 2.349 óbitos no intervalo de 24 horas.⁷ Dias antes, o então ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva havia recuperado seus direitos políticos, tornando-se, portanto, apto para disputar eleições.⁸ Ato contínuo, o futuro candidato à Presidência da República defendeu a vacinação contra a Covid-19, o que ocasionou uma mudança de postura do então presidente Jair Bolsonaro, que inúmeras vezes havia colocado em descrédito as máscaras⁹ e as vacinas.¹⁰ Um olhar ingênuo, a nosso ver, pode interpretar o enunciado “É Lula lá defendendo a vacinação... e Bolsonaro aqui aparecendo de máscara” como tendo um sentido de simultaneidade, como se fossem dois fatos acontecendo *ao mesmo tempo*. Nossa análise, no entanto, tende a achar que é mais provável ter sido a intenção do jornal emprestar um sentido de consequência à segunda proposição, que teria ocorrido em razão da primeira: “É Lula lá defendendo a vacinação e, *em razão disso*, Bolsonaro aqui aparece de máscara”. Outro sentido que pode ser admitido na manchete é de oposição, pois são confrontados dois termos que literalmente se opõem, sobretudo ideologicamente: Lula *versus* Bolsonaro. Nesse caso, o jornal poderia ter transcrito a manchete assim: “É Lula lá defendendo a vacinação, *enquanto* Bolsonaro aqui aparece de máscara”.

É possível questionar por que os jornais não utilizaram as conjunções prototípicas adequadas à expressão desses inúmeros efeitos contextuais tanto na notícia anterior quanto nas outras manchetes analisadas neste trabalho. A hipótese que levantamos é que tanto o *Extra* quanto o *Meia Hora* recorreram ao que Goffman

7 Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/03/10/brasil-registra-2349-mortes-em-24-horas-novo-recorde-desde-inicio-da-pandemia-media-movel-tambem-aumenta.ghhtml>. Acesso em: 10 fev. 2023.

8 Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/03/08/fachin-anula-condenacoes-de-lula-relacionadas-a-operacao-lava-jato.ghhtml>. Acesso em: 10 fev. 2023.

9 Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/em-dia-de-recorde-de-mortes-bolsonaro-questiona-o-uso-de-mascaras/>. Acesso em: 10 fev. 2023.

10 Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/quem-entra-na-pilha-so-da-vacina-e-um-idiota-util-diz-bolsonaro/>. Acesso em: 10 fev. 2023.

(2011 *apud* Barqueta, 2014) chamou de “estratégia de preservação de face”. De acordo com o antropólogo norte-americano, o termo face positiva “pode ser definido como o valor social positivo que uma pessoa reclama efetivamente para si por meio da linha que os outros supõem que ela seguiu durante determinado contato” (Goffman, 2011, p. 13 *apud* Barqueta, 2014, p. 24). Entende ainda o autor que os indivíduos adotam um padrão de atos verbais e não verbais que precisam entrar em concordância com a forma como querem que os outros os vejam.

Para manter essa imagem social, recorre-se então a estratégias de polidez e de atenuação de modo a tentar evitar ou diminuir a responsabilidade pelo que é dito. “Evitar responsabilidades pelo que se diz é, assim, parte das preocupações com a face, e pode ser sugerido pelo uso de uma estratégia de polidez com ou sem elementos atenuadores” (Rosa, 1992, p. 28-29 *apud* Burgo, 2012, p. 47).

No caso da manchete “É Lula lá defendendo a vacinação... e Bolsonaro aqui aparecendo de máscara”, nossa leitura é que, para evitar ser vítima de ataques de uma parcela do público adepta ao então presidente Jair Bolsonaro, que sempre elegeu a imprensa como sua adversária, quando não inimiga,¹¹ o *Extra*, para associar as duas proposições, optou por preservar sua face utilizando o *e*, conector argumentativamente fraco, o que assegura sua permeabilidade (Monnerat, 2003, p. 185). Assim, ao mesmo tempo em que buscou manter junto a seu público uma postura pretensamente imparcial, a instância de mídia reduziu o risco de ataques e ameaças pelas redes sociais em meio ao cenário de polarização da sociedade brasileira, que não poupou nem ao menos a emergência sanitária e as movimentações em razão do combate à pandemia do coronavírus.

11 Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2022/10/01/bolsonaro-e-seus-confrontos-com-a-incomoda-imprensa-brasileira.htm>. Acesso em: 10 fev. 2023.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusão, saltam aos olhos as múltiplas possibilidades de uso do conector *e*, devido aos inúmeros matizes semânticos que ele pode assumir, o que se deve a seu caráter ambíguo e seu sentido frouxo.

Os jornais, conscientes ou não da permeabilidade do *e*, dela tiram proveito e, com frequência, recorrem a esse conector na elaboração das manchetes de primeira página, pois assim protegem sua imagem diante do leitor e se esquivam de polêmicas, com vistas a manter uma aura de imparcialidade.

Com isso, os jornais se utilizam de estratégias linguísticas para preservar a imagem construída de uma pessoa, quer física quer jurídica, “em termos de qualidades reconhecidas socialmente” (Goffman, 1970, p. 13-14 *apud* Silva, 2020, p. 139).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEREDO, J. C. de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2014.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 10. ed. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateshi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2002.
- BARQUETA, C. Análise de preservação de faces em tradução cooperativa. *Revista Cultura & Tradição*, João Pessoa, v. 3, n. 1, p. 21-32, 2014.
- BURGO, V. H. Efeitos de atenuação no discurso político: polidez e preservação da face na interação verbal. *Revista Investigações*, Campo Grande, v. 25, n. 2, p. 43-66, jul. 2012.
- CHARAUDEAU, P. L'argumentation et les relations logiques. In: CHARAUDEAU, P. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette, 1992. p. p. 493-550.
- CHARAUDEAU, P. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, M. A. L.; GAVAZZI, S. (org.). *Da língua ao*

discurso: reflexões para o ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. p. 11-27.

CHARAUDEAU, P. Para uma gramática do sentido numa perspectiva didática. Tradução de Angela M. S. Corrêa. In: VALENTE, A. C. (org.) *Unidade e variação na língua portuguesa: suas representações*. São Paulo: Parábola Editorial, 2015. p. 244-255.

CHARAUDEAU, P. *Linguagem e discurso: modos de organização*. Tradução de Angela M. S. Corrêa e Ida Lúcia Machado (coord.). 2. ed. São Paulo: Contexto, 2019a.

CHARAUDEAU, P. *Discurso das mídias*. Tradução de Angela M. S. Corrêa. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2019b.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. Tradução de Fabiana Komesu (coord.). 3. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

DICIONÁRIO LAROUSSE. 2024. *Online*. Disponível em: <https://www.larousse.fr/>.

GARCIA, O. M. *Comunicação em prosa moderna*. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

GOFFMAN, E. *Interaction ritual: essas on face-to-face behavior*. New York: Doubleday Anchor, 1967.

MACHADO, I. L. Algumas reflexões sobre a teoria semiolinguística. *Revista Letras & Letras*, Uberlândia, v. 22, n. 2, p. 13-21, jul./dez. 2006.

MONNERAT, R. Possibilidades discursivas do E – um conector coringa. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v. 4, n. 1, p. 185-203, jul./dez. 2003.

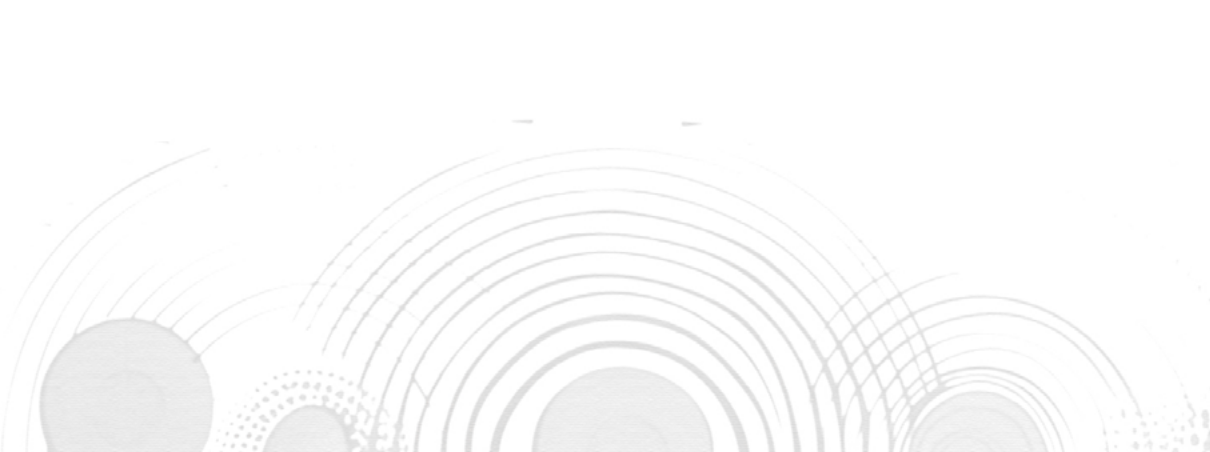
NEVES, M. H. de M. *Gramática de usos do português*. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

OLIVEIRA, H. F. de; MONNERAT, R. O emprego de algumas conjunções no texto. In: PAULIUKONIS, M. A. L.; GAVAZZI, S. (org.). *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2005. p. 90-101.

RIBEIRO, P. N. Uma gramática da expressão e do sentido. *In*: XAVIER, G.; REBELLO, I.; MONNERAT, R. (org.). *Semiolinguística aplicada ao ensino*. São Paulo: Contexto, 2021. p. 59-78.

SILVA, A. A. Polidez e estratégias de preservação de face em notas de esclarecimento em vídeos de celebridades. *Revista (Con)Textos Linguísticos*, Vitória, v. 14, n. 27, p. 135-155, 2020.

SOUZA, M. F.; RIBEIRO, L. A. O uso de operadores argumentativos em produções textuais de alunos do ensino técnico integrado. *In*: JORNADA DE LINGUAGENS, TECNOLOGIA E ENSINO, 1., 2017, Timóteo. *Atas da 1ª Lite*. Timóteo: CEFET-MG, 2017. p. 98-112.



SOBRE OS AUTORES

AMANDA HEIDERICH MARCHON

Graduada em Letras–Português e Literaturas de Língua Portuguesa–pela Faculdade de Filosofia Santa Dorotéia. É mestra e doutora em Letras Vernáculas pela UFRJ. Tem pós-doutorado em Estudos de Linguagem pela UFF. Atualmente é professora adjunta de Linguística do Departamento de Línguas e Letras da UFES e docente permanente do Programa de Pós-graduação em Linguística da mesma instituição. É líder do Grupo Estudos da Língua em Uso (ELUs), sediado na UFES, e pesquisadora do Grupo de Pesquisa Conectivos e Conexões de Orações (CCO), sediado na UFF. Atua principalmente nas seguintes áreas: funcionalismo, conexão de orações e conectivos, argumentação, multimodalidade.

E-mail: amandahch.letas@gmail.com

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7092607283921390>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6576-949X>

ANA BEATRIZ ARENA

Graduada em Letras (Português-Inglês e respectivas literaturas) pela UFRJ. É mestre e doutora em Estudos de Linguagem pela UFF. Atualmente, é professora adjunta de Língua Portuguesa da Faculdade de Formação de Professores da UERJ. Na mesma instituição, é docente permanente do Mestrado Profissional

PROFLETRAS. É pesquisadora do Grupo de Pesquisa Conectivos e Conexão de Orações (CCO), sediado na UFF. Foi professora dos ensinos Fundamental e Médio nas redes pública e particular do Rio de Janeiro. Atua principalmente nas seguintes áreas: Linguística Textual e Funcionalismo Linguístico, com foco em construcionalização, mudanças construcionais, morfossintaxe, conexão de orações e conectivos.

E-mail: bia.arena@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2824878181464227>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5284-553X>

ANA CLÁUDIA MACHADO DOS SANTOS

Graduada em Letras (Português e Literaturas) pela UVA. Mestre em Língua Portuguesa pela UFF (2010). Doutora em Estudos de Linguagem, ênfase em Linguística, pela mesma Universidade (2015). Tem pós-doutorado em Educação Linguística também pela UFF (2023). Atualmente é Professora Adjunta IIIC de Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas do Instituto de Letras da UFF. Pesquisadora, atuando no grupo “Conectivos e Conexão de Oração” (CCO), sediado na UFF. Coordenadora do projeto de extensão PROEX-UFF “Atividades de leitura e análise linguística críticas em textos de cunho opinativo: educação linguística e cidadania”. Atua principalmente nas seguintes áreas: Língua portuguesa, Morfossintaxe e Macrossintaxe, Conectores textual-discursivos, Funcionalismo centrado no uso e Linguística textual, Leitura e Análise linguística críticas, Educação linguística e cidadania.

E-mail: anaclaudiamachadodossantos71@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8570841149802328>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4739-5172>

BRENDA DA SILVA SOUZA DA COSTA

Doutoranda em Estudos de Linguagem pelo Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense (UFF). Possui mestrado em Estudos de Linguagem e graduação em Letras–Português/Literaturas pela mesma Universidade. Atualmente é professora de Língua Portuguesa na rede pública de ensino e integra o grupo de pesquisa Conectivos e Conexão de Orações (CCO-UFF), que tem como foco o estudo do papel, do uso e da trajetória dos conectivos e dos processos de conexão de orações.

E-mail: brendassc@id.uff.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7158990028791392>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5344-9045>

BRUNA DE PAULA SILVA

Graduada em Letras, com habilitação nas línguas/literaturas portuguesa e inglesa, pela UNESP. Possui mestrado acadêmico em andamento, também pela UNESP, na área de concentração de Análise Linguística e atua, mais especificamente, na linha de pesquisa de Oralidade e Letramento. Atualmente, é membro do Grupo de Pesquisa Estudos sobre a Linguagem (GPEL/CNPq), da UNESP, na linha de pesquisa de Processos Dialógicos, e integra o Projeto Escrita e Tradição Discursiva no Ensino (FAPESP 2022/0280-0), com ênfase para a pesquisa de aquisição da tradição discursiva narrativa. Tem interesse nas áreas de aquisição da escrita, tradição discursiva e mecanismos de junção.

E-mail: bp.silva@unesp.br

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1873178373497729>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8457-20>

CLAYTON LUIZ DA SILVA MOREIRA

Graduado em Letras–Português pela Universidade Federal Fluminense (2010). Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Língua Portuguesa. Concluiu o curso de Especialização em Língua Portuguesa do Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu* da Universidade Federal Fluminense (UFF) no ano de 2017, com a monografia “Operadores Argumentativos em Notícias de Jornal: da impossibilidade de ser imparcial”. Atualmente faz mestrado em Ciências da Linguagem (Linha 2–Teorias do Texto, do Discurso e da Tradução) pela mesma instituição, com defesa de dissertação prevista para agosto de 2024. Interessa-se pela articulação entre a Análise Semiolinguística do Discurso e o discurso das mídias.

E-mail: claytonmoreira@id.uff.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6582983236685412>

ORCID: 0009-0004-6776-7211

GIOVANNA COELHO DE OLIVEIRA

Possui Mestrado Acadêmico, em andamento, na linha de pesquisa Oralidade e Letramento, pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL), da Universidade Estadual Paulista (UNESP/IBILCE). Tem sua pesquisa na área de Aquisição da Escrita, vinculada ao Projeto Escrita e Tradição Discursiva no Ensino (FAPESP–processo 2022/02850-0) e financiada pela FAPESP (processo 2023/02325-6). Atua como educadora no Programa de Educação de Jovens e Adultos (PEJA), núcleo UNESP-ASSIS, coordenado pela Profa. Lúcia Regiane Lopes-Damasio. Faz parte, também, do Grupo de Pesquisa Estudos sobre a Linguagem (GPEL), coordenado pelo Prof. Lourenço Chacon, da UNESP. Possui licenciatura em Letras, com habilitação em Português/Alemão, pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/ASSIS).

E-mail: giovanna.coelho-oliveira@unesp.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9316624726293860>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2323-1552>

IVO DA COSTA DO ROSÁRIO

Graduado em Letras (Português, Inglês e respectivas literaturas) pela UERJ e graduado em Pedagogia pela UNIRIO. É mestre e doutor em Letras Vernáculas pela UFRJ e em Letras pela UFF. Tem pós-doutorado em Estudos de Linguagem pela UFRN. Atualmente é professor associado de Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas do Instituto de Letras da UFF. Na mesma instituição, é docente permanente e atual coordenador do Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem. É líder do CCO (Grupo de Pesquisa Conectivos e Conexão de Orações – cco.sites.uff.br) e membro do grupo D&G (Grupo de Estudos Discurso e Gramática – deg.uff.br), ambos sediados na UFF. É membro do GT Descrição do Português da ANPOLL. É Jovem Cientista do Nosso Estado, pela FAPERJ. É membro da comissão científica da área de Sintaxe da ABRALIN. É bolsista de produtividade em pesquisa pelo CNPq. É perito judicial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e do Estado de São Paulo. Atua principalmente nas seguintes áreas: funcionalismo, construcionalização, mudanças construcionais, morfossintaxe, conexão de orações e conectivos.

E-mail: rosario.ivo3@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3573087642345531>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1315-6787>

LÚCIA REGIANE LOPES-DAMASIO

Graduada em Letras (Português, Italiano e respectivas literaturas) pela UNESP, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas (IBILCE). É mestre e doutora em Estudos Linguísticos pela UNESP/IBILCE. Atualmente é professora associada do Departamento de Estudos Linguísticos e Literários da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp (FCL). É docente e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL/IBILCE) e do Programa de Mestrado Profissional (ProfLetras), ambos da mesma instituição. Coordena o Projeto Inicial “Escrita e tradição discursiva no ensino”, vinculado ao Programa Nova Geração de

Pesquisadores (FAPESP proc. 2022/02850-0), e integra o Grupo de Pesquisa em Estudos sobre a Linguagem (GPEL/CNPq). Desde 2021, coordena o Projeto de Educação de Jovens e Adultos (PEJA-Unesp/FCL). Tem experiência na área de Linguística, atuando sobretudo nos temas: aquisição da escrita, tradição discursiva, mecanismos de junção, relação fala/oralidade e escrita/letramento e mudança linguística.

E-mail: l.damasio@unesp.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9133788486178535>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9058-3566>

MATEUS DIAS SANTANA

Doutorando e mestre em Estudos Linguísticos pela UNESP/IBILCE. É graduado em Letras com habilitação em português/francês pela mesma universidade. Atualmente, é integrante do grupo de pesquisa Estudos sobre a Linguagem, coordenado pelo Prof. Dr. Lourenço Chacon, e pesquisador do projeto “Escrita e tradição discursiva no ensino: da delimitação conceitual ao seu papel nos aspectos ocultos do letramento acadêmico”, coordenado pela Profa. Dra. Lúcia Regiane Lopes-Damasio, financiado pela FAPESP (Processo 2022/02850-0). Atua na área de Análise Linguística, na linha de Oralidade e Letramento. Seus estudos abordam uma perspectiva linguístico-discursiva, em que apresenta a escrita como constitutivamente heterogênea, associada ao conceito dialógico das tradições discursivas e aos mecanismos de junção, na circulação do sujeito pelo modo escrito de enunciar.

E-mail: mateus.santana@unesp.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8774602035556206>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2611-1855>

MAYARA MATTOS

Graduada em Letras (Português e literaturas) pela UERJ-FFP. É mestre e doutora em Estudos da Linguagem pela UFF. Atualmente é professora de Língua Portuguesa do Centro de Ensino Virtual e de Idiomas da Marinha do Brasil. É pesquisadora associada do Grupo de Estudos da Metáfora (GESTUM), sediado na UFF. Atua principalmente na área da Linguística Cognitiva, com foco nos estudos da Metáfora.

E-mail: mayyaramattos2012@gmail.com

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6827605872275818>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3806-7772>

MILENA TORRES DE AGUIAR

Graduada em Letras Português/Inglês pela UERJ/FFP; mestra e doutora em Estudos da Linguagem pela UFF. Atualmente, é professora adjunta de Língua Portuguesa do Departamento de Letras da UERJ/FFP. É vice-líder do grupo Conectivos e Conexão de Orações (CCO), de orientação funcionalista, sediado na UFF. Tem experiência na área de Letras, atuando principalmente nas seguintes áreas: língua portuguesa, funcionalismo, construcionalização, mudanças construcionais, morfossintaxe, linguística textual, marcadores discursivos.

E-mail: milenatda@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5389056295880345>

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-9072-4093>

MONCLAR GUIMARÃES LOPES

Graduado em Letras-Inglês e especialista em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira pela Faculdade da Região dos Lagos (FERLAGOS), mestre em Língua Portuguesa e doutor em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Atua como professor adjunto de Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas do Instituto de Letras da UFF e como docente permanente do Programa de Pós-Graduação em

Estudos de Linguagem nessa mesma instituição. É vice-líder do Grupo de Estudos D&G-UFF e membro do Grupo de Pesquisa Conectivos e Conexão de Orações. Coordena o Grupo de Trabalho Descrição do Português da ANPOLL (Biênio 2024-2025).

E-mail: monclarlopes@id.uff.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8006632395264752>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6238-958X>

VITÓRIA RIBEIRO NASCIMENTO

Graduada em Biblioteconomia e Documentação e graduanda do curso de Letras (Português-Literaturas) pela UFF. É membro do CCO (Grupo de Pesquisa Conectivos e Conexão de Orações–cco.sites.uff.br), sediado na UFF, e do Grupo de Estudos Conectores da Sintaxe ao Discurso e Ensino–FFP/UERJ & UFF.

E-mail: vitoriarn@id.uff.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2042636631300785>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8110-5677>

Com muita satisfação, apresentamos à comunidade acadêmica a obra “Conectivos e conexão de orações em perspectiva”. Este livro reúne uma parcela dos trabalhos apresentados durante o IV Seminário do CCO (Grupo de Pesquisa Conectivos e Conexão de Orações), realizado nos dias 29, 30 e 31 de maio de 2023, no Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense (UFF). No grande mosaico dos temas de pesquisa atinentes ao CCO, estão o papel morfosintático e semântico-pragmático dos operadores argumentativos, dos marcadores discursivos e de todos os elementos de conexão lato sensu, incluídos as preposições, as conjunções, os advérbios e outras categorias da gramática. O foco do grupo está igualmente nos processos canônicos e não canônicos de integração de orações. Dentre eles, destacam-se a parataxe, a hipotaxe, o encaixamento, a correlação, a justaposição e outros. De forma direta ou indireta, todos os capítulos deste livro fazem referência a esse conjunto de temas situados no campo de interesses do CCO. A obra que ora apresentamos revela alguns desses aspectos de modo muito didático e atualizado, despontando como uma real contribuição aos estudos funcionalistas e suas interfaces. Desejamos boa leitura a todos os interessados.



AUTORES E AUTORAS

Amanda Heiderich Marchon

Ana Beatriz Arena

Ana Cláudia Machado dos Santos

Brenda da Silva Souza da Costa

Bruna de Paula Silva

Clayton Luiz da Silva Moreira

Giovanna Coelho de Oliveira

Ivo da Costa do Rosário

Lúcia Regiane Lopes-Damasio

Mateus Dias Santana

Mayara Mattos

Milena Torres de Aguiar

Monclar Guimarães Lopes

Vitória Ribeiro Nascimento

Ivo da Costa do Rosário



Monclar Guimarães Lopes



Amanda Heiderich Marchon



Milena Torres de Aguiar



Ana Cláudia Machado

